

2016

volume 19 | número 3 | set-dez

 NOVOS
CADERNOS
NAEA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Horácio Schneider

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Iracilda Sampaio

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

Diretor Geral - Durbens Martins Nascimento • Diretor Adjunto - Armin Mathis

NOVOS CADERNOS NAEA

Publicação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) Universidade Federal do Pará (UFPA)

Periodicidade quadrimestral, volume 19, número 3, maio-agosto de 2016

Print ISSN: 1516-6481 – Eletrônica ISSN: 2179-7536 – DOI:10.5801/S21797536

EDITOR CIENTÍFICO

Edna Maria Ramos de Castro - NAEA/UFPA

COMISSÃO EDITORIAL • NAEA

Edna Ramos de Castro • Sociologia | Francisco de Assis Costa • Economia

Luís Aragon Vaca • Geografia | Oriana Trindade • Economia

Raimundo Heraldo Maués • Antropologia | Sílvia Figueiredo • Sociologia

CONSELHO EDITORIAL

Alfredo Wagner de Almeida • Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Brasil

Andréa Zhouri • Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Ana Maria Araújo • Universidad de la República, Uruguay

Célio Bermann • Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

César Barreira • Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil

Christian Azais • Université d'Amiens, Amiens, França

Clóvis Cavalcanti • Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Brasil

German Palacio • Universidad Nacional de Colômbia, Letícia, Colômbia

Eduardo José Viola • Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

Elmar Altvater • Instituto Hudson, Berlin, Alemanha

Emilio Moran • Indiana University, Indiana, Estados Unidos

Geraldo Magela Costa • Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Henri Acselrad • Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Heloisa Costa • Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Ignacy Sachs • École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris, França

Jose Ricardo Ramalho • Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

José Vicente T. dos Santos • Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Marcel Bursztyń • Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

Marcelo Sampaio Carneiro • Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil

Maria Manoel Batista • Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal

Marilene da Silva Freitas • Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil

Martin Coy • Universität Innsbruck, Innsbruck, Áustria

Paola Bolados • Universidade de Valparaíso, Chile

Pedro Jacobi • Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Pierre Salama • Université Paris XIII, Paris, França

Pierre Teisserenc • Université Paris XIII, Paris, França

EQUIPE TÉCNICA

Assistentes editoriais: Iracilda Silva, Jondison Cardoso Rodrigues, Rafaela Santos Carneiro, Cleyson Nunes Chagas

Revisão: Albano Rita Gomes, Iracilda Silva, James Leon Parra Mondsalve, Welson Cardoso

Editoração eletrônica: Ione Sena

Capa: Andrea Pinheiro

Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos



Novos Cadernos NAEA • v. 19, n. 3 • p. 1-283 • setembro-dezembro, 2016
Print ISSN: 1516-6481 – Eletrônica ISSN: 2179-7536 – DOI:10.5801/S21797536

A **Revista Novos Cadernos NAEA** é um periódico semestral, de caráter interdisciplinar, dedicado à publicação de trabalhos científicos e acadêmicos sobre temas relevantes às áreas do desenvolvimento, sociedade, economia e meio ambiente, com o objetivo de fomentar o diálogo entre as diversas áreas do conhecimento e suas competências, de pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa do Brasil e do exterior.

A revista publica textos originais e inéditos em português, espanhol, inglês e francês. Adota a avaliação anônima por pares (*peer review*) para trabalhos submetidos às seções: artigos originais e de revisão, resenhas, notas de pesquisa, conferências e, eventualmente, dossiês temáticos, volumes especiais e/ou suplementos

INDEXADORES

Latindex - Crossref - Portal de Periódicos da CAPES - Google Scholar - Research Bib – e-Revistas/Plataforma Open access de Revistas Científicas Electrónicas Espanholas y Latinoamericanas – Directory of Open Access Journals (DOAJ) - DRJI - Directory of Research Journal Indexing

IDENTIFICADORES

Univrsal Impact Factor - Journal For Free - Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet - LivRe Diretório Luso-Brasileiro IBICT - Sumarios.org - Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal - Microsoft Academic Search - Library of Congress/HLAS Online - Elektronische Zeitschriftenbibliothek (EZB) - Georgetown University Library - SEER IBICT - Cibera: Iberoamérica/España/Portugal - Library Catalog - University of Texas at Austin - WordCat - Diadorim - Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras

CONTATOS

Núcleo de Altos de Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará

Rua Augusto Corrêa, nº 1, Campus Universitário do Guamá

CEP: 66.075-900, Belém, Pará, Brasil

Tel: (+55-91) 3201 8515

e-mail: revistancnaea@ufpa.br

SUBMISSÃO DE ARTIGOS

<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn>

Homepage do NAEA: www2.ufpa.br/naea

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Novos Cadernos NAEA, v. 19, n. 3 – setembro-dezembro, 2016 – Belém. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 2016.

Quadrimestral

ISSN Print 1516-6481

ISSN Eletrônico 2179-7536

DOI: 10.5801/S21797536

O vol. 1, nº 1 desta Revista foi publicado em junho de 1998. 1. Desenvolvimento – Periódicos. 2. Meio Ambiente – Periódicos. 3. Amazônia – Periódicos.

CDD 338.9811

© Copyright/Direitos de cópia para este número: NAEA/UFPA
Título e textos amparados pela Lei 5.988, de 14 de dezembro de 1973.



Ministério
da Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA



SUMÁRIO

Editorial

Artigos

- 09 Aportes conceituais de referência ao planejamento metropolitano no Brasil contemporâneo
Conceptual contributions reference to the Metropolitan planning in contemporary Brazil
Gbissia Hauser, Heleniza Campos
-
- 25 Ciudades amazónicas intermedias, pesca y fronteras
Cidades médias amazônicas, pesca e fronteiras
Yohana Panteris, Germán Palacio
-
- 51 Micros, pequenas e médias empresas: atores importantes no espaço regional do Mercosul?
Micro, small and medium enterprises: key players of the Mercosur regional space?
Jacqueline A. Haffner, Leandro Teixeira dos Santos, Nadia B. Menezes
-
- 71 Ciudadanía imaginada y presupuesto participativo en los pueblos indígenas de la Selva Central del Perú
Imagined citizenship participative budget in the indigenous peoples of the Central Jungle of Peru
Luis Calcina Romero, William Santos de Assis
-
- 93 Transporte urbano e informal: quadros da Associação Nacional de Transportes Públicos
Urban transport and informal: frameworks of the Associação Nacional de Transportes Públicos
Hernán Armando Mamani
-
- 113 Perfil, formação profissional e noção de política sindical de metalúrgicos de Criciúma e Sul Catarinense
Profile, vocational training and policy concept of trade union of Criciúma metals and South Catarinense
Gilvan Felipe Teixeira de França, João Henrique Zanelatto
-
- 127 A moralidade em uma cidade tropical: Belém no século XIX em *Viagem do naturalista inglês*
Henry Walter Bates
The morality issue in a tropical city: Belém circa XIX century in *English naturalist*
Henry Walter Bates's travel
Marcelo Werner da Silva
-

- 141 Subjetividade na cidade: uma análise da modernidade na obra poética de Mário Quintana
Subjetividade na cidade: uma análise da modernidade na obra poética de Mário Quintana
Priscila Viana Alves, Elis de Araújo Miranda
-
- 153 Mulheres, papéis sociais e processos criativos entre artesãs de brinquedos de miriti
Women, social roles and creative processes among artisans of miriti toys
Amarildo Ferreira Júnior, Larissa Tuane Lima do Nascimento, Silvio Lima Figueiredo
-
- 163 A pesca em comunidades ribeirinhas na região do médio rio Madeira, Rondônia, Brasil
Fishery in riverine communities of the middle Madeira river Rondônia Brazil
Carolina Rodrigues da Costa Doria, Luiz Fontes Machado Neto, Suelen Taciane Brasil de Souza
-
- 189 Preferências e tabus alimentares no consumo de pescado em Santarém, Brasil
Feeding preferences and taboos related to the fish consumption at Santarém, Brazil
Tony Marcos Porto Braga, Adrielly Alves da Silva, George Henrique Rebêlo
-
- 205 Alta Floresta: uma colônia de Ariosto da Riva em Mato Grosso
Alta Floresta: an Ariosto da Riva's colony in Mato Grosso
Armando Wilson Tafner Junior, Fábio Carlos da Silva
-
- 233 Neodesenvolvimentismo e conflitos sociais: o caso da Hidrelétrica de Belo Monte
Neo-developmentism and social conflicts: the case of Belo Monte Dam
Sérgio Roberto Moraes Corrêa
-

Resenhas

- 255 Livro: *A Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal*
Marcela Vecchione Gonçalves
-
- 271 Livro: *Os caminhos da regulação da Água no Brasil: Demiurgia Institucional ou Criação Burocrática?*
Gabriel Hiromite Yoshino, Lidiane de Souza Silva
-
- 277 Livro: *Formação socioeconômica da Amazônia*
Larissa Carreira da Cunha, Fabricio Borges Santa Brigida, Tienay Picanço da Costa Silva
-

EDITORIAL

Ao lançar este número de *Novos Cadernos NAEA*, é inevitável um balanço do que foi este ano de 2016 para a sociedade brasileira. Movimentos políticos de orientação conservadora reeditam um Golpe à Democracia e a deposição de um governo eleito. Ato seguido da aprovação, pelo Congresso Nacional, de leis e dispositivos de exceção implementados com grande velocidade. Vimos consagrar-se o desmonte contínuo de instituições, instrumentos legais e medidas democráticas consolidadas no país desde a promulgação da Constituição de 1988. Um golpe que se forjou à deriva da sociedade, em meio a tensões sociais e escândalos de corrupção, de apropriação privada do bem público e de violência consentida e naturalizada. Esses processos que conformam o Brasil contemporâneo, vazio de poder e de legitimidade institucional, impõem a todos um grande debate com o desafio de seu entendimento.

Os temas alinhados ao desenvolvimento permeiam boa parte dos artigos, constituindo a área de concentração desta revista. Este número traz artigos que vão do debate contemporâneo sobre territórios urbanos, rurais e étnicos a discussões sobre o Estado e suas políticas. Um deles, voltado à reflexão sobre o planejamento urbano, traz *Aportes conceituais de referência ao Planejamento Metropolitano no Brasil contemporâneo*. Os autores Ghissia Hauser, Helenizam Campos e Diogo Onofre Souza chamam a atenção para a reestruturação das cidades do final do século XX, marcadas por determinantes intraurbanos e interurbanos. Nessa perspectiva, impõem-se uma revisão do conceito de região, pensar novas centralidades urbanas e a conjuntura regional/urbana no Brasil.

Na linha do debate sobre a questão regional e a multiplicidade de composições sociais e étnicas do urbano, tomando a Amazônia continental como exemplo, o trabalho dos historiadores colombianos Yohana Pantevis e Germán Palacio, no texto *Ciudades amazónicas intermedias, pesca y fronteras*, ao analisar a formação da cidade de Leticia, na fronteira da Colômbia com o Brasil, revelam como o desenvolvimento de atividades comerciais permitiram o surgimento e a consolidação do setor privado como um fator-chave de funcionamento do Estado e de crescimento da cidade. Concluem que a relação entre a cidade e a pesca pode ser um elemento-chave para a análise das pequenas e médias cidades do médio Amazonas. A transformação da “fronteira” em “região” implica o desenvolvimento de cidades capitais, como é o caso de Leticia.

Certamente o aporte teórico sobre os atores sociais, os agentes econômicos, elucida a compreensão das dinâmicas nessas áreas de fronteira. Mas também no conjunto de atividades dos países e das suas relações no âmbito de organizações como o Mercosul. Em *Micros, pequeñas e medias empresas: actores importantes na consolidação do espaço regional do MERCOSUL?*, Jacqueline Haffner, Leandro dos Santos e Nadia Menezes, ao responder se as MPMEs constituem atores relevantes na consolidação do espaço regional conformado pelas economias mercosulinhas, enfatizam a sua relevância para o crescimento econômico. Ainda na linha do espaço regional, no artigo *Ciudadanía imaginada y presupuesto participativo en los pueblos indígenas de la Selva Central del Perú*, de Luis Calcina Romero e William Santos de Assis, refletem sobre a relação entre os processos de participação e o exercício de cidadania nos povoados indígenas. Analisam a configuração de uma cidadania imaginada na Selva Central peruana. Concluem que o poder que se exerce sobre eles encobre a

realidade, não lhes permitindo perceber os processos de inclusão e os parâmetros da colonialidade reproduzida.

Este número de *Novos Cadernos NAEA* traz uma outra dimensão do urbano, relacionada aos processos de intervenção de políticas nacionais. Um artigo trata de tema bastante discutido e polemizado no Brasil, que é o do *Transporte Urbano e Transporte Informal*. O autor, Hernán Mamani, ao se referir a tensões, conflitos e protestos populares relativos ao transporte coletivo nas cidades brasileiras, mostra a ineficiência das políticas e do planejamento voltados à mobilidade urbana.

Trabalho e trabalhadores têm sido temas recorrentes nos debates sobre o desenvolvimento, como prova o intenso debate em torno de marginalidade, inclusão, exclusão, violência, trabalho escravo e criminalização no âmbito do trabalho. O artigo sobre trabalhadores metalúrgicos de Criciúma e Sul Catarinense, de Gilvan França e João Henrique Zanelatto, analisa a economia que, por várias décadas, repousou sobre a exploração do carvão mineral, passando, mais recentemente, a uma diversificação no setor metalúrgico, que se estende a vários municípios do Sul Catarinense com efeitos sobre o trabalho, os trabalhadores e a organização sindical.

A cidade é revisitada, no advento da modernidade, mas agora do ponto de vista da arte, sobremodo da literatura, e será evidenciado na análise da obra poética de Mário Quintana, no texto de Priscila Alves e Elis Miranda. Embora em direção teórica diferente, a releitura da cidade de Belém a partir das categorias moralidade e modernidade, explora lugares escondidos na obra do naturalista Henry Bates. As cidades pequenas do entorno de Belém experimentam movimentos culturais e a reafirmação histórica de práticas sociais tradicionais. É o tema do texto de Amarildo Ferreira Júnior, Larissa do Nascimento e Sílvio Figueiredo sobre os papéis desempenhados por mulheres e seus processos criativos na produção de linhas de brinquedos de miriti, entre a construção do gênero feminino e a divisão sexual do trabalho.

A pesca na Amazônia é parte constitutiva da unidade familiar, e encontra-se sob ameaça de impactos sobre os cursos d'água em função de grandes projetos, como é o caso da abundância de pescado antes da construção da Hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, em Rondônia, em comunidades ribeirinhas hoje a jusante, como mostra o artigo de Carolina Dória, Luiz Machado Neto e Suelen de Souza. Os resultados demonstraram a importância da pesca familiar, com grande produção para consumo e comercialização. As preferências por tipo de pescado também faz parte do processo de trabalho e da escolha de técnicas de pesca. No artigo *Preferências e tabus alimentares relacionados ao consumo de pescado*, tendo como unidade de análise Santarém no Pará, Tony Marcos Braga, Adrielly da Silva e George Rebêlo registram a utilização de recursos pesqueiros pelos moradores, analisando os aspectos associados à incrementação de seu consumo.

Os estudos sobre grandes obras de infra-estrutura na Amazônia estão, em boa parte, relacionados a políticas nacionais e a projetos vindos de novas frentes de ocupação ilegal da terra, reproduzindo, de um lado, o latifúndio improdutivo e, de outro, a expulsão de antigos ocupantes de suas terras. Dois artigos examinam essas questões. O primeiro de Armando Tafner e Fábio Silva, trata da colonização autoritária imposta por Ariosto da Riva, origem da cidade de Alta Floresta, em Mato Grosso. O segundo, de Sérgio Corrêa, sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte como modelo de desenvolvimento marcado por contradições, conflitos e violência. *Novos Cadernos NAEA* publica ainda, neste número, três *Resenhas* com temas relacionados a processos de desenvolvimento.

Edna Ramos de Castro
Editora Científica



Aportes conceituais de referência ao planejamento metropolitano no Brasil contemporâneo

Conceptual contributions reference to the Metropolitan planning in contemporary Brazil

Ghissia Hauser – Doutora em Educação e Ciências da UFRGS. Mestre em Desenvolvimento Econômico e Social pela Université Paris 1, França. Arquiteta pela UFRGS. E-mail: ghissia@hotmail.com

Heleniza Campos - Doutorado em Geografia pela UFRJ. Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE. Arquiteta pela UFPE. Email: heleniza.campos@gmail.com

Diogo Onofre de Souza - Pós-Doutorado pela University of London, Inglaterra. Doutor em Bioquímica pela UFRJ. Mestre em Bioquímica pela UFRGS. Email: diogo.bioq@gmail.com

Resumo

A reestruturação das cidades do final do século XX é marcada por determinantes interurbanos e intraurbanos. A dinâmica das redes técnicas tende a substituir a estática dos lugares construídos, condicionando mentalidades e comportamentos urbanos; a interação dos indivíduos passa a ser reduzida e deslocalizada; o pertencimento a comunidades de interesses diversos não se funda mais nem sobre a proximidade nem sobre a densidade demográfica local. Nesse cenário, ocorre a aprovação do Estatuto da Metrópole, em janeiro de 2015, colocando as Regiões Metropolitanas (RMs) e Aglomerações Urbanas (AUs) brasileiras em lugar de destaque na agenda das ações sobre o urbano, exigindo uma maior compreensão sobre as novas lógicas de ocupação do território e suas relações com as atividades econômicas e sociais marcadas por redes e fluxos de alcances variados. A realidade metropolitana contemporânea nos conduz à necessidade de rever o conceito de região, bem como de pensar as novas centralidades urbanas.

Palavras-chave

Estatuto da Metrópole. Planejamento urbano. Planejamento metropolitano. Reestruturação urbana. Centralidade urbana.

Abstract

The urban restructuring in the late twentieth century is marked by intercity and intra-urban determinatives. The dynamics of technical networks tends to replace the static places conditioning mentalities and urban behavior. The interaction between people becomes reduced and delocalized. Belonging to communities of diverse interests is no more based on proximity or even on the local demographic density. In that time is the approval of the metropolitan statute, in January 2015, that puts the Brazilian Metropolitan Regions (RMs) and Urban Agglomerations (AUs) in a prominent place on the urban agenda requiring a greater understanding of the new logic of occupation of the territory and its relations with the economic and social activities marked by networks and varied ranges of flows. The contemporary metropolitan reality leads us to review the concept of the region as well as centrality questions are placed.

Keywords

Metropolitan statute. Urban planning. Metropolitan planning. Urban restructuring. Urban centrality.

INTRODUÇÃO

A história recente das regiões metropolitanas brasileiras está marcada pela pouca valorização das ações de planejamento metropolitano e pelo enfraquecimento e sucateamento das estruturas institucionais que trabalhavam com esse fim. A criação do Estatuto da Metrópole, por meio da Lei Federal nº 13.089, de 12/01/2015, evidencia uma série de dificuldades para retomar o tema e as práticas de planejamento urbano e metropolitano, sobretudo em decorrência das transformações das metrópoles brasileiras que demandam novos instrumentos de planejamento urbano e metropolitano. Com isso, cria-se espaço para um importante debate sobre o planejamento e a gestão das metrópoles brasileiras.

Tratar esses temas como as bases conceituais para a escala regional; a relação entre planejamento metropolitano e a governança interfederativa; a articulação dos planos setoriais; o rebatimento territorial de diferentes políticas públicas, entre outros, não é tarefa trivial. Por essa razão, o debate sobre o Estatuto da Metrópole vem colocando vários temas em evidência, entre estes, ainda que pouco explorado na literatura, Klink (2012) destaca o processo de reestruturação produtiva na economia mundial e suas imbricações entre a emergência das metrópoles como motor da inovação e as relações entre metrópole, reestruturação produtiva e sustentabilidade.

Este artigo visa apresentar algumas reflexões teóricas que auxiliem na compreensão das lógicas de ocupação de um território metropolitano, profundamente relacionadas com as atividades econômicas e sociais e marcadas por redes e fluxos de alcances variados. A realidade metropolitana contemporânea nos conduz à necessidade de rever o conceito de região, bem como de pensar as novas centralidades urbanas na sociedade do conhecimento e da informação.

Nesta perspectiva, torna-se relevante revisar alguns aspectos da relação entre cultura técnica e forma urbana, bem como de alguns modelos de intervenção urbana ao longo do século XX, visando buscar elementos que contribuam para o enfrentamento da questão metropolitana no Brasil neste início do século XXI.

O artigo estrutura-se em quatro partes: a primeira discute o conceito de território no atual modelo de produção capitalista, tendo como referência o meio técnico-científico-informacional que caracteriza a sociedade contemporânea. A segunda parte aborda as transformações urbanas do território e como se estruturam as novas centralidades urbanas. A terceira parte discorre sobre o recém-aprovado Estatuto da Metrópole, quanto ao seu alcance e limitações e, por fim, a quarta parte apresenta as considerações finais.

1 O CONCEITO DE TERRITÓRIO DO FINAL DO SÉCULO XX E SUAS RELAÇÕES COM O MODELO DE PRODUÇÃO PÓS- FORDISTA

No final do século XX, percebe-se que a dinâmica das redes técnicas tende a substituir a estática dos lugares construídos, condicionando mentalidades e comportamentos urbanos. A interação dos indivíduos passa a ser reduzida e deslocada. O pertencimento a comunidades de interesses diversos não se funda mais na proximidade, tampouco na densidade demográfica local. Trata-se da sociedade global, no seio da qual as noções de enraizamento e pertencimento local perderam a sua pertinência e devem ser repensadas em função de novos parâmetros, e segundo uma relação inédita com a temporalidade (CHOAY, 1999).

Os novos produtos, a aceleração da inovação tecnológica e a substituição da força de trabalho por máquinas possibilitaram a ampliação da capacidade produtiva das empresas. A incorporação de componentes tecnológicos que estimulou a produção de novas mercadorias gerou também a separação territorial entre as atividades de produção e as atividades de gestão. Novas necessidades foram criadas, o ciclo de vida dos produtos teve que ser diminuído e o financiamento para o consumo tornou-se pouco a pouco uma constante na vida dos consumidores. Com isso, surgem novas configurações nas empresas e nas cidades, o que demanda a análise das relações entre elas (SPOSITO, 2007).

Sposito (2007) enfatiza a importância de avaliar as repercussões do processo de globalização sobre o conjunto dos sistemas urbanos, considerando três aspectos extremamente relevantes: a associação entre mudanças na economia e mudanças no espaço; a articulação entre processos e formas; a necessidade de ampliar as escalas de análise.

Outra questão importante nesse debate são as transformações significativas da ideia de região. Há autores que falam na morte da região, tamanha a dificuldade de compreender os novos nexos regionais. Segundo Santos (1999), o conceito de região, configurado a partir das características relacionadas à identidade, cuja relação de solidariedade ocorre quase que exclusivamente em função dos arranjos locais, vem sendo considerado obsoleto. Para o autor, as novas definições de região têm por base os arranjos organizacionais sobre elas impostos, baseados em racionalidades de origens distantes, ou seja, as regiões tornaram-se lugares funcionais de um todo, como espaços de conveniência, que se distinguem umas das outras pela sua coerência funcional. A região continua existindo, mas o seu nível de complexidade ampliou-se significativamente, visto que nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização, fragmentação/

individualização e regionalização. Isso permite afirmar que a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território (SANTOS, 1999).

Diante disso, Santos (1999) afirma que os arranjos espaciais não são mais apenas espaços contínuos e contíguos como nas regiões do passado. Ao lado dessas manchas – ou acima delas – há constelações de pontos descontínuos que estão interligados, definindo um espaço de fluxos reguladores e que, segundo o autor, abrem espaço para novas categorias analíticas, tais como as horizontalidades e as verticalidades. As horizontalidades correspondendo à definição tradicional de região com extensões contínuas, em que a solidariedade entre os elementos formadores deve-se, sobretudo, ao processo direto de produção; e as verticalidades correspondendo a pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia, em que a solidariedade ocorre através da circulação, do intercâmbio, de suas regulações e das redes.

Segundo Santos (1999), a ciência, a tecnologia e a informação encontram-se na base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço, podendo-se afirmar que a informação é o principal vetor do processo social e que, conseqüentemente, os territórios são equipados para facilitar a sua circulação. O espaço reservado ao processo direto da produção vem se restringindo, enquanto se amplia o espaço das outras instâncias da produção: circulação, distribuição e consumo. Além disso, há um processo de especialização, com áreas onde a produção de certos itens é mais vantajosa, aumentando a necessidade de intercâmbio. Dessa forma, ampliam-se as possibilidades técnicas e organizacionais para a transferência de produtos e de gestão à distância, fazendo com que essas especializações produtivas sejam mundialmente solidárias. Alguns lugares tendem a tornar-se especializados; e isso se deve mais às condições técnicas e sociais do que aos recursos naturais. Com isso, surge a noção de produtividade espacial ou produtividade geográfica relacionada a uma atividade ou a um conjunto de atividades (SANTOS, 1999).

Klink (2012) problematiza esse debate ao mencionar que as dimensões territoriais do processo de inovação deslocaram-se para fora do objeto da empresa e da unidade produtiva, assumindo uma abordagem epistemológica na qual a metrópole e os seus múltiplos agentes e interesses desempenham um papel privilegiado como lócus de inovação. O autor também agrega contribuições de autores associados à literatura sobre *clusters*, como Porter (1986), e sobre arranjos produtivos locais, sistemas produtivos e inovativos locais, como Lastres e Cassiolato (2003), que ressaltaram, da mesma forma, os entrelaçamentos da dinâmica setorial (concentração de atividades econômicas em setores correlatos) e territorial (o ambiente produtivo propício à inovação da metrópole). Segundo

Klink (2012), abre-se assim a perspectiva de um campo de reflexão relativamente novo, que tangencia diversas áreas do conhecimento, como planejamento urbano, ciência, tecnologia e sociedade, ciência política e sociologia, entre outros aspectos, cujos contornos ainda estão muito pouco explorados.

O deslocamento do debate citado por Klink (2012), sobre as dimensões territoriais do processo de inovação para fora da empresa e da unidade produtiva, evidencia-se em Lundvall (2007), que enfatiza a importância de uma abordagem nacional para a questão da inovação e a relevância dos sistemas regionais e setoriais de inovação, dos arranjos produtivos locais/*clusters* industriais e da Triple Helix. Este último conceito, definido por Etzkowitz & Leydesdorff (2000), trata das relações universidade/empresa/governo no sistema local de inovação e da importância das universidades na produção de conhecimentos associados à resolução de problemas do setor empresarial, bem como na comercialização dos resultados dessa produção (SALERNO, 2012). A literatura que trata do fenômeno de interação e cooperação nas aglomerações produtivas criou uma diversidade de nomenclaturas para designar essas aglomerações, dentre as quais se destacam os clusters, arranjos produtivos locais, distritos industriais, polos e parques tecnológicos, *milieu* inovador e outras variações (LASTRES; CASSIOLATTO, 2003).

2 TRANSFORMAÇÕES DOS TERRITÓRIOS URBANOS E NOVAS CENTRALIDADES

Região urbana, comunidade urbana, distrito urbano, são novas entidades que, segundo Choay (1999), fazem pensar no desaparecimento da noção de cidade, da forma como foi entendida e conceituada, sobretudo na fase industrial do capitalismo. O anacronismo de “comuna”, “aldeia”, “cité” – são termos que, em breve, remeterão apenas à história ou a nostalgias carregadas de sentido (CHOAY, 1999).

Whitaker (2007) destaca que os fluxos (de mercadorias, pessoas e capitais) promovidos pelo atual estágio do capitalismo influenciam fortemente a organização dos espaços intra e interurbanos. E isso implica em mudanças no padrão produtivo, que estão associadas às novas territorialidades na estrutura das cidades e das redes urbanas. Nesse sentido, o autor destaca que a nova relação centro-periferia seria caracterizada por três dinâmicas principais: a primeira seria a dinâmica imposta pelas novas lógicas de comportamento espacial das empresas industriais, redefinindo não apenas o tecido interno das aglomerações urbanas, mas também a rede de fluxos entre aglomerações de diferentes portes (SPOSITO, 1999); a segunda diz respeito aos fluxos entre diferentes unidades da

mesma empresa e entre empresas controladas sob o mesmo capital, que geram o interesse na maior articulação entre as unidades de gestão de uma empresa ou grupo e outras empresas e/ou instituições de diversos portes, para a compra de produtos e serviços de diferentes naturezas (SPOSITO, 1999), gerando estratégias de localização que se dão, primordialmente, pela incorporação de novas áreas ao tecido urbano ou pela localização nas franjas e periferias, notadamente em nós de circulação e, muitas vezes, atendendo a vários municípios; a terceira refere-se à ocupação de áreas degradadas de grandes cidades, outrora destinadas a outros usos (equipamentos industriais, portos, etc.), que geralmente são colocadas à disposição a custos relativamente baixos e que, não raro, exigem pesados investimentos públicos para a sua revitalização ou readequação (WHITAKER, 2007).

Essas três dinâmicas operam, a nosso ver, em várias escalas diferentes e, muitas vezes, só por meio da articulação entre escalas se tornam identificáveis ou desmistificáveis, o que revela a importância da compreensão dessas duas realidades para se compreender a estruturação interna das cidades. Complementarmente, devemos compreender que a relação em dimensões e níveis diferentes – na constituição da rede de cidades e entre redes, as formas de circulação materiais e os meios de transporte são complementados pelas circulações imateriais. O que implica em se compreender que ao conjunto de usos se sobreponha e se contraponha, por vezes, a dinâmica dos fluxos (WHITAKER, 2007, p. 8).

Nesta perspectiva, é possível estabelecer associações diretas entre técnicas, tecnologias e a constituição de novas centralidades urbanas. Para o autor, a compreensão de como se dá a organização das empresas, a complexidade de seus sistemas de informação e sua inserção na estrutura da cidade pode auxiliar na identificação de novos elementos definidores da centralidade e da reestruturação urbanas. Para a análise da reestruturação urbana, o autor considera a necessidade de privilegiar a dimensão econômica e, nesse sentido, a dinâmica de localização e as relações econômicas estabelecidas entre e pelas diferentes empresas constitui importante indicador (WHITAKER, 2007).

Para se compreender a constituição da centralidade, mais do que a localização, o autor considera que os elementos determinantes são os fluxos, pois esses, incrementados pelas comunicações e telecomunicações, geram decisões, trocas, gestão, controle e irradiação de valores. Dessa forma, a centralidade é a expressão da dinâmica de definição/redefinição das áreas centrais e dos fluxos no interior da cidade, das escalas da aglomeração e da rede urbana. (WHITAKER, 2007).

Sua concepção, assim, não é una e abarca várias escalas e, sobretudo, a articulação destas através de duas argumentações básicas: a cidade se organiza articulada em redes de produção e numa relação e articulação

intra-urbana e interurbana; a cidade possui estruturas morfológicas e sociológicas e, nesse sentido, a centralidade também diz respeito a um lugar com conteúdo social, carregado de símbolos e representações. A centralidade é esse processo duplo que se expressa também pela organização de vazios, de concentração e dispersão, como aponta Lefebvre (1983, p. 46) (WHITAKER, 2007, p. 3).

Whitaker (2007) ressalta que a morfologia da cidade tem correlação com o desenho da rede urbana, e que essa característica não é exclusiva do momento atual da urbanização. A cidade mononuclear estava atrelada à hierarquia urbana clássica, dos centros principais e centros secundários, onde havia a estrutura necessária para organizar a produção e o consumo. Segundo o autor, “atualmente, lança-se mão da tecnologia e dela se serve e a ela induz o sistema hegemônico mundial. Isso implica em mudanças no padrão de produção, associadas às novas territorialidades” (WHITAKER, 2007).

3 PLANOS METROPOLITANOS, O ESTATUTO DA METRÓPOLE E A DIMENSÃO TERRITORIAL E REGIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

A Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 instituiu o Estatuto da Metrópole, estabelecendo diretrizes gerais para: (i) o planejamento, a gestão e a execução das Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC) em Regiões Metropolitanas (RMs) e Aglomerações Urbanas (AUs) instituídas pelos Estados; (ii) normas gerais sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado e outros instrumentos de governança interfederativa; (iii) critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano, abrindo espaço para um importante debate nacional sobre alcances e limitações dessa lei, bem como sobre perspectivas para o planejamento e a gestão das metrópoles brasileiras.

A nova lei apresenta dez novos Instrumentos de Desenvolvimento Urbano Integrado, adicionais aos apresentados pelo Estatuto da Cidade, sendo que o primeiro, e um dos mais desafiadores é o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), cujo prazo para execução é de três anos. Os novos planos metropolitanos deverão conter o seguinte conteúdo mínimo:

I - as diretrizes para as Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC), incluindo projetos estratégicos e ações prioritárias para investimentos;

II - o macrozoneamento da unidade territorial urbana;

III - as diretrizes quanto à articulação dos Municípios no parcelamento, uso e ocupação no solo urbano;

IV - as diretrizes quanto à articulação intersetorial das políticas públicas afetas à unidade territorial urbana;

V - a delimitação das áreas com restrições à urbanização visando à proteção do patrimônio ambiental ou cultural, bem como das áreas sujeitas ao controle especial pelo risco de desastres naturais, se existirem;

VI - o sistema de acompanhamento e controle de suas disposições.

O estabelecimento de um prazo para que as regiões metropolitanas elaborem seus PDUIs lembra o recente processo ocorrido com a promulgação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). Esse último exigia a realização de um Plano de Desenvolvimento Urbano Municipal (PDUM) em todos os municípios com mais de vinte mil habitantes ou aqueles que apresentassem algumas especificidades, tais como as cidades com potencial turístico. O principal objetivo do PDUM é estabelecer uma estratégia para a intervenção imediata, com base em alguns princípios claros de ação para o conjunto de agentes envolvidos na construção da cidade, servindo também como elemento para a gestão pactuada da cidade (ESTATUTO DA CIDADE, 2001). Durante o processo de elaboração dos PDUMs muitos municípios vivenciaram uma série de dificuldades, tanto para definir suas estratégias de desenvolvimento urbano quanto para adequar o reatamento territorial de suas diretrizes e instrumentos.

Santos Jr. e Montandon (2011) analisaram um conjunto de PDUMs e concluíram que, apesar dos avanços ocorridos na definição de instrumentos normativos, fiscais e de gestão, os municípios tiveram dificuldades para construir o diálogo com a cidade real, com os problemas urbanos e com a efetiva capacidade de gestão do município. Esse processo revelou inúmeras limitações, tais como: (i) precariedade no reatamento territorial das diretrizes e instrumentos estabelecidos nos Planos Diretores e o descolamento dos propósitos do plano com o território municipal; (ii) dificuldade para a implementação dos instrumentos voltados à promoção do direito à cidade e para a sua gestão democrática; (iii) pouca ou nenhuma inovação na relação das estratégias de ordenamento territorial e sustentabilidade ambiental; (iv) dificuldade para o enfrentamento dos conflitos vinculados à dinâmica de operacionalização das unidades de conservação integral e de outras categorias de áreas de interesse ambiental urbanas e rurais; (v) dificuldade para instituir mecanismos e instrumentos de democratização do orçamento municipal. Além disso, a maioria dos planos diretores foi realizada unicamente por técnicos e por determinados grupos da sociedade, não sendo eficaz para o enfrentamento dos problemas urbanos. Ou seja, além da

baixa legitimidade, a maior parte dos planos não expressava um pacto para o desenvolvimento urbano do município (SANTOS Jr.; MONTANDON, 2011).

Quanto aos municípios situados em regiões metropolitanas, os Planos Diretores fizeram referência à questão metropolitana em uma diversidade de temas, tais como: (i) Política Ambiental, ao tratar da gestão de bacias hidrográficas, de Unidades de Conservação e, particularmente, das Áreas de Preservação Permanente (APPs); (ii) transportes, em questões relativas ao traçado e à hierarquia dos sistemas viários; e (iii) uso e ocupação do solo, nas definições relativas aos limites e interseções de zonas urbanas e não urbanas, polaridades, multipolaridades e especializações de funções urbanas envolvendo mais de um município. No entanto, esses temas foram tratados de forma superficial e, apesar do reconhecimento da necessidade de articulação federativa, em geral, a tendência foi de privilegiar a articulação vertical com a União e com os Estados, em detrimento da articulação horizontal entre os municípios (SANTOS Jr.; MONTANDON, 2011).

Além disso, os municípios encontraram grandes dificuldades em avançar no sentido da construção e implementação de modelos de planejamento e gestão metropolitana que envolvessem arranjos institucionais de gestão e fundos. A fragilidade dos Planos Diretores, no que se refere à questão metropolitana, pode ser creditada à insuficiência das definições relativas ao papel dos governos estaduais na gestão metropolitana e na promoção de um planejamento municipal articulado à gestão metropolitana (SANTOS Jr.; MONTANDON, 2011).

Em virtude dessa experiência, avalia-se que a elaboração dos planos metropolitanos deverá evidenciar um novo conjunto de dificuldades decorrentes de: (i) trabalhar com a escala metropolitana; (ii) ausência de equipes e atividades de planejamento metropolitano na maioria das instituições brasileiras, após um longo período de pouca valorização dessa atividade no Brasil; (iii) necessidade de identificar formas de instituição das FPICs de maneira concertada, entre municípios que têm autonomia garantida; (iv) necessidade de articulação desse plano com os demais planos setoriais e com as políticas de desenvolvimento econômico, dentre outras.

A experiência dos Planos Diretores Municipais do Estatuto da Cidade, associada à ação de diversos atores, contribuiu para a aprovação da Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que instituiu o Estatuto da Metrôpole. Essa medida vem colocando as Regiões Metropolitanas (RMs) e Aglomerações Urbanas (AUs) em lugar de destaque na agenda das ações sobre o urbano, estimulando o debate sobre as configurações mais complexas da metropolização brasileira. Outro tema que se coloca é a necessidade de diálogo com a Política Nacional

de Desenvolvimento Regional, visto que muitas das RMs institucionalizadas decorrem de intenções que se lastreiam em estratégias de desenvolvimento regional (MOURA; HOSHINO, 2015).

Considerando que a maioria dos Planos de Desenvolvimento Urbano Municipal teve baixa legitimidade, não expressando um pacto para o desenvolvimento urbano dos municípios (SANTOS Jr.; MONTANDON, 2011), urge a ampliação do debate para a definição de diretrizes que orientem a elaboração dos planos metropolitanos. Nesse sentido, cabe elencar alguns aspectos relevantes no que se refere ao território e à região, que não foram tratados no Estatuto da Metrôpole.

Com referência ao quadro metropolitano oficial, Ribeiro, Santos Júnior e Rodrigues (2015) questionam a sua legitimidade funcional, em decorrência da proliferação das RMs nos Estados. Há 78 regiões metropolitanas institucionalizadas no Brasil e a lei não exige que estas sejam redefinidas. Além disso, os autores salientam que:

[...] não houve a preocupação de constituir critérios para identificar o território funcional de cada metrópole, compreendido pelos municípios que efetivamente têm relações de interdependência no plano da produção, do mercado de trabalho e da vida coletiva (RIBEIRO; SANTOS JÚNIOR; RODRIGUES, 2015).

A experiência do Estatuto da Cidade mostrou que os Planos Diretores dos municípios situados em regiões metropolitanas demonstraram as dificuldades de tratar a questão regional, ao abordar, de forma superficial, temas como limites e interseções de zonas urbanas e não urbanas, polaridades, multipolaridades e especializações de funções urbanas envolvendo mais de um município (SANTOS Jr.; MONTANDON, 2011). Para avançar nesses temas, a lei parece não levar em consideração as profundas mudanças na morfologia urbana, que, segundo Withaker (2007), denunciam um modelo de cidade que não é mais contíguo e concentrado e que, aparentemente, poderia levar a se pensar num processo de urbanização homogêneo.

Essa nova morfologia urbana reorganiza, de maneira aparentemente contraditória, a dispersão e a aglomeração, numa dinâmica que cria e recria centralidades num movimento que é poli(multi)cêntrico, como apontou Lefebvre (1962), à medida que se organiza não apenas com muitos centros, mas também com centros de conteúdos diferenciados. Portanto, para se compreender a realidade urbana, devem-se somar aos conceitos tradicionais, conceitos específicos, tais como o de rede (de intercâmbio, de comunicação). A definição do fenômeno

urbano implica considerar também as justaposições e superposições de redes, o encontro e a reunião dessas redes – umas constituídas em função do território, outras em função da indústria e outras, finalmente, em função dos demais centros da malha urbana (LÉFÈBVRE, 1982, p. 127-128; WITTHAKER, 2007, p.5).

Moura (2015) chama a atenção para outro tema não tratado na lei, ao se referir às novas categorias territoriais, como os grandes arranjos espaciais descontínuos, que reúnem conjuntos de aglomerações e centros e, por vezes, mais de uma metrópole. Esses arranjos assumem papéis de comando regional e até nacional na divisão social do trabalho, reunindo massas expressivas de população e a incidência concentrada do volume de demandas desatendidas. Ou seja, o nível de complexidade das regiões ampliou-se expressivamente e a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território (SANTOS, 1999). Além disso, Moura (2015) salienta que o Estatuto da Metrópole perdeu a chance de determinar outras exigências aos Estados, tais como: (i) a oficialização de RMs e AUs mediante consolidação comprovada; (ii) a estipulação de prazo para a organização do arranjo interfederativo e a implantação da gestão plena; (iii) a compatibilização dos demais planos setoriais ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado.

Se por um lado o Estatuto da Metrópole coloca as Regiões Metropolitanas (RMs) e Aglomerações Urbanas (AUs) em lugar de destaque na agenda das ações sobre o urbano, ao estimular o debate sobre as configurações mais complexas da metropolização brasileira e o diálogo com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (MOURA; HOSHINO, 2015), por outro, as exigências do Estatuto da Metrópole impõem um prazo muito exíguo para a elaboração dos PDUIs. Tarefas como a análise da conjuntura metropolitana, a escolha da base conceitual, a discussão sobre o modelo de planejamento a ser adotado nas regiões metropolitanas brasileiras, entre outras ações, demandam importantes reflexões, bem como a recomposição de equipes de trabalho e, em alguns casos, de instituições responsáveis pelo planejamento metropolitano nos Estados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As regiões metropolitanas brasileiras constituem territórios de complexidades muito distintas. Além disso, passam por um conjunto de transformações significativas devido ao impacto da reestruturação produtiva, com relocação de atividades produtivas, que geram fluxos materiais e imateriais e novas configurações socioespaciais. Neste contexto, o Estatuto da Metrópole

(2015) estabelece alguns desafios relativos à reconfiguração de importantes conceitos e práticas, tais como o planejamento metropolitano.

O texto discute a necessária revisão de antigos conceitos como território, região e redes tecnológicas e informacionais, que devem ser observados à luz da reestruturação produtiva e de seus impactos em escala metropolitana, tais como o processo de reorganização de atividades estratégicas (principalmente industriais e serviços), alterações na estrutura do mercado de trabalho e as configurações socioespaciais que resultam dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações.

A RM também enfrenta os problemas decorrentes do esgotamento do modelo anterior de gestão e planejamento, acompanhado da redução da capacidade decisória do organismo metropolitano. Se por um lado, ainda não foram resolvidos problemas antigos, a complexidade da situação atual acrescentou outros, cuja solução não é exclusivamente técnica. Em um contexto de forte tradição municipalista, desde o início dos anos 1990, multiplicaram-se no Estado as iniciativas no sentido de efetivar a participação da sociedade em diferentes níveis e formas, para a formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas, inclusive as que dizem respeito à gestão metropolitana.

Nos âmbito dos municípios e, mais recentemente, também dos Estados, têm surgido práticas inovadoras, das quais a mais conhecida e analisada é o Orçamento Participativo de Porto Alegre, vigente desde 1989, e hoje já adotado por vários municípios, principalmente da RMPA. No âmbito estadual, destaca-se a implantação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), seguidos da Consulta Popular, do Orçamento Participativo Estadual e do Fórum Democrático. Transcorrida mais de uma década do início desse processo, esse conjunto de experiências de gestão cooperativa, com seus diferentes instrumentos, constitui uma fonte de ensinamentos sobre como enfrentar os problemas e produzir soluções negociadas, capazes de garantir condições de governabilidade e governança.

Moura (2015) destaca que a nova lei não contempla a diversidade de configurações espaciais do processo de metropolização brasileiro, focando apenas nas RMs e AUs, incluindo as regiões de fronteira. Os grandes arranjos espaciais descontínuos, que abrangem conjuntos de aglomerações e centros urbanos, por vezes mais de uma metrópole, ainda estão por ser analisados. De qualquer forma, a nova lei disciplina a institucionalização e a governança dessas unidades territoriais urbanas nos estados, penalizando autoridades pelo descumprimento de seus dispositivos, o que traz um importante avanço com relação ao estatuto existente (MOURA; HOSHINO, 2015).

O momento atual de reestruturação produtiva da economia mundial e de aceleração das dinâmicas de informação, comunicação e inovação abrem, ao mesmo tempo, limites e potencialidades para as metrópoles (KLINK, 2012). Neste contexto, percebe-se que o Estatuto da Metrópole não trata de questões relativas às novas formas de uso e ocupação do território decorrentes do novo modelo de produção (trabalho em rede, trabalho em cooperação, APLs, parques tecnológicos, etc.).

A breve reflexão sobre planejamento metropolitano, relações entre territórios, modelos produtivos e inovações, com destaque para novos conceitos de região (SANTOS, 1999) e as transformações dos territórios e novas centralidades urbanas (WITHAKER, 2007) e, mais recentemente, a discussão sobre as imbricações entre o processo de reestruturação produtiva na economia mundial e a emergência das metrópoles como motor da inovação em Klink (2012), reforçam a ideia de que para avançarmos nas reflexões sobre planejamento metropolitano é fundamental compreender os processos de reestruturação urbana que vem ocorrendo nas metrópoles brasileiras e, para tanto, buscar o entendimento das transformações territoriais decorrentes das atividades econômicas. Nesse sentido, Withaker (2007) destaca que a dinâmica de localização e as relações econômicas estabelecidas pelas e entre as diferentes firmas constitui um importante indicador para a compreensão do território.

Nesse ambiente institui-se o Estatuto da Metrópole, visando disciplinar a institucionalização e a governança de unidades territoriais urbanas nos Estados, bem como penalizar autoridades de diferentes escalões pelo descumprimento de seus dispositivos. A instituição da lei, por si, representa um avanço. No entanto, as ideias de região metropolitana e de plano metropolitano embutidas na lei abrem espaço para vários questionamentos.

A experiência do Estatuto da Cidade e a exigência de implantação do PDUM a partir do diálogo com a cidade real, com os problemas urbanos e com a efetiva capacidade de gestão do município, mostrou que a imposição dos planos diretores não é suficiente para um verdadeiro avanço das atividades de planejamento urbano municipal. Seus resultados caracterizam-se pela baixa legitimidade e por não expressar um pacto para o desenvolvimento urbano do município (SANTOS Jr.; MONTANDON, 2011).

REFERÊNCIAS

CHOAY, F. O reino do urbano e a morte da cidade. **Projeto História, São Paulo**, v. 18, p. 67-89, 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/ghissia-hauser/Downloads/10977-26958-1-SM%20(3).PDF>. Acesso em: 7 mar. 2016.

ESTATUTO DA CIDADE. **Lei Federal nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 7 mar. 2016.

ESTATUTO DA METROPOLE. **Lei Federal nº 13.089**, de 12 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm>. Acesso em: 7 mar. 2016.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university-industry-government relations. **Research Policy**, n. 29, 2000.

KLINK, J. Os territórios da inovação. Retomando o debate (normativo) sobre a experiência do ABC paulista, **Revista Contemporâneo**, São Paulo, n. 9, 2012. Disponível em: <<http://www.revistacontemporaneos.com.br/n9/dossie/territorios-inovacao.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

LUNDVALL, B. **Postscript: innovation system research: where it came from and where it might go**. Aalborg: [s.n.], 2007.

MOURA, R.; HOSHINO, T.A.P. Estatuto da Metrópole: enfim, Aprovado! Mas o que oferece à metropolização brasileira? In: **Observatório das Metrópoles**. Brasília: INCT/CNPq, 2015.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. 17. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS Jr. O. A.; RODRIGUES, J. M. Estatuto da Metrópole: o que esperar? Avanços, limites e desafios In: **Observatório das Metrópoles**. Brasília: INCT/CNPq, 2015.

SALERNO, M. S. Inovação tecnológica e trajetória recente da política industrial. **Revista USP**, São Paulo, n. 93, p. 45-58, mar.-maio, 2012.

SANTOS JR., O. A.; MONTANDON, D. T. (Org.). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

SANTOS, M. Modo de Produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 6, 1999.

SPOSITO, M. E. B. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. Cidades médias: reestruturação da cidade e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WHITACKER, A. M. Inovações Tecnológicas, Mudanças nos Padrões Locacionais e na Configuração da Centralidade em Cidades Médias. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, n. 245, 2007.

Texto submetido à Revista em 01.04.2016
Aceito para publicação em 08.09.2016



Ciudades amazónicas intermedias, pesca y fronteras

Cidades médias amazônicas, pesca e fronteiras

Yohana Pantevis - Historiadora, Mestre en Estudios Amazónicos por la Universidad Nacional de Colombia e Doutoranda en Estudios Amazónicos por la Universidad Nacional de Colombia., Sede Amazonia.

Germán Palacio - PhD Historia; Profesor Titular de la Universidad Nacional de Colombia, Sede Amazonia.

Resumo

Leticia, Amazonas, Colombia, durante la década de 1950 de apariencia aldeana, vivió un importante proceso de crecimiento y modernización generado principalmente por las inversiones del Estado, argumenta Jorge Picón (2010). Yohana Pantevis (2013) propuso que el desarrollo de actividades comerciales permitió el surgimiento y consolidación del sector privado como un factor explicativo clave al igual que el Estado. Este artículo, apunta a encadenar estas dos explicaciones. Muestra que una combinación de Estado con inversiones de un emergente sector privado dio lugar a una fuerte actividad económica que ha definido, en buena medida, el desarrollo de la ciudad. Lo que de alguna forma contradice las teorías que sostienen que la ausencia de Estado es característico de los territorios de frontera; contradice las tesis neoliberales sobre que el mercado y el sector privado son los agentes de desarrollo y que el Estado debe reducirse a su menor expresión. Aquí se ilustra este argumento de engranzamiento entre lo público y lo privado, con el desarrollo urbano de ciudades intermedias, utilizando el caso de Leticia, Amazonas.

Palavras-chave

Historia. Pesca. Frontera. Estado y mercado.

Abstract

Leticia, Amazonas, Colômbia, de aparência aldeã durante a década de 1950, viveu um importante processo de crescimento e modernização, gerado principalmente pelos investimentos do Estado, argumenta Jorge Picón (2010). Yohana Pantevis (2013) propus que o desenvolvimento de atividades comerciais permitiu o surgimento e consolidação do setor privado, como um fator explicativo chave ao igual que o do Estado. Este artigo procura encadear estas duas explicações. Mostra que uma combinação de Estado e investimentos de um emergente setor privado deu lugar a uma forte atividade econômica que tem definido, em boa medida, o desenvolvimento da cidade. O que de alguma forma contradiz as teorias que sustentam que a ausência do Estado é característico dos territórios de fronteira; contradiz as teses neoliberais de que o mercado e o setor privado são os agentes de desenvolvimento e que o Estado deve se reduzir a sua menor expressão. Ilustra-se aqui este argumento de entroncamento entre o público e o privado, com o desenvolvimento urbano de cidades médias, utilizando o caso de Leticia, Amazonas.

Keywords

História. Pesca. Frontera. Estado y mercado

INTRODUCCIÓN

Desde el conflicto con el Perú en la década de 1930, al poblado de Leticia se le reconoció una importancia geopolítica en la frontera de Colombia con Perú y Brasil. Leticia es una ciudad-puerto sobre el río Amazonas que surgió y se desarrolló a través de la acción del Estado y el comercio¹. Después de la segunda mitad del siglo XX la actividad mercantil más importante, junto con la exportación de pieles y animales, y dejando de lado la economía ilegal de la coca, que serán motivo de estudio en otro artículo, fue y ha sido la comercialización de pescado. Dicha actividad fue desarrollada inicialmente por comerciantes provenientes de la zona andina del país, quienes vieron en este recurso una mercancía promisoría que servía como carga de compensación, es decir, carga para garantizar la rentabilidad de los vuelos comerciales en la ruta Leticia–Bogotá. Es importante destacar que esta actividad trajo consigo una transformación y una mediana tecnificación en el proceso de explotación que es descrita por los pescadores como “más peces, en menos tiempo y esfuerzo”².

Aunque la quina y el caucho son mercancías emblemáticas del extractivismo amazónico, evidentemente, la pesca es una de las actividades más antiguas de la Amazonia y en las últimas décadas se ha convertido en una importante actividad comercial para Leticia y otras poblaciones del departamento del Amazonas. Con una presión demográfica baja, la cantidad de pescado es clave para alimentar una población ribereña y también para generar excedentes. Adicionalmente, con el descubrimiento de la biodiversidad a fines del siglo XX, expertos señalan la importancia de la diversidad íctica. Este potencial de la cuenca amazónica ha sido ampliamente reconocido y para el año 2006 se calculó que existen por lo menos 2.000 especies³, de las cuales se reportan al menos 94 especies de interés económico; 31 se comercializan como ornamentales; 50 como peces de consumo; y 13 especies son destinadas para ambos fines (SALINAS; AGUDELO, 2000). Sin embargo, la explotación comercial se concentra sólo en el 5% de las especies existentes. Esta riqueza íctica está condicionada por tiempos de abundancia y de escasez, en donde solo el conocimiento del comportamiento de los elementos que la conforman –la tierra, el bosque y el río– permitirían satisfacer casi por completo las necesidades de la población que la habita (WITKOSKI, 2007).

¹ Para mayor información sobre la fundación de la ciudad de Leticia ver: PICÓN, J. (2010); NAVIA, G. (1994).

² Entrevista realizada a pescadores y miembros de ASOPESCAM en Leticia 2012.

³ La cuenca del río Amazonas es la más grande del mundo (7.500.000 km²) y desde una perspectiva ecológica es un sistema pulsante altamente productivo, principalmente por el aporte periódico de sedimentos ricos en nutrientes que son arrastrados desde la cordillera de los Andes por las aguas del río Amazonas. Ver: GALVIS et al, (2006).

En su libro *Violencia política en Colombia: de la nación fragmentada a la construcción del Estado*, el historiador Fernán González (2002) propone que el Estado (colombiano) se construye en tiempos y espacios temporalmente diferenciados o, mejor, decimos nosotros, no sincronizados. Germán Palacio (2006) ha propuesto que la historia amazónica es asincrónica y excéntrica para reflejar esa diferenciación en tiempo y espacio. Es curioso y hasta paradójico que, muchas veces, lugares de la Amazonia son considerados lugares remotos desconectados del mundo y preservados de la civilización occidental, cuando una característica histórica clave de buena parte de la Amazonia es que su conexión con el mundo es más fuerte o recurrente que con la Nación. Por ello se puede decir que la Amazonia ha hecho parte de la interconexión global desde los viajes de Francisco de Orellana en 1538 (PALACIO, 2008).

Dejando de lado grandes y populosas ciudades amazónicas tales como Belem do Pará, fundada en el siglo XVII; Manaus, siglo XVIII e Iquitos, siglo XIX, todas consolidadas en épocas de la expansión mundial del caucho y la seringa desde fines del siglo XIX, recientemente estudios de ciudades intermedias en la Amazonia han empezado a llamar la atención, máxime que su crecimiento demográfico ha estado despuntando en los últimos tiempos y el interés por estudiarles es creciente (ANGEOLETTO; ESSY; RUIZ, 2016).

Este estudio incorpora elementos claves de la historia de la ciudad de Leticia, propuesto por Jorge Picón (2010) y que atribuye al Estado la transformación de una aldea en ciudad sobre la base de inversiones del Estado colombiano en la época del General Gustavo Rojas Pinilla, caudillo y líder militar en los años 1950s en Colombia. Avanzando sobre esta idea, Yohana Pantevis (2013) ha mostrado que la historia de la pesca, abanderado por el sector privado, fue igualmente clave para este proceso. De una parte, el Estado aportó sustancialmente al desarrollo urbano de la ciudad conectándola con la capital del país, a través de la construcción del aeropuerto para hacer posible el comercio de pieles, de otra, el comercio de pescado de Leticia a Bogotá ha sido jalonado por el sector privado, para lo cual se requirieron traer aviones comerciales, con lo cual, los dos sectores se retroalimentan. En síntesis, el desarrollo del capitalismo naciente en la región amazónica está atado al papel clave del Estado y de un sector privado que aprovecha lo realizado por el Estado. Por razones históricas de carácter geopolítico, una población de enclave se fue consolidando desde la década de los 1950's. La relación entre la ciudad y la pesca puede servir de elemento clave para el análisis de las ciudades pequeñas y medianas en el medio Amazonas. La transformación de la "frontera" en "región" implica el desarrollo de ciudades capitales, como es el caso de Leticia.

1 EL NACIMIENTO DE UNA CIUDAD DE SELVA

Leticia es una ciudad-puerto sobre el río Amazonas, 4 grados sur, el punto más meridional de Colombia en la selva amazónica. Fue fundada por el capitán peruano Benigno Bustamante el 25 de abril de 1867 como el fuerte “Gran Mariscal Ramón Castilla” o San Antonio como parte del proceso de consolidación peruano sobre la Amazonia y década y media antes de la Guerra del Pacífico que resultó en la derrota de Perú y Bolivia ante Chile y que, probablemente, desvió la atención de la elite peruana de sus intentos de consolidar sus avances territoriales sobre la Amazonia a costa de las aspiraciones de Ecuador y Colombia. El 15 de diciembre de 1867, Manuel Charón, ingeniero de la Comisión Hidrográfica del Amazonas, cambió el nombre del puerto por el de Leticia; según la historia popular, en honor a una joven de familia anglo-peruana llamada Leticia Smith Buitrón (PANTEVIS, 2015). Con el paso de los años el puerto fue convirtiéndose en un punto de comercio fluvial y en 1900 el estado peruano creó la “Aduanilla” para controlar el tráfico de caucho. A principios del Siglo XX y tras la firma del Tratado Lozano–Salomón entre Colombia y Perú en 1922, a través del cual se traza el así conocido como Trapecio Amazónico, cediendo Perú a Colombia la soberanía sobre Leticia a través del cual el estado colombiano adquirió una salida al río Amazonas y el estado peruano se hizo acreedor formal y oficial de una frontera hasta la margen derecha del río Putumayo (GONZÁLEZ-PEÑA; SAMACÁ, 2012, p. 376). Enseguida, se crea la Comisaria Especial de Amazonas, artículo 3° de la Ley 96 de 1928, aunque se trata de la organización de un territorio que permanece, como muchos otros territorios de Colombia en la Amazonia y en la Orinoquia y el extremo norte del Caribe en la Guajira, en una especie de estatus colonial interno administrado por el Estado nacional desde Bogotá, como una parte de lo que se conocía como “territorios nacionales”.

En 1930 arribó a Leticia el coronel Luis Acevedo en el vapor “Nariño”, designado para recibir los territorios que pasarían a ser parte del territorio nacional por parte de Perú a Colombia, trayendo consigo al primer Comisario del Amazonas, el señor Abdón Villareal, al padre Bartolomé de Igualada, y a 32 civiles más para repoblar con nacionales colombianos la ciudad (RUIZ, 2001), ya que para ese momento la mayoría de la población era de origen peruano (ZÁRATE, 2008). Se trazaron las calles siguiendo el modelo español de cuadrícula, el modelo ortogonal de la ciudad colonial, que facilitó la adjudicación gratuita de los primeros lotes a los colonos que llegaron a la ciudad.

En septiembre de 1932, un grupo de ciudadanos peruanos, habitantes del vecino departamento de Loreto, con un fuerte arraigo identitario, irrumpieron

en Leticia dando inicio al conflicto colombo-peruano que finalizó en mayo de 1934, generando una ruptura entre el borroso pasado colonial amazónico y la inmersión de la ciudad en la lógica institucional del estado colombiano. En el momento que ocurrió el asalto a Leticia, el contexto de la Gran Depresión de fines de los años 20's presiono a la baja el café y el petróleo, y generó la caída de los precios agrícolas; junto con unos ingresos fiscales reducidos que complejizaban el escenario nacional, acabaron por dar al traste con la hegemonía conservadora construida desde la década de 1880s con la promulgación de una Constitución fuertemente centralista que perduró por cien años.

Cuando llegó a Bogotá la noticia de que Leticia había sido invadida por los peruanos, loretanos (Loreto es el departamento peruano contiguo a Amazonas) en sentido más estricto, no necesariamente apoyados por el gobierno central en Lima, las elites colombianas se olvidaron por un momento de las cuestiones económicas y políticas internas y el nuevo gobierno liberal pidió apoyo de toda la ciudadanía para confrontar esta situación. Una vez solucionado el conflicto, sobre el cual este artículo no se detiene⁴, se precisaron los límites fronterizos y se sentaron algunas bases para intentar consolidar las líneas fronterizas internacionales de Colombia que, en buena medida se lograron, con excepción de los casos disputados entre Colombia y Venezuela, así como con Nicaragua que persisten hasta hoy en día.

La ubicación geográfica de la ciudad se enmarca en un punto de encuentro que da frente a Brasil, Perú y Colombia. Desde un contexto nacional se trataba de una ciudad de enclave a la cual sólo se accede a ella por vía aérea desde la ciudad de Bogotá, o fluvial por el río Putumayo hasta llegar por el Içá, Brasil, y regresándose por el Amazonas que los brasileiros llaman Solimões.

Tras el conflicto colombo-peruano, la ciudad es percibida por los colombianos bajo el lente de importancia simbólica y geopolítica, aunque desconectada del resto del país, poco a poco consolida una importante estructura urbana regional “tanto con funciones de control territorial, de los flujos comerciales y humanos, así como enlace comercial entre los estados limítrofes” (APONTE, 2011, p. 34). Avanzando los años 1950s, bajo una política de apropiación de las fronteras lideradas por el General Rojas Pinilla, se iniciaron varias obras públicas con el fin de mejorar la infraestructura básica en cuanto a servicios públicos domiciliarios, educación, comunicación y transporte, hasta ese entonces casi que inexistentes (PICÓN, 2010). Sin embargo, el papel del Estado para delimitar los bordes internacionales y construir un poblado de enclave son insuficientes para comprender el proceso de consolidación de Leticia. La quina y

⁴ Para mayor información sobre el conflicto ver: DONADIO (2002).

el caucho, bastante estudiados pueden ser los más importantes antecedentes de las economías extractivistas de la región. Sin embargo, en el siglo XX, el comercio de piles y de fauna, primero y, luego, la comercialización de pescado son claves para la consolidación de la ciudad.

2 EL PAPEL DE LAS PIELES Y LA FAUNA SILVESTRE PARA LA CONSOLIDACIÓN DE UNA CIUDAD DE ENCLAVE

Los primeros pasos de producción industrial se dan con la fábrica de bebidas gaseosas “El Progreso”, fundada en 1938 por Don Antonio Perea consolidándose a nivel local y fronterizo (PICÓN, 2010, p. 68). Durante la década de 1950 se evidencia un incremento del sector privado con el surgimiento de casas comerciales, tiendas y panaderías. Sin embargo, lo que verdaderamente empieza a cambiar significativamente la situación es que a mediados del siglo XX surgió un importante comercio de pieles y de fauna silvestre en la región amazónica; las pieles eran utilizadas en la elaboración de bolsos, chaquetas, sombreros y zapatos, comercializados principalmente en Europa y Estados Unidos; mientras que la fauna silvestre era comercializada en zoológicos, universidades y tiendas de mascotas en Estados Unidos principalmente⁵. Probablemente, la industria del entretenimiento de Florida y del cinturón del sol en los Estados Unidos también juega un papel importante. Esta nueva bonanza extractiva revive en los colonos asentados en la ciudad la posibilidad de impulsar el comercio y los medios de transporte, siendo la extracción de fauna silvestre y pieles un dinamizador de la economía local y generador de ingresos que prometía, para algunos, como se decía en la época, traer el tan anhelado progreso. La gran demanda externa de fauna silvestre y pieles permitió que la aviación comercial en la ciudad fuera liderada por el sector privado que necesitaba enviar al exterior del país una parte de los recursos naturales existente en la región.

Desde 1941 se había establecido una línea semanal de servicio aéreo en la ruta Bogotá – Leticia en el hidroavión PBY Catalina, pero este avión era bastante lento y tenía poca capacidad de carga, limitando el crecimiento de la actividad comercial. Luego, los comerciantes locales empezarán a recordar con gran gratitud al militar Rojas Pinilla, quién antes de ser presidente se desempeñó como director de la Aeronáutica Civil y se interesó en unir al país a través del

⁵ Palabras de Mike Tsalickis, propietario de la empresa Tarpoon Zoo. Entrevista concedida a Germán Palacio en Tampa - Florida, 13 de marzo de 2013.

proyecto “Pistas de aterrizaje en Colombia” que pretendía además de Leticia conectar otras regiones apartadas con el interior del país, a fin de poder ejercer la soberanía nacional (ESCOBAR, 2008). Fue así como en 1950 se construyó en Leticia una rudimentaria pista de 900 metros de longitud que permitió el transporte de pasajeros y carga en aviones con ruedas (ESCOBAR, 2010). Así, asegurar la soberanía nacional es combinada con el impulso del comercio de una ciudad de enclave en la frontera amazónica.

En 1955 se iniciaron las obras para construir un aeródromo que recibiría aviones de mayor capacidad de carga, apoyado por el Ministerio de Guerra, como se llamaba en la época el actual Ministerio de Defensa, y el Departamento de la Aeronáutica Civil. La pista original fue prolongada hasta 1.300 metros, lo que permitió la operación de aviones DC-4 y su construcción fuera encomendada a la Empresa Colombiana de Aeródromos, quién elaboró los estudios topográficos, el diseño de la pista y del edificio que conformarían el aeropuerto. Ese mismo año se inició el servicio del aeropuerto Alfredo Vásquez Cobo, recordando al general conservador de la época de la Guerra con el Perú, con la exoneración del pago a las compañías aéreas por los servicios de aterrizaje y radio-ayudas, según Resolución Reglamentaria No. 12 de 1955, emitida por la Empresa Colombiana de Aeródromos – ECA, como un incentivo a las empresas aéreas nacionales e internacionales para garantizar la prestación del servicio en la región.

El argumento del Estado para justificar la financiación y construcción del aeropuerto era la urgente necesidad de proveer a la región de mercancías desde el interior del país ya que estaba desprovista de bienes de consumo intermedios para los nuevos pobladores colonos y funcionarios estatales. Esta situación facilitó la exportación de fauna silvestre y pieles, junto con la comercialización de maderas finas que fueron transportados de Leticia a Bogotá como carga de compensación.

Leticia tuvo una significativa participación en este comercio, destacándose junto con Barranquilla en la costa Caribe e Iquitos en la selva amazónica peruana, como importantes centros de explotación en Suramérica (BAPTISTE et al, 2007), Mike Tsalickis, antecesor de las celebridades del programa de televisión “*Animal Planet*” y el mayor comerciante de fauna en la ciudad, “compró en 1968, a indígenas locales 14.890 animales silvestres y vendió 10.921 repartidos así: 47% de primates; 0,2% de carnívoros; 52% de aves y 0,62% de serpientes” (BAPTISTE et al, 2007, p. 9).

Nuestras fuentes orales, producto de conversaciones con los pobladores identifican este período como la época de las tigrilladas durante la cual se realizó una explotación masiva de pieles de jaguares (*Panthera onca*) y nutrias (*Pteronura brasiliensis*). También hay que resaltar que se realizó una importante extracción y comercialización de fauna silvestre que ha sido poco documentada. Solo para citar un ejemplo, en 1957 Mike Tsalickis y Max Oldenburg crearon la sociedad Aero Tarpon Zoo Ltda., hoy en día localizado en Tarpon Spring, 45 minutos al norte de Tampa la parte del golfo de México en la Florida, quienes con un hidroavión Catalina viajaban hasta Tarapacá, Pedrera, Mitú y Araracuara, trayendo especies silvestres a la ciudad de Leticia y luego las embarcaban rumbo a la ciudad de Tampa y Miami – USA⁶.

El escenario nacional y local anteriormente descrito posibilitó el inicio de la comercialización de pescado a mediados del siglo XX en la ciudad de Leticia, gracias a la apertura de nuevas líneas comerciales tanto aéreas como fluviales. Así se originó una estrecha relación entre la historia de la extracción de fauna y pesca con fines comerciales con la historia del transporte en la selva amazónica colombiana (RODRÍGUEZ, 1991, 39), al mismo tiempo que emparenta la inversión del Estado en infraestructura como condición de desarrollo del sector privado. Leticia fue conectada con el país a través de la aviación, que a su vez sirvió para enviar animales silvestres, pieles y otros productos de la selva a Bogotá. Con ello se incrementó del número de militares y policías en la ciudad, se realizaron mejoras en los sistemas de comunicación, en donde la actividad privada fue acompañada de inversión pública, evidenciando una rápida modernización de la ciudad a mediados del siglo XX, lo que sentó las bases para convertirse en una importante ciudad comercial, junto con su ciudad “gemela” Tabatinga, sobre el río Amazonas, en medio de Iquitos (Perú) y Manaus (Brasil).

Desde entonces, el presupuesto del gobierno central ha sido un importante soporte económico de la ciudad que ha fortalecido las actividades comerciales, de una población que demanda bienes de consumo provenientes del interior del país y de los países vecinos, contribuyendo a la activación del comercio por vía fluvial en el transporte de alimentos y materiales de construcción y poco a poco el sector privado empieza a dinamizar algunos sectores económicos, siendo el envío de pescado a Bogotá, uno de los factores clave de esa dinamización.

⁶ Palabras de Mike Tsalickis, propietario de la empresa Tarpon Zoo. Entrevista concedida a Germán Palacio en Tampa - Florida, 13 de marzo de 2013.

3 INDUSTRIA PESQUERA Y FACTORES CLAVE PARA COMPRENDER LA IRRUPCIÓN DE LETICIA EN EL MERCADO DE PESCA CONTINENTAL (FLUVIAL)⁷

Si bien la comercialización de pescado de Leticia a Bogotá es decisiva para entender el desarrollo de la ciudad, no es autoevidente que haya empresarios que se quieran arriesgar enviándolo en avión sino hasta cuando se dieron las condiciones logísticas y de mercado que abrieron esa oportunidad. En lo que sigue se tocan 4 factores que pueden explicar el aprovechamiento de un nicho de mercado desde Leticia y que se describen a lo largo del texto: (I) la demanda de pescado a nivel nacional, (II) la abundancia de las especies explotadas, (III) la disponibilidad tecnológica para la pesca y (IV) la conservación y transporte del pescado.

A grandes rasgos lo que ocurre puede ser visto así: gran crecimiento de la pesca continental desde los años 50's que se ha mantenido constante debido a aparentes mejoras tecnológicas que pueden ser vistas como desmejoras para el medio ambiente. Es importante aclarar que los estudios consultados reconocen que los reportes de datos -nacionales o regionales - de pesca continental, pueden ser insuficientes e incompletos por la dispersión o falta de información, por lo que hasta el momento las estadísticas pesqueras existentes corresponden a los desembarques de pescado en los principales puertos, "dejando por fuera las pesquerías de subsistencia y las de comercio local" (VALBO-JORGENSEN; SOTO; GUMY, 2002, p. 2).

Para comprender mejor como se abrió la oportunidad para Leticia, la pesca continental en América Latina ha presentado un crecimiento constante, como se registró en el año 2004 con el desembarque de 552.000 toneladas, correspondiente al 5,7% de las capturas continentales mundiales. En Latinoamérica, el 90% del total de estas capturas se concentraba solo en seis países; Brasil: 45%; México: 18%; Venezuela: 9%; Perú: 7%; Argentina: 6%; Colombia: 5% (VALBO-JORGENSEN; SOTO; GUMY, 2002, p. 3).

⁷ Para plasmar este trabajo se consultó una extensa bibliografía secundaria compuesta por estudios de investigación, técnicos, biológicos, proyectos institucionales y tesis, relacionados con la actividad pesquera en la región. También se revisaron archivos públicos y privados, tales como la Biblioteca del Banco de la República sucursal Leticia, Biblioteca Nacional de Colombia, Boletín Estadístico Pesquero - INPA, Gobernación de Amazonas, Alcaldía de Leticia, SINCHI y Cámara de Comercio del Amazonas. Se realizó la revisión de periódicos de circulación local y nacional: La hoja parroquial (1955-1970), periódico Anaconda (1988-2008), El Espectador y El Tiempo (1968-1980). Se realizaron una serie de entrevistas a investigadores académicos en la región, a funcionarios de la Aeronáutica civil, de la Cámara de Comercio del Amazonas, y de la oficina de rentas de la Alcaldía de Leticia. Se entrevistaron comerciantes locales (venta de motores, implementos para la pesca y combustibles), pescadores, intermediarios, acopiadores y transportadores de carga en la ciudad de Leticia, Tabatinga (Brasil), Santa Rosa y Caballo Cocha (Perú) y se realizaron dos visitas a la Plaza de mercado de Paloquemao en la ciudad de Bogotá.

Los dos primeros países son los responsables del significativo aumento de la producción, y en el caso de Brasil, se explica por el aumento de los desembarques de la pesca industrial en el delta amazónico, mientras que, para México, por la repoblación de embalses.

Algunos autores se han referido a la crisis global de la pesca. Es importante tener en cuenta este factor ya que permitiría que Leticia en un momento dado llene un nicho de mercado. En el caso específico del medio Amazonas, es decir, lugar en que suele ubicarse Leticia y Tabatinga, entre Manaus e Iquitos, el cuadro no se puede ver como una réplica simple o mecánica de la crisis global de la pesca. Esta crisis se debe ver de manera escalonada, de modo que se presenta primero en algunos lugares y así son buscados otros para sustituirlos. Aunque todavía puede ser cierto que en el imaginario de las poblaciones de pescadores amazónicos prevalece la idea de que el recurso pesquero es inagotable, esto se debe a que el medio Amazonas ha sido foco más reciente de comerciantes de pescado que en otros lugares. Evidentemente la explotación excesiva disminuye la pesca al punto de desaparecer a las especies de mayor importancia comercial (DÍAZ, 1993), generando no solo un daño ambiental en la cadena trófica⁸, sino también consecuencias económicas y sociales para las familias que dependen exclusivamente de la actividad pesquera (MOJICA, 2002).

En consecuencia, uno de los factores macro que se debe tener en cuenta es la “crisis pesquera” global y su relación con *el consumo* de pescado en Colombia primero y luego en la Amazonia. Los estudios pesqueros existentes en Colombia nos permiten identificar problemas en común en las pesquerías continentales e incluso realizar comparaciones sobre el proceso de explotación pesquera entre algunas cuencas nacionales, por ejemplo, la cuenca del río Magdalena, el Sinú y el Amazonas. En general, podemos afirmar que, a raíz del incremento de la demanda del mercado nacional desde mediados del siglo XX, se introdujeron en estas cuencas nuevos artes de pesca y se mejoró en algunos casos la capacidad de almacenamiento y transporte, pretendiendo alcanzar una semi-industrialización de la actividad, aunque prevalecen los métodos tradicionales de pesca; esto trajo consigo el aumento de la explotación de las especies en las cuales se ha concentrado la demanda. Sin embargo, a mediano y largo plazo, este “mejoramiento” tecnológico generó una disminución de las poblaciones existentes, e inició la explotación de otras especies que antes carecían de valor económico. Podemos pasar así a presentar la situación del consumo de pescado en Colombia, que ha dado lugar a convertir el Medio Amazonas como un lugar

⁸ Generalmente se explotan las especies de mayor tamaño que se encuentran en la parte alta de la cadena trófica, tal como sucede con los bagres en la región amazónica.

importante para la pesca y el efecto consiguiente que presenta este artículo en términos del desarrollo y transformación urbana de Leticia.

4 EL CONSUMO DE PESCADO EN COLOMBIA

Se suele considerar que en Colombia el consumo de pescado es bajo. Con el fin de contextualizar esta afirmación, según el último estudio de 17 de Agosto de 2016 de la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación – FAO, el consumo per cápita de pescado en Colombia es de aproximadamente 6 kilos por año, muy por debajo del crecimiento mundial 20 kilos per cápita/año, y de la media latinoamericana 9 kilos per cápita/año (FAO, 2016). Una de las razones es histórica. El poblamiento colombiano se concentró en los Andes, casi desde la Colonia y el período Republicano. La capital y los ejes de poblamiento más importantes estuvieron en los Andes y la costa. En la costa Caribe, las ciudades coloniales, Cartagena, Santa Marta y Riohacha se estancaron durante la República y sólo Barranquilla llegó a ser importante desde fines del siglo XIX, al tiempo que el eje del río Magdalena se constituye en la clave de la nacionalidad en la primera parte del siglo XX. Así la pesca comercial se concentró en el río Magdalena. Los bogotanos aprendieron a comer viudo de pescado, bagres principalmente cuando descendieron del altiplano a tierra caliente desde mediados del siglo XIX (PALACIO, 2006). La pesca comercial en Colombia se ha concentrado en el río Magdalena cercano a los principales mercados, en particular, Bogotá, y hasta hace poco no se contabilizaba la rica cuenca orinocense.

Desde la década de 1930 se empezaron a gestar iniciativas para impulsar la industria pesquera y promover el consumo de pescado a nivel nacional, sustentadas en ideas nutricionales como las del intelectual antioqueño Luis López de Mesa⁹, quien exhortaba sobre el atraso de la civilización y la raza colombiana, generado en buena medida por la carencia de fósforo y calcio. Se consideraba importante suplir esas carencias alimenticias a través del consumo de pescado, ya que este recurso contiene altos niveles de fósforo y calcio, se evitaba “el problema de la degradación racial asociada al estancamiento del país en su camino hacia la civilización y el progreso” (CAMARGO, 2009, p. 179). En la época se refleja

⁹ “Humanista antioqueño, estudio medicina en la Universidad Nacional (1912), se especializó en psiquiatría y psicología en la Universidad de Harvard. En 1934 a través del Ministerio de Educación impulsó un programa para mejorar la instrucción académica en los establecimientos de enseñanza y a la vez, transformar el ámbito social y cultural de la comunidad, revolucionando sus hábitos alimenticios, de vivienda y de vestuario. A través de sus numerosos ensayos y publicaciones durante las décadas de 1930’s y 1940’s expresó su proyecto civilizador, proceso que incluía según él, raza, industria, cultura y misión histórica” (GÓMEZ, s.f.)

el incremento de la producción pesquera que para el año de 1938 era de 10 toneladas, pasando en 1965 a 53 toneladas (MOLANO; ACERO, 1967).

Finalizando la década de 1950 se realizaron estudios a nivel nacional y regional para intentar medir las potencialidades pesqueras del país concentrándose en el bajo consumo de peces y en el subdesarrollo de la actividad, tanto tecnológico como comercial. Algunos de estos estudios fueron apoyados por la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación – FAO (CAMARGO, 2009). En 1962, el Estado apoyó la promoción del sector pesquero declarándolo como una industria básica y, como tal, exenta de impuestos de renta en un 100% hasta 1969 (ASOCIACIÓN NACIONAL DE INDUSTRIALES, 1971, p.15). Sujeto a otras presiones en los años 70's, el Estado autorizó la importación de productos pesqueros al país, provenientes de los países del Pacto Andino, generando un impacto negativo en la naciente industria pesquera (BELTRÁN; VILLANEDA, 2000), causado en gran medida por la incapacidad económica de esta nueva actividad para competir con países ricos por su posición en el Pacífico y ser bendecidos en términos de riqueza pesquera por la corriente de Humboldt, tales como Perú y Ecuador.

El fomento del consumo de pescado en el país desde mediados del siglo XX no estuvo acompañado de una reglamentación necesaria para informar y capacitar a los pescadores sobre la importancia de la conservación de las cuencas, debido, no tanto a una presencia estatal débil, sino que nuestra comprensión contemporánea sobre población y mercados crecientes con recursos limitados no existía en la época. Así, se desencadenó una explotación excesiva de los recursos pesqueros generando sobrepesca, deterioro y alteración principalmente de las cuencas, tras la utilización de la dinamita para la pesca y la contaminación por vertimientos de aguas industriales, domésticas y agropecuarias que junto con la minería alteraron el hábitat de los peces y generaron una disminución de las poblaciones.

Es importante entender que durante este período se realizaron modificaciones tecnológicas en los aparejos o artes de pesca existentes en el país. A modo de ejemplo, en la cuenca del Magdalena se modificó el chinchorro y la atarraya, aumentando la capacidad de explotación de las mismas, dando como resultado el surgimiento de las chinchorradas, los trasmallos y atarrayas modificadas -huequeras o rastreras (GUALDRÓN, 2002). En la actualidad está prohibida la utilización de estos artes de pesca en caños y ciénagas ya que, al no ser selectivos, afectan las poblaciones juveniles y comprometen la sostenibilidad de las especies.

Las limitaciones en el transporte y la deficiencia en las técnicas de

conservación del recurso pesquero existentes durante la primera mitad del siglo, no hacían fácil la comercialización, manteniéndose bajos niveles de consumo per cápita. Pero una década después, tras la mejora en los medios de transporte, se suplió la demanda hacia las principales ciudades del país y comenzó a ejercerse una mayor presión pesquera que conllevó, para el caso de la cuenca del Magdalena, una disminución de la producción pesquera, generada no sólo por la explotación de este recurso, sino también por factores antrópicos anteriormente mencionados, tales como la contaminación por vertimientos de aguas industriales, domésticas, agropecuarias, la minería, entre otras (MOJICA, 2002, p. 36).

Poco a poco se desdoblaron los tipos de pesca: la pesca industrial y la pesca artesanal. Mientras que la pesca industrial es principalmente marítima y proporciona “las mayores capturas, goza de las mejores inversiones y cuenta con infraestructura de pesca más moderna” (LASSO; MORALES, 2011, p. 13); la pesca artesanal es desarrollada por los pescadores de manera parcial o de tiempo completo, obteniendo una gran parte de sus ingresos anuales de esta actividad. Los productos que extraen son comercializados a nivel local o en puntos de acopio, y los pescadores artesanales se caracterizan por tener un bajo nivel económico y aprendieron el oficio por tradición familiar desde la juventud e incluso desde la infancia.

El pescado era prohibitivo en términos de costo, aunque la celebración de los días santos (Semana Santa) daban un pequeño impulso al consumo de pescado por razones religiosas. Los precios de los productos pesqueros en las principales ciudades eran altos, en comparación con otros productos cárnicos (vacuno, avícola y porcino).

La demanda de peces de aguas continentales, desde la segunda mitad del siglo XX, se ha concentrado en especies tales como: bocachico (*Prochilodus magdalena*), cachama/gamitana (*Colossoma macropomum*) y bagres de río (*Pseudoplatystoma magdaleniatum*, *Pseudoplatystoma metaense*, *Pseudoplatystoma punctifer*, *Pseudoplatystoma tigrinum*). Los bagres son los preferidos por el consumidor de los valles calientes, particularmente del Magdalena y de las ciudades del altiplano, ya que argumentan que tienen un buen sabor, por su rápida y fácil preparación, además de tener un hueso central sin espinas. Algunos les han atribuido propiedades afrodisíacas¹⁰.

El consumo de pescado varía de región a región y está determinado en buena medida por los precios y la cercanía a los centros de acopio, siendo mayor el consumo en las poblaciones ribereñas de aguas continentales y costeras, y en

¹⁰ Afirmaciones que expusieron los compradores de pescado en la plaza de mercado de Paloquemao ubicada entre la calle 19 con carrera 24 en la ciudad de Bogotá, como parte de las actividades de campo de la presente investigación.

las principales ciudades como Bogotá, Cali, Medellín, Cartagena, Barranquilla, Bucaramanga y Villavicencio. La diferenciación de las especies consumidas también obedece a las condiciones económicas de la población, tal como lo exponen Claudia Beltrán y Abraham Villaneda (2000) definiendo el perfil de pesca y acuicultura en Colombia, así:

Las personas de estratos económicos medio y alto tienen mayor propensión al consumo de filetes, pescado fresco de mar y cultivo, mariscos [...] y productos de valor agregado. La gente de menores ingresos se inclina por los pescados de aguas continentales (bocachico, bagre, nicuro, doncella, capaz, pescadilla), pescado seco-salado (BELTRÁN; VILLANEDA, 2000, p. 7).

Dejando de lado la idea curiosa de “propensión”, como si fuera solo un asunto de “gusto” y no de otras condiciones, incluidos precios, el consumo de pescado ha aumentado en buena medida por el reconocimiento internacional otorgado a sus altas cualidades nutricionales¹¹, sin embargo, el desconocimiento del consumidor colombiano sobre las variedades de especies disponibles y sus modos de cocción o preparación (se limitan a frito y sudado), sigue siendo una limitante en el momento de comprar pescado¹².

5 CONSUMO Y COMERCIALIZACIÓN DE PESCADO EN LA AMAZONIA COLOMBIANA

La pesca es una de las actividades más antiguas de la Amazonia. Sus pobladores han desarrollado esta actividad desde tiempos remotos y poseen un invaluable conocimiento de los recursos pesqueros existentes en la cuenca y de cómo la abundancia y escasez de pescado está regulada por el pulso de inundación del río. Aunque la yuca (mandioca) sea el producto clave de la alimentación, y la cacería sea otra actividad importante, el pescado les proporciona la mayor parte de la proteína animal que consumen. Esto, sumado a la facilidad de acceso al recurso y a las grandes cantidades de pescado que pueden capturar, ya que la cuenca amazónica contiene la gran riqueza íctica en términos de volumen y de biodiversidad en el mundo (ALMEIDA; HOCHACHKA, 1995).

Algunos autores han descrito a los pobladores ribereños amazónicos como *O povo das águas* (PORRO, 1995), describiendo cómo el río ha definido la vida de

¹¹ En el caso de los bagres “contienen aproximadamente 120 calorías por cada porción de 3½ onzas. Igual que la mayoría de mariscos, este pescado contiene menos calorías por porción que aves o carne de cerdo. El bagre contiene también poco sodio” (LADEWIG; LOGAN, 1993).

¹² Afirmaciones que expusieron los compradores de pescado en la plaza de mercado de Paloquemao ubicada entre la calle 19 con carrera 24 en la ciudad de Bogotá, como parte de las actividades de campo de la presente investigación.

estos pobladores y sus actividades, resaltando cómo éstas varían siguiendo el pulso de inundación (aguas altas, aguas en descenso, aguas bajas y aguas en ascenso) y determinando las actividades de agricultura, caza, pesca y la extracción de productos del bosque (KVIST; NEVEL, 2002, p. 8). Carlos Witkoski (2007) describe cómo el conocimiento de los ribereños está basado en un tiempo ecológico y no cronológico, en la medida que mantiene su condición de frontera del capitalismo, como un patrón adaptativo de los amerindios en respuesta a los pulsos de inundación del nivel de las aguas que puede variar anualmente entre 8 a 15 metros.

La pesca puede ser considerada como una actividad con alguna dificultad de aprender, aunque demanda mucho tiempo y dedicación; los niños desde muy temprana edad están acompañando a sus padres en las jornadas ya que es, en ese espacio, en la práctica de la actividad que se inicia la transmisión del conocimiento, siendo este principalmente masculino.

Durante los últimos cincuenta años, en Leticia y su conurbación, Tabatinga, se han desarrollado varios tipos de pesca: comercial, semi-comercial, ornamental y de subsistencia; igualmente se han perfilado dos tipos de mercados bien definidos: el mercado local y el mercado hacia el interior del país. El mercado local se abastece principalmente de pescado de “escama”, que es comercializado por pescadores locales e indígenas que viven principalmente en la ribera del río y sus afluentes próximos a la ciudad; existe una resistencia cultural al pescado de cuero ya que, son considerados pescados “reimosos”¹³. Especies como la sabaleta (*Brycon sp.*), la gamitana (*Colossoma macropomun*) y el pirarucú (*Arapaima gigas*), entre otras, eran consideradas como especies de primera categoría hasta por lo menos mediados del siglo XX, mientras que bagres como el rayado (*Pseudoplatystoma fasciatum*), el dorado (*Brachyplatystoma flavicans*), y el lechero (*Brachyplatystoma filamentosum*) para la misma época eran especies de tercera categoría, por ser considerados “reimosos”, en dicho regional, y casi no se comercializaban en el mercado local. Después de la década de 1960 se incrementó la demanda sobre estas últimas especies, clasificándolas como peces de primera categoría debido a su importancia económica, es decir, con demanda en el mercado en Bogotá, mas no de consumo entre la población local, ya que muchas de las creencias o restricciones culturales prevalecen hasta la actualidad, al igual que la preferencia de la población amazónica por los peces de escama.

La cantidad promedio de pescado que consume un habitante de Leticia está alrededor de 15 kilos por mes (PRIETO, 2006, p. 83), en parte por la facilidad

¹³ Un pez reimoso no puede consumirse porque puede generar algunos problemas de salud y dentro de algunos grupos étnicos se restringe su consumo a personas que tengan heridas abiertas o mujeres que se encuentren en estado de embarazo. Consultar: ZORRO, CHUMBE e CASTRO (1996), MORA (1985).

de conseguir el pescado fresco y a menor precio que otros productos como la carne de res (SALINAS, 1994). Sin embargo, muchos pescadores reconocen que la composición y tallas de las capturas han cambiado en las últimas dos décadas. Esto puede estar cambiando aceleradamente por el desarrollo del turismo en la última década ya que presiona al alza el recurso por la demanda de una población del país y del exterior que llega en vuelos comerciales desde Bogotá.

Durante los años 1950's, se inició la comercialización de pescado hacia Bogotá y al no existir el servicio de energía eléctrica en la ciudad de Leticia, la única forma para conservar el pescado era a través del sistema seco-salado (TELLO, 2002). Este proceso era adelantado en la gran mayoría de veces por el pescador. La comercialización del pescado seco-salado dio inicio a la modificación de las faenas de pesca y cambió las categorías sociales y económicas de algunas especies de peces, mencionadas anteriormente.

Los primeros compradores o comerciantes de pescado seco-salado en Leticia, fueron Hernando Quintero Uribe y Juan Domingo Rodríguez (apodado gringo negro); posteriormente Mike Tsalickis y Max Oldenburg. Durante los años 1950's los comerciantes iniciaron el desarrollo de un sistema de endeude aún incipiente que se fortaleció en la siguiente década, adelantándole parte del pago por el pescado al indígena o colono pescador, que era básicamente sal (NaCl) para la conservación del pescado y algunos otros productos de insumos para la pesca, tales como, las cuerdas de algodón y anzuelos. A través de este sistema podían garantizar que ese pescador les vendiera a ellos el producto de la faena y no a otros comerciantes (TELLO, 2002).

Durante esta época los pescadores utilizaban pequeñas embarcaciones impulsadas a remos, y el tiempo de dedicación a esta actividad era parcial (PINTO; SANTOS, H.; WITKOSKI, 2007), no existía aún la figura del pescador profesional o "especialista", que realizaba la pesca como una actividad exclusiva, sino que se trataban de pescadores-agricultores, que comercializaban los excedentes de la pesca en los centros poblados más próximos a su comunidad o vivienda, permitiéndoles acceder a bienes de consumo básico.

Las poblaciones indígenas utilizaban el anzuelo, el arpón y la flecha como los principales utensilios de pesca, pero al iniciarse la pesca comercial, se popularizó el uso de la cuerda, el espinel, malla hondera y estacionaria, que permitieron obtener más fácil los peces, generando una diversificación de los artes y métodos pesqueros que no dejaban de ser artesanales. La mediana tecnificación que se dio en cuanto a artes de pesca y tipos de embarcaciones, no logró prescindir de los métodos tradicionales, sino por el contrario enriqueció la actividad, garantizando la explotación durante todo el año (RODRIGUEZ, 1991, p. 54).

Durante los años 50's, cuando inició la pesca comercial, la infraestructura de acopio era limitada, con una baja capacidad de almacenamiento. La pesca comercial se incrementó con la instalación de cuartos fríos en la ciudad y se conoce localmente como la llegada del hielo. En 1958 se instaló el primer cuarto frío con una capacidad de almacenamiento de 5 toneladas, para su funcionamiento se utilizaron dos plantas eléctricas de ACPM al no existir en la ciudad el servicio de energía eléctrica (SALINAS, 1994, p. 62). Hasta ese momento todo el pescado comercializado de cuero o escama que era llevado a las ciudades del interior del país era seco-salado, siendo la única forma disponible de conservación.

La instalación de los cuartos fríos, permitió ampliar el sistema de conservación y la capacidad de almacenamiento de pescado en la ciudad. Los acopiadores impulsaron localmente la pesca comercial a través de los adelantos, como mecanismo de negociación para atraer a los pescadores, junto con el ya conocido sistema de endeude; el uso de uno de estos dos vínculos estaba asociado a la capacidad de captura del pescador. El adelanto es un sistema donde el acopiador le entrega cierta cantidad de dinero, materiales o equipos de pesca al pescador para que éste realice sus actividades, y el costo total de dichos materiales, será descontado inmediatamente en el pago por la compra del pescado que logre capturar. El sistema de endeude, de la misma manera que en el anterior, se le entrega al pescador dinero, materiales o equipos de pesca, pero el pago de la deuda se hará a través de un porcentaje que se va descontando durante las siguientes faenas de pesca (FEDERACIÓN COLOMBIANA DE ACUICULTORES, 2001). Estos acuerdos se realizaban verbalmente con pescadores brasileros, colombianos y peruanos.

Los adelantos, durante las décadas de 1960 hasta 1980, consistieron en bloques de hielo, neveras de icopor y combustible, junto con la posibilidad de financiación, bajo el sistema de endeude, de motores de baja potencia (9 – 40 HP). Estos vínculos comerciales o formas de negociación le permitieron al acopiador garantizar el suministro de pescado, vincular a más personas y ampliar el área de explotación gracias al uso de los motores diésel (McGRATH, et al, 1993). Este sistema generó monopolios y dependencias de los pescadores a los grandes acopiadores ubicados en el puerto de Leticia.

En 1974 se promovió el ensanchamiento del aeropuerto, a fin de permitir el aterrizaje de aviones más modernos, con una capacidad de carga mayor y reduciendo el tiempo de vuelo de seis horas Bogotá - Leticia a solamente tres. Se destinaron 29 millones de pesos para esta obra que amplió la pista a 1.900 metros (CÓRDOBA, 1972). La ampliación dinamizó el transporte aéreo ya que posibilitó el ingreso de nuevas aerolíneas con flotas de aviones de mayor

capacidad, que no podían operar anteriormente en la ciudad, pasando de dos vuelos semanales con una capacidad de carga entre 4 y 5 toneladas, a diez vuelos en aviones Cutis C-48 y tipo Jet con capacidad de carga de hasta de 10 toneladas, debido a la gran cantidad de pescado que se acumulaba rápidamente en las bodegas. Las empresas aéreas que operaron hacia Leticia en ese entonces fueron: ACES, Intercontinental de Aviación, AIRES, Avianca, Satena, Taxi Aéreo Opita (TAO), Aerotal, Aerotaxis y Aeropesca.

La prohibición de la comercialización de fauna silvestre, tras la entrada en vigor del Código Nacional de Recursos Naturales (Decreto Ley 2811 de 1974) y de Protección del Medio Ambiente (Decreto Ley 1608 de 1978), permitió que finalizando la década de 1970's, la ciudad empezara a contemplar el turismo como una alternativa económica; pero también, generó un crecimiento acelerado de la comercialización pesquera, debido a que los comerciantes de fauna silvestre se convirtieron en acopiadores de pescado, dinamizando e inyectando capital a esta actividad.

En 1963 el pescado movilizado desde Leticia a la ciudad de Bogotá por vía aérea fue de 1.200 toneladas (CORDINI; PLATA, 1963); en 1984 se reportó el envío de 4.260 toneladas (BANCO DE LA REPÚBLICA, 1984), incrementándose la actividad en un 400% en 20 años. Posteriormente continuó ascendiendo el volumen de comercialización de pescado, pero a una tasa más lenta reportando en 1989 la comercialización de 5.756 toneladas (BANCO DE LA REPÚBLICA, 1991).

El incremento de esta actividad generó en la ciudad empleos directos e indirectos, que conllevaron a la formación y consolidación de asociaciones y sindicatos, cuya actividad está estrechamente relacionada con la pesca comercial, tales como el sindicato de Braceros¹⁴, la Asociación de Propietarios de Transporte Público de Carga Amazonas, la Asociación de Expendedores de Combustibles Asociados – AXCOA.

Los registros mercantiles del departamento de Amazonas, muestra que el 93.8% de los establecimientos que existen en la ciudad de Leticia, son de carácter comercial, tales como la venta de víveres, abarrotes en general, restaurantes, compra y venta de pescado, venta de prendas de vestir, calzado, etc. Caracterizando a Leticia como una ciudad distribuidora de productos de consumo final y de servicios, en donde la comercialización de pescado asume el mayor dinamismo (ACOSTA et al., 1997), moviendo grandes cantidades de dinero, junto con la comercialización de combustibles y el transporte de carga.

¹⁴ Los braceros son los cargadores de pescado, quienes descargan de las lanchas el pescado y los trasladan a los cuartos fríos.

Desde 1974, cuando se creó la Cámara de Comercio del Amazonas hasta el año 2008 se realizaron más de 200 registros vinculados a la pesca comercial.

Sin duda alguna, Leticia se ha convertido en un importante centro de acopio pesquero, que para el año de 1987 contribuía con el 16% del total de la producción nacional (CASTRO, 1992, p. 265) y para el 2001 pasó al 38% (CAMACHO, 2006, p. 8), presentando un incremento de más del 50% en 14 años y contribuyendo cada vez más al total del volumen explotado. La pesca se concentra en la explotación de los *bagres*, que es el nombre común que se le da a las especies que pertenecen a la familia Pimelodidae. Actualmente la Amazonia colombiana es la segunda cuenca a nivel nacional de producción pesquera en aguas continentales, después del Magdalena y la comercialización de pescado sostiene parcial o totalmente las economías de las poblaciones locales asentadas en la ribera del río Amazonas y sus afluentes. En la Amazonia colombiana no se desarrolla una pesca industrial ya que no se cuenta con una flota de barcos, ni con la infraestructura para poder tener esta clasificación, a diferencia de otras zonas de la cuenca amazónica, siendo la más cercana a Leticia la ciudad de Manaus (Brasil). La tecnificación de la actividad a través de los motores, las neveras de “icopor” y el hielo, les ha permitido a los pescadores aumentar el volumen de peces y el radio de explotación de los mismos, yendo cada vez a áreas más distantes.

El surgimiento y desarrollo de la comercialización pesquera en Leticia estuvo acompañado de acciones estatales y privadas que generaron transformaciones regionales, acompañadas de un discurso local de modernización que se evidencia en la prensa local desarrollado por los comerciantes¹⁵. Los estudios sobre pesca y comercialización de pescado en la Amazonia colombiana provienen de biólogos. Sin embargo, cada vez es más común encontrar investigaciones que incursionan en la descripción de aspectos sociales y culturales como parte complementaria de estos trabajos, dejando ver una estrecha relación entre las sociedades amazónicas y el recurso pesquero (CAMACHO, 2006; SALINAS; AGUDELO, 2000, RODRÍGUEZ, 1991). O, mejor, dimensiones culturales se amarran de aspectos de transformación económica. La pesca comercial ha generado cambios y transformaciones en el medio Amazonas en los últimos 50 años (PEREIRA, 2007, p. 172). Lo cual incluye una considerable transformación de la ciudad de Leticia.

¹⁵ El concepto de modernización es erróneamente utilizado en la época ya que se confundió con el de modernidad. Modernización es utilizado para entender la separación Estado-Iglesia, entre otros procesos y no se refiere al desarrollo tecnológico- industrial como si lo es modernidad. Consultar BERQUIST (1986).

REFLEXIONES FINALES

Leticia se convirtió en centro de acopio pesquero importante, y como producto de la necesidad del Estado colombiano de apropiarse su frontera sentó las bases de la colaboración y encabalgamiento del sector público y el privado desde la década de 1950. Dentro de este proceso se generaron dinámicas locales y regionales que permitieron comercializar toneladas de pescado en el mercado de Bogotá, principalmente, provenientes del Trapecio Amazónico y sus alrededores, Brasil y Perú, ya que Colombia solo posee 116 kilómetros sobre la margen del río Amazonas. Este artículo evidencia cómo la pesca con fines comerciales se convirtió en un eje transformador de las dinámicas sociales y económicas regionales consolidando a su capital, Leticia como centro urbano importante en una realidad multinacional, desde antes de que el Estado, con los procesos de descentralización de fines de 1980s y la Constitución política de 1991 haya dado un salto cualitativo para iniciar un proceso de conversión de su frontera en una región con autoridades departamentales y municipales elegidas por votación popular. Estas autoridades de un departamento con un capital humano con una baja formación profesional han batallado con muchos problemas que resultan en la destitución de sus mandatarios que a su vez tienen muy poca capacidad de gestión en la maraña alambicada del sistema político e institucional colombiano. Mucho tiempo de ser colonia interna, requiere a su vez mucho tiempo de formación de talento humano bien calificado para afrontar los desafíos institucionales en el siglo XXI.

Otros desarrollos investigativos deben abocarse a nuevos desafíos de la pesca comercial en la Amazonia en un contexto que está cambiando rápidamente. Primero, el incremento poblacional de las ciudades amazónicas, especialmente, Iquitos (Perú) y Manaus (Brasil) que en las últimas dos décadas están compitiendo como centros de acopio pesquero en el medio Amazonas, cambiando las dinámicas de comercialización existentes. Segundo, el incremento en los costos de la actividad (combustible y energía eléctrica) en Leticia, hace cada vez más inviable la pesca comercial, conllevando al cierre de cuartos fríos, y por último el incremento en el mercado nacional de bagres asiáticos que se consiguen a menor precio en las principales plazas de mercado en el país, afectando la comercialización pesquera en Leticia.

Por último, la relación entre la ciudad y la pesca puede servir de elemento clave para el análisis de las ciudades pequeñas y medianas en el medio Amazonas. En este caso, el acercamiento a la explotación pesquera en la ciudad de Leticia. Igualmente, nos puede llamar la atención sobre la necesidad no solamente de

la armonización normativa en ciudades del Estado do Amazonas en Brasil, el departamento de Amazonas en Colombia y el departamento de Loreto en Perú para lograr proteger la composición de las capturas que permitan mantener la competitividad y la sostenibilidad ambiental de la región.

BIBLIOGRAFÍA

ACOSTA, L. E. et al. Estructuras y dinámicas sociales, cultural y económica del Área P.A.T. En: **Zonificación Ambiental para el plan modelo Colombo-Brasileño** (Eje Apaporis-Tabatinga: PAT). Santafé de Bogotá: Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC), p. 265-364, 1997.

ALMAIDA, M. F.; HOCHACHKA, P. W. Air-breathing fishes: metabolic biochemistry of the first diving vertebrates. **Biochemistry and molecular biology of fishes**. Vol. 5, p. 45-55, 1995.

ANGEOLETTO, F.; ESSY, C.; RUIZ, J. P. Ciudades medias de Brasil: una tipología socioambiental. Belém: **Novos Cadernos NAEA**. Vol. 19, n. 1, p. 175-192, jan – abril 2016.

APONTE, J. **Leticia y Tabatinga**: transformación de un espacio urbano fronterizo en la Amazonia. Leticia: Universidad Nacional de Colombia Sede Amazonia, Tesis de Maestría, 2011.

ASOCIACIÓN NACIONAL DE INDUSTRIALES. **La Industria Pesquera en Colombia**. Medellín: Asociación Nacional de Industriales -ANDI, 1971.

BANCO DE LA REPÚBLICA. **Informe económico de la comisaría especial del Amazonas, 1989**. Leticia: Banco de la República, seccional Leticia. 1991.

_____. **Estudio Económico Regional**. Leticia: Banco de la República, seccional Leticia. 1984.

BAPTISTE, L. G. et al. **La fauna silvestre colombiana**: una historia económica y social de un proceso de marginalización. Bogotá: Instituto de Investigación de Recursos Biológicos Alexander Von Humboldt. Disponible en: <<http://www.humboldt.org.co/pdf/usoyval/Baptiste.pdf>> Consultado: 03 mar 2007.

BELTRÁN, C. S.; VILLANEDA, A. Perfil de la pesca y la acuicultura. Subdirección de investigaciones. Santafé de Bogotá: INPA. Junio 2000. Pág. 1

BERQUIST, C. Los trabajadores del sector cafetero y la suerte del movimiento obrero en Colombia 1920-1940. En: SÁNCHEZ, G.; PEÑARANDA, R. (comp.). **Pasado y presente de la violencia en Colombia**. Bogotá: CEREC, p. 111-165, 1986.

CAMACHO, K. A. **La pesca del bagre pintadillo rayado *Pseudoplastytoma fasciatum* (Linnaeus, 1766)**: Aspectos del conocimiento local, de la biología pesquera y de los parámetros poblacionales en el alto río Amazonas (sector de Leticia-Colombia). Leticia: Universidad Nacional de Colombia Sede Amazonia, Tesis de Maestría, 2006.

CAMARGO, A. Una tierra bondadosa: progreso y recursos naturales en la región del río San Jorge, siglo XX. Bogotá: **Historia Crítica**, n. 37, p. 170-191, ene-abr 2009.

CASTRO, D. La pesca en la Amazonia colombiana. **En: Amazonia Colombiana, diversidad y conflicto**. Santafé de Bogotá: Ágora, 1992.

CORDINI, J. M.; PLATA, J. Estudio sobre la pesca en Leticia y consideraciones sobre la Extracción de piscicultura de Tota. Bogotá. Departamento Administrativo de Planeación. 1963.

CÓRDOBA, A. M. Estudio socio-económico del municipio de Leticia y una estrategia de desarrollo. Bogotá: Universidad de Bogotá Jorge Tadeo Lozano, 1972.

DONADIO, A. **La Guerra con el Perú**. Medellín: Hombre Nuevo Editores, 2002.

DÍAZ, Á. Ecología y pesca en Canarias: una aproximación histórica a la relación hombre-recurso. **En: Historia y Ecología**. Madrid: Editorial Ayer, n. 11, p. 207-231, 1993.

ESCOBAR, J. Leticia – Alfredo Vásquez Cobo (SKLT / LET). **En: El portal de la Aviación**. 2010. Disponible en: <<http://www.aviacol.net/aeropuertos-colombianos/leticia-alfredo-vasquez-cobo-skl-let.html>> Consultado: 3 mar 2016.

_____. Agencia Interamericana de Aviación – AIDA. **En: El portal de la Aviación**. 2008. Disponible en: <<http://www.aviacol.net/historia-aviacion/empresa-colombiana-de-aerodromos-eca.html>> Consultado: 20 jul 2016.

FAO. El estado mundial de la pesca y la acuicultura. Roma: Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación -FAO, 2016.

FEDERACIÓN COLOMBIANA DE ACUICULTORES. **Diagnostico estratégico de la cadena productiva regional de pesca blanca de agua continental del Amazonas**. Bogotá: Federación Colombiana de Acuicultores, Informe técnico, 2001.

GALVIS, G. et al. Peces del Medio Amazonas: Región de Leticia. Bogotá: Conservación Internacional, 2006.

GÓMEZ, L. López de Mesa, Luis. En: Biografías, Gran Enciclopedia de Colombia del Círculo de Lectores (s.f.) Disponible en: <<http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/biografias/lopemesa.htm>> Consultado: 13 abr. 2016.

GONZÁLEZ-PEÑA, M. L.; SAMACÁ, G. D. El conflicto colombo-peruano y las relaciones del Centro de Historia de Santander (CSH), 1932-1937. *Historelo*, Revista de historia regional y local. Vol. 4, n. 8, p. 367-400, Jul-Dic 2012.

GONZÁLEZ, F. E.; BOLÍVAR, I. J.; VÁSQUEZ, T. Violencia política en Colombia: de la nación fragmentada a la construcción del Estado. Bogotá: CINEP, 2002.

GUALDRÓN, M. I. Plan de manejo de los recursos ictiológicos y pesqueros en el río grande de la Magdalena y sus zonas de amortiguación. En: Ajuste del Documento Recursos Hidrológicos, Ictiológicos y Pesqueros en la Cuenca Magdalena – Cauca. Diagnóstico (caracterización) y Estrategias de Política para la formulación del POMIM. Bogotá: Autoridad Nacional de Acuicultura y Pesca (AUNAP). 2002.

KVIST, L. P.; NEVEL, G. Bosque de la llanura aluvial del Perú: ecosistemas, habitantes y usos de los recursos. *Folia amazónica*, Vol. 10, n. 1-2, p. 5-55, 2002.

LADEWIG, K.; LOGAN, D. El bagre es delicioso y nutritivo. Southern Regional Aquaculture Center. SRAC Publication, n. 501, (s.f.) abr, 1993.

LASSO, C.; MORALES, M. Catálogo de los recursos pesqueros continentales en Colombia: memoria técnica y explicativa. Bogotá: Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial; Instituto de Investigaciones de Recursos Biológicos Alexander von Humboldt, 2011.

McGRATH, D. et al. Fisheries and the evolution of resource management on the lower Amazon floodplain. En: *Human Ecology*. Vol. 21, n. 2, p. 167-195, 1993.

MORA, Y. Alimentación y Cultura en el Amazonas. Bogotá: Fondo de Cultura Cafetero. 1985.

MOLANO, J.; ACERO, A. Antecedentes y resumen de la industria pesquera en Colombia: contribución al estudio de la geografía económica de la pesca colombiana. Bogotá: Fundación Universitaria Jorge Tadeo Lozano, 1967.

MOJICA, J. I. Las pesquerías de la cuenca del río Magdalena: Ejemplo a no repetir. En: Libro Rojo de peces dulceacuícolas de Colombia. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Instituto de Ciencias Naturales, p. 35-41, 2002.

NAVIA, G. Conozcamos la selva amazónica. Leticia: Fondo Editorial Masayaki, 1994.

PALACIO, G. Leticia y el corazón de Suramérica: una urbe en la triple frontera amazónica. En: Cidades na Floresta. Sao Paulo: Annablume, 2008. Pág. 151 – 164.

_____. Fiebre de tierra caliente. Una historia ambiental de Colombia, 1850-1930. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia-ILSA, 2006.

PANTEVIS, Y. A. Leticia memorias de frontera. Leticia: Gobernación del Amazonas, 2015.

_____. Construyendo la historia ambiental de Leticia a través de la pesca. Leticia: Universidad Nacional de Colombia Sede Amazonia, Tesis de Maestría, 2013.

PEREIRA, H. A diversidade da pesca nas comunidades da área focal do projeto PIATAM. En: Comunidades de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, p. 171-195, 2007.

PICÓN, J. E. Transformación urbana de Leticia. Énfasis en el período 1950-1960. La construcción de una ciudad en la selva amazónica y en una región trifronteriza. Leticia: Cooteam, Creditos Parra, 2010.

PINTO, T. J.; SANTOS, H.; WITKOSKI, A. C. Comunidades Ribeirinhas Amazônicas, modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: Universidade do Amazonas, 2007.

PORRO, A. O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica. Pitrópolis: Vozes, 1995.

PRIETO, E. F. Caracterización de la pesquería en las lagunas de Yahuaraca (Amazonas, Colombia) y pautas para su manejo sostenible. Guanare: Universidad Nacional Experimental de los Llanos Orientales “Ezequiel Zamora”, Tesis de Maestría, 2006.

RODRÍGUEZ, C. Bagres, Malleros y Cuerderos en el bajo río Caquetá. Bogotá: Tropenbos – Colombia. 1991.

- RUIZ, W. Recopilación de documentos de la Prefectura Apostólica de Leticia. Datos para la historia. Leticia: Prefectura Apostólica de Leticia, 2001.
- SALINAS, Y.; AGUDELO, E. Peces de importancia económica en la cuenca amazónica colombiana. Santafé de Bogotá: SINCHI, 2000.
- SALINAS, Y. Aspectos de la biología pesquera de las poblaciones de los grandes bagres en el sector colombiano del río Amazonas. Bogotá: Universidad Nacional Pedagógica, Tesis, 1994.
- TELLO, G. Informe Técnico: Diagnóstico actualizado sobre tecnología de procesamiento, mercado, comercialización y economía pesquera en la cuenca compartida Colombo-Peruana del río Putumayo. Proyecto TPC/RLA/2802(A). Apoyo al ordenamiento de la pesca en el río Putumayo. Iquitos - Perú. INADE, FAO, PEDICP, SINCHI. 2002.
- TSALICKIS, M. Mike Tsalickis, propietario de la empresa Tarpoon Zoo. Entrevista concedida a Germán Palacio. Tampa, Florida: 2013. 1 CD.
- VALBO-JORGENSEN, J.; SOTO, D.; GUMY, A. **La pesca continental en América Latina**: su contribución económica y social e instrumentos normativos asociados. Roma: COPESCAL, Documento Ocasional n. 11, 2002.
- WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho**. Os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Universidad Federal do Amazonas, 2007.
- ZÁRATE, C. **Silvícolas, siringueros y agentes estatales**: el surgimiento de una sociedad transfronteriza en la Amazonia de Brasil, Perú y Colombia, 1880-1932. Leticia: Universidad Nacional de Colombia, Instituto de Investigaciones Amazónicas (IMANI), 2008.
- ZORRO, M.; CHUMBE, J.; CASTRO, O. Métodos tradicionales de conservación del pescado en la Amazonia: análisis y alternativas. En: **Políticas pesqueiras nos países Amazônicos**. Belem: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Série de Cooperação Amazônica, 1996.

Texto submetido à Revista em 19.02.2016
Aceito para publicação em 13.08.2016



Micros, pequenas e médias empresas: atores importantes no espaço regional do Mercosul?

Micro, small and medium enterprises: key players of the Mercosur regional space?

Jacqueline A. Haffner - Professora do Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI) e do Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da UFRGS. Integrante do Grupo de Pesquisa sobre os BRICS (NEBRICS-UFRGS). Mestrado e Doutorado em História pela PUC do Rio Grande do Sul/PUCRS. E-mail: Jacqueline.haffner@ufrgs.br

Leandro Teixeira dos Santos - Doutorando e mestre em Estudos Estratégicos Internacionais – PPGEEI/UFRGS. Integrante do Núcleo de Estudos do BRICS (NEBRICS-UFRGS) e bolsista CAPES. E-mail: teixeirasantospe@gmail.com

Nadia B. Menezes - Doutoranda em Estudos Estratégicos Internacionais – PPGEEI/UFRGS – Bolsista FAPERGS/CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa sobre os BRICS (NEBRICS-UFRGS). E-mail: nadiabmenezes@yahoo.com.br

Resumo

A temática desse artigo é o papel de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) em países membros do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Objetiva-se responder à questão: As MPME constituem atores relevantes na consolidação do espaço regional conformado pelas economias mercosulinas? A hipótese é que sim. Após destacadas as diferentes conceituações desses atores e enfatizadas as suas relevâncias enquanto promotores do crescimento econômico e do desenvolvimento social em cada Estado-parte - a partir de revisão da literatura e da análise de dados - encontram-se evidências que permitem confirmar a hipótese.

Palavras-chave

Mercosul. Integração Regional. Micro. Pequenas e Médias Empresas.

Abstract

The theme of this paper is the role of Micro, Small and Medium Enterprises (MSMEs) in member countries of the Southern Common Market (MERCOSUR). It aims to answer the question: The MSMEs are important actors in the consolidation of the regional space conformed by the mercosulinas economies? The hypothesis is that yes. After highlighted the different conceptualizations of the sectors and emphasize their relevance as promoters of economic growth and social development in each State-part – from literature review and data analysis - evidences are allowing confirm the hypothesis.

Keywords

Mercosur. Regional Integration. Micro. Small and Medium Enterprises.

INTRODUÇÃO

A história mostra que não há caminhos para o desenvolvimento sem maior integração com o mundo e sem ocupação do espaço regional. Observa-se que, no longo período que vai desde a Segunda Guerra Mundial até os dias de hoje, poucos países conseguiram entrar no âmbito dos países desenvolvidos. Tem-se a certeza sobre serem os países que se destacaram internacionalmente os que seguiram o caminho da maior integração comercial.

Nota-se que, embora não exista uma forma única de propiciar a maior inserção de um país na economia internacional, é importante observar as evidências econômicas que fazem refletir sobre a relevância das empresas nesse sentido, principalmente o papel que as micro, as pequenas e as médias empresas (MPME) têm nos diferentes países do mundo. Justifica-se, igualmente, a importância do artigo por lançar luz ao debate relativamente esquecido em muitos estudos, principalmente nas áreas de administração e economia.

Por isso, a temática desse artigo é o papel de MPME em países membros do MERCOSUL. Objetiva-se responder à questão: As MPME constituem atores relevantes na consolidação do espaço regional conformado pelas economias mercosulinas? Assume-se como hipótese que sim. Metodologicamente, a problemática é abordada por meio de revisão da literatura e pela exposição e análise de dados. Após destacadas as diferentes conceituações das MPME e enfatizada a sua relevância enquanto promotoras do crescimento econômico e do desenvolvimento social em cada Estado-parte, encontram-se evidências que permitem confirmar a hipótese.

Estruturalmente, para atingir o objetivo central apresentado, divide-se o artigo em quatro partes além dessa introdução. A seção 2 compreende o quadro teórico-conceitual. A seção 3 traz a revisão da literatura, destacando de forma geral a importância das MPME enquanto promotoras de crescimento econômico e desenvolvimento social, assim como os seus valores para a integração regional. A seção 4, por sua vez, destaca essas mesmas contribuições, mas restritas aos Estados-partes do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai, Venezuela e Uruguai). Por fim, a seção 5 apresenta as análises dos dados e as conclusões.

1 DEFINIÇÃO DE MPME: A NÃO ADOÇÃO DE UM CONCEITO HARMONIZADO

Existem diferentes formas de conceituar MPME. A presente seção busca trazer à luz as diferentes definições adotadas pelos países mercosulinos,

destacando que, embora o bloco já tenha elaborado conceito harmonizado, busca-se usá-lo apenas quando são adotadas políticas de natureza conjunta, sugerindo que ainda há muito em que evoluir nesse sentido.

Definir as MPME é tarefa árdua, pois existem inúmeros conceitos. De acordo com Salazar (2014, p. 12), isso é reflexo “[...] das necessidades de cada país, da conformação específica das empresas e da facilidade de classificação e obtenção de informações”. Geralmente, os países adotam definições baseadas em uma ou mais das seguintes variáveis: número de empregados, valores das vendas, investimentos em ativos, tamanho do mercado, valor agregado, volume produzido, funções básicas da empresa e montante do capital investido.

Um estudo realizado por Saavedra e Hernández (2008, p. 133) indica que, entre os países latino-americanos, 85% usam o número de empregados como principal variável de classificação, seguido de vendas anuais, com 62% (como critério único ou combinado com outro), e do total de ativos, com 38% (como critério único ou combinado com outro). As autoras indicam que o número de empregados é mais usado em função da “[...] facilidade de conhecer este dado e, desse modo, ter um parâmetro acessível de classificação”.

Todos os países mercosulinos usam o número de empregados e as vendas como critério de classificação. No Uruguai, encontra-se o conceito de MPME, no Decreto Lei 504, de janeiro de 2007 (FERREIRA, 2011). As microempresas possuem até 4 empregados e vendas anuais de até UI2 milhões (dois milhões de unidades indexadas)¹, já as pequenas empresas possuem de 5 a 19 empregados e vendas anuais de até UI 10 milhões, e as médias empresas possuem de 20 a 99 empregados e vendas anuais de até UI 75 milhões.

No Paraguai, a Lei nº 4.457, de 16 de maio de 2012, estabelece que o conceito microempresas compreende as empresas com até 10 funcionários e, no máximo, G 500 milhões (quinhentos milhões de guaranis). As pequenas empresas podem ter até 30 funcionários e, no máximo, G 2,5 bilhões (dois bilhões e quinhentos milhões de guaranis). Já as médias empresas possuem até 50 funcionários e, no máximo, G 6 bilhões (6 bilhões de guaranis) (PARAGUAY, 2012).

Na Argentina, a Resolução 21/2010, da Secretaria da Pequena e Média Empresa e Desenvolvimento Regional (em espanhol SEPyme), estabeleceu que são consideradas micro, pequenas e médias empresas aquelas cujas vendas totais, expressas em pesos argentinos (\$), não superem os valores estabelecidos na Tabela 1, que se detalha a seguir.

¹ A Unidade Indexada (UI) equivalia a 2,1759 pesos uruguaios, à época do estudo de Ferreira (2011).

Tabela 1 - Classificação das MPME segundo vendas totais expressas em pesos (\$) por atividades

Classificação	Setor				
	Agropecuário	Indústria e minério	Comércio	Serviços	Construção
Microempresa	Até 610.000,00	Até 1.800.000,00	Até 2.400.000,00	Até 590.000,00	Até 760.000,00
Pequena empresa	610.000,01 a	1.800.000,01 a	2.400.000,01 a	590.000,01 a	760.000,01 a
	4.100.000,00	10.300.000,00	14.000.000,00	4.300.000,00	4.800.000,00
Média empresa	4.100.000, 01 a	10.300.000,01 a	14.000.000,01 a	4.300.000,01 a	4.800.000,01 a
	24.100.000,00	82.200.000,00	111.900.000,00	28.300.000,00	37.700.000,00

Fonte: SEPYME (2010)

Entretanto, modificações foram introduzidas, dado que a SEPYME (2013) atualizou os valores máximos das vendas anuais usadas como base para a classificação das médias empresas, por meio da Resolução SEPYME nº 50/2013. Atualmente, os valores máximos das vendas anuais para estas empresas são os definidos na Tabela 2.

Tabela 2 - Valores máximos das vendas anuais em pesos (\$) estabelecidos pela SEPYME para ser considerada média empresa por setor de atividade

Classificação	Agropecuário	Indústria e mineração	Comércio	Serviços	Construção
Médias empresas	4.100.000,01 a	10.300.000,01 a	14.000.000,01 a	4.300.000,01 a	4.800.000,01 a
	54.000.000,00	183.000.000,00	250.000.000,00	63.000.000,00	84.000.000,00

Fonte: SEPYME (2013)

Foram compreendidas também mudanças relativas ao período considerado para se apurar o valor máximo das vendas anuais: aumentou-se o percentual de exportações, que pode ser deduzido deste; modificou-se o entendimento de quais empresas podem ser consideradas pequenas ou médias segundo a composição de sua propriedade; introduziu-se o cinema como indústria; e alterou-se a forma de cálculo do valor das vendas médias anuais nos casos em que a “idade da empresa” é inferior ao tempo necessário para o cálculo da quantia em análise. Entre os motivos que induziram as modificações está a pressão empresarial com vista ao acesso aos programas de apoio à competitividade e benefícios para as

MPME, assim como mudanças na estrutura econômica setorial.

No Brasil, dois tipos de classificação se destacam. A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou o Estatuto das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (EPP), usa como variável de classificação a Receita Bruta Anual² (BRASIL, 2011). Nos incisos I e II, e no *caput* do Art. 3º, diz-se que:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Complementarmente, a mesma Lei define Micro Empreendedor Individual (MEI), no Parágrafo Primeiro, art. 18 – A, Seção III, Capítulo IV. O estatuto assim estabelece:

§ 1º Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), que tenha auferido receita bruta, no ano- calendário anterior, de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo.

Existe ainda, no caso brasileiro, a classificação dos portes das empresas que considera a variável número de pessoas ocupado e o setor do qual elas fazem parte (Tabela 3). A existência de mais de um conceito em um mesmo país é comum de ser encontrada, encontram-se até mesmo países que ainda não possuem conceitos que englobem as MPMEs de todos os setores da economia, como no caso venezuelano.

² Segundo o parágrafo primeiro do mesmo artigo: “Considera-se receita bruta, para fins do disposto no *caput* deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos”.

Tabela 3 - Classificação dos estabelecimentos segundo o número de ocupados e setor da economia

Porte	Setores	
	Indústria ⁽¹⁾	Comércio e serviços ⁽²⁾
Microempresa	até 19 pessoas ocupadas	até 9 pessoas ocupadas
Pequena empresa	de 20 a 99 pessoas ocupadas	de 10 a 49 pessoas ocupadas
Média empresa	de 100 a 499 pessoas ocupadas	de 50 a 99 pessoas ocupadas
Grande empresa	500 pessoas ocupadas ou mais	100 pessoas ocupadas ou mais

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2013, p. 17)

Nota: (1) As mesmas delimitações de porte foram utilizadas para o setor de construção;
(2) O setor serviços não inclui administração pública e serviços domésticos.

As definições na Venezuela requerem certo cuidado, pois se tem o conceito de Pequena e Média Indústria (PMI)³ e microempresas, mas não o conceito amplo de Pequenas e Médias Empresas, incorporando outros setores da atividade econômica (serviços, comércio e setor agrícola) (BRAVO, 2013). Os critérios utilizados para definir PMI e microempresas também são pessoas ocupadas e o faturamento anual, em Unidades Tributárias (UT): as microempresas/microempresários possuem até 10 pessoas e vendas de UT 9.000; as pequenas indústrias possuem entre 11 e 50 pessoas e vendas entre UT 9.001 e 100.000; e as médias indústrias possuem entre 51 e 100 pessoas e vendas entre UT 100.001 e 250.000 (BRAVO, 2013).

De acordo com Bravo (2013), existe a necessidade de construir um conceito que considere todos os setores dos quais as MPME fazem parte. O autor propõe definição na qual o número de trabalhadores é critério básico, dadas as dificuldades em encontrar informações confiáveis e disponíveis sobre faturamento e investimentos da empresa. Por este entendimento, as PME venezuelanas são classificadas a partir do número de trabalhadores indicados acima e, complementarmente, usam-se dados sobre faturamento, vendas e média de solicitações de financiamento junto às instituições financeiras.

O MERCOSUL já elaborou conceito de MPME, isto é, conceito harmonizado, o qual se tenta usar quando da adoção de programas de natureza comum em nível do bloco. Desta forma, “nos Estados Partes do MERCOSUL são utilizadas diversas definições para delimitar este universo, o que demonstra a heterogeneidade de critérios respondendo a natureza própria do fenômeno MPME” (MERCOSUL, 1998). Os critérios de classificação também são o

³ Restringe-se ao setor industrial.

número de trabalhadores e a receita anual, continuando predominantemente quantitativos.

As evoluções do conceito podem ser acompanhadas pelo estudo da Resolução GMC RES. N° 90/93 (Política de apoio às micro, pequenas e médias empresas do MERCOSUL) e da Resolução GMC n° 59/98 (políticas de apoio às micro, pequenas e médias empresas do MERCOSUL – etapa II). Ambas as resoluções refletem o esforço para encontrar uma definição que seja comum e aplicada aos Estados-parte, ao mesmo tempo em que se consideram as peculiaridades empresariais de cada país e as necessidades do bloco (MERCOSUR, 1993; MERCOSUL, 1998). Nesse sentido, segundo a Resolução GMC n° 59/98, tem-se as definições resumidas na Tabelas 4 e 5.

Tabela 4 - Conceito de MPME industriais segundo Resolução GMC 59/98

Indústria		
Tamanho	Pessoal ocupado De – até	Vendas anuais US\$ De – até
Micro	1 -10	1 – 400.000
Pequena	11 – 40	400.001-3.500.000
Média	41 – 200	3.500.001 – 20.000.000

Fonte: MERCOSUL (1998)

Tabela 5 - Conceito de MPME do setor de comércio e serviços segundo Resolução GMC 59/98

Comércio e serviços		
Tamanho	Pessoal ocupado De – até	Vendas anuais US\$ De – até
Micro	1 -5	1 – 200.000
Pequena	6 – 30	200.001- 1.500.000
Média	31 – 80	1.500.001 – 7.000.000

Fonte: MERCOSUL (1998)

2 ANÁLISE SOBRE A RELEVÂNCIA DAS MPME

Embora as definições sobre as MPME divirjam, não apenas no âmbito do MERCOSUL, essas empresas contribuem significativamente para o crescimento econômico e para o desenvolvimento dos países. A presente seção objetiva expor essa relevância.

Observa-se a relevância deste segmento, inclusive fora das fronteiras nacionais, em termos de contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) e

para diversos indicadores, como o número de empresas, geração de empregos, inovação, desenvolvimento e integração regional, estabilidade social, internacionalização econômica, valor industrial adicionado, receitas fiscais, pedidos de patentes, novos produtos, modernização e urbanização da economia, fortalecimento das cadeias globais de valor, criação de *clusters* industriais, redução da pobreza e distribuição de renda (ZHAO, 2010; CSE, 2008; OECD, 2009, 2012; LIU, 2009; CARDOZA; FORNES, 2013; CUNNINGHAM, 2011; CFED, 2004). Certamente, são vários os resultados positivos da participação das MPME na economia, mas, em função do escopo desse artigo, apenas alguns dos pontos supramencionados serão destacados.

Quando à contribuição das MPME, é analisada isoladamente. Tem-se a impressão de que se trata de algo irrelevante, tanto em termos de crescimento econômico quanto de desenvolvimento social. Porém, quando reunidas, estas empresas podem “[...] dirigir o desenvolvimento econômico em nível nacional, regional e global” (OECD, 2009, p. 7). Elas constituem “[...] o motor do crescimento e da criação de empregos na maior parte das economias do mundo” (INDRAWATI, 2013, p. v).

Segundo relatório da OECD (2000), as MPME são a força da economia local e seu alcance pode ser global. Enquanto força local, nos países de baixa renda, estas empresas contribuem com 78% dos empregos, 67% naqueles de renda média, 59% nos de renda média alta e 66% nos de renda alta (DALBERG, 2011). Na União Europeia (UE) são vistas como a espinha dorsal da economia, à medida que somam mais de 20,7 milhões de empresas, o equivalente a 98% do número total de empresas do bloco e mais 67% do número total de empregos (EUROBAROMETER, 2013).

Amestoy (2009) defende que as MPME são importantes tanto para a Europa quanto para a América Latina em função de sua capacidade de promover desenvolvimento mais inclusivo e sustentável, a distribuição de renda, a coesão social e maior democracia. No Peru, conforme Saavedra e Hernández (2008), as MPME são, por exemplo, as empresas que mais empregam pessoas maiores de 55 anos, grupo que geralmente enfrenta problemas de inserção/reinserção no mercado de trabalho.

Os números relativos à importância das MPME para a região são significativos (SAAVEDRA; HERNÁNDEZ, 2008; SALAZAR, 2014). Em média, considerando países como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela, estes empreendimentos somam 97% das unidades econômicas. No geral, as microempresas correspondem à maior parte deste total, aproximadamente 90%, contra 9,5% de pequenas e médias empresas.

No que se refere ao alcance das MPME fora das fronteiras locais e nacionais, destacam-se os ganhos de sua participação em redes, *clusters* industriais, cadeias globais de valor e outras parcerias. Adicionalmente, as MPME são importantes na superação de crises, como a atual crise financeira global (CFG); podem contribuir para o aprofundamento do processo de integração regional; e até mesmo podem se tornar um ator essencial na mudança do padrão de desenvolvimento de regiões como a América Latina.

Tomando como exemplo iniciativas de países europeus, uma das medidas que estão sendo usadas pela União Europeia para superar os efeitos nefastos da CFG é a tentativa de concretizar todos os benefícios potenciais que podem ser providos pelas MPME, por isso, elas passaram a estar no topo da agenda política do bloco. A CSE (2008, p. 2) expõe que:

A nossa capacidade para utilizar o potencial de crescimento e inovação das pequenas e médias empresas (PME) será, por isso, decisiva para a prosperidade futura da UE. Em um contexto global em permanente mutação, caracterizado por mutações estruturais contínuas e pressões concorrenciais acentuadas, o papel das PME na nossa sociedade passou a ser ainda mais importante enquanto fornecedores de oportunidades de emprego e agentes-chave do bem-estar das comunidades locais e regionais. O dinamismo das PME tornará a Europa mais robusta para fazer face à incerteza que pesa sobre o mundo globalizado de hoje.

As MPME também contribuem com o processo de integração regional. Estudo realizado por Harvie (2009), tendo como base a Ásia, defende que elas são importantes estrategicamente para o desenvolvimento econômico, para o crescimento e para a integração da região da Ásia Oriental e APEC (em inglês, Asia-Pacific Economic Cooperation). Segundo o autor, os Estados da região estão buscando cada vez mais concretizar a contribuição potencial destas empresas, em termos de geração de renda e empregos, e aumento das exportações, dos investimentos e do crescimento econômico. Igualmente, os Estados acreditam em sua contribuição para a amenização da pobreza nos países em desenvolvimento e para o aumento da competitividade regional de economias desenvolvidas.

A constituição e a consolidação de espaços de integração regional, do mesmo modo, podem contribuir com o desenvolvimento das MPME. A pesquisa desenvolvida por Hegge (2002) mostrou que a instituição da União Econômica e Monetária Europeia impactou positivamente sobre estas empresas. O alargamento do mercado regional, a remoção de barreiras não tarifárias, a introdução de programas de cooperação para as empresas da EU e as mudanças nas leis antitrustes, além de estimularem as transações transfronteiriças (por

exemplo, comércio e investimentos), dado a modificação das vantagens específicas dos países do bloco, também alteraram as vantagens específicas das empresas.

Por conseguinte, as MPME também podem ser protagonistas na promoção da mudança estrutural requerida pela América Latina em seu processo de desenvolvimento (OECD/UN-ECLAC, 2012). Apesar do progresso alcançado nos últimos anos, a fundação econômica da região é baseada na fabricação de produtos de baixo valor agregado e na exploração de recursos naturais destinados à exportação, os quais são voláteis à redução da demanda externa e à variação dos preços das matérias-primas. Essa fraqueza estrutural gerada pela excessiva dependência da organização produtiva regional pode ser melhorada com investimentos no desenvolvimento do segmento de MPME. A ideia é que estes investimentos possam aumentar a produtividade e a competitividade da região, e elevar ao máximo o potencial das empresas de criar empregos de boa qualidade.

3 AS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NOS PAÍSES DO MERCOSUL

A partir do exposto acima, busca-se nesta seção analisar a atuação e a relevância das MPME nos países que compõem o MERCOSUL. Para Gatto (1999, p. 63), o MERCOSUL é um desafio para as pequenas e médias empresas. Ambas estariam “[...] expostas às consequências do processo de integração, tanto através da abertura de novas oportunidades de comércio e produção quanto através do aumento da ameaça e pressão competitiva de empresas de outros países”.

Novas oportunidades se abrem para as MPME, principalmente aquelas resultantes do mercado expandido com tratamento especial (GATTO, 1999) e da promoção de iniciativas conjuntas, diretas ou indiretas, visando melhor explorar as capacidades reais e potenciais destas empresas, tais como o Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL, o Fundo MERCOSUL de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas, os projetos do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (Focem), o Acordo de Complementação Econômica 18 (ACE 18, de 2001), a integração produtiva das PME do setor de autopeças, entre outras.

Destacando a importância das MPME para os países membro do MERCOSUL, tem-se que, no Uruguai, o segmento constitui “o sistema nervoso” da economia do país (MIEM, 2012). Nas palavras de Ferreira (2011, p. 284-285), elas são empreendimentos “[...] especialmente relevantes no caso de um país pequeno como o Uruguai, [...] fundamental no tecido socioeconômico, sobretudo pelo efeito multiplicador que o bom desempenho destas empresas tem no emprego e nas economias locais”.

No país, dos 136.691 estabelecimentos considerados MPME, 84% são microempresas, 13% são empresas de pequeno porte e apenas 3% são médias empresas, totalizam, assim, 99,4% de todas as empresas do país (MIEM, 2013; HUGHES, 2012; FERREIRA, 2011). Considerando os setores da economia, 53% destes estabelecimentos estão localizadas no setor de serviços, 37% no setor comercial e 10% no setor industrial. Adicionalmente, no conjunto, empregam cerca de 60% da mão-de-obra privada e contribuem com 40% do PIB (HUGHES, 2012).

Segundo Ferreira (2011), dos 643.953 trabalhadores identificados no país em 2009, 24% estava ocupado em microempresas, 21% em pequenas empresas, o mesmo que nas médias empresas, e 34% em grandes empresas. O pessoal ocupado está distribuído principalmente no setor manufatureiro (18% dos ocupados em microempresas, 20% dos ocupados em pequenas empresas e 23% dos ocupados em médias empresas) e no comércio (34% dos ocupados em microempresas, 33% dos ocupados em pequenas empresas e 24% dos ocupados em médias empresas).

Adicionalmente, as MPME uruguaias também contribuem com questões sociais (MIEM, 2013). No país, cerca de 60% do pessoal ocupado nestes estabelecimentos são mulheres. Estas estão principalmente inseridas no setor de serviços, no qual respondem por 62% do total. No comércio e na indústria representam 43% e 39% do pessoal ocupado respectivamente. Além disso, em mais da metade das empresas há mulheres nos cargos mais altos, principalmente nas médias empresas e no setor de serviços.

Na Venezuela, seguindo o conceito de Bravo (2013) de classificação das empresas venezuelanas, visto na seção 2, existem aproximadamente 420.000 empresas formais das quais 99,02% são MPME, e 0,8% são grandes empresas (GE). O setor comercial é o mais representativo dos setores da atividade econômica entre as MPME, cerca de 60% do total, seguido de serviços, com aproximadamente 33%, e industrial, com cerca de 4%.

Graterol e Rondón (2011), usando o conceito de pequenas e médias indústrias, -novamente esclarecendo que é diferente de PME, como exposto na seção 2 - indicam que as PMI, as quais representam aproximadamente 90% dos estabelecimentos industriais do país, são responsáveis por apenas cerca de 36% do total de empregos no setor industrial. Adicionalmente, como se observa nos dados fornecidos por Bravo (2013), as PMI contribuem apenas com cerca de 4% da atividade econômica do país. Estimando essa contribuição reduzida, Graterol e Rondón (2011, p. 385) afirmam que “considerando-se as cifras do subsetor que agrupa o comércio, transporte e os serviços em geral, obtém-se mais de dois terços do emprego formal [...]”.

No Paraguai, as MPME têm contribuído para a recuperação da economia. Ríos (2011) expõe que entre 2003-2008 elas foram essenciais para a geração de empregos em um momento em que a economia paraguaia estava se reerguendo. Elas foram as protagonistas, haja vista que lideraram a criação de novos postos de trabalho, principalmente nos setores de serviços e indústrias manufatureiras. Ao todo, geraram aproximadamente 43% dos novos empregos. Ainda segundo o autor, elas são salutares para o crescimento econômico inclusivo, sustentável e estável. Ramírez (2007) destaca que 68% do emprego urbano e 90% do emprego rural são gerados por MPME. Para ele, “[...] as PME são de suma importância no Paraguai, por um lado ao gerar empregos em uma quantidade importante e, por outro, ao oferecer melhores níveis de ingresso aos seus empregados”. Por sua capacidade de gerar empregos Yeng, Sosa e Dissel (2007) destacam que as MPME podem ser decisivas na redução da pobreza neste país, considerado um dos mais pobres da região.

Na Argentina, as MPME também desempenham um papel relevante no modelo de crescimento econômico e na busca do desenvolvimento social. Segundo o Ministério da Indústria Argentina (MI, 2014), “as pequenas e médias empresas têm um papel preponderante dentro do modelo de crescimento econômico com inclusão social, e têm acompanhado o processo de expansão industrial mais importante da história argentina [...]”. O segmento de MPME soma 99% do total de empresas do país, o equivalente a 603 mil empresas (10% industriais), sendo 229 mil criadas na última década; respondem por 60% dos empregos e 45% das vendas totais.

No Brasil, a relevância das micro e pequenas empresas (MPE) não é diferente. Segundo o SEBRAE (2013, p. 27), “apesar da moderação na atividade econômica brasileira no período recente, o segmento das micro e pequenas empresas ainda se expande no país, impulsionado pelo crescimento da renda e do crédito”. Este segmento, que somava 4,8 milhões de estabelecimentos em 2002, passou a 6,3 milhões em 2012, crescimento de 30,9% no período, e mesmo considerando a crise financeira global recente o número não se reduziu, embora o crescimento médio tenha diminuído. Enquanto no período em destaque o crescimento médio do número de estabelecimentos foi de 2,7% a.a., entre 2002 e 2007 esse número foi de 2,9% a.a., diminuindo para 2,5% a.a. entre 2007 e 2012.

No que se refere à empregabilidade, em 2002 o segmento de MPE foi responsável por 9,5 milhões de empregos, enquanto o segmento de médias e grandes empresas (MGE) empregava 7,6 milhões, 1,9 milhões de empregos a menos. Em 2012 enquanto aquelas geraram 16,2 milhões de empregos, estas geraram 15,1 milhões, 1,1 milhões a menos. No período, as MPE criaram 6,6

milhões de empregos com carteira assinada, um crescimento médio anual de 5,4% a.a. (SEBRAE, 2013).

A relevância deste seguimento para a economia brasileira é ainda mais clara quando se constata que 99% dos estabelecimentos no país são MPE, as quais geraram 51,7% dos empregos privados não agrícolas formais e aproximadamente 40% da massa salarial em 2012.

Setorialmente, o comércio é o setor com maior participação relativa de MPE, 49,4% (3,1 milhões de estabelecimentos de MPE em 2012). Em seguida está o setor de serviços, com 34,6% (2,2 milhões de estabelecimentos de MPE em 2012). A indústria responde a apenas 10,8% do total de MPE (683 mil estabelecimentos de MPE em 2012). Por sua vez, o setor de construção é o de menor participação relativa com 5,1% (325 mil estabelecimentos de MPE em 2012.).

A contribuição social das MPE também é relevante no Brasil. Neste segmento 2,8% do total de ocupados **são de pessoas com 65 anos ou mais**, contra 0,6% nas GE. Da mesma forma, o segmento ocupa mais pessoas com baixa escolaridade, tendo em vista que 47,9% do total de ocupados **é de analfabetos (2,0%)**, pessoas com ensino fundamental incompleto (26,0%) e pessoas com fundamental completo ou médio incompleto (19,9%). A participação desses grupos entre os ocupados em MGE é bem menor, 28,7%: analfabetos 0,8%, pessoas com fundamental incompleto 13,0%, e pessoas com fundamental completo ou médio incompleto 14,9%. O número de ocupados com superior completo também é menor nas MPE, 11,5% do total, contra 18,0% nas MGE (SEBRAE, 2013).

Embora com dados positivos, indicando a contribuição econômica e social das MPME para os países que constituem o MERCOSUL, principalmente na geração de empregos, produção e estabilidade social, este segmento ainda contribui pouco quando se trata de exportação, mesmo considerando o mercado expandido com tratamento especial. De acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2013), isso se explica por problemas de competitividade nas economias das quais as MPME fazem parte, assim como por problemas resultantes do menor porte destes estabelecimentos. “Neste contexto, a melhora na inserção internacional destas empresas resulta crucial para fortalecer o desempenho exportador destes países, assim como para fortalecer os efeitos positivos das vendas externas sobre o resto da economia” (BID, 2013).

Ao se analisar os dados relativos à participação de pequenas e médias empresas exportadoras (PMEX) nas exportações dos países do MERCOSUL, observa-se participação relevante, porém o valor das vendas é relativamente

baixo. Entretanto, apesar das maiores dificuldades de se posicionar e explorar mercados globais, as PMEX exportam mais produtos manufaturados do que as grandes empresas, nas quais predominam os produtos primários e baseados em recursos naturais. No Brasil, segundo dados do BID (2013), 46% das exportações das PMEX **são de produtos manufaturados**, sendo de 1/3 nas GE. As manufaturas de origem agropecuária e industrial na Argentina representam 81% do valor exportado pelas PMEX do país, ao passo que nas grandes empresas esse valor é 2/3. No Paraguai, enquanto as GE exportam mais produtos tradicionais como soja, algodão e madeira, 2/3 das vendas externas das PMEX compreendem produtos não tradicionais.

Também é positiva a expectativa de maior participação das MPME no total de exportações dos países do MERCOSUL. O BID (2013) indica, ainda, que as vendas externas das PMEX brasileiras têm sido mais dinâmicas do que aquelas realizadas pelas GE, e na Argentina e no Uruguai o valor têm aumentado. Soma-se a isso o fato de que neste último país as PMEX começam a exportar mais cedo em comparação às GE, da mesma forma que objetivam continuar explorando oportunidades para além das fronteiras nacionais.

É importante frisar que o MERCOSUL apresenta muito mais oportunidades do que ameaças. As empresas que atuam em setores pouco competitivos possivelmente sofrem com o aumento da concorrência e devem se adaptar à nova realidade do mundo competitivo que a globalização trouxe para todas as economias do mundo. Por outro lado, as que são ou se tornarem competitivas e conseguirem realizar parcerias para fortalecer os negócios dentro do MERCOSUL podem aumentar as chances de serem bem-sucedidas. Outrossim, as próprias MPME podem ajudar a consolidar este bloco, dado a sua condição unificadora e principalmente sua crucial contribuição para o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Como foi destacado, a temática desse artigo foi o papel das MPME em países membros do MERCOSUL e buscou-se ensaiar resposta à questão: As MPME constituem atores relevantes na consolidação do espaço regional conformado pelas economias mercosulinas? Defendeu-se que sim, o que se mostra verdadeiro ao considerar as contribuições dessas empresas para os seus países e para fora deles.

É perceptível a importância das MPME. Os dados apresentados indicam que elas são promotoras de crescimento econômico (inclusive, sustentável

e estável), do desenvolvimento social e podem contribuir com a inserção dos países na economia internacional. Contribuem em termos de PIB, número de empresas, geração de empregos, inovação, desenvolvimento regional, estabilidade social, internacionalização econômica, valor industrial adicionado, receitas fiscais, pedidos de patentes, novos produtos, modernização e urbanização da economia, fortalecimento das cadeias globais de valor, criação de *clusters* industriais, redução da pobreza e distribuição de renda.

Os casos das MPME no âmbito da União Europeia, Ásia Oriental e APEC e América Latina também refletem a sua relevância em termos de superação de crises, mudança de padrão estrutural de desenvolvimento e, principalmente, em termos de promoção de maior integração regional.

É necessário destacar os desafios e as oportunidades geradas pelo mercado expandido com o tratamento especial dado às MPME. Ressalta-se também que esses empreendimentos também devem ser vistos como atores com capacidades reais e potenciais de contribuir para a consolidação do espaço regional mercosulino. Se dentro de cada país que participa do bloco for comprovada a relevância destas empresas, as iniciativas e as oportunidades de negócios certamente aumentarão a sua relevância.

Verifica-se, ainda, que os fatores impulsionadores da globalização são fortes e que atingiram uma dinâmica muito sofisticada, em particular o desenvolvimento tecnológico, que um país pequeno não tem qualquer possibilidade de se desenvolver e mesmo um país grande e rico, isoladamente, teria muita dificuldade em fazê-lo sem entrar na nova ordem mundial. Desta forma, as grandes empresas, se não querem ser vencidas pelos concorrentes, têm que adotar estratégias em uma escala que ultrapasse as fronteiras nacionais. Mas só isso não é suficiente. Entende-se a necessidade de que as empresas de menor porte também se posicionem diante deste cenário globalizado, com o intuito de achar um espaço em que possam ou competir com as grandes nacionais e multinacionais, ou fazer parte de suas cadeias produtivas, nesse caso aumentando ainda mais a inserção internacional de seu país de origem.

Por estes motivos, é fundamental começar um amplo debate sobre o papel das MPME para as economias nacionais e a sua contribuição para o processo de integração do MERCOSUL. Seria importante tornar as empresas de menor porte alvo de atenção prioritária por parte do governo. É necessário que a participação do governo seja mais ousada para poder concretizar os interesses da integração e resguardar um mercado prioritário para esses empreendimentos. Somente desta forma o sistema de integração vigente poderá evoluir com consistência. O esforço deve acontecer também por parte das empresas, preferencialmente constituindo-

se do empenho conjunto a favor da consolidação e melhor aproveitamento do mercado mercosulino.

REFERÊNCIAS

AMESTOY, L. H. **Políticas para las mipymes frente a la crisis**: conclusiones de un estudio comparativo de América Latina y Europa. EuropeAid/Organización Internacional del Trabajo, 2009.

BID - Banco Interamericano de Desarrollo. Inserción internacional de las PYMES del MERCOSUR. **Carta Mensal**, n. 205, sept. 2013.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Brasília: Planalto, 2011.

BRAVO, T. P. **Tercer Observatorio de la Pequeña y Mediana Empresa de Venezuela**. 3. ed. Tomás Páez Bravo, 2013.

CARDOZA, G.; FORNES, G. The international expansion of China's small- and medium-sized business: Status today and future outlook. **Journal of Chinese Entrepreneurship**, v. 5, n. 3, p. 252-273, 2013.

CFED - The Corporation for Enterprise Development. **Desktop study**: SMEs and poverty reduction. Washington, 2004.

CSE - Comissão das Comunidades Europeias. **Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: "Think SmallFirst" / Um "Small Business Act" para a Europa**. Bruxelas, 2008.

CUNNINGHAM, L. X. SMEs as motor of growth: A review of China's SMEs development in thirty years (1978–2008). Amsterdam, **Human Systems Management**, v. 30, n. 1-2, p. 39-54, 2011.

DALBERG. **Report on Support to SMEs in Developing Countries Through Financial Intermediaries**. – Geneva: Dalberg, 2011.

EUROBAROMETER. **SMEs, resource efficiency and green markets**. Brussels: Flash Eurobarometer 381 - TNS Political & Social/European Commission. 2013.

FERREIRA, C. Políticas e instituciones de apoyo a las MIPYME en Uruguay. In: FERRARO, Carlo (compilador). **Apoyando a las pymes**: Políticas de fomento en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2011.

GATTO, F. Mercosur: its challenges to small and medium-sized industrial enterprises in terms of competition. **Cepal Review** 68, p. 61-77, ago. 1999.

GRATEROL, A. J.; RONDÓN, L. M. Políticas e instituciones de apoyo a las pymes en Venezuela. In: FERRARO, Carlo (compilador). **Apoyando a las pymes: Políticas de fomento en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2011.

HARVIE, C. Regional integration in Asia and the contribution of SMEs – a Review of the key issues and policy imperatives. **International Economics Studies**, v. 34, n. 1 (New Issue), p. 19-44, Spring & Summer 2009.

HEGGE, B. **SMEs and European integration: Internationalisation strategies**. London: Routledge, 2002.

HUGHES, C. (Directora). **Encuesta nacional de mipymes comerciales, industriales y de servicios**. Uruguay: MIEMDINAPYME/Equipos Mori, 2012.

INDRAWATI, S. M. Preface. **Doing Business 2014: Understanding regulations for small and medium-size enterprises**. Washington: World Bank Group, 2013. p. 5.

LIU, X. Impacts of the global financial crisis on small and medium enterprises in the People's Republic of China. **ADB I**, wp. 180. Tokyo: Asian Development Bank Institute, 2009.

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul. MERCOSUL/GMC/RES Nº 59/98 - Políticas de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas do MERCOSUL - Etapa II, 1998. Disponível em: <<http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/resolutions/Res5998p.asp>>. Acesso em: 07 nov. 2014.

MERCOSUR - Mercado Común del Sur. MERCOSUR/GMC/RES Nº 90/93: Política de apoyo a las micropequeñas y medianas empresas del MERCOSUR, 1993. Disponível em: <<http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/resolutions/Res9093.asp>>. Acesso em: 07 nov. 2014.

MIEM - Ministerio de Industria, Energía y Minería. **Encuesta nacional de las mipymes: Resumen Ejecutivo**. Uruguay, 2013.

_____. **Encuesta nacional de mipymes comerciales, industriales y de servicios**. Uruguay, 2012.

MI - Ministerio de Industria. Pymes argentinas: protagonistas del modelo productivo con inclusión, 2014. Disponível em: <<http://www.industria.gob.ar/pymes/#>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

OECD - Organization for Economic Co-operation and Development. Internationalisation of SMEs (Dimension 10): Encourage and support SMEs to benefit from the growth of markets (Small Business Act Principle 10). In: **SME Policy Index: Eastern Partner Countries 2012: Progress in the Implementation of the Small Business Act for Europe**. Paris: OECD Publishing, 2012.

_____. **Top barriers and drivers to SME Internationalization**. - Paris: OECD Centre for entrepreneurship, SME and local development (CFE), 2009.

_____. **Small and medium-sized enterprises: local strength, global reach**. Paris, 2000.

OECD - Organization for Economic Co-operation and Development; UN-ECLAC - United Nations-Economic Commission for Latin America and The Caribbean. **Latin American economic outlook 2013: SME policies for structural change**. Paris and Santiago, 2012.

PARAGUAY. **Ley n. 4.457** - Para las micro, pequeñas y medianas empresas (MIPYMES). Assunção, 16 de Mayo de 2012.

RAMÍREZ, J. **Las PYMES exportadoras paraguayas: situación actual, perspectivas y desafíos**. Asunción: Comisión Económica Para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2007.

RÍOS, C. G. **Lineamientos para una Política de Empleo en el Paraguay: Nuevos portes para las políticas públicas en Paraguay**. Asunción: Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya, CADEP, 2011.

SAAVEDRA, M.; HERNÁNDEZ, Y. Caracterización e importancia de las MIPYMES en Latinoamérica: Un estudio comparativo. **Actualidad Contable FACES**, Mérida: Venezuela, n. 17, jul.-dic., p. 122-134, 2008.

SALAZAR, A. L. La realidad de la micro, pequeña y mediana empresa en América Latina. In: SANTOY, Adolfo Rafael Rodríguez. **Herramientas para la Competitividad de la Pequeña Empresa en America Latina**. México – Chile: Biblioteca Virtual, 2014. Capítulo 1: p. 10-31.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa: 2013**. 6. ed. Brasília, 2013.

SEPYME - Secretaría de la Pequeña y Mediana Empresa y Desarrollo Regional. **Resolución 50/2013: Resolución N° 24/2001 - Modificación**. Ministerio de Economía y Finanzas Públicas - MECON - Argentina, 2013. Disponible em:

<<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/210000-214999/212683/norma.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

_____. **Resolução 21/2010:** Modificación de la Resolución N^o 24/01 en relación con la determinación del valor de las ventas anuales. Ministerio de Economía y Finanzas Públicas – MECON - Argentina, 2010. Disponível em: <<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/170000-174999/170679/norma.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

YENG, J. A.; SOSA, E.; DISSEL, S. C. V. **Estudio legal sobre la participación de Micro y Pequeñas Empresas en las Contrataciones Públicas en el Paraguay.** Asunción: Organización Internacional del Trabajo, 2007.

ZHAO, Y. Research on the approaches of the participation of China's SMEs in international trade under financial crisis. **International Journal of Business and Management**, Toronto, v. 5, n. 1, p. 69-73, 2010.

Texto submetido à Revista em 20.05.2015
Aceito para publicação em 19.04.2016



Ciudadanía imaginada y presupuesto participativo en los pueblos indígenas de la Selva Central del Perú

Imagined citizenship participative budget in the indigenous peoples of the Central Jungle of Peru

Luis Calcina Romero - Mestre em Sociologia pela Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Mestrando em Dinâmicas Territoriais e Sociedades na Amazônia pela UNIFESSPA. Graduado em Ciências de la Comunicación pela Universidad Alas Peruanas y Universidad Nacional del Centro del Perú. E-mail: luisguet@hotmail.com

William Santos de Assis - Professor da Universidade Federal do Pará atuando no PPGAA/UFPA e no PDTSA/UNIFESSPA. Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento pela UFPA e Doutor em Ciências pelo CPDA/UFRRJ. E-mail: williamassis@ufpa.br

Resumo

En este trabajo reflexionamos sobre la relación entre el presupuesto participativo y el ejercicio de la ciudadanía en los pueblos indígenas. El objetivo es analizar la configuración de una ciudadanía imaginada en el marco del presupuesto participativo de tres distritos de la Selva Central peruana. A través de un estudio exploratorio los primeros resultados revelan que en contextos diferenciados que configuran una zona de contacto, el presupuesto participativo no es un escenario neutral, porque el peso de las decisiones recae en los grupos de colonos-migrantes que ejercen dominio y hegemonía local. En este contexto la participación de los pueblos indígenas no es relevante, son sujetos de discriminación y difícilmente son escuchados, configurándose de esta manera una ciudadanía imaginada, que es tal porque no visibilizan el poder que se ejerce sobre ellos y se asumen a sí mismos incorporados, escuchados y atendidos, sin percibir que crean una falsa percepción de inclusión.

Abstract

In this paper, we reflect about the relationship between the participative budget and the citizenship exercise of the indigenous peoples. The aim is to analyze the configuration of imagined citizenship under the participatory budget in three districts of the Peruvian Central Jungle. Through an exploratory study the first results reveal that in differentiated contexts that form a zone of contact, the participatory budgeting is not a neutral scenario, because the weight of the decisions relapse into the groups of colonist-migrants who exercise domain, and local hegemony. In this context the participation of indigenous peoples is not relevant, they are subjects of discrimination and difficultly they are listened, configuring in this way an imagined citizenship, which is such because they not make visible the power exerted on them and they imagine incorporated, listened to and cared for, without perceiving that create a false perception of inclusion.

Palavras-chave

Presupuesto participativo. Ciudadanía imaginada. Pueblos indígenas. Selva Central.

Keywords

Participative budget. Imagined citizenship. Indigenous peoples. Central Jungle.

INTRODUCCIÓN

El concepto de ciudadanía motiva diversas reflexiones sobre el rol de los individuos como actores de un proceso social y su relación con el Estado. El Estado es un campo de lucha y las relaciones que se establecen con él dependerán de cómo el individuo asume esta lucha, de confrontación si se constituye en clase social o incorporación y/o espectador si se asume como ciudadano. En nuestra perspectiva la categoría de clase social ha perdido protagonismo en aras del fortalecimiento ciudadano. Esta categoría, sin embargo, es problemática en la medida que se invisibilizan las diferencias. En esta relación ciudadanía–Estado se establecen una serie de conflictos y negociaciones que solo son visibles a partir de un análisis más exhaustivo. El ejercicio de la ciudadanía es posible solo si se confronta con estructuras que buscan limitarla, como el Estado, que en muchos casos opera sin tomar en cuenta las diferencias sociales y culturales existentes.

Si a esta compleja relación le agregamos la variable indígena entonces podemos darnos cuenta que la construcción del Estado nacional liberal no se efectuó sobre principios ciudadanos de libertad o igualdad, sino sobre concepciones hegemónicas de poder y dominio. Esto se hace evidente cuando se implementan políticas públicas en contextos multiculturales, como es el caso del presupuesto participativo. Esta política pública en su creación se concibe como un espacio neutral que puede ser apropiado por el ciudadano, sin observar que es además un escenario de lucha simbólica y de pugna por el poder entre grupos locales, donde los pueblos indígenas se encuentran en situación de desventaja.

El interés de considerar la relación existente entre el presupuesto participativo y el ejercicio de la ciudadanía indígena como objeto de estudio nace a partir de las primeras observaciones realizadas en los presupuestos participativos implementados en la Selva Central peruana. En un primer momento se encontró que este espacio destinado a construir ciudadanía, por la forma como es implementado, promueve una falsa percepción de inclusión. Se observa también que los grupos hegemónicos locales, al contar con mayores herramientas y capacidades, se apropian de este instrumento para ejercer dominio y hegemonía sobre los grupos subalternos. Estas observaciones nos llevan a afirmar que el presupuesto participativo construye en los pueblos indígenas una ciudadanía imaginada.

Por esa razón el objetivo de esta reflexión es analizar y explicitar la configuración de esta ciudadanía imaginada en los pueblos indígenas a partir del presupuesto participativo implementado en tres distritos de la Selva Central del Perú. Este escenario geográfico es una de las zonas donde el conflicto cultural

se hace evidente cuando se habla de procesos de participación y ejercicio de ciudadanía. Por un lado, con mayor peso político, se ubican los colonos o grupos de migrantes y sus descendientes y por el otro, en una posición de subordinación ciudadana, se ubican los grupos indígenas que, a pesar de su condición de marginación, participan y demandan mayores beneficios para sus comunidades.

Es una tarea complicada intentar establecer un marco teórico adecuado que dé cuenta de la relación política pública-ciudadanía. Sin embargo, es importante destacar los aportes sobre Estado-clase de Poulantzas (1977), el enfoque de dominación y legitimación de Weber y la concepción de hegemonía de Gramsci (1980). Partiendo de estos presupuestos teóricos se muestra la transformación de la clase social en ciudadanía traducida en nuevas formas de resistencia frente al estado capitalista moderno.

Desde esta perspectiva analizaremos las formas de ejercicio ciudadano a partir de las demandas políticas por mayores derechos (MOUFFE, 1987), de la ciudadanía multicultural (KYMLICKA, 1996), es decir aquella que se construye según las particularidades propias de un contexto multicultural, y de las ciudadanías diferenciadas (YOUNG, 2006). También se consideran aspectos antropológicos como las formas de práctica democrática en la población indígena (GASCHÉ, 2011). Tales textos ayudan a comprender cómo se entiende y construye la ciudadanía en las sociedades comunitarias. Además, tomaremos elementos teóricos sobre participación oriundos de los análisis realizados por Franco (1984) sobre los entornos favorables en la construcción de una ciudadanía participativa.

Finalmente, recogiendo los postulados de Anderson (1991) sobre la nación como una comunidad imaginada, construimos un referente teórico de ciudadanía imaginada como una forma de ejercicio ciudadano artificial e insustancial que alimenta la creciente preocupación de incorporación de los pueblos indígenas en las estructuras formales de toma de decisiones en el nivel local.

1 LA SELVA CENTRAL Y EL PRESUPUESTO PARTICIPATIVO

La Selva Central está ubicada dentro de los trópicos húmedos americanos y es caracterizada por suelos ácidos y estériles¹. Geográficamente se ubica entre los paralelos 8° y 13° de latitud sur y los meridianos 71° y 76° longitud oeste. Es parte de la provincia biogeográfica Yungas, contiene 11 zonas de vida o ecosistemas

¹ Compuesto por oxisoles y ulisoles que se caracterizan por su “alta acidez, niveles tóxicos de aluminio, deficiencias en fósforo, calcio, magnesio, azufre, zinc y otros micronutrientes, baja capacidad de intercambio catiónico, y alta capacidad de fijación de fósforo”. En: “Estudio de Casos de Manejo Ambiental: desarrollo integrado de un Área en los Trópicos Húmedos – Selva Central.

y posee una red de cadenas montañosas que van desde los 600 hasta los 4.832 m.s.n.m.² La temperatura, sin considerar las zonas de mayor altura, oscila entre 19° y 28°C, y posee una precipitación anual de 2.000 a 4.000 mm. Se localiza en la parte central del Perú y comprende ocho departamentos, con una extensión total de 16 millones de hectáreas, equivalente a 160.000 Km².

En esta región amazónica predominaron los pueblos indígenas pertenecientes al grupo lingüístico Arawak, conocido también como Arahuaico, que son además parte del sub grupo preandino o Arawak preandino (RIVET; TIVESTIN, 1940, citado por GOW, 2002, p. 150) y, en menor medida, es posible ubicar etnias de las familias lingüísticas Pano. Diversos estudios, fundamentalmente de tipo antropológico (VARESSE, 1969; SMITH, 1974) o económico (BARCLAY; SANTOS-GRANERO, 1980), identifican a la Selva Central con un continuo histórico, político, económico y cultural, bajo dominio del grupo Arawak, relegados por los grupos de colonos migrantes que llegaron después.

De tal manera, la geografía de esta región queda definida por los pueblos ashaninka, yanesha y nomatsiguenga, seguido por los matsiguengas y amahuacas y, en menor medida, por los Piro y Culina (Tabla 1). Renard y Casevitz (1996) proponen una distribución geográfica del grupo lingüístico Arawak, según se muestra en el gráfico siguiente:

Figura 1 - Distribución geográfica del grupo lingüístico Arawak en la Selva Central



Fuente: Mapa elaborado por France-Marie Renard-Casevitz, publicado en REDIAL, 1995-1996. N° 6-7, p. 148-213.

² Zona de mayor altitud que corresponde al nevado Bateacocha.

Tabla 1 – Comunidades censadas por pueblo indígena y por departamento en la Selva Central

Departamento	Población total	Nº comun.	Ashaninka	Asheninca	Caquite	Matsiguenga	Nomatsiguenga	Piro	Yanasha	TOTAL
Ayacucho	231	4	4							4
Cusco	15230	65	31			32		2		65
Huánuco	2594	13	6						7	13
Junín	73637	238	209		2		22		5	238
Pasco	16414	113	83						30	113
Ucayali*	40407	136	77	49		3		7		136
Loreto		3	1					2		3
Madre de Dios		11				5		6		11
TOTAL	148513	583	411	49	2	40	22	17	42	583

Fuente: elaboración propia con datos de Instituto Nacional de Estadística (2008)

El ámbito geográfico de la Selva Central es amplio y diverso, no solo por la demarcación política sino también por la diversidad social existente. Los pueblos indígenas autodefinidos como “guerreros” les permitieron mantener una posición beligerante desde tiempos coloniales, siendo su máxima expresión la rebelión de 1742, liderada por Juan Santos Atahualpa, que mantuvo al margen de su territorio a la colonia española y hacendados de la época por más de 100 años.

Con el advenimiento de la República, por acción del Estado criollo³, la lógica expansionista de los caudillos militares y la expansión comercial de los grupos de hacendados de la sierra (principalmente de las zonas de Tarma y Huánuco) se inició un agresivo proceso de reconquista de los territorios indígenas de la Selva Central (SANTOS; BARCLAY, 1980) a través del ingreso de migrantes europeos (franceses, italianos y alemanes) para la explotación de los recursos, los que luego serían desplazados por la ocupación desordenada de migrantes de la sierra andina⁴ de Tarma, Jauja y Huancayo principalmente. Estos se asentaron y se posicionaron como el grupo hegemónico local (aunque disperso en su origen) hasta convertirse en el sector mayoritario (90%) de la población.

La forma de ocupación que ejercieron estos grupos de migrantes, según lo entiende Santos y Barclay (1980, p. 30), se da en dos dimensiones: la primera es

³ En la historiografía peruana se denomina Estado criollo al Estado controlado por los grupos criollos que eran los descendientes de españoles pero nacidos en suelo americano.

⁴ Generalmente indígenas de la sierra y mestizos.

la dimensión físico-geográfica, que es la ocupación física del territorio a través de la ocupación humana, la transformación del ambiente con fines productivos y el establecimiento de redes de comunicación; la segunda es la dimensión ideológico-jurídica, que se da a través de la apropiación ideológica y la apropiación del espacio a través de la palabra con la domesticación y renombramiento de diversos espacios ya anteriormente ocupados.

Por la forma como se dio esta ocupación podemos afirmar que la Selva Central se constituye como una zona de contacto. Por zona de contacto Pratt (1996, p. 3) entiende los:

lugares en los que confluyen o entran en comunicación culturas que han seguido históricamente trayectorias separadas y establecen una sociedad, con frecuencia en el contexto de una relación de colonialismo.

En otras palabras, una zona de contacto es un espacio de coexistencia multicultural que se origina a partir de la invasión y la violencia que luego se constituyen en relaciones de desigualdad y se establecen en una relación de dominación; es, por lo tanto, un escenario artificial que da sentido a la materialización de la ciudadanía imaginada. Ahora bien, toda relación de dominación implica una alteridad, por lo cual es factible que se presente una permanente lucha por el poder interpretativo y la producción de significados (PRATT, 1996; FRANCO, 1984).

Las consecuencias de este tipo de ocupación configuran un escenario complejo y difícil. En el departamento de Junín, donde se registra el mayor número de comunidades nativas (236 comunidades), 74.6% de ellas no cuenta con servicio de alumbrado eléctrico, 22% no tiene centros educativos, 77.7% no cuenta con establecimientos de salud dentro de la comunidad y los que existen son generalmente botiquines comunales. En términos departamentales Junín presenta una desnutrición crónica infantil de 22,1% y desnutrición aguda de 1,0%, además de altos índices de anemia infantil (51,6%).

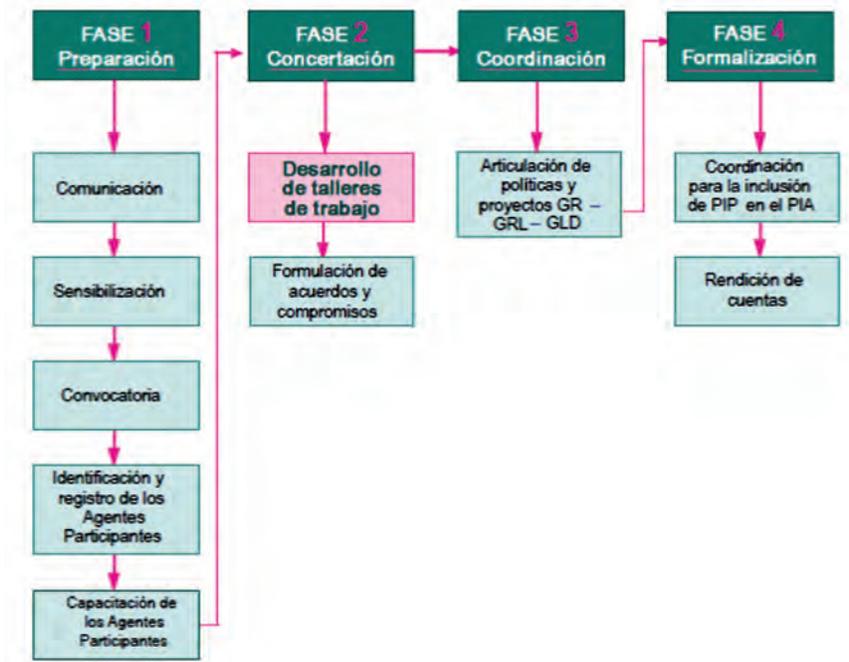
En este escenario observamos que la población colona migrante, como grupo local dominante, tiene el control de las decisiones políticas y económicas del distrito así como del circuito comercial de los productos agropecuarios, por lo que la población indígena depende de ellos para acceder a los mercados. En este espacio socialmente asimétrico se implementa el presupuesto participativo⁵.

⁵ Aunque la Ley de Bases de la Descentralización, Ley N° 27783 del año 2002 y la Ley Orgánica de Municipalidades, Ley N° 27279 del año 2003, señalan mecanismos de participación ciudadana en la gestión local, no es sino con la Ley Marco del Presupuesto Participativo, Ley N° 28056, que este mecanismo de participación se institucionaliza.

Las construcciones teóricas sobre el presupuesto participativo abonan en favor de una imagen positiva del mismo como herramienta participativa, de ahí que se entienda como un instrumento de política y de gestión donde concertadamente autoridades y población deciden en qué y cómo se invertirán los recursos del Estado. La Ley Marco del Presupuesto Participativo sostiene que es la “asignación equitativa, racional, eficiente, eficaz y transparente de los recursos públicos, que fortalece las relaciones Estado - Sociedad Civil”. Por su parte, Lieberher (2003), tomando el concepto de De Souza, considera que el presupuesto participativo es ante todo un proceso democrático “voluntario y universal” que permite a la población discutir sobre el presupuesto y sobre las políticas públicas,

El mecanismo de funcionamiento establecido en la Ley establece cuatro fases, esquematizadas en la siguiente figura:

Figura 2 – Fases del proceso de presupuesto participativo basado en resultados



Fuente: Guía del Presupuesto Participativo Basado en Resultados, PRODES, 2010, p. 22

La primera fase requiere la constitución de agentes participantes, que son los grupos de ciudadanos organizados que participan en el proceso y, por basarse en el mecanismo de representación, no permite la participación individual. La convocatoria se realiza a través de medios de comunicación, generalmente de

poco alcance, y de invitaciones a diversas organizaciones sociales. La segunda fase es la etapa de la confrontación simbólica y de poder; en esta etapa se proponen, discuten y deciden los proyectos a aprobarse. La tercera y cuarta fases son las etapas de consumación del proceso. Aquí se firman las actas que aprueban las obras priorizadas. Concluido el proceso, un comité técnico designado para tal fin opera como filtro y es en última instancia el que decide, en función de los criterios de evaluación establecidos, qué obras serán ejecutadas.

Visto desde esta perspectiva el presupuesto participativo se convierte en la instancia más importante para planificar de manera participativa y concertada el presupuesto de una municipalidad. En este espacio se discuten las obras a ejecutarse en salud, educación, actividades productivas, ambiente, pueblos indígenas, entre otros. No obstante su finalidad, el presupuesto participativo no es considerado una instancia de planificación de la gestión. Prueba de ello es que los recursos que se asignan para “planificar” el desarrollo local resultan siempre insuficientes. El caso de la municipalidad distrital de Perené es ilustrativo al respecto. Su presupuesto se incrementó aproximadamente de 3 a 10 millones de soles anuales entre 2009 y 2014. En este mismo período el monto asignado al presupuesto participativo pasó de 400 mil soles a un poco más de 1 millón de soles al año, es decir, no más de 13% del total del presupuesto municipal.

2 HEGEMONÍA, DOMINACIÓN Y CIUDADANÍA

La Selva Central, al atravesar por procesos de ocupación, se constituyó en una zona de contacto que configuró grupos hegemónicos y de dominio. El Estado, sintonizado con esta racionalidad, apoyó e impulsó políticas de colonización sin considerar los impactos generados en la población indígena. Esta misma lógica operó al implementar el presupuesto participativo. Allí el Estado construye relaciones hegemónicas en relación con sus ciudadanos, por lo que bien puede ser entendido como un campo de lucha. Poulantzas (1977, p. 43) señala que el Estado es una “*estrutura na qual se *condemsam* as contradições entre os diversos níveis de uma formação*”.

Ahora bien, todas las relaciones comunitarias están basadas en relaciones de dominación. La dominación es, dice Weber (2002), una forma de poder que busca “imponer la voluntad propia sobre la conducta ajena” y su finalidad última es una determinada “voluntad manifiesta” del dominador sobre las acciones de otros (dominados), logrando la obediencia. El rasgo distintivo de esta obediencia es que se realiza “como si los dominados hubieran adoptado por sí mismos y como máxima de su obrar el contenido del mandato” (WEBER, 2002,

p. 699). Si hablamos de un régimen de gobierno y, por lo tanto, de la función del Estado, esta forma de dominación se ejerce, por un lado, a través de las estructuras burocráticas que naturalizan las relaciones de dominación revestidas de “un servicio” otorgado del dominador al dominado y, por otro, a través del monopolio de la violencia legítima.

De esta manera, los espacios de lucha local por el poder, expresados en las políticas de Estado (como el presupuesto participativo), no se ven como ejercicio de dominación sino como prácticas políticas regulares y naturales. Esto es posible porque en estos espacios las relaciones de dominación, sobre todo la dominación burocrática, se naturaliza y se asume como parte del proceso regular de la democracia pluralista; aquí se produce una obediencia no a la persona, sino a la regla y esto solo es posible por la ausencia de reflexión del espíritu de la norma. Esto es particularmente importante en niveles descentralizados del Estado donde el dominio burocrático nacional, al ser difuso, es asumido por la burocracia local con características similares. Pero los grupos que detentan este dominio son sustancialmente diferentes y hasta se confrontan con el poder nacional.

El concepto de hegemonía trabajado por Gramsci (1980) es otro elemento que ayuda a comprender mejor cómo se da el proceso de dominación en diferentes subniveles del Estado. Para este autor la hegemonía es una forma de aceptación del poder y de la dominación de manera voluntaria, donde se invisibiliza la coerción y la violencia. Esta forma de aceptación de la dominación es voluntaria, o por lo menos es así como se representa y se asume. De esta manera, los espacios de lucha local por el poder, expresados en las políticas públicas (como el presupuesto participativo), no se ven como ejercicio de dominación sino como prácticas políticas regulares y naturales.

La hegemonía solo es posible a partir de la lucha ideológica y se efectiviza al tomar en cuenta “los intereses y tendencias de los grupos sobre los cuales ejercerá la hegemonía” (GRAMSCI, citado por MOUFFE, 2000, p. 190). Gramsci entendía que la hegemonía no era coerción; por el contrario:

En el sistema hegemónico existe democracia entre el grupo dirigente y los grupos dirigidos en la medida en que el desarrollo de la economía y por consiguiente de la legislación que expresa tal desarrollo, favorece el pasaje (molecular) de los grupos dirigidos al grupo dirigente. (GRAMSCI, 1980, p. 196).

Este beneficio que se ofrece de dirigentes a dirigidos no es gratuito y tiene como objetivo la perpetuación del Estado-clase y el control del aparato del Estado y de los modos de producción por parte de los grupos dominantes. Las relaciones hegemónicas así expresadas por el poder institucionalizado se

reproducen a niveles micro y los grupos hegemónicos locales ejercen dominio sobre los grupos subalternos —entiéndase indígenas— relegándolos a un papel marginal. Esto representa un primer indicio en la configuración de la ciudadanía imaginada. La dominación se realiza a través de la entronización de valores y visión del mundo donde la educación, la religión y la cultura juegan un rol determinante.

Gramsci limitó su análisis a estructuras macro políticas y formuló la necesidad de construir proyectos hegemónicos alternativos (contrahegemónicos) que llevarían al poder a los grupos subalternos, donde la dimensión cultural tenía un rol fundamental. En un contexto de democracia pluralista liberal es probable que esta forma de resistencia tenga ciertas limitaciones dado que las condiciones propias de los grupos subalternos, en este caso de los pueblos indígenas, no permiten pensar en lo inmediato en soluciones contrahegemónicas.

La salida a esta imprecisión nos la proporciona Mouffe (1987). Para esta autora pensar en hegemonía es pensar en las nuevas formas de estructuración social propias del capitalismo tardío. La salida que se debe esgrimir es la radicalización de la democracia, entendida como “articulación de las luchas contra las diferentes formas de subordinación” (MOUFFE, 1987, p. 6). Desde esta perspectiva el concepto hegemonía no se expresa solo en relaciones políticas de dominación sino que está presente también una lógica social.

Así, la tarea pendiente no consiste en “renegar de la ideología liberal-democrática sino al contrario, en profundizarla y expandirla en la dirección de una democracia radicalizada y plural” (MOUFFE, 1987, p. 199). Esta radicalización de la democracia implica extender las luchas sociales (articulación de antagonismos), entendida como proporcionar a los sujetos una serie de herramientas que les permitan participar en la toma de decisiones. A partir de esta lógica democrática es posible romper con cualquier proyecto hegemónico que, como veremos, fue utilizado por los movimientos indígenas en sus demandas y adquisición de nuevos derechos.

Los presupuestos teóricos aquí analizados nos permiten comprender que en toda relación social existe una relación de dominación y obediencia que es estructurada desde el poder central del Estado. El ejercicio de este poder genera una hegemonía que es invisibilizada, por lo que termina siendo aceptada de manera voluntaria y transmitida a través de canales formales como la escuela, los medios de comunicación, la religión o la cultura. Pero la hegemonía no implica una relación paritaria que enfrenta la sociedad al Estado, puesto que la complejidad social permite visibilizar diversos intereses en lucha. La salida de este estado de domesticación social a partir de la diversidad social existente solo

es posible si se logran articular los diferentes intereses, proporcionándoles las herramientas para radicalizar la democracia y hacerla más participativa, lo que implica desarrollar con mayor intensidad la dimensión ciudadana.

3 DE LA CIUDADANÍA ENTRE IGUALES A LA CIUDADANÍA INDÍGENA

La idea de ciudadanía va a depender del enfoque de análisis. López (1997) considera que la evolución del concepto, luego de los postulados iniciales de Marshall, va a pasar por una discusión entre liberales y comunitaristas, que luego derivaría en una discusión entre ciudadanía activa y ciudadanía diferenciadas. En efecto, el primer teórico que entendió la ciudadanía como una continuación de las clases sociales fue Marshall (1949), para quien la ciudadanía se entiende como la pertenencia plena a una comunidad que compuesta de tres tipos: civil, política y social. La ciudadanía civil permitió la consolidación de los derechos fundamentales como libertad, autonomía, derechos de propiedad, organización y justicia. La ciudadanía política implica la incorporación de grupos pobres y excluidos en las decisiones políticas y la ciudadanía social significa el derecho a desarrollo e igualdad social, siendo ésta última el punto culminante en este tránsito de clase social a ciudadanía.

El postulado de Marshall concibe los derechos adquiridos entre iguales pero no asume la diferencia como parte constitutiva de una sociedad. La posterior discusión entre liberales y comunitaristas intentó responder sin éxito esta cuestión. La perspectiva de la ciudadanía liberal asume que los individuos son sujetos de derechos y con capacidad de libre elección. Su incorporación a la sociedad es individual y en cooperación con otros individuos. La perspectiva de la ciudadanía comunitaria, por su parte, considera que la capacidad de elegir del individuo solo es posible en un entorno social por lo que “la imagen individualista de la persona es ontológicamente falsa” (LOPEZ, 1997, p. 96).

Aunque el problema de la diferenciación es tangencialmente analizado, principalmente desde la perspectiva de la ciudadanía activa (equilibrio entre derechos y deberes), el problema fue resuelto inicialmente por Kymlicka (1996), quien reconoce la existencia de derechos diferenciados y establece que “los miembros de determinados grupos se incorporan a la comunidad política no solo en calidad de individuos, sino también a través del grupo” (KYMLICKA, 1996, p. 240).

Kymlicka sostiene que en estados multiétnicos existen tres formas de derechos que son aplicables a los grupos diferenciados: el primero es el derecho

al autogobierno y autodeterminación, el segundo se refiere a los derechos poliétnicos, como derechos que ayudan a que expresen sus particularidades culturales, y el tercero se entiende como derechos especiales de representación basados en la discriminación positiva. La obtención de estos derechos no configura una sociedad más equitativa e igualitaria, principalmente porque el discurso de ciudadanía no rompe con las estructuras hegemónicas de dominación ni modifica los grupos que lo controlan. De hecho ayuda a visibilizar las particularidades culturales, pero los grupos diferenciados deben disputar espacios de poder en condiciones de desventaja.

Young (2000), basado en el concepto de ciudadanía diferenciada, intenta superar esta dificultad sosteniendo que la incorporación de los grupos minoritarios pasa también por la implementación de cuotas de representación que garantice la defensa de sus intereses. De alguna manera Jung apuesta por modificaciones más sustanciales en la sociedad liberal para hacerla más justa, a través de la incorporación de la diferencia. A pesar de los esfuerzos teóricos por imaginar una sociedad más equitativa en contextos multiculturales, las demandas de ciudadanía de los grupos indígenas, por ejemplo, son cada vez más fuertes y apuntan a una reestructuración del Estado y de todos sus componentes.

A este nuevo proceso que implica una visión etnopolítica de la etnicidad se le conoce como ciudadanía étnica o ciudadanía indígena y su propuesta está sustentada: a) en mayor autonomía y una construcción del Estado con carácter plurinacional; b) derechos de representación y participación política; y c) derecho al respeto cultural y la tolerancia (GARZÓN, 2012). Al respecto Garzón sostiene que

La ciudadanía étnica se constituye en un sincretismo basado en la etnicidad, la identidad y la acción colectiva de los pueblos indígenas en su lucha por erradicar las injustas relaciones de poder en aras de una sociedad más democrática, participativa y equitativa. (Garzón, 2012, p. 194-195).

Desde nuestra perspectiva, esta ciudadanía étnica reclama el derecho de decidir sobre su territorio, recursos naturales, sistemas educativos, lengua y demandas de autonomía que trascienden el Estado oficial⁶, es decir, no son demandas y acciones destinadas a luchar contra un modelo económico, sino contra un modelo civilizatorio. La perspectiva que nos proporciona este enfoque de la ciudadanía indígena pone en cuestión el todo social construido hasta el momento. La visión utópica de esta mirada y el desborde de expectativas nos lleva a aterrizar el concepto de lo que entendemos por ciudadanía indígena. En principio esta ciudadanía está basada, como lo afirmamos arriba, en el derecho

⁶ La conformación del Primer Gobierno Autónomo Indígena del Perú por el pueblo Wampis, el año 2015, va en este sentido.

a la participación y representación, el derecho a la autonomía y autogobierno pero también en la necesidad de incorporación al contexto social donde se desenvuelven.

El juego de esta nueva concepción de ciudadanía indígena radica en que se desplaza indistintamente entre la ciudadanía liberal individual y la ciudadanía colectiva y recrea formas de organización ancestral para el ejercicio de sus derechos. De esta manera la dualidad que sustentamos en las prácticas de ciudadanía indígena se sustenta, por ejemplo, para el caso del principio de autoridad, en la experiencia y dominio de los recursos de la naturaleza (modelo de representación ancestral) y de la capacidad del líder de desplazarse entre la aldea y la sociedad oficial (modelo de representación moderno).

En la ciudadanía indígena los niveles de decisiones son altamente deliberativos y generalmente consensuados pero las emplean en formas de organización impuestas por la sociedad oficial⁷. Cuando necesitan ser atendidos en sus demandas la ciudadanía adquiere una forma militar, basada en un comando central y en un líder con cuya autoridad se puede disentir pero no se cuestiona. En el mismo sentido recrean la democracia, a lo que Gasché (2010) llama democracia activa, con los principios de:

libertad y autonomía personales y domésticas, la reciprocidad – positiva y negativa – y la solidaridad, la aspiración a la igualdad social y material, la generosidad y el consumo suntuario, así como en el respeto de una autoridad basada en el saber y saber-hacer. (GASCHÉ, 2010, Tomo II, p. 170).

El análisis realizado hasta el momento nos permite entender que la ciudadanía, liberal o comunitarista, vista como sentido de pertenencia e inclusión en una sociedad de iguales invisibiliza a los grupos minoritarios y no les proporciona las herramientas para su incorporación como ciudadanos. Esta deficiencia ha sido superada en parte por las concepciones de ciudadanía multicultural y ciudadanía diferenciada que abogan por dotar de mayores derechos a los pueblos indígenas, tomando en cuenta sus particularidades culturales.

Desde la perspectiva de ciudadanía indígena estos derechos adquiridos no son suficientes ya que los pueblos indígenas demandan cada vez mayores niveles de autonomía y decisión, inclusive al margen del Estado. Estas exigencias apuestan por una reconfiguración del Estado y la sociedad liberal individual nacional por un estado plurinacional colectivista que incorpore practicas ciudadanas tradicionales, basada en el respeto por la libertad, autonomía, reciprocidad y solidaridad.

⁷ La asamblea comunal es la forma más común en la toma de decisiones. Este modelo organizativo se impuso a través de la legislación peruana.

4 EL GIRO A LA CIUDADANÍA IMAGINADA

El ideal expresado en la ciudadanía indígena implica desde diversas perspectivas un imposible social por la forma como se ha construido los imaginarios colectivos que, como vimos, se sustenta en criterios de pertenencia a una comunidad de iguales. Esto da espacio para teorizar lo que venimos sosteniendo como ciudadanía imaginada. Algunos autores como López (1997) entiende por ciudadanía imaginada una concepción de ciudadanía posible, imaginada teóricamente, pero sin correlato en la realidad. Al respecto afirma:

En este sentido convendría distinguir los tipos de ciudadanía de las concepciones de ciudadanía. Los primeros aluden a cierta catalogación de las ciudadanías realmente existentes, mientras las segundas se refieren más bien a las ciudadanías imaginadas. (LOPEZ, 1997, p. 79)

El enfoque de ciudadanía imaginada que postulamos aquí recoge la tesis de comunidades imaginadas de Anderson (1991) sobre el concepto de nación. Al respecto Anderson (1991, p. 23) afirma que una nación es “una comunidad políticamente imaginada como inherentemente limitada y soberana”. Basa su argumento en que:

aún los miembros de la nación más pequeña no conocerán jamás a la mayoría de sus compatriotas, no los verán ni oirán siquiera hablar de ellos, pero en la mente de cada uno vive la imagen de su comunión. (ANDERSON, 1991, p. 23).

En este caso la imagen mental o la imaginación de la existencia de una comunidad de iguales (similar a los postulados de Marshall) dan sustento a una nación que se imagina a sí misma limitada, soberana y comunitarista (ANDERSON, 1991). Los factores que dan surgimiento a este fenómeno son la convergencia del capitalismo impreso y la fijación de las lenguas impresas, que genera lenguas de poder, y el consiguiente nacimiento de las lenguas vernáculas administrativas, así como la emergencia de nuevas identidades a las que llama criollos, todo esto en el marco de un contexto de reforma europea.

Ahora bien, para hablar de ciudadanía imaginada es preciso revisar algunos elementos subyacentes a ella. En principio esperamos demostrar, en primer lugar, que una ciudadanía imaginada requiere una zona de contacto para manifestarse. Esta zona de contacto al ser un espacio de relación colonial genera condiciones de hegemonía y dominio. En segundo lugar, siguiendo el raciocinio de Anderson, la lengua configura un factor de identidad y pertenencia, por lo tanto, de diferenciación social. Este hecho hace suponer que la incorporación de

lenguas orales a estructuras rígidas y formales del Estado, con una lengua impresa y, por esto, con poder oficial, solo será posible en condiciones de subordinación. En tercer lugar, y no menos importante, es la persistencia del sistema capitalista de producción que construye en torno a él imágenes de una sociedad deseable. Finalmente, en cuarto lugar, tenemos la autopercepción de una comunidad que se imagina a sí misma escuchada e incluida a pesar de que la realidad le demuestra persistentemente lo contrario.

De esta manera, la existencia de una zona de contacto, con hegemonía de una lengua impresa y sostenida por un esquema capitalista de producción, va a configurar una ciudadanía imaginada, es decir, un ciudadanía no real, que se mueve en estructuras sutiles de poder imperceptibles, que se imagina incorporada pero que, envuelta en el entrapamiento burocrático estatal, como el caso de los presupuestos participativos, solo puede existir en condiciones de subordinación y marginación.

La ciudadanía imaginada tiene las mismas prerrogativas y derechos que las diferentes concepciones de ciudadanías analizadas. Sin embargo, el acceso a ellos es siempre restringido (como los derechos de educación intercultural o consulta previa) e insustancial (como los derechos territoriales o justicia comunitaria). De ahí que cuando se piensa en una ciudadanía activa en los pueblos indígenas se imaginan modelos de participación ideales. Ahora bien, ¿qué hace que un individuo o colectivo participe políticamente? Franco (1981) considera que detrás de una acción participativa existe una percepción de problemas por resolver y por lo tanto imágenes de una sociedad deseable. Las valoraciones y creencias en torno a la sociedad deseable influyen en la valoración de la participación del individuo. De este modo, el comportamiento político participativo estaría determinado por: 1) imagen de la sociedad deseable; 2) las metas u objetivos sociopolíticos; 3) percepciones y creencias sobre la situación política actual; y 4) valoración que el sujeto realiza de su compromiso personal y de sus consecuencias.

En el marco del presupuesto participativo implementado en la Selva Central del Perú la ciudadanía imaginada se alimenta de imágenes de una sociedad deseable, con una participación aparente, porque no logran romper con la hegemonía de las estructuras dominantes, razón por la que sus demandas sociales no atendidas a veces son canalizadas a través de mecanismos no formales.

5 PRIMERAS APROXIMACIONES

Cuando se revisan las bases teóricas que sustentan el presupuesto participativo en el Perú se encuentra que existen una serie de supuestos que no

toma en cuenta la multiculturalidad social presente. Su configuración asume la existencia de una sociedad de iguales y, por lo mismo, invisibiliza las diferencias, asumiendo también que al ser un espacio de diálogo democrático y “horizontal” todos están en las mismas condiciones de ser parte de él.

En contextos diferenciados, sin embargo, esta sociedad de iguales no existe. La ocupación de la selva alta en La Merced, Satipo y Oxapampa, por ejemplo, despojó a las poblaciones indígenas de sus territorios, reduciéndolas a espacios comunales de supervivencia y alterando sustancialmente sus formas de vida. La “incursión de la modernidad” con agricultura, minería, petróleo, carreteras, entre otros, se materializa en ellos como atraso y pobreza. Con la agresiva actividad antrópica sobre sus ecosistemas desaparecieron sus recursos y, por tanto, sus formas de subsistencia. Poblaciones antes libres y dueñas de territorios y recursos son ahora pequeños grupos marginales que engrosan los niveles de pobreza, empujados hacia una racionalidad del mercado, que no conocen ni entienden, salvo en sus formas más primarias.

Es natural, por eso, ver en este escenario la existencia de diversas representaciones en pugna —cuando se trata del presupuesto participativo— que nos habla de una pluralidad de intereses en juego: clubes de madres, asociación de padres de familia, productores, jóvenes; frentes de defensa, comunidades indígenas, colegios profesionales, instituciones educativas, entre otros, son una muestra de ello. Sin embargo, la confrontación menos perceptible y más persistente es la que se da entre los grupos de colonos migrantes y la población indígena.

En esta lucha por el poder interpretativo los grupos de migrantes y colonos tienen la ventaja de estar más y mejor insertados en la lógica civilizadora de la sociedad y, por lo tanto, ejercen su hegemonía a partir de la posición que ocupan socialmente. Los pueblos indígenas en este escenario estructuran dos discursos en cierta medida opuestos. Por un lado, al saberse excluidos y al margen de las decisiones, responden afirmando sus fronteras y reproduciendo casi autárquicamente su cultura. Por otro lado, al verse incorporados (la cuota indígena, la legitimidad que proporcionan en proyectos de inversión o ser beneficiarios de algunos programas sociales) se imaginan escuchados, atendidos, incluidos, se imaginan ciudadanos.

En el marco del presupuesto participativo, sin embargo, existen suficientes razones para suponer que esta inclusión es aparente. Los principios sobre los que sustentamos la ciudadanía imaginada se materializa en el conflicto intercultural, donde el proceso se realiza bajo el criterio de homogeneidad, se invisibilizan las diferencias y se asume que está compuesto por una comunidad de ciudadanos

iguales, con predominio de la lengua letrada porque toda comunicación se basa en textos escritos (la oralidad comunitaria no se toma en cuenta), en español (no hay traducción) y con una programación que no se ajusta a los tiempos y características de la población indígena.

También se observa el dominio de la abstracción, porque todo el proceso y las etapas y sub etapas que lo componen necesitan ser analizadas en detalle, requieren de mucha capacidad de abstracción (como ideas de planes futuros, posibilidades de ejecución, criterios de priorización) y de un conocimiento previo del funcionamiento de las estructuras del Estado y el mecanismo de funcionamiento del presupuesto participativo, situación que no se observa en los líderes indígenas. Por otro lado, la organización del presupuesto público, su distribución, formas de ejecución, entre otros, son conocimientos previos poco accesibles e incompresibles para la población indígena.

Resulta relevante también la imposibilidad económica a la que se someten los pueblos indígenas en el presupuesto participativo. La priorización de un proyecto pasa por valorar positivamente el expediente técnico que lo sustenta. Este documento solo puede ser realizado por un equipo de especialistas, habilitados y colegiados, por cuyo trabajo cobran una cantidad de dinero (un porcentaje del presupuesto total de la obra). La población indígena carece de recursos para financiar un documento de esta naturaleza, por lo que se limitan a proponer ideas de proyectos.

Finalmente, observamos una confrontación simbólica a partir de las percepciones sobre la participación. Desde la perspectiva indígena está basada fundamentalmente en la deliberación (intercambio de ideas), la reciprocidad y en criterios de equidad (que las decisiones benefician a todos). Desde la concepción del colono migrante la participación se basa principalmente en la confrontación (poder y hegemonía), en el dominio del número y en la argumentación.

Se observa, además, en los representantes indígenas una percepción sobre dimensionada acerca de los resultados que esperan alcanzar. En principio asumen que el gobierno local maneja la misma lógica de necesidades por atender y prioridades que ellos; suponen también que la municipalidad atenderá sus demandas y pondrá sus cuadros técnicos y profesionales a disposición para que los ayuden en el diseño de sus expedientes técnicos, lo cual en la mayoría de situaciones no ocurre.

En la lógica participativa de los pueblos indígenas cada proceso de presupuesto participativo es diferente y aislado de los demás, por lo tanto no existe una reproducción de lecciones aprendidas, sino un estado de aprendizaje permanente. Cada representante que participa por primera vez lo hace siempre

en condiciones de incertidumbre; una situación que viene repitiéndose en los últimos 10 años. Además de eso es importante destacar que las diferentes representaciones indígenas participan de manera fragmentada y dispersa y en competencia entre sí por lograr pequeños proyectos (loza deportiva multiusos, local comunal, botiquín comunal, entre otros) que abonan poco a la lógica del buen vivir.

CONSIDERACIONES FINALES

La experiencia analizada se ubica en tres distritos de la Selva Central peruana, una zona ancestralmente ocupada por los pueblos indígenas del grupo lingüístico Arawak, siendo el pueblo Ashaninka el más numeroso y el que ha conducido los procesos de resistencia e incorporación a la vida nacional. Tradicionales dueños de estas tierras, los pueblos indígenas se vieron despojados por los procesos de colonización y ocupación ocurridos en diversos periodos históricos, hasta quedar confinados en pequeños espacios territoriales, provocando alteraciones en sus mundos de vida y sin recursos para subsistir. Este espacio regional, entendido como zona de contacto, se caracteriza por las relaciones coloniales y de dominio que se establecen en ella, donde los grupos de colonos migrantes se apropiaron de las estructuras sociales, económicas y políticas para detentar la hegemonía local y dominar a los pueblos indígenas.

En este contexto la democracia liberal implementa el presupuesto participativo, bajo el supuesto que la población toma decisiones de manera libre y en igualdad de condiciones, sin reparar que el presupuesto participativo implica para la ciudadanía un nivel de organización, así como el desarrollo de la capacidad argumentativa y la construcción de redes de poder. En contextos diferenciados el ejercicio de la ciudadanía se torna más complejo por la serie de imaginarios y sensibilidades en juego. Por esa razón, desde su implementación, el presupuesto participativo se ha constituido como espacio donde el peso de las decisiones recae en los grupos locales de colonos migrantes. Los pueblos indígenas, cuyo peso específico en el escenario político no es relevante, difícilmente son escuchados.

Diversas construcciones teóricas intentaron responder a la cuestión de cuál sería la mejor forma de ejercer la ciudadanía en contextos diferenciados. Kymlicka (1996), desde la perspectiva de ciudadanía multicultural, y Yung (2000), desde la perspectiva de la ciudadanía diferenciada, enfatizaron en la necesidad de proporcionar derechos adicionales o colectivos para lograr la incorporación de los grupos subalternos a la vida social plena. Estas propuestas tienen limitaciones cuando hablamos de ciudadanía indígena, pues esta busca la refundación del

Estado y del sistema social en general y para sus demandas de incorporación transitan indistintamente entre la ciudadanía individual y colectiva.

Esta realidad nos lleva a afirmar que la ciudadanía indígena tampoco es la respuesta a las demandas de los pueblos originarios. Por el contrario, en espacios locales como la Selva Central, configurada como zona de contacto, con relaciones sociales basadas en hegemonía y dominación, lo que se observa es la presencia de una ciudadanía imaginada. Las condiciones para la presencia de una ciudadanía imaginada, recogiendo los postulados de Anderson (1991), se dan en una zona de contacto donde existe una lucha por el poder interpretativo y la producción de significados, la configuración de una lengua impresa con poder oficial y un sistema de producción capitalista que crea la percepción de una sociedad deseable orientada al progreso y desarrollo. Con estas condiciones presentes la ciudadanía imaginada es aquella que transita por estructuras de poder que no puede modificar y se ejerce en condiciones de subordinación y marginación.

La ciudadanía imaginada presente en el presupuesto participativo se materializa en el conflicto cultural persistente entre los grupos en pugna, el dominio del pensamiento abstracto, la imposibilidad económica para los pueblos indígenas y la confrontación simbólica. La presencia de estos elementos no genera mecanismos de resistencia en el sector indígena. Al contrario, al carecer de estrategias de participación, se incorporan al presupuesto participativo generalmente reeditando los errores, en confrontación entre sí y con claro desconocimiento de los logros que pueden lograr con su participación.

Por esa razón, la participación de los pueblos indígenas en el presupuesto participativo no es relevante, porque, además de las razones expuestas, debe lidiar con grupos de migrantes que cuentan con todas las herramientas para hacerse escuchar y, en segundo lugar, deben insertarse y disputar imaginarios en un contexto que conocen y entienden poco. Se observa así que, con serios problemas en el ejercicio pleno de su ciudadanía, con factores implícitos de discriminación por su participación en los espacios de decisión y con capacidades disminuidas para el ejercicio ciudadano, los pueblos indígenas de la Selva Central construyen una ciudadanía imaginada que crea una falsa percepción de inclusión y los deja al margen de los beneficios del presupuesto público.

REFERENCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo.** México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ALONSO, C. **Participación Comunitaria e Incidencia Política**. Guatemala: UVG, Fundación Soros de Guatemala, 2007. (Colección Manuales de Buenas Prácticas).

CANCLINI, N. G. **Consumidores y ciudadanos: conflictos culturales de la globalización**. México: Grijalbo, 1995.

FRANCO, C. La preferencia por una sociedad participativa: una exploración en personalidad, ocupación e ideología. En: LANGTON, Kenneth; SCURRAH, Martin; FRANCO, Carlos. **Personalidad, poder y participación**. Lima: CEDEP, 1981. p. 161-275

GARZÓN, P. **Multiculturalismo, ciudadanía y derechos indígenas: hacia una concepción decolonial de la ciudadanía indígena**. Tesis Doctoral. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 2012.

GASCHE, J.; VELA, N. **Sociedad Bosquesina**. Tomo II, Iquitos: IIAP, 2012.

GRAMSCI, A. **Prison Notebooks: Rethinking Marxism**, Letter 18, 1, 2006, pp. 1-7.

GOW, P. Piro, Apuriña, and Campa: Social Dissimilation and Assimilation as Historical Processes in Southwestern Amazonia. En: D. HILL, Jonathan; SANTOS-GRANERO, Fernando (Ed.). **Comparative Arawakan Histories: Rethinking Language Family and Cultura Area in Amazonia**. United States of America: University Illinois, 2002. p.147 – 170.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA. **Resultados definitivos de comunidades indígenas**. Censos Nacionales 2007: XI de Población y VI de Vivienda. Tomo 3. Lima, 2008.

_____. **Mapa de Pobreza Provincial y Distrital 2009: El enfoque de la pobreza monetaria**. Lima, 2009

KYMLICKA, W. **Ciudadanía Multicultural**. España: PAIDOS, 1996.

LIEBERHER, F. El presupuesto participativo: herramienta de una democracia participativa. **Urbanews**, n. 7, DDC, 2003. p. 1-3.

LOPEZ JIMÉNEZ, S. **Ciudadanos reales e imaginarios**. Concepciones, desarrollo y mapas de la ciudadanía en el Perú. Lima: Instituto de Diálogo y Propuestas, 1997.

MARSHALL, T. H. Ciudadanía y Clase social. En MARSHALL, T. H.; BOTTORMORE, Tom. **Ciudadanía y Clase Social**. Alianza Editorial, 1998.

MATT, F.; ORTA-MARTÍNEZ, M.A. A second hydrocarbon boom threatens the Peruvian Amazon: trends, projections, and policy Implications. **Environmental Research Letters**. IOP Science. V. 5, 2010. Disponible en <<http://iopscience.iop.org/1748-9326/5/1/014012>>. Acceso: 8 feb. 2015.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN. **Resultados de la Evaluación Censal de Estudiantes 2014**: Presentación de resultados. Lima, 2014.

MOUFFE, C. **El retorno de lo político**: Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical. Traducción de Marco Aurelio Galmarini, España: PAIDOS, 1999.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. **Estudios de Casos de Manejo Ambiental**: Desarrollo Integrado de un Área en los Trópicos Húmedos-Selva Central del Perú. Washington: OEA, 1987

PERU. Ley N° 27783, del 17 de julio de 2002. Ley de Bases de la Descentralización. En **Compendio de Normas. Descentralización y buen gobierno**. Lima, Defensoría del Pueblo, 2010. p. 30-83.

PERU. Ley N° 28056, del 7 de agosto de 2003. Ley Marco del Presupuesto Participativo. En **Compendio de Normas. Descentralización y buen gobierno**. Lima, Defensoría del Pueblo, 2010. p. 601-609.

PERU. Ley N° 27972, del 26 de mayo de 2003. Ley Orgánica de Municipalidades. En **Compendio de Normas. Descentralización y buen gobierno**. Lima, Defensoría del Pueblo, 2010. p. 174-309.

PRATT, M. L. **Apocalipsis en los Andes**: zonas de contacto y lucha por el poder interpretativo. Disponible en: <<http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/Pratt.pdf>> Acceso: 20 de jun. 2015.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Trad. de Francisco Silva, Brasil: Livraria Martins Fontes Editora, 1977.

PRODESCENTRALIZACION. **Guía del Presupuesto Participativo Basado en Resultados**, Lima, Prodes 2010.

PRUD'HOMME, J. **Consulta popular y democracia directa**. México: Instituto Federal Electoral, 2001.

PUEBLO WAMPIS conforma primer gobierno autónomo indígena del Perú. **Servindi**, 30 nov. 2015. Disponible en: <<http://www.servindi.org/actualidad/144577>> Acceso en: 12 mayo del 2016.

RENARD-CASEVITZ, France-Marie. Bibliografía Regional: Los Campa de la Selva Central y Sur del Perú. **Redial**, París, n. 6-7, p. 148-213, 1995-1996.

RIVET, P.; TASTEVIN, P. Constantine. Les langues du Purus, Jurua et das regiones limitrophes: le group pré-andin. En: **Antropos**, France, n° 18-19, p. 106-112, 1924.

SANTOS-GRANERO, F.; BARCLAY, F. **Amazonía 1940-1990. El extravío de una ilusión**. Lima: CIAP, CISEPA, 1993.

———. *Órdenes y desórdenes en la Selva Central: Historia y economía de un espacio regional*. Lima: IFEA, IEP, FLACSO Ecuador, 1980.

SMITH CHASE, R. **The Anuesha People of Central Peru: Their Struggle to Survive**. Copenhagen: IWGIA, 1974. Mecanografiado.

TANAKA, M. **Los tres principios de la participación: involucramiento colectivo, intermediación y pluralismo. Participación popular en las políticas sociales y los grados de complejidad social**. Informe final. Lima: IEP, CIES, 2000.

VARESSE, S. **La sal de los Cerros**. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2006.

VIERIA, M. **La ciudadanía incompleta: Derechos económicos y sociales en la periferia urbana de Brasil**. España: Ediciones Universidad de Salamanca, 2014. (Colección Vitor).

WEBER, M. **Economía y sociedad: Esbozo de sociología comprensiva**. Traducción de José Medina Echevarría et al. 2º ed. España: Fondo de Cultura Económica, 2002.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

Texto submetido à Revista em 16.04.2016
Aceito para publicação em 11.08.2016



Transporte urbano e informal: quadros da Associação Nacional de Transportes Públicos

Urban transport and informal: frameworks of the Associação Nacional de Transportes Públicos

Hernán Armando Mamani - Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais de Campos dos Goytacazes, Universidade Federal Fluminense. Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. E-mail: hernan_a_mamani@yahoo.com.br.

Resumo

Tensões, conflitos e protestos populares relativos ao transporte coletivo são fatos corriqueiros nas cidades brasileiras que impactam pouco na agenda pública. As políticas urbanas de trânsito e de transporte têm como meta aumentar a mobilidade, garantindo a “competitividade” e o “bem-estar social” urbano, critérios estabelecidos pela Associação Nacional de Transportes Públicos, ator privilegiado da arena do transporte. Este artigo descreve e interpreta os quadros de referência mobilizados para diagnosticar e definir propostas, tendo como objeto os documentos dos membros da associação que, entre os anos de 1996 e 2003, debateram o crescimento do transporte informal e o projeto de política nacional de transporte denominado Projeto Transporte Humano.

Abstract

Tensions, conflicts and protests related to public transportation are everyday facts in Brazilian cities, and have little impact on the public agenda. Urban policies concerning traffic and transport aim at increasing mobility, ensuring “competitiveness” and urban “social welfare”, criteria which are established by the National Association of Public Transport, a privileged actor in the transport arena. This article describes and interprets the frameworks mobilized to diagnose and to define proposals, using as object documents from members of the association, who discussed between 1996 and 2003 the growth of informal transport and the national policy project of transportation named Human Transport Project.

Palavras-chave

Política Urbana. Transporte. Mobilidade. Arenas Públicas.

Keywords

Urban Policy. Transport. Mobility. Public Arenas.

INTRODUÇÃO

O transporte coletivo constitui uma experiência problemática e tensa para a maioria dos moradores das cidades brasileiras. Os problemas cotidianos alimentam descontentamentos capazes de desencadear protestos, muitas vezes violentos, que raramente sensibilizam a opinião pública de forma durável. Em consequência, as formas de pensar o funcionamento do sistema de transporte coletivo não são alteradas nem mesmo as demandas apresentadas são inscritas na agenda pública. Isto é facilmente perceptível na metrópole do Rio de Janeiro, quando se considera a recorrência dos “quebra-quebras” dos ônibus e a sucessão de movimentos relacionados ao transporte, como a luta pela regulamentação do transporte informal nos anos 1990 e, mais recentemente, os protestos populares de junho de 2013 – conhecidos como “Movimento pelo Passe Livre” ou “Jornadas de junho”. Em todos esses casos, a dificuldade de formar públicos e arenas públicas, nos quais as vozes e a experiência dos usuários do transporte coletivo sejam consideradas, contrasta com a uniformidade com que o tema “do transporte público” é abordado pelas autoridades municipais e estaduais e pelas organizações empresariais (MAMANI, 2004; MAMANI & FREIRE, 2013).

De fato, dentre os conflitos citados, o único que foi capaz de reformular o problema do transporte de modo mais durável e articulado foi o movimento pela regulamentação do transporte informal, entre 1996 e 2007. Na arena de debate aberta durante aquele período, o movimento defendeu sua atuação como uma alternativa à deficiência do sistema de transportes metropolitano, à superlotação, à falta de conforto, à insegurança, à irregularidade dos serviços, aos preços abusivos, ao tempo exorbitante de espera e de viagem, ao monopólio das empresas de ônibus e à conivência e à inércia de municípios e estados. Tais argumentos encontravam eco na opinião pública e se sustentavam na longa desconfiança popular em relação às empresas de ônibus. Mas a reação estatal não demorou. Os governos estadual e municipal tornaram-no ilegal, em 1997. Posteriormente, a partir de 2001, legalizam-no de forma provisória, como transporte complementar. Finalmente, o erradicaram, mediante um processo progressivo de revisão das concessões provisórias e recadastramentos.

Paralelamente, a partir de 2003, o Sindicato de Empresas de Ônibus da cidade do Rio de Janeiro (Rio-Ônibus), seguido da Federação de Empresas de Ônibus do estado do Rio de Janeiro (FETRANSPOR), divulgou matérias pagas na grande imprensa do Rio de Janeiro semanalmente. Nessas, promoviam novas formas de tratar do transporte e da mobilidade. Por meio deste movimento, essas organizações patronais se transformaram de vilãs em agentes promotores

da modernização, na medida em que trouxeram a público um conjunto de temas até então ausentes da arena do transporte coletivo, tais como a crítica à predominância do transporte individual, a defesa do transporte de massas e da intermodalidade, a bilhetagem eletrônica, a preocupação com o ambiente e com o impacto do transporte sobre a qualidade de vida urbana – incorporados, anos depois, às ações do programa Rio Cidade Olímpica, que preparou a cidade do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas 2016. Estes temas faziam parte de um repertório de saberes sobre o transporte urbano produzido e divulgado pela Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) e pela Associação Nacional de Empresários do Transportes Urbanos (NTU), Organizações que a partir de 1997 promoveram, no Brasil, um projeto para o transporte coletivo urbano denominado “Transporte Humano”¹.

Consideramos que o transporte coletivo constitui um “problema público”. Isto é, “um tema de debate e conflito, nas arenas públicas, sobre as formas de ver os fenômenos”, sobre suas causas, sobre as instituições responsáveis e as formas adequadas de tratá-lo. Destacamos, mediante esta abordagem, o caráter cultural e político destes conflitos nos quais, antes de políticas ou programas, disputam-se modos de interpretar os problemas – que Gusfield (2009, p. 11) denominou “estruturas de pensamento e ação” – e que, uma vez definidas, excluem “de ofício estruturas alternativas” (GUSFIELD, 2009, p. 17). Para denominar de forma sintética estas estruturas – que são tanto cognitivas quanto morais –, usamos o termo quadro² (*frame*) tomado de Goffman (2012) que serve para dar ênfase ao caráter interpretativo da experiência e na sua vulnerabilidade em situações de conflito³.

A abordagem cultural não exclui, neste caso, a noção de poder. Relaciona-se à “capacidade de criar ou orientar a definição pública de um problema e igualmente, o grau de publicização e depende do reconhecimento que o grupo

¹ Apresentado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso em 23 de maio de 1997.

² Usamos o termo quadro (*frame*) em lugar de discurso ou de ideologia na tentativa de “romper com uma visão instrumental e estratégica da cultura pública e da experiência coletiva” (CEFAI, 2009, p. 25). Constitui um esforço de considerar a ação coletiva levando em consideração “o sentido que os atores agregam a suas próprias ações, para falar como Weber, ou a definição dos atores para suas próprias situações, para falar como Thomas, continua como o campo último do sociólogo: corrimão mais seguro contra as projeções teóricas ou ideológicas” (CEFAI, 2009, p. 28).

³ Nas sociedades ocidentais, quando um indivíduo reconhece um determinado acontecimento, ele tende, seja qual for sua atividade, a envolver nesta resposta (e de fato a usar) um ou mais esquemas schemata de identificação, de um tipo que podemos denominar primários. Digo primária porque [...] é considerada [...], primário porque não depende de alguma interpretação anterior ou “original”. É primário um quadro que nos permite, numa dada situação, dar sentido a tal ou qual de seus aspectos, que de outro modo seriam desprovidos de significação. [...] Na vida cotidiana fazemos, ao menos implicitamente, distinção entre dois quadros primários: os quadros naturais e os quadros sociais (GOFFMAN, 2012, p. 45).

que o formula encontra no debate público” (GUSFIELD, 2009, p. 18). Nesse sentido, os grupos e instituições reconhecidos podem atuar – em momentos de questionamento – “para acender à arena pública, para se manter longe ou para evitar participar dela.” (GUSFIELD, 2009, p.19). Consideramos ainda que, quando o debate fica restrito à dimensão e aos atores técnicos, é possível falar de arenas ocultas (RIBEIRO, 2013, p. 315).

Nesse sentido, supomos aqui, que a ANTP e a NTU se tornaram os principais atores da “arena pública do transporte coletivo”, dado que definiram os quadros e fixaram o horizonte da circulação desejável, estabelecendo um consenso mínimo sobre os problemas e soluções, as metas e os ideais a serem atingidos pelas políticas brasileiras de transporte coletivo, os procedimentos adequados ao transporte e ao tráfego. Eclipsaram assim qualquer outra possibilidade de incorporação de experiências e expectativas propostas por outros atores, tornando a arena pública restrita ou oculta. Portanto, neste artigo, temos como objetivo descrever e interpretar os quadros mobilizados para efetuar diagnósticos e definir propostas, a partir dos principais documentos produzidos pela ANTP e pelo NTU que, entre os anos de 1996 e 2003, debateram o crescimento do transporte informal e o projeto proposto de política nacional de transporte denominado Projeto Transporte Humano⁴.

Certamente, a questão do transporte informal constitui um tema marginal na atual agenda urbana. Contudo, vale a pena retomar o conflito que o envolveu nos anos 90, uma vez que, durante este, unificou-se o discurso empresarial e excluíram-se os outros opositores, perpetuando-se o silenciamento dos usuários e de sua experiência na definição da agenda pública do transporte e a predominância do enquadramento técnico (MAMANI, 2004).

1 O TRANSPORTE INFORMAL

O transporte informal foi um fenômeno nacional na década de 1990. Poucos foram os trabalhos acadêmicos que abordaram o tema, sendo exclusivos da área de Engenharia de Transporte, e veiculados, principalmente, em publicações da NTU e da ANTP.

A forma com a qual esses estudos analisaram o transporte informal mudou ao longo da década de 1993-2003. Com efeito, os estudos datados dos primeiros anos da década de 1990 não o consideraram como um problema. Constataram

⁴ Os dados apresentados se originaram na pesquisa de doutorado realizada no IPPUR, sob orientação de Ana Clara Torres Ribeiro, que teve como objeto o transporte informal na Metrópole do Rio de Janeiro entre 1995 e 2003.

seu crescimento nas periferias das grandes cidades brasileiras e perceberam o transporte por kombis [ou Vans e Peruas] como alternativa de mobilidade para trabalhadores de baixa renda (SANTOS, 1993; DOURADO, 1995; NTU, 1998). Assim, ainda na segunda metade da década de 1990 e, apesar do seu crescimento, a NTU continuava a considerar o transporte informal como um fenômeno restrito a alguns municípios brasileiros⁵.

Somente na década de 2000, a NTU (2002) constatou que o transporte informal atuava em um terço dos sistemas municipais de transportes, sendo, em muitos casos, legalizados. Explicava que

...as vans e peruas são os veículos mais utilizados no transporte ilegal de passageiros nas cidades brasileiras – atingindo metade das capitais – seguidas pelos mototáxis (32%), ônibus piratas (24%) e automóveis (20%) (NTU, 2002, p. 2). Considerava, que [...] a proliferação do transporte informal de passageiros tornou-se um problema de alcance nacional, independente do tamanho, características socioeconômicas ou localização geográfica das cidades (NTU, 2002, p. 1).

Tratava-se de um transporte operado por proprietários individuais que, em 50% dos municípios, organizava-se em cooperativas e entidades de classe e, no final da década de 1990, tendia a criar uma entidade representativa nacional (NTU; ANTP, 1997, p. 27)⁶. Para estas organizações, o problema era que estes serviços ilegais ocasionavam concorrência desleal, dado que não se submetiam às regras; não pagariam impostos nem encargos trabalhistas sobre a mão de obra empregada; concentrar-se-iam nas rotas e horários de maior demanda, disputando passageiros com os ônibus, sem respeitar a gratuidade e descontos legais. Além disso, aceitavam os bilhetes e vales utilizados no sistema regular para troca posterior no mercado paralelo.

Independentemente de se manifestarem favoráveis ou contrários ao transporte informal, os textos começavam, invariavelmente, pela definição da natureza dos transportes estudados. Usavam os termos *informal*, *ilegal*, *clandestino* ou *alternativo* para qualificar os serviços de transporte não legalizados realizados

⁵ Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Brasília, Campo Grande, Contagem, Cuiabá, Curitiba, Diadema, Duque de Caxias, Feira de Santana, Fortaleza, Goiânia, Guarulhos, Jabotão dos Guararapes, João Pessoa, Joinville, Juiz de Fora, Londrina, Macapá, Maceió, Manaus, Mauá, Natal, Niterói, Palmas, Piracicaba, Porto Alegre, Porto Velho, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, Santo André, São Bernardo do Campo, São Gonçalo, São João de Meriti, São José dos Campos, São Luís, São Paulo, Teresina, Uberlândia, Vitória (NTU, 1998)

⁶ Quanto à luta pela regulamentação, travada nessas cidades, a NTU (2002) afirmava que se limitava à tentativa de “obter um ‘salvo conduto’ que evitasse que seus veículos fossem apreendidos nas operações de fiscalização”. Acreditava-se que não haveria interesse “na organização, no controle e no estabelecimento de regras por parte do poder público” (NTU, 2002, p. 2), já que diminuiria a sua rentabilidade.

por ônibus, kombis, vans, automóveis e motos. Mas a escolha dos termos já denotava a postura, favorável ou contrária, dos autores.

Assim, por exemplo, a NTU toma como referência positiva os transportes regulares chamados convencionais regulados e os contrapõe a estes transportes ilegais. Estes, por sua vez, seriam diferentes dos alternativos regulamentados. Ambos seriam informais dado que

...são um serviço de transporte coletivo de passageiros em áreas urbanas, realizado sem autorização ou concessão dos poderes concedentes locais ou atuante mediante um sistema legal de exceção, através do qual um informal pode continuar a desenvolver suas atividades, mesmo sem atingir um estatuto legal equivalente ao dos que gozam da proteção e dos benefícios de todo o sistema legal (ANTP; NTU, 1997, p. 19).

Tal postura encontra oposição nos estudos do Laboratório de Transportes Urbanos do Programa de Pós-Graduação em Transporte da COPPE/UFRJ (BALASSIANO; BRAGA, 1999; ARAUJO, 2001; BARBOSA 2002). Neles, os autores não questionam o caráter de ilegalidade dos informais, mas defendem seu caráter de alternativos. Visto que, apesar de se encontrarem à margem do sistema vigente, tornar-se-iam uma opção caso fossem adequadamente regulamentados, incorporando veículos, procedimentos e critérios que induzissem a diminuição do custo e o aumento da qualidade e da produtividade (LABORATÓRIO DE TRANSPORTES PÚBLICOS, 2001, BARBOSA, 2002, p. 5).

O atrito entre ambas abordagens ocorria quando consideradas as medidas a tomar. Os favoráveis sustentavam que uma regulamentação adequada supriria lacunas e deficiências do sistema. Os empresários perguntavam se regulamentá-los não seria um modo de desregular o sistema. O embate concentrava-se então sobre qual medida seria mais eficaz: regulamentação ou repressão? Além disso, compartilhava uma compreensão muito próxima das causas.

1.1 AS CAUSAS DA EXPANSÃO

Quanto às causas da expansão nas cidades brasileiras, a NTU apontava a deficiência do sistema público regular e o contexto econômico dos anos 90, problemas agravados por fatores socioeconômicos e político-institucionais.

As deficiências dos “sistemas de transporte público regular” eram provocadas, primeiro, por sua dificuldade de se ajustar às alterações do uso e ocupação do solo e por sua rigidez.

As mudanças nas formas de ocupação da cidade alteram, significativamente, no médio e no longo prazos, os padrões de deslocamento, sobre os quais também

incidem o aumento da taxa de motorização e o crescimento populacional. Isto resultava no aumento do tempo de espera, na diminuição da velocidade operacional do sistema de transportes⁷, na superlotação dos veículos, no excesso de transbordos, nas longas distâncias percorridas a pé, na grande concentração de veículos em corredores e centros comerciais, em itinerários inadequados e em tempo de viagem elevado, na falta de ligações entre bairros e regiões adjacentes, políticas de preços distorcidas, veículos inadequados para determinados tipos de serviço, etc. (NTU, 2002, p. 10).

A ‘rigidez’ viria a se acentuar com a “centralização do processo de planeamento operacional” que distanciava “os agentes planeadores e o mercado de transporte [...], dificultando [...] a identificação das necessidades da demanda e atrasando bastante as respostas de mercado necessárias” (NTU, 2002, p. 11). Assim, por exemplo, a padronização dos veículos e das tarifas criariam obstáculos ao atendimento de demandas específicas e diferenciadas. Além disso, as concessões não permitem que “as empresas operadoras atuem diretamente na solução de problemas detectados em sua área de atuação” (NTU, 2002, p. 11), apesar da “falta de estrutura de fiscalização que grande parte das cidades apresenta”, o que impediria a solução efetiva dos problemas (NTU, 2002, p. 11; NTU, 2000, p.53. NTU; ANTP, 1997, p. 37). Tampouco lhes permitiria oferecer serviços especiais mais adequados ao “desejo de status” dos usuários⁸.

Como causas econômicas, a NTU apontava o interesse da indústria automobilística na expansão desse mercado, dada sua grande rentabilidade. A introdução de diversos tipos de vans e peruas se concentrava, basicamente, em serviços de carga e em pequenos nichos de transporte de passageiros. As estratégias de vendas eram agressivas, incentivando, inclusive, a formação de cooperativas de transporte informal – principalmente por parte dos fabricantes asiáticos. A indústria automobilística apostava, assim, na desregulamentação do transporte público que a favoreceria, dado que aumentaria suas vendas e não a eficiência do transporte (NTU, 2002, p. 9)⁹.

Além dessas causas, a NTU apontava a intervenção de fatores socioeconômicos e político-institucionais. Em relação aos fatores

⁷ Segundo as pesquisas de opinião entre os usuários, realizadas pela NTU (2000, p. 9), o principal motivo era "o menor tempo de viagem" (em 90% das cidades). Já os gestores apontam a "Baixa velocidade operacional do sistema regular, falta de fiscalização, desemprego e frequência baixa dos ônibus".

⁸ Estes aspectos sustentam a crítica que deverá ser trabalhada adiante.

⁹ Barbosa (2002, pp. 21-22) não fala de causas mas de fatores do crescimento e expansão do transporte informal. Seriam a) a abertura econômica dos anos 90; b) descoberta de um ramo de atividade para investir capitais advindos de planos de demissão voluntária e da crise de emprego; c) descoberta de um nicho de mercado e d) a aposta de pequenos investidores neste mercado.

socioeconômicos, os primeiros estudos da NTU sobre os transportes informais tratavam do desemprego como responsável pelo seu crescimento nos anos 90 (NTU & ANTP, 1997). Esses estudos revisaram posteriormente (NTU, 2002) o alcance explicativo do desemprego, apontando também as transformações do mercado de trabalho e, especificamente, a terciarização¹⁰ e a informalização do mercado de trabalho como fatores da expansão. As mudanças nos mercados de trabalho seriam responsáveis pela alteração dos padrões de viagens. As atividades informais se constituiriam uma opção de trabalho para aqueles que saíram do mercado formal pelo enxugamento das empresas e através dos Planos de Demissão Voluntária (PDVs), uma vez que “o transporte de passageiros não exige muita especialização e o capital empregado no transporte informal é relativamente baixo, havendo um grande interesse por parte dessas pessoas de entrarem no mercado” (NTU, 2002, p. 12).

Quanto aos fatores político-institucionais, para os empresários do transporte as lutas pela regulamentação dos informais teriam lhes dado visibilidade e peso político, permitindo-lhes apoiar e eleger candidatos. Igualmente, esse peso seria responsável pela redução da repressão e da fiscalização, legitimado pelo fato de as empresas de ônibus terem uma imagem negativa na população, o que influencia a mídia (NTU, 2002, p 12; ANTP; NTU, 1997, p. 45).

Em suma, as causas da expansão do transporte informal poderiam ser resumidas nos termos que seguem: a constante transformação do uso do solo, associada à rigidez institucional, que dificulta a adaptação, por parte das empresas, às transformações urbanas, bem como às idiosincrasias locais. Estas causas criaram condições propícias à expansão do transporte informal, que não sofria tais restrições. Simultaneamente, a indústria automobilística, interessada em seu próprio crescimento, priorizaria a venda de veículos, em detrimento da eficiência do transporte. A terciarização da economia teria contribuído, por sua vez, para radicalizar as transformações urbanas, já que modificaria os padrões de deslocamentos. E, finalmente, a informalização dos mercados de trabalho teria contribuído para o crescimento da oferta de transporte informal.

1.2 AS CONSEQUÊNCIAS DA EXPANSÃO IRREGULAR

Para os empresários do setor, o principal efeito do transporte informal sobre o sistema de transporte é a desregulação do sistema. A irrupção do transporte informal introduziria a “concorrência desleal num regime de mercado regulamentado”. Ou seja, a “presença do setor informal acentua as pressões

¹⁰ Crescimento do setor terciário da economia.

para que ocorra a desregulamentação do transporte público, [...] através do apelo inicial de sua suposta eficiência e conveniência para os usuários”. Portanto, a implementação de políticas favoráveis ao transporte informal teria impacto negativo (ANTP, 2000, p. 17)¹¹.

O sistema brasileiro de transporte urbano se enquadra no “regime de concorrência monopólica” – monopólio territorial do serviço – e no princípio da concessão pública, devido à existência de

fortes externalidades que não podem ser manejadas por mecanismos de mercado. Sendo assim, os processos de desregulamentação, introduzidos, na prática pelo transporte informal, tenderiam a formar lacunas (de fiscalização e de controle) e ao rebaixamento da qualidade do serviço (ANTP, 2000, p. 17; ANTP; NTU, 1997, p. 20).

Desse modo, afetar-se-ia a capacidade alcançada pelo sistema brasileiro de operar o transporte de massas com alto volume de transporte.

Por sua vez, os defensores do transporte alternativo observam a inadequação da oposição regular x desregular, pois restringiria a compreensão do tema, impedindo a identificação de “elementos que possibilitam a entrada de novos operadores de transporte, elementos referentes à oferta dos serviços, tipos de equipamentos, quantificação dos serviços” (LABORATÓRIO DE TRANSPORTES PÚBLICOS, 2001). Isso também dificultaria que a legislação incorporasse procedimentos e critérios que induziriam a diminuição do custo e o aumento da qualidade e da produtividade (BARBOSA, 2002, p. 5)¹².

Entre esses, reconhecem-se algumas práticas negativas no transporte informal, como infrações de trânsito (a concorrência por passageiros nos pontos de ônibus, a direção perigosa e a falta de manutenção dos veículos); comportamentos inadequados (comercialização de linhas; cobrança por pontos; pagamento de propinas para liberação dos veículos ou garantia de impunidade); as rivalidades territoriais; a solução armada de pendências; o bloqueio de ruas e reações violentas, que marcam as lutas pela legalização (BARBOSA, 2002, p. 22). Entretanto, tais práticas estariam relacionadas à condição de ilegalidade.

¹¹ Para ANTP; NTU (1997, p. 46), as desvantagens consistiriam em: aumento dos riscos de acidentes (e problemas de segurança pública); concentração em trechos e horários mais lucrativos; perda de passageiros pelo setor formal; desobediência à legislação trabalhista; aumento do congestionamento e da poluição sonora e atmosférica.

¹² Quanto às vantagens, são citados aspectos ausentes das reflexões da ANTP e NTU. Barbosa (2002, p. 24–25) salienta que a diversificação das rotas comprovam: a viabilidade econômica das vans e permitem a introdução do minibus no transporte regular; a redução de tarifas; o aumento da mobilidade (redução do tempo de viagem; a flexibilidade para embarque/desembarque; um serviço quase expresso, com menos paradas e melhor nível de conforto, maior segurança e aumento de status associado ao deslocamento); a operação em horários sem transporte; a formação de um mercado ágil na satisfação de demandas novas e reprimidas.

A confrontação de ambas as posturas mostra que a disputa não é, de fato, entre os favoráveis à regulamentação contra os partidários da desregulamentação. A disputa é entre os que defendem o critério do monopólio territorial e os que sustentam que a concorrência, devidamente regulamentada, seria positiva para o sistema de transportes. Todos concordam que “para que regulamentação tenha sucesso deve-se buscar a máxima eficiência e o bem-estar social” (ORRICO; BRASILEIRO; ARAGÃO, 1996, p. 30). Diferem, entretanto, na concepção de como a legislação afeta o sistema de transportes, já que, para alguns, a legislação deveria preservar o princípio da iniciativa estatal e o monopólio territorial. Significando que caberia ao Estado descobrir as carências, licitar e conceder linhas a uma empresa para operar determinado território, sem concorrência. Enquanto, para outros, a legislação, além de regulamentar, no sentido anterior, deveria ser um instrumento de aperfeiçoamento, mediante a concorrência controlada e o desestímulo do monopólio.

2 O PROJETO DE TRANSPORTES URBANOS DA ANTP

Para além do debate sobre o transporte informal, todas as abordagens apresentam o transporte como sendo organizado segundo critérios industriais e mercantis, e regulado pelo Estado. Vale dizer que o transporte se forma e se organiza segundo relações ‘naturais’ de oferta e procura, reguladas pela ação otimizadora do Estado, que fomentaria o bem-estar social. Tal recorte corresponde aos referentes comuns aos atores da arena do transporte público, articulados em torno da ANTP. Neste caso, os problemas do transporte público, no Brasil, decorreriam da adoção de um modelo de desenvolvimento centrado no transporte rodoviário (ANTP, 1999, p. 8).

A partir da II Guerra Mundial, as políticas de estruturação urbana e regional teriam privilegiado a expansão rodoviária e o transporte individual, favorecendo a indústria automobilística. Tal escolha teria provocado o “desbalanceamento no transporte de pessoas e mercadorias”, isto é, a distribuição desigual da acessibilidade e da mobilidade, além de efeitos “energéticos” e “ambientais”¹³ negativos (ANTP, 1999, p. 8).

Segundo Vasconcellos¹⁴ (2000), a distribuição desigual e injusta da acessibilidade e da mobilidade possuem causas e consequências políticas, sociais,

¹³ Em termos econômicos, o crescimento do transporte rodoviário encarece os transportes - pelo uso de combustíveis fósseis e pelas oscilações do preço do petróleo - além da diminuição da velocidade média de circulação devido à saturação das vias. Já em termos ambientais, provoca o aumento da poluição atmosférica, sonora e visual.

¹⁴ Vice-presidente adjunto da ANTP entre 1998 e 2000.

técnicas, tecnológicas, econômicas, operacionais e ambientais. Por *Iniquidade Política*, o autor entende que as decisões políticas que orientam o planejamento obedecem aos interesses da elite que “privilegiam as classes médias e sua relação simbiótica com o automóvel” (VASCONCELLOS, 1996, p. 155). Por *Iniquidade Social*, compreende a distribuição desigual do tempo de acesso ao transporte, do tempo de espera, do tempo no veículo, do tempo despendido até o destino final e das condições de conforto. Tudo isto resulta na diminuição do tempo para a realização de outras atividades.

A *Iniquidade Técnica* refere-se à inadequação das técnicas com relação às características locais. A *Iniquidade Tecnológica* significa que a inovação tecnológica ocorre comprometida com o automóvel. Com o termo *Iniquidade Econômica*, denuncia-se que a crise fiscal do Estado impossibilita o apoio aos transportes públicos. Por *Iniquidade Institucional*, entende-se o conflito entre as agências encarregadas do transporte e do trânsito nas escalas estadual e municipal. O termo *Iniquidade Operacional* caracteriza a dificuldade de manter uma oferta regular de transporte público capaz de atender a todas as necessidades da população. Por fim, a *Iniquidade Ambiental* envolve a denúncia da degradação da qualidade de vida, pelo uso de combustíveis fósseis e pela perda de espaço para pedestres, pela poluição sonora e pela congestão das ruas, ocasionada por elevado número de automóveis.

Em suma, o “modelo rodoviarista” teria surgido e se desenvolvido pela interação conjugada das elites brasileiras, da indústria automobilística, das empresas de transporte e pelo descompasso da ação dos governos estaduais e municipais, resultando na distribuição desigual da mobilidade e da acessibilidade. Corresponderiam à elite e às classes médias um maior conforto e um gasto de menor tempo nas viagens enquanto, aos pobres, corresponderia uma menor disponibilidade de tempo livre e piores condições de conforto e segurança (ANTP, 1999, p. 8). O transporte urbano constituiria, além disso, um entrave ao desenvolvimento socioeconômico, dado que os problemas de tráfego e transportes impediriam as grandes cidades de cumprir os requisitos contemporâneos “de eficiência e competitividade que caracterizam as mudanças econômicas regionais (MERCOSUL) e mundiais”, gerando “deseconomias de grande impacto” e constituindo um “fator importante do custo Brasil” (ANTP, 1999, p. 8), “país para novas condições de competição econômica em escala global” (ANTP, 1999, p. 9).

Para a ANTP, alcançar justiça social e níveis adequados de eficiência e de competitividade econômica nas cidades deveria ser objetivo prioritário do Estado. Assim, a Política Nacional de Transporte Urbano proposta deveria ser implementada mediante ações coordenadas de planejamento urbano, de

transporte e de trânsito e teria que atender “aos requisitos de descentralização, representatividade e abertura para a sociedade” (ANTP, 2000, p. 2).

2.1 MEDIDAS PROPOSTAS

Uma política nacional destinada a “garantir melhores condições de deslocamento de pessoas e mercadorias”, que preparasse as cidades brasileiras para um novo patamar de eficiência e que utilizasse “todos os recursos institucionais, técnicos e econômicos disponíveis” (ANTP, 1999, p. 9), deveria pautar-se nos princípios da discussão transparente, da responsabilidade do Estado, da acessibilidade democrática e da participação.

Pelo princípio da discussão transparente e ampla de soluções, entende-se que o Estado deveria abrir-se para a sociedade e usuários “para discutir as leis e a tomada de decisões”, legitimando-as entre os “indivíduos e entidades públicas e privadas” (ANTP, 1999, p. 10). Pelo princípio da responsabilidade do Estado, atribui-se a ele o cuidado do transporte público e do trânsito. Pelo princípio da acessibilidade democrática, estabelece-se que a cidade conforma um ambiente de uso coletivo, razão pela qual o sistema viário deveria priorizar a dimensão humana em detrimento do transporte individual motorizado, o que facilitaria a circulação de pedestres, de ciclistas e de “meios de transporte público coletivo, especialmente os ônibus” (ANTP, 1999, p. 10). Finalmente, pelo princípio da participação, convida-se o Estado a incentivar novas formas de participação da iniciativa privada e da sociedade no planejamento, financiamento e acompanhamento dos projetos e investimentos (ANTP, 1999, p. 10).

A adoção de tais princípios permitiria garantir “uma melhor qualidade de vida [...]: melhores condições de transporte, segurança e acessibilidade para a realização das atividades necessárias à vida moderna”. Ela estimularia a formação de uma rede de transportes integrada e eficiente, que priorizasse “os meios coletivos no uso do sistema viário”. Permitiria obter “maior eficiência urbana” e melhor qualidade ambiental. Para tanto, requereria a ação conjunta no desenvolvimento urbano, transporte e trânsito (ANTP, 1999, p. 10).

Quanto ao desenvolvimento urbano, os municípios deveriam controlar, efetivamente, o uso e a ocupação do solo, mediante as regras e a fiscalização da localização do comércio e das instalações que impactem no transporte e no tráfego, considerando a delimitação de parques, praças e jardins e a preservação do patrimônio histórico e arquitetônico das cidades¹⁵. Já nas regiões metropolitanas,

¹⁵ Tal política deveria enfrentar os conflitos de poder entre os três níveis de governo nas cidades e nas áreas metropolitanas. A crise fiscal do Estado, o distanciamento do governo federal e

os polos geradores de tráfego deveriam ser controlados de forma coordenada pelos municípios. E, no longo prazo, o desenvolvimento das cidades brasileiras deveria ter como única alternativa o transporte público (ônibus licitado e concedido pelo Estado), o que exigiria políticas que dessem prioridade à reconquista da confiança no sistema de transporte público (ANTP,1999, p. 10)¹⁶.

No que se refere ao trânsito, o desafio seria a municipalização e implicaria equipar as prefeituras para: reduzirem os acidentes de trânsito; diminuir os índices de poluição atmosférica; melhorarem a qualidade de vida nas cidades, priorizando o tráfego de pedestres, ciclistas e transporte público, restringindo também a velocidade e o uso de automóveis em áreas residenciais e de uso coletivo.

2.2 MEDIDAS A IMPLEMENTAR

Essas propostas deveriam ser implementadas através de uma série de medidas específicas, que apresentamos de forma resumida no quadro 1.

Quadro 1: Principais Metas Sugeridas.

	objetivo
qualidade	• Aumentar a velocidade de ônibus para 25 km/h
	• Tempo de acesso a pé até o ponto, 5 minutos
	• Lotação com máximo de 6 pass./m2 no pico
segurança	• Reduzir mortes no trânsito
	• Implantar vistoria de segurança da frota
meio ambiente	• Reduzir emissão total de 10% para co e de 40% para mp
	• Implantar vistoria de emissão em 80% da frota
urbanismo	• Cidades médias e grandes com leis de controle de polos geradores
circulação	• Reduzir o nível de congestionamento nas vias principais das cidades grandes
energia	• Redução da energia consumida nas viagens motorizadas
gestão	• Capacitar técnicos das cidades médias e grandes

Fonte: ANTP, 1999, p. 19 (elaboração própria)

a precariedade financeira da maioria dos estados e municípios e a tendência de reprodução dos mesmos problemas das metrópoles “nas cidades médias em prazo relativamente curto” conduziram a “congestionamentos crônicos, queda da mobilidade e da acessibilidade, degradação das condições ambientais e altos índices de acidentes de trânsito” (ANTP, 2000, p. 3).

¹⁶ Para isto, deveria ser melhorada a qualidade dos serviços mediante aprimoramento tecnológico dos veículos e da capacitação dos operadores no que concerne ao gerenciamento e atendimento: cobertura física e temporal, integração e informação ao usuário. Seria preciso aumentar a eficiência da operação pela delimitação do espaço viário e a criação de condições adequadas de trânsito (adoção de faixas e vias exclusivas, apoiadas por sistemas de sinalização e controle eficientes); reduzir os custos e garantir tarifas suportáveis; conquistar novos públicos e permitir a participação da iniciativa privada e da sociedade (eficiência técnico-econômica).

Como medidas relativas à melhoria da qualidade de vida, fixaram-se como metas: aumentar a velocidade média dos ônibus de 20 para 25km/h; distribuir e interconectar os serviços de modo que não seja necessário caminhar mais que 5 minutos para chegar aos pontos de acesso, ou seja, promover a mobilidade e a acessibilidade. Por outro lado, dever-se-ia reduzir a lotação média, nos horários de pico, para 6 passageiros por metro quadrado. Quanto à segurança, buscar-se-ia diminuir as mortes no trânsito, o que implicaria não só fiscalizar o cumprimento do Código Brasileiro de Trânsito, mas também a realização de intervenções urbanísticas que melhorassem a sinalização, garantindo a circulação de pedestres e ciclistas. Em relação ao meio ambiente, seria necessário minimizar a emissão de gás carbônico, o que implicaria um crescente cuidado por parte das empresas, incorporando técnicas não poluentes, reduzindo os barulhos produzidos pelos ônibus e aumentando a fiscalização e aplicação de multas.

A respeito do urbanismo, seria preciso legislar e fazer cumprir medidas que obrigassem a levar em conta, na fase do projeto, a localização de equipamentos coletivos e seus efeitos sobre o tráfego, o transporte e o uso do solo. Quanto à circulação, seria preciso ampliar a fluidez, reduzindo progressivamente o nível de congestionamento¹⁷. No que tange à energia, dever-se-ia diminuir a quantidade gasta, o que implicaria avanços tecnológicos. E, finalmente, em relação à gestão, aspira-se à capacitação de técnicos da administração municipal para que possam fiscalizar e planejar adequadamente.

As medidas propostas objetivavam, principalmente, o aumento da mobilidade – entendida como diminuição do tempo de circulação – e a economia de custos. Aumentar a velocidade dos ônibus, diminuir o tempo de deslocamentos a pé, melhorar as condições de circulação de ciclistas e pedestres, regular a localização de novos equipamentos urbanos, bem como melhorias no trânsito implicam aumento da velocidade da circulação urbana. Diminuir acidentes, diminuir a poluição, diminuir a lotação nos horários de pico e mudar a matriz energética são critérios que consideram a existência de custos: os custos humanos (considerando os usuários e os trabalhadores do setor), os custos ambientais, os custos das empresas, e os custos energéticos. Cabe ressaltar que as medidas voltadas para a acessibilidade propriamente dita não são apresentadas aqui.

¹⁷ Sem que seja possível identificar que medidas possibilitariam isto.

2.3 PROMOÇÃO DA MOBILIDADE E DA COMPETITIVIDADE URBANAS: MODELO PROPOSTO

O diagnóstico e a proposta da ANTP sustentavam-se num esquema ou quadro cognitivo primário que Goffman (2012, p. 46) denomina social, dado que “fornece a compreensão de fundo para acontecimentos que incorporam a vontade, o objetivo e o esforço de controle de uma inteligência, de um agente vivo, sendo o principal deles o ser humano”. Assim, os problemas do transporte urbano se originariam na adoção, por parte do Estado brasileiro, do “modelo de desenvolvimento rodoviário”, que beneficiou às elites e às classes médias. O modelo adotado consolidou um padrão de estruturação urbana injusto, que privilegia o transporte individual, beneficiando, principalmente, a indústria automobilística. No longo prazo, isso afetou a qualidade de vida urbana, diminuindo a mobilidade e tornando o conforto e a acessibilidade um bem escasso.

No que se refere ao transporte informal, os mesmos estudos utilizavam um quadro cognitivo natural. Isto é, trataram das causas do fenômeno como algo alheio à vontade ou à ação de atores específicos.

Os mercados do transporte coletivo possuem falhas que, como não foram adequadamente sanadas pelo Estado, abrem brechas à entrada de veículos pequenos, cedendo à pressão da indústria automobilística. Em tal quadro, as únicas instâncias pilotadas são o Estado e a indústria, mas tal ação é disfuncional à consolidação de serviços públicos de transporte urbano. Certamente, os analistas divergem na determinação do grau em que os informais contribuem para tal funcionalidade. De qualquer maneira, tanto os favoráveis quanto os detratores coadunam-se na defesa de um sistema capaz de conciliar bem-estar e eficiência e na necessidade de planejar o sistema.

O modelo proposto como alternativa ao rodoviarismo, o Transporte Humano, estabelece um quadro ideal de metas a atingir que incorpora parâmetros contemporâneos reconhecidos como justos, entre eles: democracia; competitividade e correção ambiental; prioridade para o uso do sistema viário por pedestres, ciclistas e os meios de transporte público, especialmente ônibus. Pretende ainda conciliar equidade social com requisitos econômicos exigidos das metrópoles e, também, promover a eficiência e a competitividade. Essa Política Nacional de Transporte Urbano deveria ter o Estado como principal promotor ou ator principal; isto é, um Estado democrático e participativo capaz de tomar decisões com a anuência de usuários, entidades públicas e empresas, de modo a democratizar o acesso.

Para que esse propósito possa ser atingido, medidas relativas ao planejamento, ao transporte e ao trânsito deveriam ser conjugadas. Primeiramente, dever-se-ia implementar a coordenação das normas metropolitanas, eliminando conflitos entre os governos municipais, estaduais e federal. No que se refere ao transporte público – concedido pelo poder público – seria necessário conquistar a confiança dos usuários, diminuindo a presença do transporte individual. E, em relação ao trânsito, seria necessário capacitar o corpo técnico das prefeituras para que pudesse promover melhorias nas condições de circulação. Estas medidas se sustentam na expectativa de que bastaria a adoção de um modelo técnico e instrumental adequado para solucionar problemas, alcançando a justiça social e a competitividade econômica.

Surpreende o reducionismo técnico, uma vez que a ANTP se autodefine como uma organização da sociedade civil atuante na proposição de soluções para os problemas do transporte urbano (ANTP, 2002). Contudo, se considerarmos como Costa (1994) que o termo sociedade civil define a existência de uma esfera distinta do mercado e do Estado, a autodefinição não se verifica.

De fato, em 2002, a maioria das 295 instituições filiadas à Associação Nacional de Transportes Públicos, ou seja, 142 (48%) pertenciam à esfera estatal. Nesse conjunto, 122 (41,35%) eram prefeituras e instituições municipais ligadas ao planejamento, regulação e fiscalização dos transportes; 6 (2,03%) eram instituições reguladoras e planejadoras estaduais; 4 (1,35%) eram instituições metropolitanas; 2 (0,67%) eram instituições nacionais – o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT). Quanto às organizações empresariais, 120 (40,67%) estavam filiadas. Entre estas, 8 (2,71%) eram empresas de ônibus que atuavam na prestação de serviços de transporte na escala municipal e metropolitana; 43 (14,57%) eram empresas prestadoras de serviços técnicos (com destaque para a consultoria internacional Allien, Booz & Hamilton), seguidas, em importância numérica, por sindicatos e associações de empresários de transporte de ônibus, totalizando 18 (6,10%). Estavam filiadas, além disso, empresas montadoras de veículos e carrocerias, entre elas a Scania, a Volvo, a Renault, a Daimler Chrysler e a General Motors. As instituições de pesquisa e ensino eram 22, representando 9,00% do total das instituições filiadas.

Quanto à participação de organizações de trabalhadores e de usuários, esta era muito reduzida. Estavam filiadas apenas 4 instituições de trabalhadores: a Confederação Nacional de Trabalhadores em Transportes da CUT/São Paulo, o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Metroviário de São Paulo, o Sindicato das Cooperativas de Permissionários da Modalidade “bairro

a bairro” de Transporte Coletivo Alternativo/São Paulo e a Associação dos Transportadores de Passageiros por Lotação de Porto Alegre - ATL. Quanto aos usuários, era ínfima sua participação, com somente uma instituição filiada: a Associação Mineira Usuários de Transporte de Passageiros e Carga - AMUT P e C/BH.

Então, fica claro que a ANTP, antes de ser uma organização altamente representativa da sociedade que exclui empresários e governos, era um foro paragonamental e paraempresarial, da qual estavam excluídos os usuários; os sindicatos de empregados do transporte, embora a confederação de empregados tivesse assento; os operadores de transportes informais; e os movimentos que lutavam pela reforma urbana. Todos permaneciam como atores sem visibilidade nem voz na arena do transporte.

CONCLUSÕES

O tema do transporte coletivo, no Brasil, tem como principal ator a ANTP. Esta associação que congrega, principalmente, empresas produtoras de veículos, empresas de ônibus, Programas de Pós-Graduação e Secretarias Municipais de Transporte produz, difunde e faz circular representações técnicas sobre o transporte e o trânsito urbanos.

A ANTP detém, assim, uma sorte de monopólio do discurso técnico sobre o transporte urbano – dos quadros cognitivos e morais – que orienta a política e a organização do transporte no país. Obrigam-se, assim, todos os que atuam neste campo a ajustar-se ao seu jargão e critérios técnicos. A existência desta arena oculta seria uma das razões que impedem que demandas ou propostas oriundas da experiência urbana cotidiana encontrem lugar na agenda pública.

Assim, mesmo quando a ANTP e a NTU reconheceram o transporte informal como tema digno de atenção, não dialogaram nem consideraram a interlocução com suas organizações. Avaliaram-no em termos de vantagens e desvantagens, de acordo com o grau de ajustamento ao modelo proposto para o transporte no Brasil: o transporte humano. Na perspectiva técnica, os transportes informais seriam uma solução inferior ao problema dos transportes, cuja origem e expansão devia-se à rigidez do sistema formal.

A oferta de transporte – formal ou informal – é considerada segundo um quadro natural de adaptação ou de resposta às demandas sociais e às características e mudanças das cidades. Os problemas decorrem dos erros da ação estatal, isto é, das deficiências do planejamento e do modelo de estruturação urbana consolidados no passado, que se perpetuam. Em tal esquema, não há

lugar para a ação coletiva, para a construção de novos atores. Muito menos há espaço para questionar as práticas que constituem, de fato, os modos e as formas de circular nas cidades e os modelos que os legitimam.

O projeto Transporte Humano, por sua vez, apresenta-se como uma iniciativa democrática e modernizadora, promotora da acessibilidade, da mobilidade e da qualidade de vida nas metrópoles brasileiras. Contudo, quando consideradas as metas propostas, percebe-se que ele busca, principalmente, aumentar a mobilidade – fluidez – em detrimento da acessibilidade, dado que prioriza a diminuição dos tempos de circulação, o que implica pôr em termos idênticos a circulação de bens e o bem-estar de pessoas.

REFERÊNCIAS

ANTP. **Associação Nacional de Transportes Públicos**. Disponível em: <<http://www.antp.com.br>> Acesso em: 30 jun, 2002.

_____. **Transporte Clandestino no Brasil**. São Paulo: Associação Nacional de Transportes Públicos, n.º1, Jul., 1999. 165 p. (Documentos Setoriais ANTP n.º 1).

_____. **O Transporte na Cidade do Século 21**. São Paulo: Associação Nacional de Transportes Públicos, 2000. 48 p.

ANTP&NTU Transporte Informal Urbano. **Riscos de não encarar o problema de frente**. 1997. 79 p.

ARAÚJO, A. M. **Uma contribuição metodológica para o cálculo de custo do transporte Alternativo**. 2001. 188f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

BALASSIANO, R.; BRAGA, G. C. M. **Buses & Vans: Assessing Public Transport Competition**. Nairobi, 1999-a. 17 p. (mimeo).

BARBOSA, K. F. F. **Regulamentação do Transporte público Alternativo: a experiência Brasileira**. 2002. 173 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) Instituto José Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia de Transporte, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

CEFAÏ, D. “**Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva**”. Tradução de Bruno Cardoso. Dilemas. Rio de Janeiro, Vol. 2 n.º 4, 2009. 11-48 p.

COSTA, S. “Esfera Pública, Redescoberta da Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil: uma abordagem tentativa”. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.º 38, 1994. 38-52, p.

DOURADO, A. B. de. “Transporte Informal x formal: verdadeira ou falsa questão”. Revista **dos Transportes Públicos**. São Paulo, ano 17, 1.º trimestre, p. 87 – 89, 1995.

GOFFMAN, E. **Os quadros da Experiência Social**: uma perspectiva de análise. Tadução de Gentil A. Tilton. Petrópolis: Vozes, 2012. 716 p.

GUSFIELD, J. La **Culture des Problèmes publics**. L’alcool au volant: la production d’un orde symbolique. Tradução de Daniel Cefai. Economica: Paris, 2009.

LABORATÓRIO DE TRANSPORTES PÚBLICOS. **Relatório Final**. Rio de Janeiro. Instituto José Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MAMANI, H.; FREIRE, J. “Cartografia do Movimento pelo Passe Livre na imprensa do estado do Rio de Janeiro”. In: EGLER, T. T. C. (org). **Reinvenção da Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 206 - 212.

MAMAMI, H. **Transporte informal e vida metropolitana**: um estudo do Rio de Janeiro nos anos 90. Tese. 396f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

NTU. **Transporte informal Riscos e Proposições Informe setorial**. Disponível em: <<http://www.ntu.ciom.br>>. Acesso em: 9 jul. 2002.

_____. **Anuário da NTU 1999 - 2000**. São Paulo, Associação Nacional de Empresas de Transporte Urbano, 2000. 53 p.

_____. **Transporte Público Urbano: crise e oportunidades**: Pesquisa nacional NTU. São Paulo: Associação Nacional de Empresas de Transporte Urbano, outubro, 1998. 58 p.

ORRICO, R.; BRASILEIRO, A. S. A. M. dos; ARAGÃO, J. J. G. **Ônibus Urbano: Regulamentação e Mercados**. Brasília: L.G. E. 1996. 301p.

RIBEIRO, A. C. T. “Relação Sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo”. **Por Uma Sociologia do Presente: ação técnica e espaço**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Letracapital. 2013. 95 - 116 p.

SANTOS, M. “Aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo” In. SANTOS, M., SOUZA M. A., SCARLATTO, A. (orgs.). **Fim de Século e Globalização**. São Paulo, HUCITEC, 1993. 342p.

VASCONCELLOS, A. C. S. **Transporte Urbano, espaço e equidade: análise das políticas públicas**. São Paulo: Annablume, 1996. 208p.

———. “A cidade e os Transportes”. In: ANTP. **Transporte Clandestino no Brasil**, São Paulo: Associação Nacional de Transportes Públicos, n.º 1, Jul., 2000. 165 p.

Texto submetido à Revista em 14.01.2016
Aceito para publicação em 01.08.2016



Perfil, formação profissional e noção de política sindical de metalúrgicos de Criciúma e Sul Catarinense

Profile, vocational training and policy concept of trade union of Criciúma metals and South Catarinense

Gilvan Felipe Teixeira de França - Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Membro do grupo de pesquisa "História Econômica e Social de Santa Catarina. E-mail: gilvandefranca@gmail.com

João Henrique Zanelatto - Professor da Universidade do Extremo Sul Catarinense, atuando nos Cursos de História e de Economia e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico. Pós-Doutor e Doutor em História, Membro do grupo de pesquisa *História Econômica e Social de Santa Catarina*. E-mail: jhz@unesoc.net

Resumo

O município de Criciúma, situado no Sul Catarinense, teve sua economia centrada por várias décadas na exploração do carvão mineral. Entretanto a partir da década de 1950 o município experimentou um processo de diversificação econômica. Um dos setores desta diversificação foi o metalúrgico que está presente em vários municípios do Sul Catarinense. Com o crescimento deste setor, o número de trabalhadores nesta atividade se eleva. Este artigo tem por objetivo analisar o perfil atual, a formação profissional e a noção de política sindical dos trabalhadores das indústrias metalúrgicas de Criciúma e do Sul Catarinense.

Abstract

The municipality of Criciúma located in the southern Santa Catarina had its economy based for decades in the exploration of coal. But from the 1950s the city's economy experienced a process of economic diversification. One of the sectors of this diversification was the metalworker who is present in several municipalities of Santa Catarina south. With the growth of this sector, also increased the number of workers in this activity. Thus, the article aims to address the profile, training and concept of political union of workers of metallurgical industries of Criciúma and Santa Catarina south.

Palavras-chave

Trabalhadores. Metalúrgicos. Criciúma. Brasil.

Keywords

Workers. Metallurgical. Criciúma. Brasil.

INTRODUÇÃO

Analisar os dados da pesquisa *Perfil e formação profissional dos funcionários da indústria metal mecânica de Criciúma e Região*, composta por mostra quantitativa de 1.147 entrevistas realizadas entre setembro e outubro de 2013 pelo Instituto de Pesquisa Socioeconômica Aplicada (Ipese) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), é o objetivo central do presente artigo. A análise foi embasada nos princípios de Hobsbawm (1995; 2000; 2005), que estudou o mundo do trabalho, a origem e o desenvolvimento do capitalismo, a luta de classes como fator fundamental para o processo histórico e, sobretudo, elaborou a história “de baixo para cima” e a teoria a partir da prática histórica. A pesquisa foi contratada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Criciúma e Região, e cedida para este trabalho acadêmico por seu então presidente, Oderi Gomes.

As preocupações da representação dos trabalhadores têm por base o cenário descrito por Hobsbawm (1995, p. 404), que pode se repetir de forma ampliada cada vez mais, com o avanço das tecnologias e da busca incessante da classe patronal pelo lucro.

A tragédia histórica das Décadas de Crise foi a de que a produção agora dispensava visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos para eles. Além disso, esse processo foi acelerado pela competição global, pelo aperto financeiro dos governos, que – direta ou indiretamente – eram os maiores empregadores individuais, e não menos, após 1980, pela então predominante teologia de livre mercado que pressionava em favor da transferência de emprego para formas empresariais de maximização de lucros, sobretudo para empresas privadas, que, por definição, não pensavam em outro interesse além do seu próprio, pecuniário. (HOBSBAWN, 1995, p. 404)

Conforme o caderno de resultados consultado, a pesquisa teve o “objetivo de verificar a necessidade de capacitação e relação da formação profissional versus ocupação, bem como a percepção dos funcionários em relação ao nível tecnológico da indústria local”. Quanto à metodologia, o tipo de pesquisa foi quantitativa, o instrumento de coleta dos dados em questionário estruturado e o universo pesquisado foi integrado por trabalhadores dos horários diurnos de um grupo de empresas relacionadas pela diretoria do sindicato profissional, nos municípios de maior prevalência de indústrias do setor.

1 TRAJETÓRIA E CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA METALÚRGICA

No caderno dos resultados da pesquisa com os trabalhadores metalúrgicos, Oderi Gomes, presidente do Sindicato, justificou a iniciativa, “nunca tínhamos realizado pesquisa na categoria, e queríamos ter uma radiografia para podermos conhecer melhor os metalúrgicos, com isso poder ver os erros e acertos e corrigi-los”. Para ele, os pontos mais importantes da pesquisa foram os indicativos de nível de formação, de idade dos trabalhadores, do tempo de profissão e de empresa, o padrão de vida dos profissionais e as formações familiares.

Gomes ressaltou que os resultados da consulta foram apresentados e debatidos com sindicatos patronais do setor, escolas profissionalizantes e universidades de Criciúma e região. O principal objetivo, neste sentido, foi o de “direcionar esforços para qualificar e diversificar a formação de profissionais, investindo no desenvolvimento de tecnologias de ponta para atender todos os setores e tentar acabar ou diminuir as atividades penosas causadoras de doenças do trabalho”. A iniciativa, desta forma, mostra a preocupação dos dirigentes sindicais em conhecer com maior profundidade a categoria.

Segundo Goularti Filho e Livramento (2004), na região sul de Santa Catarina, as primeiras notícias de organização e mobilizações trabalhistas datam de 1891, quando trabalhadores da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina pararam em protesto pelos baixos salários e voltaram a parar em 1912, 1928, 1934 e 1939.

É dessa época o primeiro registro de um movimento organizado de mineiros na região. Em 1920, conforme Goularti Filho e Livramento (2004), mais de 300 mineiros da Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá (CBCA) pararam para exigir salários atrasados e aumento salarial. Os trabalhadores do setor, contudo, somente se organizaram com a fundação da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão de Criciúma em 27 de fevereiro de 1944, transformada em sindicato em maio de 1945. Em agosto daquele mesmo ano, foram os mineiros da Companhia Próspera que fizeram greve.

Os mineiros de Criciúma e região se organizaram de tal forma que suas mobilizações por salários e condições de trabalho acabaram fazendo história na cidade e região, pela forma dos enfrentamentos. A partir da organização dos mineiros, sindicatos de outras categorias profissionais começam a ser fundados na cidade, a iniciar pelos comerciários e ceramistas, segmentos que começavam a despontar na cidade e região e dos metalúrgicos, em 1962.

A economia de Criciúma e região vinha se diversificando desde a década de 1940, com o surgimento das primeiras indústrias cerâmicas de revestimento.

Na visão de Teixeira (1996), em “Os donos da cidade”, famílias tradicionais deixaram até de investir seus recursos em minas de carvão, buscando alternativas mais rentáveis e menos turbulentas.

As próprias empresas mineradoras se diversificam, algumas, inclusive abandonam a mineração e passam a dar prioridade a outros ramos de atividade mais lucrativas e menos dependentes das oscilantes políticas governamentais e cíclicas crises do carvão. Na nova configuração econômico-empresarial temos um cenário diferente na cidade, agora caracterizada pela diversificação da economia e o pluralismo político e cultural (TEIXEIRA, 1996, p. 115).

O desenvolvimento da diversificação da economia no sul de Santa Catarina, paralelo ao período em que a indústria de extração de carvão representava a maior parte dos empregos e recursos produzidos na região, fez surgir iniciativas no setor metal-mecânico. Indústrias foram criadas para produzir peças e equipamentos necessários à mineração de carvão e à indústria cerâmica. Além disso, a agricultura, desde o início da colonização da região, continuava sendo fonte de demandas. Sobre o processo de diversificação e em especial do crescimento das indústrias metalúrgicas, Goulart explica que:

Muitas metalúrgicas da região que surgiram nos anos 1950 e 1960 para atender às minas ou à agricultura ainda estão em atividade e tiveram origem em pequenas oficinas ou no comércio. A metalúrgica mais antiga da região é a Metalúrgica Spillere, em Nova Veneza, fundada em 1946, que começou suas atividades funcionando com uma caldeira a vapor, produzindo implementos agrícolas à tração animal (GOULARTI FILHO, 2003, p. 48).

A expansão das metalurgias foi também descrita por Santos:

Dezenas de pequenas e médias empresas surgiram nas décadas de 1970 e 1980, a partir de Criciúma, para atender a demanda de peças, componentes e equipamentos utilizados na mineração e na indústria cerâmica, que, em 1988, já absorvia mais de quatro mil empregos. Hoje, a indústria metalúrgica da região carbonífera, além de ser capaz de produzir fábricas inteiras para o setor cerâmico, bem como a maioria dos equipamentos utilizados na mineração das minas de carvão, vem exportando pacotes inteiros para países da América Latina e da África. Unidades cerâmicas completas vêm sendo implantadas no Peru, no Suriname e no Zâmbia por indústrias locais (SANTOS, 1995, p. 127).

A realidade dos trabalhadores do setor é revelada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Criciúma, em sua página oficial na internet (www.sinmetal.org.br). O órgão

de representação foi fundado em 5 de maio de 1962 e conta com cerca de 3,5 mil associados, sendo que em sua base territorial atuam aproximadamente 10 mil trabalhadores, em 29 municípios. Os trabalhadores metalúrgicos desde 1979 renovam anualmente uma convenção coletiva de trabalho, contando com conquistas como estabilidade pré-aposentadoria, horas extras com adicional de até 100%, adicional noturno de 30%, entre outros direitos ampliados previstos na CLT.

O Jornal da Manhã, um dos jornais diários de Criciúma, em sua edição 9128, de 28 de julho de 2014, publicou ampla reportagem, intitulada “Indústria do Sul caminha para o desenvolvimento”. O trabalho tem como base de informações o Programa de Desenvolvimento da Indústria Catarinense para os próximos anos (PDIC, 2022), promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc). Uma das pautas relata a atual situação da indústria metal-mecânica de Criciúma e região. O jornal constrói a reportagem incluindo entrevista com o presidente do Sindimetal, empresário Guido Búrigo. Ele informa que o sindicato patronal conta com 100 indústrias associadas, mas na região carbonífera e no extremo sul catarinense, sua área de atuação, existem em torno de 1,5 mil empresas, que geram mais de 10 mil empregos e faturamento superior a R\$ 3 bilhões/ano.

2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS TRABALHADORES

Para apurar o perfil dos trabalhadores metalúrgicos de Criciúma e região a diretoria do sindicato da categoria relacionou 17 empresas, nos municípios de Araranguá, onde foram ouvidos 165 trabalhadores, Criciúma com 233 entrevistas, Içara com 171 consultas, Morro da Fumaça com 52, Nova Veneza com 121, Orleans com 116, Siderópolis com 66 e Urussanga com 223 questionários preenchidos. As empresas Ibrap Indústria Brasileira de Alumínio e Plástico, de Urussanga, com 152 trabalhadores pesquisados e Industrial Pagé, de Araranguá, com 165, foram os locais de trabalho com maior quantidade de entrevistas realizadas. Dos 1.147 questionários preenchidos apenas 138 eram de trabalhadoras, configurando na maior presença de homens nos locais de trabalho. Das entrevistadas, 86 eram de Urussanga, o maior contingente em um mesmo município.

Em relação à renda familiar apurada entre os 1.147 trabalhadores, apenas quatro declararam ter faturamento superior a R\$ 13.560,00, sendo dois em Nova Veneza e os demais em Criciúma e Morro da Fumaça. Dos entrevistados, 45,77%, revelou ter renda familiar entre R\$ 1.356,00 e R\$ 2.712,00, um total de 525 metalúrgicos. Na faixa entre R\$ 2.712,00 e R\$ 6.780,00, 346 se inseriram e com renda familiar até R\$ 1.356,00, se declararam 234 trabalhadores.

Por faixa etária, o maior contingente de profissionais do ramo metal mecânico de Criciúma e região têm entre 21 e 45 anos de idade, com 310 entrevistados, representando 27,03% do total. Até 20 anos foram ouvidos 166 trabalhadores, seis com idades entre 56 e 60 anos e sete com mais de 60 anos. Dos pesquisados, 471 são solteiros, 140 vivem em união estável e 490 são casados. Do total, 592, ou 51,61% da amostra, não têm filhos; 272 (23,71%) são pais de filhos únicos e 185 têm dois filhos (16,13%). Entre os 1.147 pesquisados, seis têm cinco filhos, dois têm seis e três declararam ter sete filhos.

A pesquisa também buscou informações sobre o endividamento dos trabalhadores e suas famílias. Do total, 684 metalúrgicos, 59,63%, informaram ter “algum tipo de financiamento” e 456 (39,76%) não. Entre os bens financiados lidera o de carros, com 392 citações e de habitação, com 172 ocorrências, respectivamente 57,31% e 25,15%, do total. A pesquisa constatou que 144 trabalhadores têm empréstimo consignado; 98 financiaram motos e que em Urussanga um trabalhador metalúrgico tem financiamento de trator. Cinco dos entrevistados informaram considerar “financiamento” o custo de manutenção de curso universitário e 57 adquiriram eletrodomésticos e utensílios domésticos por financiamento.

A longevidade profissional dos trabalhadores e o tempo de carreira na mesma empresa foram pesquisados. A maior quantidade de ouvidos, 313, estão no mercado de trabalho de 12,1 a 24 anos, representando 27,29% do total. Em segundo lugar aparecem os que estão entre 6,1 a 12 anos, 26,24%, seguido de ocorrências de 22,14% de 3,1 a 6 anos. A menor quantidade é dos que estão até a um ano no mercado de trabalho, 56 trabalhadores, 4,88% do total. À pergunta “quantos anos você trabalha nessa empresa?”, 411 entrevistados responderam que era até um ano, representando 35,83% do total; 29,82% estão até três anos na empresa, 17,61% de 3,1 a 6 anos, 10,46% de 6,1 a 12 anos, 4,71% de 12,1 a 24 anos e cinco trabalhadores declararam estar há mais de 24 anos na mesma empresa, o equivalente a 0,44% do total pesquisado.

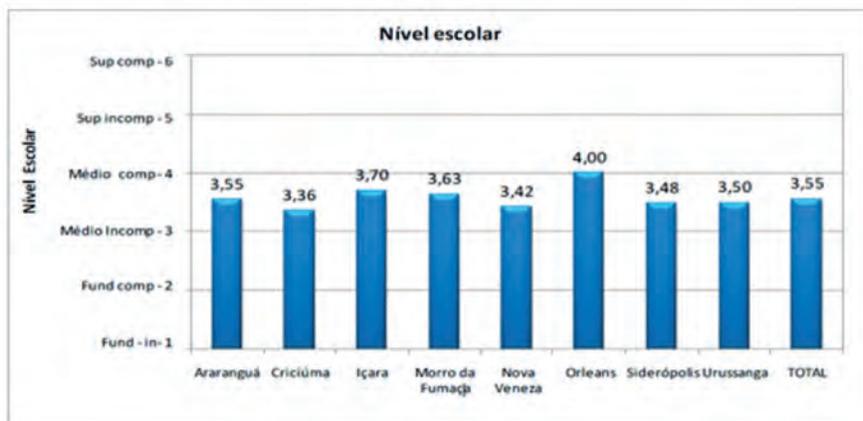
3 DA FORMAÇÃO ESCOLAR DA CATEGORIA

Segundo o relatório de pesquisa desenvolvido pelo Ipese/Unesc, o nível escolar dos entrevistados com maior prevalência, 43,77%, é de trabalhadores com ensino médio completo, com 502 questionários. O segundo mais indicado é o índice de 19,44% para os trabalhadores com ensino médio incompleto. Do total, 4,53%, com 52 respostas, informou ter ensino superior completo e 13,16% curso universitário incompleto. Do total, 10,72% tem ensino fundamental completo e

7,41% fundamental incompleto. Destes dados o relatório apresenta o seguinte gráfico, na página 15 (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Nível escolar por município

NÍVEL ESCOLAR POR MUNICÍPIO



Fonte: Caderno (2013)

Entre os 1.147 entrevistados, 552, ou 48,13%, responderam não terem tido formação profissional. Entre os pesquisados, 263, ou 22,93%, tiveram sua formação profissional na Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina (SATC); 99 no Bairro da Juventude do Padres Rogacionistas (8,63%), 91 no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) (7,93%), Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc) e no Centro Universitário (Unibave) com 30 citações cada (2,62%), e 18 no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), com 1,57% de frequência. Outros 53 estabelecimentos de ensino formaram profissionalmente 120 dos entrevistados. Entre os citados destaca-se a própria empresa, com 23 ocorrências, o Sesi com 14 e a Esucri com 10.

Entre os trabalhadores que informaram terem realizado cursos de qualificação profissional, o de soldagem teve 64 citações, seguido de Mecânica (54), operador de empilhadeira (34), Eletromecânica (27), técnico em Mecânica e torneiro mecânico (26), Informática (25), Administração (23), Metrologia (21), Desenho Técnico (18), Elétrica e Interpretação de Desenho Mecânico (17), ajustador mecânico (15), Eletrotécnica (14), Contabilidade e ponte rolante (12), Engenharia de Produção, Logística, Processos Gerenciais e técnico de Segurança do Trabalho (10). As demais foram inferiores a dez citações, com um total de 97 respostas diferentes de cursos realizados.

A pesquisa apresenta uma impressionante quantidade de funções nas empresas em que atuam os trabalhadores ouvidos. Entre os questionários preenchidos, 80 era de ocupantes da função auxiliar de produção, seguido de montador (76), operador (71), soldador (54), operador de CNC (46), almoxarifado (33), pintor (29), torneiro (28), embalador (26), eletricista (20), modelista (19), expedição (17), alimentador (14), ajudante de produção (14), ajudante geral (14), auxiliar de produção (13) rebarbação (13), encarregado (12), forneiro (12), logística (11), operador de empilhadeira (11) e programador de torno CNC (10). Com menos de dez citações aparecem um total de 240 outras funções.

Mais de um terço dos trabalhadores do ramo metalúrgico não atuam em sua área de formação, constatou a pesquisa desenvolvida pelo Ipece/Unesc. A esta questão 367 entrevistados responderam que trabalham em função diferente de sua formação. Atuam, sim, completamente em suas funções 29,56%, 339 respostas, e em parte estão 265 profissionais, ou 23,10% do total pesquisado. Deste total, 717 trabalhadores (62,51%) acreditam que têm perspectiva reais de crescimento profissional, 268 (23,37%) acreditam em parte, e 75 (6,54%) não têm perspectivas de crescimento profissional. O maior contingente dos que têm perspectivas de crescimento profissional está na faixa etária de 21 a 25 anos, com 218 citações, ou 70,32% do total.

Para os metalúrgicos de Criciúma e região, conforme a pesquisa, estudar é importante. Dos entrevistados, 916 (79,86) afirmaram que têm pretensão de continuar estudando, enquanto 16,83 % (193 respostas) não têm esta pretensão. Não responderam 38 trabalhadores, 3,31% do total. Dos que afirmaram positivamente à continuidade dos estudos, 58,85% pretendiam fazer isto no próximo ano e 10,64% no ano posterior. Novamente os mais jovens (de 21 a 25 anos) compõem a faixa etária que quer continuar estudando.

À pergunta “você sente necessidade de capacitação para exercer suas atividades?”, 625 entrevistados afirmaram que “sim”, 54,49% do universo total e 445 deram resposta negativa ao questionamento. Não souberam responder 77 dos entrevistados. Do grupo de 625 trabalhadores que sentem necessidade de capacitação para o exercício profissional, 190 (61,29%) são da faixa etária de 21 a 25 anos.

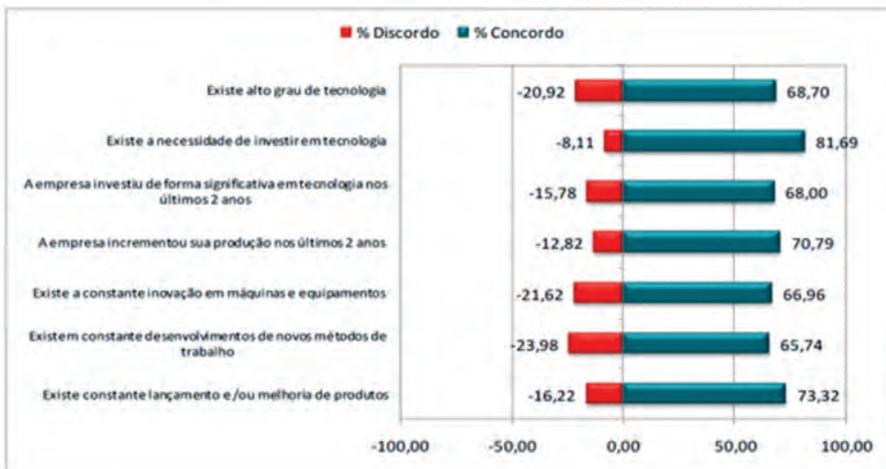
Satc com 223 citações, Unesc com 136 e o Sesi com 46, são as instituições preferidas para os estudos, aponta a pesquisa. O curso mais desejado pelos trabalhadores metalúrgicos é o de Engenharia Mecânica, com 60 citações, seguido de Mecânica com 50 e Engenharia de Produção com 28. Eletro Mecânica e Engenharia Civil empataram com 25 indicações de preferência, seguidos de Programação e Operação de Torno CNC (21), ensino médio (18),

técnico de Segurança do Trabalho (17), Soldagem (16), Metalurgia (15), Direito e pós-graduação (14), Processos Gerenciais (12), Educação Física (11), Torno Mecânico (10). Outras 73 indicações de cursos foram feitas, todas com menos de dez indicações.

A pesquisa também observou a percepção do nível de tecnologia em relação à empresa em que o trabalhador atua. Dos entrevistados, 68,70% consideram que “existe algo grau de tecnologia” em seus locais de trabalho. Para 81,69%, “existe a necessidade de investir em tecnologia”, 70,79% afirmam que “a empresa investiu de forma significativa em tecnologia nos últimos dois anos”, 66,96% entende que “existe a constante inovação em máquinas e equipamentos”, 65,74% percebe que “existem constante desenvolvimentos de novos métodos de trabalho” e 73,32% que “existe constante lançamento e/ou melhoria de produtos”.

As questões e respostas resultaram na elaboração de gráfico entre as opiniões dos entrevistados sobre a percepção do nível de tecnologia em relação a empresa em que trabalha, apresentado na página 81 do relatório (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Opiniões dos entrevistados sobre a percepção do nível de tecnologia em relação à empresa em que trabalham



Fonte: Caderno (2013)

4 SINDICATO E POLÍTICA NA PERSPECTIVA DOS TRABALHADORES

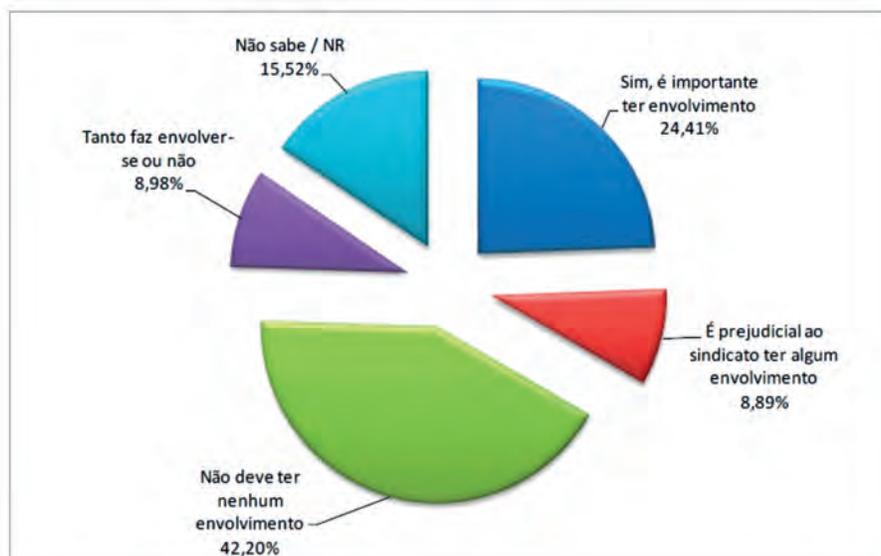
A última etapa da pesquisa se destinou a prospectar as opiniões dos trabalhadores em relação a aspectos relacionados à política-partidária e ao desempenho da diretoria do sindicato. O resultado apresentado no relatório

em relação ao envolvimento de dirigentes sindicais com a política partidária surpreendeu a diretoria. Segundo Oderi Gomes, “ficamos surpresos e tiramos como encaminhamento convencer os trabalhadores da importância do envolvimento no processo político e iremos continuar o processo e convencimento da categoria”. Gomes foi candidato a deputado estadual, pelo PCdoB, em 2014, ficando como suplente de seu partido.

O primeiro questionamento aos trabalhadores metalúrgicos foi “de uma maneira geral, o sr(a) gosta ou não de política?” A maioria, 55,45%, não gostam. Responderam que gostavam 35,57% e não sabiam 8,98%. Surpreendeu, também, que entre os que não gostam, o maior contingente, 139 respostas, são de trabalhadores de Criciúma, ou seja, 59,66% daqueles que dizem não gostar de política. Na “frequência relativa”, no entanto, o município que concentra o maior índice de trabalhadores que não gosta de política é Morro da Fumaça, com 63,46% deste grupo.

O envolvimento do sindicato dos trabalhadores com a política partidária é rejeitada pela maioria dos entrevistados pela pesquisa e resultou em gráfico apresentado na página 90 do relatório do Ipepe (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Envolvimento do sindicato dos trabalhadores com a política partidária



Fonte: Caderno (2013)

Dos entrevistados, 36,36% consideram a gestão do sindicato como “ótimo/bom”, 36,09% classificam como regular, 7,76% ruim e 4,53% péssimo. Não souberam responder 15,26%. Os pesquisadores solicitaram que os entrevistados

dessem nota de zero a dez para a administração do sindicato e no total, as notas de sete para cima foram 26,16%, 21,45%, 6,10% e 3,23%. Entre os entrevistados, 122 não responderam, totalizando 10,64% de trabalhadores que se abstiveram de avaliar a atuação da administração do sindicato que os representa. Na “frequência absoluta”, a nota zero foi dada em maior quantidade de trabalhadores em Orleans, com dez respostas e a maior quantidade de notas dez ocorreram em Criciúma, com oito respostas. Ao final da avaliação geral, a nota média, excluídas as “não respostas”, ficou em 6,59.

A questão resultou em quadro que está disponível na página 102 do relatório (Tabela 1).

Tabela 1– Atribuição de notas pelos entrevistados à administração do sindicato

FREQUÊNCIA RELATIVA (%)	Araranguá	Criciúma	Içara	Morro da Fumaça	Nova Veneza	Orleans	Siderópolis	Urussanga	TOTAL
0	3,03	3,00	0,58		2,48	8,62		1,35	2,53
1		0,86	0,58			0,86		1,35	0,61
2	1,21	1,29		3,85	0,83	1,72	1,52	2,24	1,39
3	1,21	2,15	2,34	3,85	3,31	4,31		2,69	2,44
4	4,85	3,86	2,92	9,62	2,48	0,86	1,52	1,79	3,14
5	9,70	15,02	9,36	13,46	7,44	7,76	12,12	8,07	10,29
6	12,73	16,31	9,36	1,92	14,05	13,79	9,09	10,31	12,03
7	23,03	26,61	32,16	21,15	26,45	26,72	18,18	26,46	26,16
8	22,42	18,45	25,15	28,85	32,23	11,21	19,70	19,28	21,45
9	6,06	3,86	7,60	9,62	5,79	7,76	10,61	4,48	6,10
10	1,82	3,43	3,51	7,69	4,13	2,59	4,55	2,24	3,23
Não resposta	13,94	5,15	6,43	0,00	0,83	13,79	22,73	19,73	10,64
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Desempenho Médio¹²	6,55	6,34	6,97	6,79	6,85	5,97	7,12	6,55	6,59

¹² Excluídas as não respostas

Fonte: Caderno (2013)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada a pedido da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Criciúma e Região, antes mesmo da análise dos seus resultados, merece reconhecimento pela própria iniciativa. Em mais de 50 anos de existência, o “Sindicato dos Metalúrgicos”, como é chamado popularmente, pela primeira vez toma a iniciativa de ouvir seus representados, tomar conhecimento das condições sociais, econômicas, políticas

e, sobretudo, da realidade da formação profissional e das perspectivas de futuro da categoria. Além disto, não se tem informações de iniciativas semelhantes entre a maioria dos sindicatos de trabalhadores.

A amostra da pesquisa é consistente, com 1.147 consultas para um universo de aproximadamente 10 mil trabalhadores, e permite dados confiáveis para análises dos resultados e cruzamentos de informações. Isto fica evidenciado na prospecção da renda familiar dos entrevistados. Como os que se declararam casados ou em união estável somam 54,93% do universo e 75,94% têm renda familiar entre R\$ 1.356,00 e R\$ 6.780,00, considerando que o piso salarial dos metalúrgicos, conforme as últimas convenções coletivas firmadas, é R\$ 1.168,51.

O nível escolar apurado é outra informação importante para o desenvolvimento de estratégias do sindicato dos trabalhadores e para instituições de ensino de toda região, somado aos dados relacionados pelos entrevistados sobre suas perspectivas de futuras qualificações profissionais. Consideradas as três primeiras faixas etárias da pesquisa, que juntas totalizam trabalhadores com até 30 anos de idade, tem-se uma massa que representa 62,08% da categoria. Dos metalúrgicos ouvidos, 916 (79,86%) querem continuar estudando e mais de 80% integram esta faixa etária.

As avaliações sobre o interesse dos trabalhadores em relação à política partidária, do envolvimento de dirigentes sindicais nestes processos e a análise do desempenho da gestão do sindicato, da mesma forma, se tornam ferramentas importantes para definição de encaminhamentos para o cotidiano do órgão de representação dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico de Criciúma e região.

Impressiona a quantidade de entrevistados rejeitando a participação dos dirigentes sindicais na atividade política partidária. Mais da metade dos entrevistados se manifestaram neste sentido em uma categoria, em tese, politizada, com forte vínculo cooperativo e mobilizada, como pode se notar em movimentos de greve e em assembleias do período de negociações coletivas.

Efetivamente, a pesquisa realizada pelo “Sindicato dos Metalúrgicos” representa um avanço na gestão e nos princípios da atividade de representar a classe trabalhadora em Criciúma e região, pois dota os dirigentes sindicais de informações valiosas para o desenvolvimento de suas atividades e merece se tornar prática mais constante no movimento sindical da região.

REFERÊNCIAS

CADERNO dos resultados da pesquisa sobre o “Perfil e formação profissional dos funcionários da indústria metal mecânica de Criciúma e Região”. Criciúma-SC: Instituto de Pesquisa Socioeconômica Aplicada (Ipepe) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), 2013.

GOULARTI FILHO, Alcides, LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes. Movimento operário mineiro em Santa Catarina nos anos 1950 e 1960. In: GOULARTI FILHO, Alcides (Org.) **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis, Cidade Futura, 2004.

GOULARTI FILHO, Alcides. A indústria metal-mecânica no sul de Santa Catarina: uma atividade acessória e local/regional. GOULARTI FILHO, Alcides (Org.) **Ensaio sobre economia sul-catarinense**. Criciúma: Unesc, 2003, p, 47-57

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, Eric J. **Os Trabalhadores: Estudos sobre a história do operariado**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 445 p.

HOBSBAWN, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. 4.ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 460 p.

JORNAL DA MANHÃ. Criciúma, 28 de julho de 2014.

SANTOS, M.A. dos. **Crescimento e Crise na Região Sul de Santa Catarina**. 1995. 186 p. Dissertação – UFSC -, Florianópolis, setembro, 1995. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/111959>. Acesso em 13 de março de 2015.

Setores portadores de futuro para a indústria catarinense – 2022: estudo socioeconômico. Sistema FIESC. – Florianópolis: FIESC, 2013.

SINMETAL - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Criciúma, 2015. Disponível em: www.sinmetal.org.br. Acesso em 16 de março 2015.

TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da cidade**. Florianópolis: Insular, 1996. 224 p.

Texto submetido à Revista em 05.03.2016
Aceito para publicação em 11.09.2016



A moralidade em uma cidade tropical: Belém no século XIX em *Viagem do naturalista inglês Henry Walter Bates*

The morality issue in a tropical city: Belém circa XIX century in *English naturalist Henry Walter Bates's travel*

Marcelo Werner da Silva - Doutor em Geografia pela UFRJ. Professor da Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ. Área de atuação: Geografia urbana histórica e geografia da circulação. E-mail: marcelows@id.uff.br e silvamw@yahoo.com.br

Resumo

Análise do livro de viagem do naturalista Henry Walter Bates, que esteve na Amazônia no período de 1848 a 1859 estudando e coletando amostras de animais e plantas da região. Destacamos suas observações sobre a cidade de Belém do Pará, ponto de chegada e sua base operacional durante mais de três anos. Tais observações configuram um painel sobre a cidade, com citações a respeito dos mais diversos aspectos de sua vida social, política e econômica. De sua análise, destacamos as representações portadoras de conteúdos ideológicos, como sua leitura sobre a moralidade em uma cidade nos trópicos, em que se percebe a carga ideológica e de pré-conceitos inerente a descrições de realidades estranhas às referências culturais do observador. Por outro lado, pode-se constatar como a cidade, com seu cotidiano e suas práticas, foi vista por alguém desacostumado a seu cotidiano.

Palavras-chave

Viajantes. Livros de viagem. Visões urbanas. Belém do Pará. Século XIX.

Abstract

Analysis by the naturalist Henry Walter Bates's travel book, who lived in Amazônia from 1848 to 1859, studying and collecting animal and plant's samples from the region. We can highlight his observations about the city of Belém do Pará, where he arrived and which was his operational basis for more than three years. Such observations display a panel about the city, with quotes about the most different aspects of its social life, politics, and economy. From his points of view, we point out the representations that carry ideological issues; such as, his views about the morality in a tropical city, in which it is noticeable, the ideological charge and prejudice intrinsic to the descriptions of strange realities, contrasting the observer cultural references. On the other hand, it is possible to visualize how someone not used to its habits witnessed the city, its daily routine and habits.

Keywords

Travelers. Travel book. Urban visions. Belém do Pará. XIX century.

INTRODUÇÃO

O artigo objetiva analisar as descrições da paisagem urbana da cidade de Belém/PA, observadas no livro de Henry Walter Bates, “El Naturalista por el Amazonas”. Consideraram-se os relatos de viajantes estrangeiros como portadores de uma leitura ideológica, que relaciona o que está sendo observado através de parâmetros da experiência anterior nas metrópoles europeias.

Dessa maneira, a metodologia empregada foi a utilização dos relatos de viajantes estrangeiros como portadores de leituras ideológicas sobre os locais descritos, relacionando percepção do meio e comportamento geográfico (CAPEL, 1973).

Para a análise do livro de Bates, foram inicialmente destacadas do corpo da obra as citações referentes à cidade e a seus diferentes aspectos, tais como arquitetura, urbanismo, vida social, política e econômica, composição étnica, etc. De posse desses dados, o passo seguinte foi agrupar as citações que tratavam de temas comuns ou afins, formando um painel da cidade, reunindo suas menções aos vários aspectos da cidade e da vida de seus habitantes.

Formado este painel, procuramos examinar suas citações com o intuito de destacar e dar coerência à visão do autor sobre a cidade. Também procuramos destacar as afirmações que de alguma maneira pudessem ser polêmicas, tanto naquela época como no momento atual.

Os tópicos utilizados para a formação do painel sobre a cidade de Belém constante no livro de H. W. Bates foram os seguintes: primeiras impressões da cidade; características geográficas da cidade; descrições de casas e do povoado de Nazareth; caminhos, avenidas e estradas; vegetação na cidade; animais na cidade; condições de vida; atividades econômicas; os poços públicos; vida política e administrativa; população e tipos humanos; relações sociais; religiosidade e festas religiosas.

1 VIAGENS, VIAJANTES E SEUS RELATOS

O ato de viajar sempre foi uma constante através da história humana, assim como o hábito de levar diários de viagem. No século XVIII, pode-se dizer que se alcançou o auge das viagens, pelo papel decisivo que estas representaram no debate cultural e científico europeu. O viajante dessa época tinha como características essenciais a preocupação pela fidelidade e a curiosidade universal, ou seja, o olhar em direção a horizontes distantes, cujas paisagens e organização social os incentivavam a refletir sobre os grandes problemas intelectuais do

século: a origem e evolução das sociedades, o problema da unidade do gênero humano (questionado pela variedade de povos), o “funcionamento da Terra” e da natureza e as razões da diversidade de crenças religiosas (CAPEL, 1985).

A falta de dados concretos e de observações reais para resolver os enigmas geográficos que ainda restavam no século XVIII, aliado à cobiça por riquezas de terras desconhecidas, foram os motivos propulsores para a organização de expedições científicas com patrocínio governamental e poderosa infraestrutura. Por isto, as expedições reuniam dois planos diferentes: o técnico-científico e o político-militar (ATENEO DE MADRID, 1991).

O interesse pelas viagens gerou uma demanda por literatura de viagens:

Una vez en su casa, rodeado de libros, diarios y memorandums, el viajero se enfrenta a la ardua tarea de redactar un libro de viajes. Para ello deberá intentar dar forma coherente, y agradable, a la inmensa masa de información escrita que posee, además de tratar de ordenar sus impresiones, sus vivencias, sus reflexiones y sus simpatías (FREIXA, 1993).

2 HUMBOLDT - PROTÓTIPO DO VIAJANTE NATURALISTA DO SÉCULO XIX

Diferentemente do viajante ilustrado que se atinha à fidelidade, à informação detalhada, em suma, a uma atitude descritiva, aplicando as luzes da razão, o viajante do início do século XIX é considerado romântico, pois procurava a sensação e recriação de um mundo ideal, afastado da realidade, ou seja, via a paisagem de maneira idealizada. O espírito da ilustração que gerou a preocupação enciclopédica, de verdadeiro colecionador, dá lugar ao cientista altamente especializado, cuja expressão máxima encontramos na figura de Alexander von Humboldt (1769-1859), considerado um dos pais da moderna ciência geográfica (CAPEL, 1981). A ideia-chave de sua obra foi a busca da “harmonia” que existia na natureza, a qual via como a reunião em um todo de partes intimamente relacionadas. Procurava comparar as paisagens que estudava com as de outras partes do mundo. À concepção imóvel da natureza que imperava no sistema científico do século XVIII, com seus sistemas de classificação fixos e rígidos, contrapunha uma visão histórica e dinâmica dos acontecimentos, com o evolucionismo da ciência do século XIX (CAPEL, 1981).

Além das influências científicas, Humboldt foi fortemente influenciado pelo movimento romântico alemão, que encontrava máxima expressão na filosofia e na literatura, a ponto de Capel perceber em Humboldt um autêntico precedente da moderna geografia da percepção, pois ele “...había escrito magníficas páginas

sobre estas geografías personales y sobre esas imágenes mentales que a veces hunden sus raíces en el mito y la leyenda” (1981). Humboldt, citando Hegel, aceita que o mundo exterior não existe para nós senão através da intuição, o refletimos dentro de nós mesmos (CAPEL, 1981).

3 VISÕES URBANAS NOS LIVROS DE VIAGEM

O que denominamos “visões”, ou “paradigmas”, que se impõem como maneiras de abordagem da realidade, suscitaram as diversas crises epistemológicas por que tem passado a Geografia. Isto parece haver sido superado com o surgimento da Geografia da Percepção. Se o objeto da ciência geográfica é a análise das relações entre o homem e seu meio natural, dentro de uma visão mais tradicional se considerava que o homem adaptava sua ação segundo as características do meio. Esquecia-se assim o que foi precisamente um dos grandes descobrimentos da Geografia atual: o papel decisivo da percepção humana na formação de uma imagem do meio real: é esta imagem que influi diretamente sobre o comportamento humano e não o meio “real” (CAPEL, 1973). Portanto quando falamos de ideia ou imagem de uma cidade, o mais correto seria falar de imagens no plural. Não falar de uma ideia de cidade, mas de ideias (GANAU CASAS, 1992).

Essa multiplicidade de abordagens aparece aliada às intensas transformações sofridas pela cultura urbana, que, aliada ao intenso desenvolvimento dos meios de comunicação de massa desemboca em uma utilização crescente de temáticas urbanas. A literatura, desde o século XIX, “...se hizo eco de estas transformaciones que estaban afectando a sus ciudades, incorporando entre sus temas todo aquello relacionado con lo urbano, en su sentido lato, ya como escenario en donde se mueven los personajes, ya la propia vida cotidiana de sus habitantes, o los conflictos sociales que en ella aparecían” (SUNYER MARTÍN, 1991).

As alterações da paisagem urbana, rural ou natural, ou seja, a permanente transformação do espaço geográfico também aparece descrita nos guias ou relatos de viagem. Esta descrição traz implícita uma valoração do descrito. O mundo real é apreendido através de filtros como são os sistemas de valores. Isto tanto no século XIX como no mundo atual.

Todas os juízos de valor emitidos pelos autores quando expressavam sua opinião sobre diversos assuntos que afetavam a sociedade no momento da publicação destes levam implícita uma posição ideológica. Por isso a Geografia da Percepção pode contribuir positivamente para o possível uso dos relatos de viagem na análise e difusão de ideias e estereótipos, pois os viajantes, como homens

de seu tempo, carregavam ou eram influenciados pelo ambiente intelectual da época (ideias filosóficas ou estéticas, crenças religiosas ou preconceitos políticos) e providos de ideias científicas sobre população, recursos, clima, relevo, etc. (CAPEL, 1989).

4 A EXPEDIÇÃO DE HENRY WALTER BATES

Henry Walter Bates nasceu em Leicester em 18 de fevereiro de 1825 e faleceu em Londres em 16 de fevereiro de 1892. Sua grande viagem à Amazônia foi organizada juntamente com A. R. Wallace e com os auspícios do Museu Britânico. O livro que abordamos em tradução espanhola foi *El naturalista por el Amazonas*¹, publicado originalmente em inglês com o título de *The Naturalist on the River Amazons*. Esta obra foi publicada em espanhol em três tomos; utilizamos o tomo I, denominado *Pará* (127 p.), que trata do período de sua saída de Liverpool em 26 de maio de 1848 até o início de sua grande viagem aos rios Tapajós e Amazonas em 6 de novembro de 1851. Seu tempo de permanência em Belém foi de um ano e meio, intercalado com diversas incursões ao interior da floresta amazônica.

Wallace regressou à Inglaterra em 1852 e Bates seguiu na Amazônia. Percorreu o leito do rio Amazonas estudando a fauna da região, regressando à Inglaterra apenas em 1859, portanto onze anos depois da partida. Foi um estudioso dedicado que introduziu o conceito de mimetismo, sendo que tanto Darwin como Wallace lhe devem dados de grande importância que serviram de apoio à teoria da seleção natural.

No prólogo de seu livro, Bates informa alguns dados de interesse sobre a sua viagem. Informa que, no outono de 1847, Wallace lhe propôs uma expedição conjunta ao rio Amazonas, com o propósito de estudar a história natural de suas margens, e que tinham como objetivo realizar, por conta própria, uma coleção de objetos, vendendo em Londres os espécimes duplicados para fazer frente aos gastos da viagem. Procuravam reunir fatos que pudessem resolver o problema da origem das espécies (BATES, 1984; BATES, 1984, p. 8).

Quanto à publicação de seu relato de viagem, realizada apenas onze anos após o seu retorno, informa que o realizou por insistência de Charles Darwin, pois ao retornar à Inglaterra se encontrava "...muito deprimido, tanto de saúde como de ânimo, depois de residir por onze anos a quatro graus do equador, três dos quais, os últimos, os passei em zona selvagem, a 1.400 milhas das costa..." (BATES, 1984, p. 8).

¹ A edição utilizada foi Barcelona: Laertes S. A., 1984, tradução de Marta Perez.

5 VISÕES URBANAS NO LIVRO DE H. W. BATES

Partindo dos tópicos analisados do livro de Henry Walter Bates, destacados na introdução, faremos agora a análise de tais tópicos, ressaltando que a tradução, livre, foi realizada diretamente da versão em espanhol.

5.1 VISÕES URBANAS SOBRE BELÉM DO PARÁ

Bates descreve o aspecto da cidade no momento de sua chegada:

Está construída sobre uma franja baixa de terra, que tem uma única elevação rochosa no extremo sul; portanto não proporciona ao curioso uma visão de anfiteatro do rio; porém os edifícios brancos coroados por duas vertentes de telhas vermelhas, as numerosas torres e cúpulas de igrejas e conventos, as copas das palmeiras, que, após retroceder, se destacam por detrás das edificações com contornos bem definidos contra o azul claro do céu (...). A selva perpétua amuralha a cidade por todas as partes em direção a terra adentro (...). O porto estava (...) cheio de embarcações de nativos e outras embarcações grandes e pequenas e o barulho dos sinos e o lançamento de fogos de artifício anunciando o nascer de um dia de festa católica e romana, comprovavam que a população já estava desperta tão cedo (BATES, 1984, p. 16).

Descreve então os edifícios da cidade e sua modificação ao percorrer a cidade do porto em direção aos arrabaldes.

O autor também comenta sobre as características físicas de Belém do Pará, tais como a descrição do sítio urbano e a morfologia do terreno:

A cidade se ergue sobre uma porção de terra formada pela confluência dos rios Guamá e Pará. Como já havia dito antes, a selva que cobre toda a região se estende quase até as ruas do povoado (...). A superfície, ainda que baixa em seu conjunto, apresenta ligeiras ondulações, de modo que as zonas de terra seca aparecem alternadas com zonas de terrenos pantanosos (...).

A cidade está construída no lugar edificável mais adequado para um porto de entrada à região do Amazonas e com o tempo há de converter-se em um vasto empório... (BATES, 1984, p. 23; 46-47).

Nas descrições do clima da cidade, deixa transparecer sua preocupação científica. Informa as temperaturas máximas e mínimas, épocas de chuva, etc. Mas ultrapassa a mera enumeração de dados, incluindo descrições romanceadas da dinâmica do clima. Também procura enriquecer sua exposição introduzindo opiniões de residentes estrangeiros, estabelecendo comparações com o clima de seus países de origem, como quando cita que “...os residentes norte-americanos

dizem que o calor não é tão opressivo aqui como o é no verão em Nova Iorque e Filadélfia. A umidade é, evidentemente, excessiva, porém as chuvas não são tão torrenciais e contínuas na estação úmida como em muitos outros lugares tropicais” (BATES, 1984, p. 19).

Bates descreve com maior detalhe o povoado de Nazareth, onde ele e Wallace alugam uma casa após curto período em outra habitação. Este povoado situava-se a uma milha e meia da cidade e muito próximo da selva. Possuía, portanto, as condições ideais para as pesquisas que pretendiam realizar. A estada neste local serve também para descrição da residência que passam a ocupar. “A casa era um edifício quadrado e tinha quatro cômodos de igual tamanho. O telhado se projetava em todo o seu perímetro, formando uma larga galeria fresca e agradável, em que dava gosto sentar-se a trabalhar” (BATES, 1984, p. 71).

A descrição das vias de comunicação são importantes pois acrescentam informação sobre a organização urbanística da cidade no período. Além da estrada que ligava o centro urbano às cercanias da cidade, Bates descreve a “Estrada das Mangubeiras”, ou “estrada de mongubas”. Também menciona a “estrada principal da selva”, que se estendia até o Maranhão, assim descrita por Bates:

Muito próximo de nossa porta se iniciava a estrada principal da selva. Tinha tamanho suficiente para dois homens a cavalo de frente e se ramificava em três direções, sendo a linha mais importante a que conduzia ao povoado de Ourem, a uma distância de 50 milhas. Antes esta estrada se estendia até Maranhão, mas fazia tempo que não era usada e o descuido havia feito das suas, deixando-a quase impraticável entre Pará² e Ourem (BATES, 1984, p. 72).

Em um meio natural formado pela selva amazônica e cortado por numerosos canais fluviais, o transporte fluvial se destaca sobre os demais. Esta realidade foi observada por Bates da seguinte forma:

Os igarapés e furos ou canais, que são infinitos em número neste grande delta fluvial, são característicos do país. A terra está coberta, por todas as partes, de selvas impenetráveis, de tal modo que as casas e povoados estão todos situados às margens dos rios, realizando-se pela água a maioria das comunicações. Esta vida semi-aquática das pessoas constitui um dos traços mais característicos do país (BATES, 1984, p. 88).

Tratando-se de um naturalista, é normal a menção à existência de animais e plantas na cidade, ainda mais que Belém do Pará encontrava-se envolvida pela floresta: “As copas, escuras e maciças das sombrias mangueiras se viam por todas as partes entre as casas, junto a laranjeiras e limoeiros perfumados e verdes

² Era essa a denominação com que o autor se referia à cidade de Belém.

rodeados por sua vez por toda a sorte de árvores tropicais, algumas em flor, outras carregadas de frutos em diferentes etapas de maturação” (BATES, 1984, p. 18).

Quanto aos animais, as referências são muitas. Algumas tratam da diferença entre os animais que habitavam a cidade e aqueles que viviam na floresta. Realiza também a descrição dos pássaros da região. Porém sua atenção principal se voltava para os insetos, que eram sua especialidade, detendo-se nas saúvas e nos prejuízos que causavam para a agricultura e para os estoques de alimentos das residências. Observou também o hábito dos moradores em transformar animais silvestres em animais domésticos, como no caso dos macacos. Por fim, fala sobre a constante presença de serpentes na cidade, tendo em vista a proximidade da selva.

Bates também realiza explanação sobre as condições de vida da cidade. Na página 45 de seu livro, comenta sobre os resultados para a vida urbana dos enfrentamentos entre brasileiros e portugueses no início do século XIX, que causaram um grande decréscimo populacional: a cidade passa de 24.500 habitantes em 1819 para 15.000 em 1848, segundo seu relato.

Comenta também sobre o grau de salubridade, medido pela existência ou não de epidemias. Após a epidemia de 1819, que atacou sobretudo os índios, a cidade apresentou salubridade invejável até a epidemia de febre amarela de 1850, sucedida em 1855 por uma epidemia de cólera. Desde então, o quadro foi melhorando, com Bates realizando elogios rasgados às condições do clima da cidade: “A temperatura uniforme, o verdor perpétuo, o ar fresco da estação seca, quando o calor se encontra contrabalançado pelas fortes brisas marítimas e a moderação das chuvas periódicas, todo isto faz do clima um dos mais deliciosos sobre a face da terra (BATES, 1984, p. 48)”.

Bates descreve as diversas atividades econômicas existentes na cidade. É interessante a correlação que realiza entre as diversas raças e classes sociais e as atividades econômicas a que normalmente se dedicam, as quais destacamos aqui:

O comércio, tanto o atacadista, quanto o varejista, estava em mãos dos 2.500 portugueses que havia no lugar. O artesanato era praticado sobretudo pelas gentes de cor: mulatos, mamelucos, negros livres e índios. Os brasileiros de cunha mais elevada são pouco aficionados aos detalhes triviais do comércio urbano, e se não podem ser mercadores atacadistas preferem viver como plantadores no campo, por pequenas que sejam suas fazendas e ganhos. Os negros configuravam a classe dos lavradores e moços de corda, os índios eram em todas as partes os barqueiros e constituíam a tripulação exclusiva de inumeráveis embarcações de todos os tamanhos e formas que comerciavam entre Pará e o interior (BATES, 1984, p. 53).

Suas referências à administração do país sempre são, digamos, favoráveis. Cita a boa conservação de Belém graças aos cuidados do governo para evitar o avanço da selva. Também cita os “presidentes empreendedores” que construíram grandes e belas avenidas.

Bates reserva grande parte do seu livro à descrição das festas religiosas, em que percebe o auge da vida citadina, em que se pode observar os costumes e a idiossincrasia do povo da cidade. Comenta a grande quantidade de festas, que o governo procurou reduzir a fim de beneficiar as atividades produtivas, pois as percebia como um pretexto para as pessoas não trabalharem: “...pouco ou nada se trabalhava em nenhuma parte enquanto duravam as celebrações, de modo que sua tendência corruptora se fazia patente. Não se tarda em compreender que a religião é, para os paraenses, mais um entretenimento lúdico que algo importante que há que praticar com seriedade” (BATES, 1984, p. 103).

Descreve também a forma de organização das festas, seus meios de financiamento e custo aproximado e seu uso para ostentação das classes mais abastadas. Impressiona a Bates sobretudo a diversidade racial da população e a beleza das mulheres. A esse respeito realiza uma associação entre a população, suas condições sociais e o cenário natural: “Foi uma pura fantasia, mas me ocorreu pensar que, a mescla de miséria, luxo e beleza naquelas mulheres harmonizavam extraordinariamente com o resto da cena; assim resultava assombroso à vista a combinação do caudal da natureza com a pobreza humana” (BATES, 1984, p. 18).

Quanto à diversidade racial, Bates descreve sobretudo as raças negra e indígena, bem como suas mesclas entre si e com a raça branca, bem como a proporção de cada raça na composição da sociedade.

Em suas descrições das diversas mestiçagens possíveis, Bates tem a preocupação de não parecer discriminatório, pois diz, por exemplo, mestiçagem de branco e índia e vice e versa. Seu esforço é louvável, mas como ele mesmo relata na pág. 53, a emigração europeia foi quase exclusivamente de varões, o que denota que as relações sexuais levavam a marca do colonialismo e da opressão social, sendo que a miscigenação era preponderantemente de brancos homens com índias ou negras.

Apesar de suas opiniões condescendentes em relação aos negros, não há nenhuma menção contrária à escravidão vigente no país. Unicamente fala do trato benevolente que recebem os escravos de parte de seus amos. Nenhum comentário sobre o absurdo da situação de um ser humano sujeito à escravidão por outro. Em assuntos políticos e, portanto polêmicos, Bates parece refugiar-se em sua condição de cientista. Deste modo, o autor reproduzia uma atitude ainda vigente em certos meios científicos, que, ao abster-se de opinar, pensam não estar assumindo uma opção política.

No que diz respeito aos índios, Bates faz comentários bastante completos, incluindo inclusive descrições antropométricas. Apesar de geralmente colocar-se em defesa destes, cai presa de raciocínios dicotômicos. Descreve, por exemplo, as diferenças que segundo ele existem entre as tribos costeiras e as do interior. Para ele, as tribos do litoral estavam muito mais avançadas em grau de civilização e os “selvagens de terra adentro, (...) levavam uma vida errante, (...) aproximando-se à civilização muito raramente para roubar as plantações das tribos costeiras...” (BATES, 1984, p. 90). Em comparação às tribos costeiras, “...eram de disposição amável e receberam os primeiros colonos portugueses com grande cordialidade”. Neste ponto, a tradutora do livro se vê obrigada a inserir uma nota: “Aqui Bates se deixa influenciar pelo ‘bom selvagem’ de Rousseau, pois não devemos esquecer que os tupinambás eram antropófagos e o foram até muito tempo depois de iniciada sua relação com os portugueses” (BATES, 1984, p. 90). Mas sua declaração mais preconceituosa é aquela em que declara que os filhos de brancos e índios em geral se transformavam em “cidadãos brasileiros honrados” e que, por isto, “encontraremos poucos motivos para lamentar o destino da raça [indígena]” (BATES, 1984, p. 93). Nesta declaração, encontramos eco das teorias da supremacia racial dos brancos europeus frente aos “atrasados” indígenas.

Em relação aos enfrentamentos da *Cabanagem*, conflito político ocorrido na província, sua análise cai em uma abordagem maniqueísta. Embora reconhecendo que os “errôneos cidadãos principais” foram os que causaram os ódios raciais, sempre os identifica como “amigos da paz e da ordem”. Por outro lado, refere-se ao povo sublevado com adjetivos como “vasto exército de gentes de cor meio selvagens”, “híbridos”, “seções mais ignorantes e fanáticas dos híbridos e a população indígena”, “revolucionários de tez escura”; todos com uma clara conotação depreciativa. Já os nativos que colaboraram com as forças legais são chamados de “tribos inteiras de índios amigos e certos grupos de negros e mulatos de melhor disposição”. Parece claro para que lado se inclina Bates.

Mas os comentários também adquirem uma conotação racista, o que nos permite abordar outro tema especialmente polêmico: o das relações raciais e da existência do racismo. Antes de empreender sua viagem, Bates preparou-se através da leitura de obras sobre a nação e a região que ia visitar. Isto se deduz de comentários que faz no transcurso do livro. Recordemos aqui o mecanismo da discriminação. Um preconceito pode surgir da ignorância, do não conhecimento. Este pode levar a mais preconceito, indefinidamente em um processo que se autoalimenta. Só o conhecimento pode levar à desmistificação, contribuindo para a superação da discriminação racial. Tal processo parece haver ocorrido com Bates, que se admirava de refutar pela observação direta preconceitos difundidos

por outros autores. Mas quando declara que os negros são tão confiáveis como os brancos e mestiços transparecem velhos estereótipos preconceituosos.

Bates relata os frequentes conflitos entre nativos e portugueses, ressaltando que a ira dos nativos era dirigida unicamente aos portugueses e não aos demais estrangeiros residentes na cidade. Entendemos que, ao fazer esta colocação, Bates procurava demonstrar que o Brasil era um país seguro, o mesmo acontecendo com seus comentários sobre a salubridade do clima, pois parece ter a intenção de desmistificar preconceitos sobre o tema.

6 A MORALIDADE EM UMA CIDADE DOS TRÓPICOS

Reunimos neste tópico as observações do autor que reputamos de maior conteúdo ideológico. Em certo ponto, Bates compara Belém com outras cidades portuárias brasileiras, servindo-se de informações de terceiros. Considera-a mais simples, pacífica e cordial que as outras cidades “...de modo que os assassinatos que tão má reputação levam às províncias sulistas, eram aqui quase desconhecidos” (BATES, 1984, p. 52-53), mas que “...por outra parte os nativos do Pará eram muito inferiores aos brasileiros do Sul no que concerne à energia e capacidade de trabalho” (BATES, 1984, p. 53). Encontramo-nos com uma afirmação polêmica, mais, no momento, podemos contentar-nos com sua enumeração dos motivos responsáveis por este estado de coisas:

Como as provisões e os aluguéis das casas eram baratos e as necessidades das pessoas escassas – se conformavam [os habitantes do Pará] com comida e moradia de uma qualidade que seria rechaçada de imediato pelos mendigos ingleses-, os paraenses passavam a maior parte do tempo cedendo a indulgências sensuais e entretendo-se com diversões que o governo e os cidadãos de posses lhes proporcionavam gratuitamente (BATES, 1984, p. 53, grifo nosso)³.

Não podemos precisar aqui o que Bates quer dizer exatamente com “indulgências sensuais”, tampouco que diversões eram estas proporcionadas pelo governo e pelos cidadãos ricos. O mais próximo a isto que ele descreve, são as festividades religiosas, das quais ressalta seu caráter corruptor, pois nos vários dias de festa praticamente não se trabalhava e o povo as encarava muito mais como entretenimento lúdico do que com a seriedade de uma cerimônia religiosa. O mesmo assunto é abordado em conversação que manteve com certo senhor Zanin, sobre os motivos que levam os trabalhadores contratados a abandonarem

³ Afirmações quase idênticas a esta encontramos em nosso outro trabalho sobre viajantes (ver SILVA, 2002).

seus postos: a abundância de terra desocupada, a liberdade existente, o estado de coisas produzido pela vida fluvial e meio selvagem das pessoas e a facilidade de subsistir trabalhando com moderação. O autor cita um viajante alemão, Burmeister⁴, que

...disse uma vez que a contemplação da selva brasileira provocava nele uma sensação de dor, devido a que a natureza exibia um espírito de egoísmo inesgotável, de entusiasta emulação e de artifício. Opinava que a suavidade, a sobriedade e o repouso que se desprendiam das cenas de bosque européias eram muito agradáveis, e que sem dúvida constituíam uma das causas da moralidade superior das nações de nosso mundo (BATES, 1984, p. 64-65, grifo nosso).

Bonitas imagens mentais, mas carregadas de juízo ideológico. Constatamos como importantes homens da ciência da época opinavam que a selva era responsável pela suposta imoralidade do povo brasileiro. Bates não chega a pôr em dúvida esta questão. Para ele, o importante era descobrir as causas deste estado de coisas:

Talvez seja em parte a posição degradada que tem ocupado as mulheres desde tempos ancestrais o que faz que as relações entre ambos os sexos hajam estado e sigam estando a um nível tão insatisfatório e que a moralidade privada se encontre no Brasil em uma decadência tão penosa. No Pará creio que agora se tem produzido um certo desenvolvimento, mas em tempos passado as uniões promíscuas pareciam ser a regra geral entre os membros de todas as classes, sendo as intrigas e os devaneios amorosos as preocupações mais importantes da maior parte da população (BATES, 1984, p. 54, grifo nosso).

Para o autor, uma possível causa seria então a posição subalterna da mulher, condição esta que em última instância atribuía aos antepassados portugueses. A seguir rechaça a teoria determinista da influência do clima e afirma que não seja responsabilidade das instituições.

Não me convence a teoria segundo a qual tal estado de coisas é uma necessidade que depende do clima e das instituições, já que residi em pequenos povoados do interior, onde os costumes e a moralidade dos habitantes eram tão puros como em lugares similares da Inglaterra (BATES, 1984, p. 54).

⁴ Hermann Burmeister (1807-1892), naturalista. Percorreu em 1850 as províncias brasileiras do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, de onde regressou em 1852. Posteriormente percorreu o Uruguai e a Argentina, radicando-se em Buenos Aires em 1861, onde exerceu funções científicas e acadêmicas (Dados da Enciclopédia Universal Ilustrada, Barcelona, Espanha: Espasa-Calpe, 1958).

Como podemos perceber, o autor incorre em contradição, pois Burmeister, citado por ele, considera o estado mental provocado pela selva como causador de tais impulsos sensuais, o que configuraria uma postura determinista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, podemos dizer que a visão que Bates tem de Belém era de uma cidade organizada, dinâmica, saudável, mas que enfrentava o sério desafio da falta de apego da população às atividades laborais.

Destacamos sobretudo suas excelentes qualidades de observador perspicaz e de narrador agradável e capaz de criar belas imagens mentais, como quando compara a árvore de maçaranduba com elementos urbanos: “se eleva por cima das demais árvores da selva, destacando-se como o faz uma catedral sobre os telhados dos edifícios de uma cidade” (BATES, 1984, p. 80).

Cabe destacar também um componente essencial de seu livro: a defesa sem quartel que faz do Brasil. Tal ocorre na questão das epidemias, defendendo a salubridade do clima da cidade. Também quando ressalta ser a cidade segura para estrangeiros residentes ou visitantes. Não pudemos averiguar se sua postura se deve a favores recebidos do governo brasileiro ou uma maneira de evitar problemas diplomáticos a futuras expedições e mesmo incentivar novas explorações.

Outra questão a destacar seriam suas constantes críticas aos portugueses, considerando-os geralmente como retrógrados e supersticiosos. Parece-nos que, novamente, Bates assume a defesa do Brasil, que se tornara independente há pouco, atribuindo a culpa dos problemas da época à herança portuguesa.

As críticas a determinadas posturas ideológicas do livro não o desmerecem em absoluto. Trata-se de excelente narrativa de um pesquisador sério que procura descrever com riqueza de detalhes não só a fauna e a flora da região amazônica, como também sobre a vida cotidiana de uma cidade inserida na grande floresta, proporcionando conhecimento sobre aquele período histórico.

Percebe-se claramente pela análise do texto relativo à cidade de Belém do Pará como a descrição é atravessada, e não consegue fugir, da figura do “pré-conceito”, formado pelas ideias que o autor traz de sua bagagem cultural, de seu meio e de sua época. Tal aspecto, presente em vários dos tópicos abordados pelo autor, fica muito claro quando analisa as questões relativas à moralidade da vida em uma região tropical.

REFERÊNCIAS

ATENEU DE MADRID. **La ciencia española en Ultramar** (Actas de las 1^{as} jornadas sobre España y las expediciones científicas en América y Filipinas). Madrid, Espanha: Doce Calles, 1991.

BATES, H. W. **El Naturalista por el Amazonas**. Vol. I – Para. Barcelona: Laertes S. A., 1984.

CAPEL, H. Percepción del medio y comportamiento geográfico. **Revista de Geografía**, Barcelona, Espanha, vol. VII, n.º 1 y 2, 1973.

_____. **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea**: una introducción a la geografía. Barcelona, Espanha: Barcanova, 1981.

_____. Geografía y arte apodémica en el siglo de los viajes. **Geo Crítica**, Barcelona, Espanha, n. 56, 1985.

_____. Historia de la ciencia e historia de las disciplinas científicas. **Geo Crítica**, Barcelona, Espanha, n. 84, 1989.

FREIXA, C. **Os ingleses y el arte de viajar**: una visión de las ciudades españolas en el Siglo XVIII. Barcelona, Espanha: Ediciones del Serbal, 1993.

GANAU CASAS, J. **La Idea de ciutat a Lleida**. Lleida, Espanha: Pagès Ed., 1992.

SILVA, M. W. **Visiones urbanas en los relatos de viaje: el viaje del naturalista Henry Walter Bates a la Amazonia en el siglo XIX**. Barcelona, Espanha: Escuela Técnica Superior de Arquitectura del Vallès, Universidad Politécnica de Cataluña, 1995. 44 f. [Monografía de Especialização em “Urbanismo, Ciudad, Historia”].

_____. **A paisagem urbana da cidade de São Paulo na visão de viajantes estrangeiros, 1808-1858**. Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, 2002. 234 p. [Dissertação de Mestrado em Geografia – Área de Concentração em Organização do Espaço].

SUNYER MARTÍN, P. La idea de ciudad en la literatura española del siglo XIX: la ciudad española en la obra de Pedro A. De Alarcón (1833-91). In: CAPEL, Horacio et. al. (orgs.). **Ciencia e ideología en la ciudad**: I Coloquio Interdepartamental. Valencia, Espanha: Generalitat Valenciana, 1991. vol. 1.

Texto submetido à Revista em 13.03.2016
Aceito para publicação em 21.08.2016



Subjetividade na cidade: uma análise da modernidade na obra poética de Mário Quintana

Subjetividade na cidade: uma análise da modernidade na obra poética de Mário Quintana

Priscila Viana Alves – Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal Fluminense - Campos dos Goytacazes. Bolsista da FAPERJ. Integra o Laboratório de Pesquisa Cultura, Planejamento e Representações Espaciais (LabCult). E-mail: prittyviana@hotmail.com

Elis de Araújo Miranda – Professora da Universidade Federal Fluminense, Departamento de Geografia de Campos. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, pelo NAEA/UFGA. Coordena o Laboratório: Cultura, Planejamento e Representação Espacial – CULT/UFF. E-mail: elismiranda10@gmail.com

Resumo

O artigo discute a cidade no advento da modernidade e o fenômeno da rua como espaço privilegiado de constituição do lugar. Na cidade moderna a experiência foi abolida pela lógica mercadológica do capitalismo, deste modo não há tempo para vivenciar o espaço urbano e fazer deste um lugar. Assim, a arte, sobretudo a literatura, consiste em um poderoso meio para a experimentação do espaço, o que será evidenciado na obra poética de Mário Quintana.

Abstract

The article discusses the city in the advent of modernity and the street phenomenon as a privileged space of place constitution. Experience was abolished in the modern city by capitalism market logic, so there is no time to experience the urban space and make of it a place. Thus art, most of all literature, consists of a powerful means for space experimentation, which will be evidenced in the poetic work of Mario Quintana.

Palavras-chave

Cidade. Modernidade. Literatura. Lugar. Mário Quintana.

Keywords

City. Modernity. Poetry. Mario Quintana.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a cidade na modernidade por meio de autores como Henri Lefebvre e Walter Benjamin. Essa interseção elucidará uma possível leitura sobre as transformações no espaço urbano na cidade de Porto Alegre, no Sul do Brasil, a partir da leitura das poesias de Mário Quintana, orientado pela obra de Benjamin sobre Baudelaire. Os poetas compreendem e sentem as transformações no espaço urbano claramente e eternizam-nas em sua obra. Compreende-se que a leitura simbólica do espaço não se opõe à leitura realizada pela ciência, pelo contrário, estas diferentes leituras podem solidariamente ampliar o conhecimento de mundo dos sujeitos.

Mário de Miranda Quintana, poeta gaúcho, nasceu na cidade de Alegrete, em 30 de junho de 1906, e faleceu em 1994, em Porto Alegre. A capital gaúcha foi sua morada em grande parte de sua vida e suas experiências nesta cidade, como expressam seus poemas. Pode-se afirmar que a obra de Mário Quintana retrata um encontro da Literatura e da Geografia, a literatura e com a sua linguagem poética, e a Geografia, e com a descrição da *Geograficidade* (DARDEL, 2015) nas experiências poéticas em Porto Alegre, o seu lugar (TUAN, 2013).

1 A CIDADE NA MODERNIDADE

O sistema capitalista engendra o espaço segundo os interesses de mercado e não tem compromisso em manter os laços afetivos dos sujeitos com o lugar. Como afirma Henri Lefebvre (1999, p. 27), “o espaço e a política do espaço ‘exprimem’ as relações sociais, mas reagem sobre elas”. Ou seja, o espaço se transforma conforme a sociedade em cada período histórico.

Diante da crise da sociedade urbana, Lefebvre dialoga com argumentos a favor e contra a rua e a cidade. Para ele a rua é o lugar privilegiado da experiência e da interação social. A favor da rua ele elenca alguns argumentos tais como: a rua como lugar de encontro, a rua tem função informativa, tem função simbólica e lúdica, os acontecimentos revolucionários acontecem na rua. É no espaço de todos que se exprimem as necessidades pessoais. “A rua? É o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). Esses lugares privilegiados animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem” (LEFEBVRE, 1999, p. 29).

Na cidade moderna a experiência foi abolida pela lógica mercadológica do capitalismo, deste modo não há tempo para vivenciar o espaço urbano e fazer deste um lugar. Destarte, têm-se argumentos contra a rua: encontros superficiais,

a lógica do lucro desenvolve-se na rua, lugar privilegiado da repressão, passagem solitária. Lefebvre fala de uma “colonização do espaço urbano” (1999, p. 31) por meio da publicidade. Isto é a apropriação privada do espaço coletivo.

A cidade inteira é apropriada pelo mundo da mercadoria, pois o valor de troca se sobrepôs ao valor de uso do espaço da rua. Os mercadores tornaram-se os mestres e não mais os sujeitos se apropriam coletivamente do espaço, posto que este se tornou palco privilegiado de compra e venda de objetos. Lefebvre afirma que

O mundo da mercadoria desenvolve-se na rua. A mercadoria que não pode confinar-se nos lugares especializados, os mercados (praças...) invadiu a cidade inteira. Na antiguidade as ruas eram apenas anexos dos lugares privilegiados: o templo, o estádio, a ágora, o jardim. Mais tarde, na Idade Média, o artesanato ocupava as ruas. O artesão era, ao mesmo tempo, produtor e vendedor. Em seguida, os mercadores, que eram exclusivamente mercadores, tornaram-se os mestres. A rua? Uma vitrina, um desfile entre as lojas. A mercadoria, tornada espetáculo umas para as outras. Nela, mais que noutros lugares, a troca e o valor de troca prevalecem sobre tudo, até reduzi-lo a um resíduo (1999, p. 30-31).

Marshall Berman (1986), ao falar dos paradigmas do planejamento urbano do século XX, idealizado por Le Corbusier e seu “homem novo” da modernidade, afirma que será o “homem do carro”. A rua, deste modo, não é mais do encontro dos sujeitos, mas sim dos passantes e consumidores que não mantém relações perenes com o lugar.

Segundo Berman,

Nessa rua, como na fábrica moderna, o modelo mais bem equipado é o mais altamente automatizado: nada de pessoas, exceto as que operam as máquinas; nada de pedestres desprotegidos e desmotorizados para retardar o fluxo. “Cafés e pontos de recreação deixarão de ser os fungos que sugam a pavimentação de Paris”. Na cidade do futuro, o macadame pertencerá somente ao tráfego (1986, p. 161).

Berman debate o ser humano na cidade moderna, lançado ao caos e que necessita sobreviver se adaptando a ele. É preciso moldar o corpo, mas também a sensibilidade para alcançar novos procedimentos para sobreviver, pois o novo tempo requer especificidades. O autor dá o exemplo de Baudelaire:

O homem na rua moderna, lançado nesse turbilhão, se vê remetido aos seus próprios recursos – frequentemente recursos que ignorava possuir – e forçado a explorá-los de maneira desesperada, a fim de sobreviver. Para atravessar o caos, ele precisa estar em sintonia, precisa adaptar-se aos movimentos do caos, precisa aprender não apenas a por-se a salvo dele,

mas a estar sempre um passo adiante. Precisa desenvolver sua habilidade em matéria de sobressaltos e movimentos bruscos, em viradas e guinadas súbitas, abruptas e irregulares – e não apenas com as pernas e o corpo, mas também com a mente e a sensibilidade. Baudelaire mostra como a vida na cidade moderna força cada um a realizar esses novos movimentos; mas mostra também como, assim procedendo, a cidade moderna desencadeia novas formas de liberdade. Um homem que saiba mover-se dentro, ao redor e através do tráfego (BERMAN, 1986, p. 154).

Lefebvre, ao falar de Le Corbusier, diz que este suprimiu a rua com a criação dos “novos conjuntos” e viu as consequências “a extinção da vida, a redução da “cidade” a dormitório, a aberrante funcionalização da existência. A rua contém as funções negligenciadas por Le Corbusier: a função informativa, a função simbólica, a função lúdica. Nela joga-se, nela aprende-se” (LEFEBVRE, 1999, p. 30).

A defesa da rua feita por Henri Lefebvre evidencia a importância da cidade concebida como reunião, simultaneidade e do encontro entre os sujeitos que habitam o espaço urbano. Para a transformação da cidade da mercadoria, é necessária uma mudança na prática social, em que o espaço “lúdico”, “vivido” superem os espaços de troca e circulação. “A passividade dos que habitam, mas que poderiam e deveriam ‘habitar como poetas (Holderlin)” (LEFEBVRE, 1999, p. 165) é o apelo que Lefebvre faz para todos os habitantes da cidade.

Kuster e Pechman falam da *rua das multidões*, que seria a rua do século XIX, que foi destruída pelo avanço do capitalismo e pelas reformas urbanas. Estes “matam” a rua enquanto palco da experiência, o que resulta na perda da urbanidade, ou melhor, da identidade urbana. Para esses autores

As ruas tomadas pela multidão do século 19 não têm espaço no perfil que o modernismo planeja para a nova cidade, cuja prioridade é a circulação dos automóveis. Dentro dos objetivos traçados por esse novo ordenamento, a setorização que dividia o espaço urbano entre residências, trabalho, lazer e circulação visava eliminar a mistura de atividades que o caracterizava até então, eliminando também a grande quantidade de pessoas que transitavam a pé nas ruas (KUSTER; PECHMAN, 2014, p. 71-72).

Os habitantes da cidade são a partir do século XX reduzidos a meros consumidores e transeuntes, não são mais sujeitos que vivenciam e se apropriam politicamente da rua. A cidade capitalista construída e remanejada, segundo a lógica de circulação de lucro, destrói a possibilidade de apropriação coletiva, o que desencadeia na repartição do espaço urbano. No entanto, a arte pode ser um poderoso caminho de resgatar o brilho da cidade e da rua, pois ela pode ser apropriada por sujeitos que podem revelar seus encantos.

2 EXPERIÊNCIAS NA CIDADE

Segundo Tuan (2013, p. 18), “[...] Experiência é aprender, significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento”. Destarte, o espaço pode ser *experienciado* de diferentes maneiras, o que dependerá da forma que uma pessoa conhece e constrói a realidade por meio dos sentidos (visão, audição, olfato, paladar e tato) e da forma com que se percebe, vivencia, sente e experimenta o mundo.

Habitar na cidade é uma arte “[...] deixando a representação, o ornamento, a decoração, a arte pode se tornar práxis e poiesis em escala mundial: a arte de viver na cidade como obra de arte” (LEFEBVRE, 2006, p. 134). Isto quer dizer que o viver na cidade deve ser prazeroso e não perpassado por todo tipo de mazelas sociais. Todavia, a história do espaço no terceiro mundo é seletiva, isto é, o espaço é marcado pelas desigualdades de renda da sociedade.

As transformações mais enérgicas do espaço urbano na vida moderna podem ser percebidas pela arte, sobretudo pela literatura. “A manifestação das divisões de classe na cidade moderna implica divisões interiores no indivíduo moderno” (BERMAN, 1986, p. 148). A humanidade muda na medida em que as condições materiais se alteram. Walter Benjamin afirma, ao se referir a Baudelaire no início de sua trajetória poética, que ele desejava a conquista da rua:

Mais tarde, após abandonar, passo a passo, sua existência burguesa, a rua tornou-se para ele cada vez mais um refúgio. Mas na *flanerie* desde o início havia uma consciência da fragilidade desta existência. Na *flanerie*, a necessidade se faz uma virtude; o que mostra a estrutura característica da concepção do herói em Baudelaire em todas as suas manifestações (BENJAMIN, 1975, p. 7).

Benjamin, em um trecho de *Rua de mão única*, nomeado *Sombras curtas*, crítica a arquitetura do século XX, que diferente da arquitetura do século XIX, apaga os vestígios dos sujeitos:

Pois os novos arquitetos obtiveram isso com o seu aço e vidro: criaram espaços onde não é fácil deixar vestígios. “Depois do que foi dito” – escreveu Scheerbarte já há vinte anos – “pode-se muito bem falar de uma ‘cultura de vidro’. O novo ambiente de vidro transformará completamente o seu humano. E agora só resta desejar que a nova cultura de vidro não encontre oponentes em demasia” (1987, p. 266).

Esse “ambiente de vidro” da modernidade condiciona a vivência dos indivíduos, pois modela segundo seus padrões as ações humanas. Deste modo, as relações sociais tornam-se ainda mais desgastadas, instáveis, em “choque”. “A vida urbana moderna é caracterizada pela colisão de sensações fragmentadas e descontínuas” (EAGLETON, 2011, p. 114).

Para Walter Benjamin (1989), o lugar privilegiado do *flâneur* são as ruas pelos quais ele percorre e vivencia o espaço da cidade. Ele compara o *flâneur* ao poeta Baudelaire, pois este era observador atento das transformações de Paris do limiar da modernidade.

Para Benjamin:

A rua se torna moradia para o *flâneur* que, entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; muros são a escrivania onde apoia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente. Que a vida em toda a sua diversidade, em toda a sua inesgotável riqueza de variações, só se desenvolva entre os paralelepípedos cinzentos e ante o cinzento pano de fundo do despotismo: eis o pensamento político secreto da escritura de que faziam parte as fisiologias (BENJAMIN, 1989, p. 35).

O *flâneur* é um detetive, justificativa para a sua “indolência” de observador de tudo a sua volta, o que pode ser comparado ao ofício do artista, do poeta. Os sujeitos experimentam o espaço da cidade por meio de uma percepção apurada.

Para tal a *flanerie* oferece as melhores perspectivas. “O observador – diz Baudelaire – é um príncipe que, por toda a parte, faz uso do seu incógnito”. Desse modo, se o *flâneur* se torna sem querer detetive, socialmente a transformação lhe assenta muito bem, pois justifica a sua ociosidade. Sua indolência é apenas aparente. Nela se esconde a vigilância de um observador que não perde de vista o malfeitor. Assim, o detetive ve abrirem-se a sua autoestima vastos domínios. Desenvolve formas de reagir convenientes ao ritmo da cidade grande. Capta as coisas em pleno voo, podendo assim imaginar-se próximo ao artista (BENJAMIN, 1989, p. 38).

Benjamin, sobre Baudelaire diz que,

Fugindo dos credores, metia-se em cafés ou em círculos de leitura. Aconteceu de habitar dois domicílios ao mesmo tempo, mas, no dia em que o aluguel estava por vencer, pernoitava num terceiro, em casa de amigos. Vagueava, assim, pela cidade, que ha muito já não era a pátria do *flâneur* (BENJAMIN, 1989, p. 44-45).

A arte tem a possibilidade de evidenciar as experiências humanas com o lugar, como colabora Tuan (2013, p. 200), é “uma função da arte literária é dar visibilidade a experiências íntimas, inclusive às de lugar”. Sobretudo a literatura com alusão às pequenas coisas ao redor “que de outro modo passariam despercebidas”(TUAN, 2013, p. 200).

As expressões artísticas são meios pelos quais se apreende a realidade exterior. “A arte e a arquitetura buscam visibilidade. São tentativas de dar forma sensível aos estados de espírito, sentimentos e ritmos da vida diária. A maioria dos lugares não são criações deliberadas, eles são construídos para satisfazer necessidades práticas” (TUAN, 2013, p. 204).

Deste modo, os laços afetivos e práticos que ligam o ser humano à Terra e seus conhecimentos teórico e simbólico são fundamentais para a interpretação do mundo. A Geografia deve ser entendida como meio pelo qual a humanidade realiza a sua existência, o que significa afirmar que a Geografia é o caminho, a “base a partir da qual a consciência se desenvolve [...]” (DARDEL, 2015, p. 48). A consciência humana tem a sua fundação e seu limite na Terra, assim a realidade geográfica humana é o lugar onde se está, onde a presença humana se encontra.

O espaço urbano faz parte das experiências íntimas dos indivíduos, todavia, esta experiência tem se tornado mais supérflua. As percepções dos sujeitos em relação as suas habitações e ruas é que criam afetividade e o sentimento de lugar.

Para Tuan:

A rua onde se mora é parte da experiência íntima de cada um. A unidade maior, o bairro, é um conceito. O sentimento que se tem pela esquina da rua local não se expande automaticamente com o passar do tempo até atingir todo o bairro. O conceito depende da experiência, porém não é uma consequência inevitável da experiência (TUAN, 2013, p. 208).

As relações cidadinas produzem significados que explicam que a “cidade é um lugar, um centro de significados, por excelência. Possui muitos símbolos bem visíveis. Mais ainda, a própria cidade é um símbolo” (TUAN, 2013, p. 211). As ruas são o palco em que os sujeitos dão visibilidade para as suas manifestações afetivas.

Tuan afirma que a cidade-estado da Grécia antiga “era suficientemente pequena para que todas as pessoas pudessem se conhecer pessoalmente” (TUAN, 2013, p. 215). Todavia “a moderna nação-estado é grande demais para ser assim experienciada. É preciso recorrer a meios simbólicos para que a grande nação-estado pareça um lugar concreto – não apenas uma ideia política – pelo qual o povo possa sentir uma profunda afeição” (TUAN, 2013, p. 215). Assim, a moderna cidade necessita essencialmente dos aspectos simbólicos para ser experienciada.

3 O POETA DA CIDADE

Em sua poesia, Mario Quintana expressa sua experiência com a cidade de suas memórias e a cidade que se reconfigura na contemporaneidade. Em sua obra os lugares que não existem mais são exaltados, a cidade atual produz no poeta melancolia e desilusão. Mario Quintana morava em hotéis, lugares coletivos, e se inspirava nas ruas, lugares de passagens, todavia não perdia sua experiência pessoal, por isso mesmo era um *flâneur*. Para Benjamin: “havia o transeunte, que se enfia na multidão, mas havia também o *flâneur*, que precisa de espaço livre e não quer perder sua privacidade” (BENJAMIN, 1989, p. 50).

Merleau-Ponty corrobora,

Assim como a natureza penetra até no centro de minha vida pessoal, e entrelaça-se a ela, os comportamentos também descem na natureza e depositam-se nela sob a forma de um mundo cultural. Não tenho apenas um mundo físico, não vivo somente no ambiente da terra, do ar e da água, tenho em torno de mim estradas, plantações, povoados, ruas, igrejas, utensílios, uma sineta, uma colher, um cachimbo. Cada um desses objetos traz implicitamente a marca da ação humana à qual ele serve (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 465).

No universo de Quintana, quem merece sua atenção é justamente aquilo que no geral os indivíduos não dão valor e até mesmo nem pensam ser dignas de importância. O poeta tinha uma relação de intimidade e confiança com os objetos, os lugares e as coisas. Tudo se tornava poesia. Ele se apropriava do espaço da rua como espaço de vivência e não somente de passagem. Ou seja, valorizava como único e particular o de e para todos. “A Rua da Praia é o meu chão e o meu céu” (CARVALHAL, 1985).

Edgar Morin revela sobre a poesia,

A poesia, que faz parte da literatura e, ao mesmo tempo, é mais que a literatura, leva-nos à dimensão poética da existência humana. Revela que habitamos a Terra, não só prosaicamente – sujeitos à utilidade e à funcionalidade – mas também poeticamente, destinados ao deslumbramento, ao amor, ao êxtase. Pelo poder da linguagem, a poesia nos põe em comunicação com mistério, que está além do dizível (MORIN, 2003, p. 45).

A poesia revela em sua subjetividade o que o poeta apreende do mundo vivido e experiencia pelo desvelamento dos encantos da cidade. Ele revela sua sensibilidade ao reconhecer as cores que pode ter uma cidade. As alterações no aspecto do espaço revelam a mudança da própria sociedade. Mario Quintana evidencia seu raciocínio geográfico desenvolvido e sua representação do vivido

examinado minuciosamente pela diferenciação dos espaços por detalhes singelos em sua estética e sua multiplicidade:

Magias
 Conheço uma cidade azul.
 Conheço uma cidade cor de ferrugem.
 Na primeira, há helicópteros pairando...
 Na segunda, espiam de seus esconderijos os olhos das
 [ratazanas...
 No entanto
 é a mesma cidade
 e,
 onde a gente estiver,
 será sempre uma alma extraviada em labirintos
 [escusos
 ou, então, uma alma perdida de amor...
 Sim! por ser habitado por almas
 é que este nosso mundo é um mundo mágico...
 onde cada coisa - a cada passo que se der
 vai mudando de aspecto...
 de forma...
 de cor...
 Vai mudando de alma! (QUINTANA,1986, s/p)

O autor fala das transformações urbanas de Porto Alegre e a praça agitada como centro da metrópole gaúcha. Pode-se comparar o desenvolvimento industrial e a urbanização “situando” e “ambientando” o cenário da cidade. Esta é palco da modernidade, local onde “homens passam”, mas “nada veem”. Esta é a principal característica do ser humano moderno que perdeu o sentido do *flâneur*. As mudanças provenientes da urbanização, isto é, o crescimento das cidades assustava o poeta e condenava ao desaparecimento muitos lugares outrora estimados. Acompanhou a evolução e a modificação espacial de Porto Alegre, mas preservou afetivamente em sua memória a sua paisagem pretérita:

Urbanística
 Praça pública agitada. Pleno ventre da metrópole.
 A tarde vai morrendo, dolorosamente...
 E eu... eu esmoreço e me fano
 Lentamente, à feição de menina amorosa...
 Homens passam, no entanto, a todo pano,
 Homens que nada veem, positivos, e a rosa
 Pudenda e nua da emoção e não amam...
 Beleza triste dos crepúsculos em prosa,
 Inutilmente, sobre o bruhahá urbano.
 (QUINTANA, 2012, p. 123)

O alerta do poeta direcionado à “meninazinha” se estende aos habitantes da cidade que necessitam “alimentar” os olhos e as percepções com a crítica a estética. A paisagem como alimento para os olhos, ou seja, para a percepção, deve ser preservada em seu aspecto e não totalmente diluído pela transformação e metropolização das cidades:

Passeio suburbano
 Encontrei uma menina
 que me perguntou se era verdade que iam demolir
 [aquele belíssimo pé de figueira.
 Não, ela não disse belíssimo...
 Foi por uma questão de ritmo que acrescentei aqui
 [esse adjetivo inútil.
 Feliz de quem vive ainda no mundo dos substantivos:
 o resto é literatura...
 Sorri-lhe cúmplice
 (e tristemente)
 porque me lembro que em meio ao quintal lá de casa
 havia uma paineira enorme
 (ultrapassava em altura o primeiro andar de meu
 [quarto)
 Quando florescia, era uma glória!
 Talvez fosse ela que impediu que meus sonhos de
 [menino solitário
 tenham sido todos em preto-e-branco.
 Uma glória... Até que um dia
 foi posta abaixo
 simplesmente
 porque prejudicava o desenvolvimento das árvores
 [frutíferas.
 Ora, as árvores frutíferas!
 Bem sabes, meninazinha, que os nossos olhos também
 [precisam de alimento (QUINTANA,1986, s/p).

A obra de Quintana está repleta de signos espaciais e poéticas acerca da cidade, Porto Alegre-RS e a sua rua, a rua dos Andradas, antiga rua da Praia (localização do Hotel Magestic, lugar em que ele viveu até sua morte em 1994) é uma das principais referências do poeta na cidade. A consideração da experiência concreta de estar em casa em relação ao espaço, ou ainda, considerar o espaço como um sujeito em sua poesia são marcas da poesia de Mário Quintana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Henri Lefebvre debate a apropriação da cidade pela mercadoria, em que as ruas são abarcadas pelo consumo. A colonização da imagem da cidade pela

publicidade, informação que está subordinada ao consumo, principalmente nos países subdesenvolvidos. A rua é palco em que a população pobre ganha o sustento para a sobrevivência diária, pois não há segurança do dia de amanhã.

A superação da cidade capitalista e o resgate do frescor das ruas se darão pela transformação dos sujeitos mais autônomos, criativos e politicamente engajados. A cidade idealizada por Lefebvre comportaria a obsolescência do espaço, isto quer dizer que estaria em constante mudança, concebida como obra, subordinada apenas aos desejos de todos os habitantes da cidade. A modelagem do espaço urbano seria realizada coletivamente, pelo movimento, pelo encontro, como o “teatro espontâneo” de valorização da liberdade (LEFEBVRE, 2006, p. 133). O espaço urbano da utopia, segundo Lefebvre, seria o gerido pelos próprios anseios dos sujeitos e apropriado pela coletividade.

A modernidade é apreendida pelos poetas em suas andanças, como se pode analisar tanto na poesia de Baudelaire e Mario Quintana. Eles evidenciam que o espaço da cidade é material riquíssimo para se compreender as transformações da modernidade. Essas transformações são tanto espacialmente, como na mentalidade dos sujeitos que habitam no espaço urbano. “Os poetas encontram na rua o lixo da sociedade e a partir dele fazem sua crítica heroica” (BENJAMIN, 1975, p. 14). Os poetas são heróis, pois desbravam pela arte os descaminhos do sistema capitalista. É necessário resgatar essa vontade de flunar, de percorrer o espaço sem medo.

As expressões da arte são meios pelos quais os sujeitos evidenciam suas vivências, o que como afirma Merleau-Ponty (2011), demonstra mais que o mundo físico, pois demonstram o mundo dos signos e da imaterialidade. A imaginação vai além da realidade percebida, por isso os espaços imaginados extrapolam a evidência sensorial (TUAN, 2013, p. 26).

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire**- um lírico no auge do capitalismo. Tradução de José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989 (Obras escolhidas, v. 3).

_____. **Rua de mão única**. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, v. 2)

_____. **A modernidade e os modernos**. Tradução de Heindrun Krieger Mendes da Silva, Arlete de Brito e Tania Jatobá. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975. (Biblioteca Tempo Universitário, 41)

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar** – A aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti e Marcelo Macca. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda., 1986.

CARVALHAL, T. F. **Mário Quintana dos 8 aos 80**. Porto Alegre: Relatório da Diretoria da Samrig, 1985.

DARDEL, E. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. Tradução: Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2015 [1954].

EAGLETON, T. **Marxismo e crítica literária**. Tradução de Matheus Corrêa. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

KUSTER, E.; PECHMAN, R. **O chamado da cidade**: ensaios sobre a urbanidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

MORIN, E. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2003.

QUINTANA, M. **A cor do invisível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

_____. **Baú de espantos**. Porto Alegre: Editora do Globo, 1986.

TUAN, Yi, FU. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

Texto submetido à Revista em 01.01.2016
Aceito para publicação em 20.09.2016



Mulheres, papéis sociais e processos criativos entre artesãs de brinquedos de miriti

Women, social roles and creative processes among artisans of miriti toys

Amarildo Ferreira Júnior - Doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA/UFPA. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, NAEA/UFPA. E-mail: amarildofjunior@gmail.com.

Larissa Tuane Lima do Nascimento - Graduanda da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará/UFPA. Bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: lariissalima@yahoo.com.br.

Silvio Lima Figueiredo - Professor da Universidade Federal do Pará, NAEA/UFPA. Doutor em Comunicação pela ECA/USP. Pós-doutorado na Université René Descartes - Paris V Sorbonne. Pesquisador do CNPQ. E-mail: slima@ufpa.br.

Resumo

Realiza considerações sobre a inserção e posições das mulheres no Campo de Relações Sociais dos Brinquedos de Miriti de Abaetetuba (Pará/Brasil). Verifica a atuação destas na Associação dos Artesãos de Brinquedos e Artesanatos de Miriti de Abaetetuba (Asamab). Analisa os papéis atribuídos às mulheres e percebe as relações entre a construção ao gênero feminino e a divisão sexual do trabalho entre os seus membros. Verifica-se a existência de diferenças nas características dos papéis atribuídos à mulher e ao homem.

Palavras-chave

Gênero. Artesanato. Brinquedos de Miriti. Processo criativo. Abaetetuba.

Abstract

In this paper, we consider the women's insertion and emplacement into the Field of Social Relations of the Miriti Toys from Abaetetuba (PA, Brazil). We verify their acting inside the Association of Artisans of Miriti's Toys and Handicraft from Abaetetuba (ASAMAB). It aims to analyse assigned roles to women and perceive relations between constructions of female gender and sexual division of labor among its members. We verify the existency of particulars differences attributed to women's and men's roles.

Keywords

Gender. Handicraft. Miriti Toys. Creative Process. Abaetetuba.

INTRODUÇÃO

Em Abaetetuba, município localizado a distância de 51,2 quilômetros de Belém, capital do estado do Pará (região norte do Brasil), há grande concentração de uma palmeira várzea denominada popularmente como miritizeiro¹ (*Mauritia flexuosa* L.f.). Dessa palmeira, são produzidos diversos artefatos – que vão desde cestarias, comidas e licores regionais, à construção de palafitas –, dando-lhe enorme relevância cultural e econômica para a região, pois, apesar de também existir em quase toda América Latina e de ter uma variabilidade de produção e uso em objetos artísticos e artesanais (LIMA, 2009), é neste *locus* que se verifica uma singularidade: a produção, com uma fibra denominada localmente de “bucha”, extraída do pecíolo das folhas da palmeira ainda jovem, dos Brinquedos de Miriti de Abaetetuba² – a partir de agora referidos somente como Brinquedos de Miriti –, cuja esteticidade representa uma forma nutrida pelo devaneio operativo e poetizante da vida amazônica (LOUREIRO, 2012).

Esses brinquedos são analisados aqui como uma expressão artesanal de caráter artístico, uma vez que, em consonância com Lima (2009), apresentam em seu processo de produção, técnicas de feitura majoritariamente manual, sem uso de máquinas, apenas pequenas ferramentas para auxílio na fabricação dos brinquedos (facas, estiletos, pincéis, lixas, tintas, etc.); em contrapartida, é visto como arte, por envolver neste mesmo processo, sentimentos e valores como criatividade e sensibilidade por parte das artesãs e artesãos, além de envolver um conjunto de representações simbólicas do universo abaetetubense, amazônico e ribeirinho, retratando o cotidiano destas famílias, a fauna e a flora em que convivem, além da forte associação à festividade do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, que ocorre em Belém anualmente no mês de outubro (LOUREIRO, 2012).

Silva & Carvalho (2012), Loureiro (2012) e Pavão (2010) estão em comum acordo que a produção dos Brinquedos de Miriti é realizada em núcleos *coletivo-familiares*, denominados por Ferreira Júnior (2015) de *núcleos criativo-familiares*, que se formam em espaços agregadores de criação – os ateliês –, e nos quais pode ocorrer de existir em um mesmo espaço vários grupos familiares trabalhando, no

¹ Em algumas localidades brasileiras, também conhecida como buritizeiro.

² É Loureiro (2012) quem estabelece esta denominação, apontando suas principais características. Dentre as características assinaladas pelo autor, destaca-se a classificação dos Brinquedos de Miriti como um artesanato-artístico; a ênfase em sua capacidade de conversão semiótica, na qual as funções estética e lúdica-utilitária se conjugam dialeticamente; e a afirmação de que são detentores de um tempo comprimido da infância. Assim, e com base na minuciosa descrição que faz dos Brinquedos de Miriti, Loureiro (2012) destaca que tal tipo de uso dado ao miriti em Abaetetuba não é identificado em nenhuma outra localidade em que a palmeira é amplamente utilizada, o que permitiu ao município, anteriormente conhecido como “Terra da Cachaça”, adotar a denominação de “Capital Mundial dos Brinquedos de Miriti”.

interior dos quais se realiza o processo de ensino-aprendizagem desse *métier* a partir da oralidade e da observação.

As técnicas de criação são normalmente divididas em etapas que se baseiam em divisões de tarefas entre os indivíduos que constituem o núcleo familiar, sendo as principais delas: a retirada da matéria-prima pelos ribeirinhos moradores das ilhas ao redor do centro da cidade de Abaetetuba, o entalhamento e o corte, a montagem e colagem das peças, o lixamento e a aplicação de massa e, por fim, a pintura (PAVÃO, 2010).

No entanto, é importante evidenciar que o presente trabalho tem como base de discussão o conceito de *processo criativo* desenvolvido por Ferreira Júnior (2015), para quem o objeto de análise do campo de relações sociais dos Brinquedos de Miriti não se dá apenas sobre os métodos e as técnicas do produto final em si, mas, sobretudo, na apreensão de como determinado

grupo específico de artesãos amazônicos, se organizam socialmente em torno de seu(s) processo(s) de criação e como o conjunto de relações que desenvolvem concorre para a construção social de sua vida associativa (FERREIRA JÚNIOR, 2015, p.22).

Desse modo, analisam-se aqui, a partir do que este autor propõe, as relações sociais que ocasionarão as práticas próprias, o modo de viver e os saberes e fazeres das artesãs e artesãos de Brinquedos de Miriti. Portanto, sempre que for feita referência à categoria *processo criativo*, estaremos nos referindo à compreensão das expressões de relações e estruturas sociais que simbolizam e caracterizam o modo de viver e de socialização destas artesãs e artesãos.

Ademais, este trabalho realiza um inicial recorte de gênero na atuação de uma associação civil, a Associação dos Artesãos de Brinquedos e Artesanatos de Miriti de Abaetetuba (Asamab), com intuito de analisar e realizar considerações sobre a inserção e os papéis atribuídos às mulheres no processo criativo dos Brinquedos de Miriti e nas relações dessas artesãs e desses artesãos com agentes de mercado e estatais, e perceber as relações entre a construção de gênero e a divisão sexual do trabalho entre os seus membros, nas diversas fases do processo criativo.

Nele, também se discute sobre o modo que o trabalho das mulheres é visto e valorado por elas mesmas e por seus companheiros e/ou familiares na produção e comercialização desses brinquedos; apreende-se a perspectiva de gênero que essas mulheres possuem, a forma como se sentem no interior da associação, e como elas se constituem ou podem se constituir em liderança.

Para tanto, as questões de gênero aqui consideradas estarão pautadas na divisão das tarefas, utilizando-se de aproximação com a noção de divisão sexual

do trabalho, na medida em que ambas são consideradas ferramentas conceituais de análise do comportamento de homens e mulheres na sociedade, sobretudo no que se refere à compreensão dos mecanismos de violência simbólica, expressos nas várias formas da dominação masculina (BOURDIEU, 2014).

Propondo análises sócio-históricas e culturais do *status* da mulher no mundo do trabalho sob a restrição de dados coletados através de entrevistas, aplicação de questionário com perguntas diretas e não diretas, além de observações junto às artesãs e aos artesãos de miriti nos diferentes espaços de sociabilidade que estão inseridos (ateliês, associações, feiras e exposições), refletiremos sobre a “suposta” escassez da participação feminina em locais de interesses públicos e de tomadas de decisões por estas artesãs, compreendendo o impacto da ausência e a importância da presença destas mulheres nos processos decisórios das políticas públicas para o grupo em específico.

A intencionalidade do referido corte de gênero deteve-se na percepção de que apesar da produção acadêmica sobre os Brinquedos de Miriti ser crescente nos últimos anos – confira, dentre outros, Santos & Coelho-Ferreira (2012); Santos & Silva (2012); Silva & Carvalho (2012); Santos (2009); e Pontes; Magalhães & Martin (2008) –, a maior parte desses estudos se detém em abordar os diversos usos dados ao miriti ou os artefatos criados, não evidenciando as relações sociais de seus produtores, e, conseqüentemente, também as relações sociais de gênero são pouco ou nada evidenciadas, o que suscita, portanto, a necessidade de adentrar e iniciar uma discussão sobre a presença das mulheres no conjunto dessas relações.

Parte-se, também, do pressuposto de que as práticas e o modo de viver das artesãs e artesãos de miriti situam-se ainda em núcleos de ordem familiar chefiados por homens, que polarizam as posições de destaque, a organização, o controle e manutenção dos núcleos associativos, do processo criativo dos brinquedos e da ocupação dos espaços públicos quando necessário. Além disto, as posições de destaque e direcionamento das atividades, além do espaço público de representação que a Asamab proporciona, se apresentam como domínios masculinos, enquanto às mulheres designam-se atividades de apoio restritas e demarcadas pelo domínio doméstico.

DESENVOLVIMENTO

Esta é uma pesquisa exploratória (GIL, 1999), em que se realiza uma discussão sobre relações sociais de gênero presentes na criação e na vida associativa de um grupo específico de artesãs e artesãos, considerados como agentes que exercem uma atividade com predominância do trabalho manual,

uma vez que o uso de máquinas e ferramentas é apenas acessório, e na qual há uma liberdade individual e criativa daquele que a exerce (CAVALCANTE, 2008), sendo ele também, quem determina o ritmo de produção dos próprios objetos (LIMA, 2009).

Apreendendo as estruturas relacionais nas quais estão inseridos os agentes sociais que aqui se estuda, analisam-se as diversas formas de dominações e práticas específicas deste determinado espaço social – aqui caracterizado pelo Campo de Relações no Artesanato de Miriti de Abaetetuba, doravante somente Campo de Relações –, para assim compreender a posição das mulheres nos espaços de intervenção destes agentes (BOURDIEU, 1989).

Estes espaços de intervenções sociais são aqui visualizados de forma distinta, porém pertencentes a todos os envolvidos neste processo, tendo neles espaços de domínio privado – ateliês, residências – e espaços de domínio público – associações civis. Salienta-se a compreensão do Campo de Relações como amplo, porém, ao visualizar a mulher artesã ali presente, pôde-se orientar a observação, a partir da categorização de alguns agentes sociais que o compõe exposta em Ferreira Júnior (2015), para os seguintes:

a) artesãos de miriti: conjunto das artesãs e artesãos que criam e vendem os Brinquedos de Miriti, seja sob encomenda, em seus ateliês, ou em eventos (feiras, exposições, etc.) locais, regionais, nacionais ou internacionais;

b) familiares: familiares em diversos graus dos artesãos que vivem ou não na mesma residência e que participam de alguma maneira de seu processo de criação e de sua comercialização;

c) assistentes: pessoas que auxiliam os artesãos de miriti durante o processo criativo ou de comercialização e que não estão incluídas na categoria familiares;

d) associações civis: conjunto de organizações e entidades associativas ou sindicais que reúnam artesãos de miriti com objetivo de fortalecê-los comercial e socialmente por meio da defesa e da reivindicação de possíveis direitos.

A coleta de dados origina-se das três etapas de apreensão dos fenômenos sociais que Oliveira (2000) desenvolve – o olhar, o ouvir e o escrever. A preocupação em estudar estas etapas, se dá pela necessidade do pesquisador em compreender a importância de deixar vícios de sentidos “disciplinados” a perceber somente o que lhe convém, lhe deixando escapar o exercício da reflexão sobre a realidade em que se trabalha, para, desnaturalizar assim, eventos e pessoas que parecem naturais (RIBEIRO; SARGES; PINHEIRO, 2013).

Para que isso ocorresse, recorreu-se inicialmente à exploração bibliográfica, direcionada ao entendimento sobre o artesanato de Brinquedos de Miriti; a noção de divisão sexual do trabalho e o *status* da mulher no mundo do trabalho,

sobretudo em contextos sociais com forte presença de atividades artesanais; as relações de poder; sociabilidade; e a noção de *campo* e de *habitus*³.

Foram realizadas diferentes tipos de entrevistas com artesãs e artesãos de miriti. Inicialmente, foram realizadas de forma descontraída, sem grandes abordagens formais, para que dessa forma fosse criada, independente da sexualidade e do gênero de quem falava, uma relação de confiabilidade e respeito mútuo, para que assim também pudessem ser estabelecidas possibilidades de permanência no contexto da pesquisa, pois recai sentimentos de vigilância sobre a pesquisadora, já que muitos olhos a seguem, principalmente dos homens, quando, na procura de conversar com as mulheres de seus núcleos criativos, estavam sempre atentos ao que se conversava.

Com isso, e após os estudos em campo, constata-se que a produção dos brinquedos é de ordem familiar, chefiada majoritariamente por homens, possuindo algumas exceções, em que a mulher estará à frente da produção, em ateliês próprios e compartilhados, nos quais, atualmente, aproximadamente 320 famílias obtêm ou complementam a sua renda com atividades da cadeia de produção e comercialização de artesanatos de miriti⁴. Sendo, dentre eles, 80 artesãs e artesãos ativos associados à Asamab.

Nos dados e informações obtidos nesta investigação, verifica-se a existência de diferenças nas características dos papéis atribuídos à mulher e ao homem – em que geralmente são ocupadas por mulheres aquelas atividades consideradas acessórias e complementares à atividade do artesão principal que direciona e orienta o trabalho realizado no ajuntamento constituído pelo núcleo criativo familiar –, e atualmente, apesar de ainda da persistência nesse contexto social de elementos androcêntricos suficientes para destacar que aí há certa predominância do masculino sobre o feminino, é notório que neste campo de relações existe uma maior intensidade de participação feminina nos núcleos criativo-familiares em todas as etapas de produção do brinquedo e em todas as etapas que tangenciam

³ *Habitus e Campo* baseado em Bourdieu (1989, p. 61-62), em que o primeiro é entendido como uma disposição incorporada “[...] não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional num espaço”, entendimento que se origina da “[...] intenção teórica [...] de sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construções de objecto”, enquanto o segundo reflete “o campo de produção como espaço social de relações objetivas”, indicando uma direção à pesquisa em que se faz necessário ultrapassar a análise intelectual, compreendendo o lócus como espaço universal relativamente autônomo de relações específicas.

⁴ Segundo Ferreira Júnior (2015, p. 177), estima-se que “em torno de 80 famílias estão envolvidas diretamente em seu processo de criação, gerando trabalho e renda para 38 comunidades rurais e urbanas de Abaetetuba, uma economia que, segundo estimam Asamab e Emater, estaria entre dois e quatro milhões de reais, e a preservação de uma área de cerca de 800 hectares”.

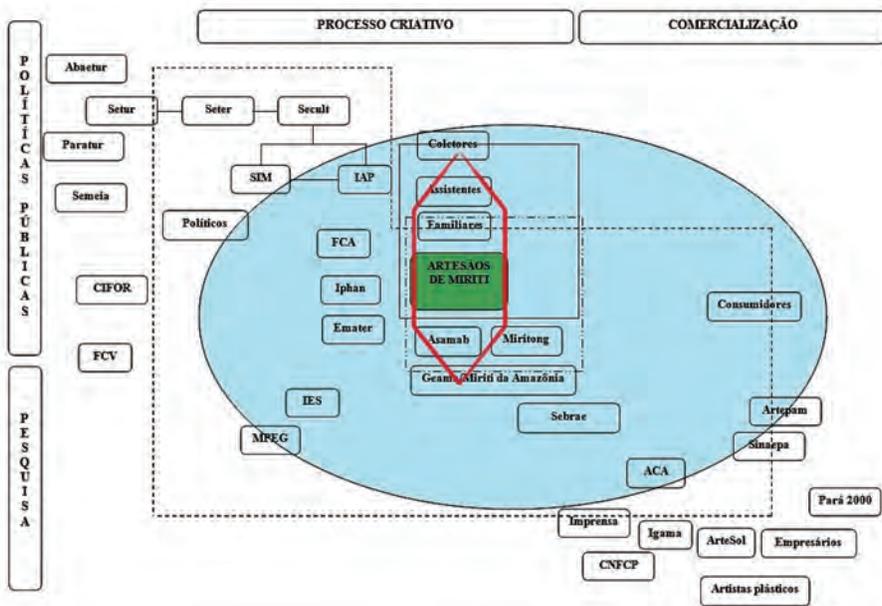
as relações com as arenas públicas que nele se formam⁵, tendo como exemplo a participação intensa das mulheres nas vendas durante as feiras e/ou eventos e, ainda que timidamente, na participação de uma mulher a compor a atual diretoria (2015) da Asamab.

CONCLUSÃO

Este trabalho constitui-se uma pesquisa exploratória destinada a colocar em evidência as relações de gênero presentes na vida associativa e na criação dos Brinquedos de Miriti, tendo como proposta ser a base para a formulação de problemas específicos e hipóteses pesquisáveis a serem testadas em estudos vindouros.

Com base no já exposto neste artigo, tomam-se algumas conclusões:

Imagem 1 - Representação gráfica da estrutura do Campo de Relações no Artesanato de Miriti de Abaetetuba



Fonte: adaptado de Amarildo Ferreira Júnior (2015).

Constata-se, primeiramente, uma intensa participação feminina. No entanto, e para um melhor entendimento, observemos a imagem acima, que

⁵ Para uma discussão sobre a formação de arenas públicas nos campos de produção de cultura, tendo como caso estudado os artesãos de miriti, confira Ferreira Júnior & Figueiredo (2015).

representa o Campo de Relações no Artesanato de Miriti de Abaetetuba, proposto por Ferreira Júnior (2015), em que aqui lhe foi inserida a delimitação em vermelho. Com base nele, pode-se perceber o local em que os agentes sociais deste campo estão dispostos e as relações que mantêm entre si. As mulheres são aqui caracterizadas pelo espaço circunscrito em vermelho, interpretando o contexto das arenas públicas que envolvem todo organograma do planejamento regional, consequentemente das políticas públicas voltadas para estes agentes.

Podendo-se pensar que as arenas públicas podem abrigar as relações de interesses, conflitos e contribuição entre Estado, Iniciativa privada e Sociedade Civil em torno de assuntos específicos, faz-se mister a inserção e participação das mulheres dentro do contexto dessa arena pública e das associações civis, que, pelo que se constatou, é quase restrita ao núcleo familiar.

Para tanto, constata-se também que, apesar da “pretensa” maioria dos homens nessa atividade, há uma intensa participação feminina em diversas etapas, sobretudo na pintura e na comercialização das peças, e o status atribuído à mulher é justificado com base no discurso da tradição e das qualidades próprias e inerentes à condição feminina (delicadeza, sensibilidade, etc).

É necessário pensar que esta pesquisa é passível de conclusões inconclusas, visto o universo de discussões que ainda há de ser feito adiante, mas, a contribuição que aqui se dá, ocorre da sensibilidade em perceber a importância da atuação e do fomento da participação destas mulheres dentro dos espaços de decisões as quais estão sujeitas, pois se constata a presença de um “discurso oculto” entre as artesãs que invalida possíveis argumentos de apatia por parte delas que possam vir a surgir sobre um possível desentendimento das questões burocráticas ou organizacionais perante a associação civil, demonstrando, a partir da pesquisa realizada, que elas, apesar de estarem majoritariamente inseridas no âmbito privado desse conjunto de relações não desconhecem a realidade objetiva em que vivem, ainda que as informações cheguem mediadas pelos seus companheiros participantes das associações civis.

A inserção das mulheres nos processos decisórios e no contato direto com os agentes públicos e privados, tenderia a um possível fortalecimento e um maior respaldo quantitativo e qualitativo das associações civis no que tange reivindicações políticas, válidas por motivos como: a necessidade de atendimento governamental enquanto cidadãs e cidadãos possuidores de direitos e deveres à questão cultural que envolve aspectos econômicos, sociais, ambientais e políticos; e pelo fato Brinquedo de Miriti ser um bem cultural gerador de renda e lucro para economia local e estadual, além de ser reconhecido como patrimônio cultural imaterial do Estado do Pará e ser um bem associado ao Círio de Nazaré.

Enfim, o ponto chave aqui assimilado é a suposição de que o fomento e aceitação da voz e do empoderamento dado às mulheres em um espaço majoritariamente masculino (devido um discurso de *tradição* identificado como patriarcal), insere um discurso novo e por vezes contestador ao que hoje prevalece, possibilitando uma dinamização da forma como os agentes internos se relacionariam entre si, quebrando possíveis ideais de centralização de poder, o que refletiria sobre os agentes externos e possibilitaria uma abertura e um “chamamento” para que novos agentes possam integrar-se às associações civis em busca da melhoria da qualidade de vida e da estabilidade econômica que propõe o estatuto da associação estudada, a Asamab.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Hühner, - 1ª T. – Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014.
- _____. A TTPe dos conceitos de habitus e de campo. In: _____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. P. 59-73.
- CAVALCANTE, I. N. **Os artesãos de Brinquedos de Miriti**: produção e mercado face ao turismo no município de Abaetetuba/Pará. 2008. 109 f. Monografia (Curso de Especialização em Cidades na Amazônia: história, ambiente e cultura) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal, Belém, 2008.
- FERREIRA JÚNIOR, A. **Entalhadores do efêmero**: a vida associativa na criação dos Brinquedos de Miriti de Abaetetuba. 2015. 198 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- FERREIRA JÚNIOR, A.; FIGUEIREDO, S. L. Campos de produção da cultura e suas arenas públicas: discussões a partir de um estudo na Amazônia brasileira. In: ENECULT – ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, XI, 2015, Salvador. **Anais...** [on line]. Salvador: Cult, 2015. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br//modulos/consulta&relatorio/rel_download.asp?nome=65776.pdf>. Acesso em: 16 set. 2015.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. T. São Paulo: Atlas, 1999.
- LIMA, R. G. Arte Popular e Artesanato: falamos da mesma coisa? In: Dossiê, Artes e Humanidades. **Revista Ci. Huma. E Soc. Em Em. Seropédica**, v. 31 n. 1 Janeiro-Junho, p. 95-109. 2009.
- LOUREIRO, J. J. P. **Da Cor do Norte**: Brinquedos de Miriti. Fotos de Jarbas Oliveira; tradução de Hamilton Moura Ribeiro. Fortaleza: Lumiar Comunicação e Consultoria, 2012.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**. 2.ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. UNESP, 2000, p. 17 – 35.

PAVÃO, S. L. Brinquedos de Miriti: marca iconográfica da Amazônia e exposição híbrida de arte e fé no Círio de Nazaré. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 27, 2010, Belém. **Anais...**, 2010.

PONTES, F. A. R.; MAGALHÃES, C. M. C.; MARTIN, W. L. B. Preferências de crianças no Brinquedo de Miriti: a influência do gênero e composição da díade. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 170-178, 2008. Disponível em: <TTP://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822008000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 de janeiro de 2015.

RIBEIRO, J.; SARGES, L.; PINHEIRO, D. A tradição do brinquedo de miriti: notas sobre educação e produção generificada. In: **II SPEBT: Temas, problemas e conhecimentos produzidos, 2013, Abaetetuba/PA**. **Anais...** [on line] Disponível em: <http://www.ufpa.br/cubt/publicacoes/documento/coordacademica/anais.pdf > Acesso em: 22 de janeiro de 2015.

SANTOS, I. N. L.; SILVA; M. F. V. Saberes da tradição na produção de brinquedos de miriti – Patrimônio Cultural. *Revista Educação, Cultura e Sociedade*, Sinop (MT), vol. 2, n. 2, p. 63-77, jul. – dez. 2012. Disponível em: <TTP://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/.../view?...BR>. Acesso em: 22 de janeiro de 2015.

SANTOS, R. S. *Etnobotânica e extrativismo do miriti (Mauritia flexuosa L.f) utilizado no artesanato popular de comunidades ribeirinhas do estuário amazônico*. 2009. 95 f. Dissertação (Mestrado em Botânica Tropical) – Universidade Federal Rural da Amazônia/Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 2009

SANTOS, R. S.; COELHO-FERREIRA, M. **Estudo etnobotânico de Mauritia flexuosa L.f. (Arecaceae) em comunidades ribeirinhas do Município de Abaetetuba, Pará, Brasil**. *Acta Amazonica*, Manaus, vol. 42, n. 1, p. 1-10, mar. 2012. Disponível em <TTP://www.scielo.br/pdf/aa/v42n1/a01v42n1.pdf>. Acesso em: 22 de janeiro de 2015.

SILVA, C. S. Q.; CARVALHO, N. C. A cultura e a educação amazônica na arte dos brinquedos de miriti. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, n. 27, p. 17-32, jan. – abr. 2012. Disponível em: <TTP://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71523347002>. Acesso em: 22 de janeiro de 2015.

Texto submetido à Revista em 29.05.2016
Aceito para publicação em 17.10.2016



A pesca em comunidades ribeirinhas na região do médio rio Madeira, Rondônia

Fishery in riverine communities of the middle Madeira river Rondônia

Carolina Rodrigues da Costa Doria - Professora na Universidade Federal de Rondônia/UNIR, Departamento de Biologia/ Laboratório de Ictiologia e Pesca. Doutora pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA. E-mail: carolinarcdoria@uol.com.br; carolinarcdoria@unir.br

Luiz Fontes Machado Neto - Biólogo. Universidade Federal de Rondônia/UNIR, Laboratório de Ictiologia. E-mail: luizmachadousu@hotmail.com

Suelen Taciane Brasil de Souza - Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. E-mail: suelenbrasil.pesca@gmail.com

Maria Alice Leite Lima - Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Universidade Federal de Rondônia/UNIR, Laboratório de Ictiologia e Pesca. E-mail: alicelima.lima@gmail.com

Resumo

A importância da pesca na unidade familiar de produção (UFP) e a delimitação dos fatores que a influenciam constituem o hiato na caracterização da atividade em regiões da Amazônia sob influência de impactos de grandes projetos. Este estudo avaliou a dinâmica e a importância da pesca em UFP de comunidades ribeirinhas à jusante da cachoeira do Teotônio (rio Madeira) e a influência na composição e abundância das espécies capturadas, de fatores ambientais, distância dos mercados e destinação da captura. Entre agosto/2009 e julho/2010 (período pré reservatório), 23 famílias registraram informações diárias da atividade que permitiram analisar a captura total e específica de pescado consumido e comercializado e o esforço de pesca. Os resultados demonstraram a importância da pesca familiar (produção média: $2.403 \pm 2.261 \text{ kg} \cdot \text{família}^{-1} \cdot \text{ano}^{-1}$; e do consumo médio *per capita*: $440 \text{ g} \cdot \text{dia}^{-1}$) e padrões entre as comunidades que refletem ambos os fatores ambientais, distância do pescado consumidor e destino da captura.

Palavras-chave

Recursos Pesqueiros. Consumo do Pescado. Composição Específica. Amazônia.

Abstract

The fisheries importance in the family unit of production and the identification of factors that influence it, make up the gap in the characterization of the activity in the Amazon region under the impendence of large projects impacts. This study evaluated and compared the dynamics and the importance of fishing in the family unit in riverside communities downstream of Santo Antonio Dam (Madeira River) and, the influence of environmental, isolation and fishing destination in the composition and abundance of the catch. Between August/2009 and July/2010 (pre-dam period), 23 families recorded daily information about the activity to analyze the total catch, monthly and specific fish consumed and marketed and fishing effort. The results show the importance of family fishing (average production: $2.403 \pm 2.261 \text{ kg} \cdot \text{family} \cdot \text{year}^{-1}$; consumption per capita: $440 \text{ g} \cdot \text{day}^{-1}$) and that differences between communities are related to both destination, isolation and environmental factors.

Keywords

Fishery Resources. Fish Consumption and Species Composition. Amazon.

INTRODUÇÃO

A atividade pesqueira na Amazônia sempre foi destaque no contexto econômico e social, tornando-se uma das principais atividades extrativistas da região (SMITH, 1979; SANTOS et al., 1991; SANTOS; FERREIRA, 1999). Além do mais, envolve o maior contingente populacional de trabalhadores (FABRÉ; ALONSO, 1998), estimados em 368.000 pescadores que exercem a pesca artesanal de pequena escala (MPA 2010).

A importância e a dinâmica da atividade na Amazônia são demonstradas em vários trabalhos (SMITH, 1979; ISAAC; BARTHEM, 1995; ISAAC; RUFFINO, 2000; GONÇALVES; BATISTA, 2008) e alguns destacaram a bacia do rio Madeira (GOULDING, 1979; SANTOS, 1986/1987; CARDOSO; FREITAS, 2007; DORIA et al., 2012). Entretanto, estes estudos avaliaram principalmente os desembarques realizados nos grandes mercados pesqueiros do eixo principal nos rios Solimões/Amazonas, limitando o entendimento da pesca nos tributários do rio Amazonas (CARDOSO; FREITAS, 2012; INOMATA; FREITAS, 2015) e em suas comunidades ribeirinhas¹ onde a atividade é realizada (LIMA; DORIA; FREITAS, 2012).

As práticas produtivas e os hábitos dessas comunidades possuem grande relação com a natureza e seus ciclos naturais (RÊGO, 1999). Especialmente a pesca, que em ambientes amazônicos é diretamente influenciada pelo ciclo hidrológico regional (JUNK 1989; BATISTA; ISAAC, VIANA, 2004). A dinâmica da atividade pesqueira desenvolvida na Amazônia apresenta diferenças não somente em função das características ambientais, mas também em função das características dos atores, das espécies exploradas, dos apetrechos e das embarcações utilizados, do destino final da produção, bem como da demanda e da proximidade do mercado consumidor (ISAAC; RUFFINO; MELO, 2000; SANTOS; SANTOS, 2005; CARDOSO; FREITAS, 2007; ISAAC; ALMEIDA, 2011, ISAAC et al., 2015). Estas características também afetam o padrão alimentar e o consumo do pescado das comunidades ribeirinhas e urbanas. As escolhas alimentares podem variar de acordo com: acesso a diferentes itens alimentares, a sazonalidade do recurso, bem como as condições socioeconômicas e/ou culturais (SILVIA; BEGOSSI, 2009; ISAAC et al., 2015).

Na Amazônia, o consumo do pescado é mais intenso em áreas isoladas dos grandes centros porque estão sujeitas a altos custos de transporte para o uso

¹ Reconhecidas como comunidades tradicionais no Decreto Presidencial nº 6.040 (BRASIL, 2007), as comunidades ribeirinhas têm a pesca artesanal como principal atividade econômica, além disso, podem desenvolver outras atividades extrativistas e de subsistência na unidade de produção familiar (NEVES, 2005).

de bens e serviços das áreas urbanas (ISAAC et al., 2015). Nas comunidades mais próximas dos centros urbanos o consumo do pescado diminui em proporção com os demais tipos de proteína animal, devido a facilidade de acesso a outros produtos nos mercados locais, provocando também menor dependência dos recursos naturais (MURRIETA et al., 2008; COSTA et al., 2013).

Entender como essas diferenças afetam a dinâmica da pesca e o consumo do pescado nas comunidades, pode oferecer informações sobre abundância e diversidade dos recursos naturais disponíveis no ambiente, bem como gerar indicadores de conservação (ISAAC et al., 2015) e subsidiar propostas de manejo que visem a sustentabilidade da atividade pesqueira na região.

A falta de acompanhamento da pesca de subsistência e comercial na unidade familiar de produção e a delimitação dos fatores que a influenciam, ao longo dos tributários do rio Amazonas, fazem parte do hiato na caracterização desta atividade na região (CARDOSO; FREITAS, 2012; LIMA et al., 2012; INOMATA; FREITAS, 2015). Diante do exposto, o rio Madeira (Rondônia) foi escolhido como estudo de caso, com os objetivos de: i) avaliar e comparar a dinâmica e a importância socioeconômica da atividade pesqueira na unidade familiar de produção em comunidades ribeirinhas e; ii) comparar a influência na composição e abundância das espécies capturadas de fatores ambientais (nível hidrológico e ambientes de pesca), distância do mercado consumidor e destino do pescado (subsistência ou comercialização).

MATERIAL E MÉTODOS

A sub-bacia do rio Madeira ocupa 20% da área total da bacia Amazônica e é uma das regiões mais complexas do ponto de vista geográfico, com cabeceiras localizadas na região Andina (da Bolívia e do Peru) e sua maior extensão situada nas regiões amazônicas mais baixas, até 300 m de altitude (GOULDING, 1979).

Águas brancas e a existência de extenso trecho encachoeirado na sua porção média, são características marcantes desse rio (CELLA-RIBEIRO et al., 2013). As águas brancas são resultado do processo de intemperização dos sedimentos andinos, que conferem grande quantidade de elementos sólidos dissolvidos e em suspensão (SIOLI, 1968).

O potencial hidroelétrico de duas das 18 cachoeiras do rio Madeira (cachoeira do Santo Antônio e Caldeirão do Inferno) foi identificado na década de 1980 e atualmente está sendo explorado por duas grandes usinas hidroelétricas (UHE): Santo Antônio e Jirau (ELETROBRAS, 1987). As quais tiveram o início da operação e fechamento dos reservatórios em setembro 2011 e novembro 2012, respectivamente.

A cachoeira do Teotônio, atualmente área do reservatório da UHE Santo Antônio, destacava-se antes da construção das usinas, como uma das maiores e mais imponentes corredeiras do trecho, com efeito sobre a estrutura das comunidades ícticas da região (TORRENTE-VILARA et al., 2011).

Na porção à montante da cachoeira Teotônio, o rio Madeira apresenta um canal fortemente encaixado e afluentes com planícies alagáveis estreitas e dinâmica sazonal típica de igarapés. À jusante, o rio apresenta áreas típicas de planície de inundação, tornando-se mais largo e menos encaixado, assemelhando-se, em parte, às áreas de planícies inundáveis da Amazônia Central (SOUZA-FILHO et al., 1999).

A pesca exercida na região do rio Madeira pode ser classificada como pesca artesanal de pequena escala e apresenta características comuns a outras áreas da Amazônia: multiespecífica, multiaparelhada e sazonal (DORIA et al., 2012). É praticada principalmente em pequenas canoas e barcos de madeira (de até 12 m de comprimento); com redes de emalhar (utilizadas em 45% das capturas) e “caçoeiras” (redes de emalhar longa e alta colocada a deriva no meio do rio; utilizadas em 20% das capturas) (DORIA et al., 2015). Os pescadores tem dedicação parcial ou exclusiva à pesca e destinam a produção à comercialização nos mercados regionais, mais ou menos distantes (CARDOSO; FREITAS, 2007; DORIA et al., 2012)

Nos limites geográficos do estado de Rondônia, o rio Madeira apresentava, em 2009, 1.552 pescadores, de acordo com os registros da Colônia de Pescadores de Porto Velho, distribuídos em 79 comunidades ribeirinhas (Correspondência oficial da Colônia de Pescadores de Porto Velho (RO), Tenente Santana - Z1, ao LIP/UNIR em 2009). Na porção do rio Madeira à jusante da cachoeira do Teotônio, estão localizadas 46 destas comunidades, com um número variado de pescadores (de 1 a 220 pescadores cada), as quais englobam cerca 72% dos pescadores registrados (1.130 pescadores) na colônia para a região. Vale ressaltar que esse valor pode ser menor, uma vez que no Brasil é comum haver diferença entre o número de pescadores registrados nas colônias e o número de pescadores realmente ativos, visto que alguns indivíduos têm atuação esporádica e outros registram-se para obter benefícios sociais (DAMASIO et al., 2015).

O Laboratório de Ictiologia e Pesca da Universidade Federal de Rondônia (LIP/UNIR), no escopo do Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira da Santo Antônio Energia, realizou o monitoramento comunitário da pesca na unidade familiar de produção em 24 pequenas comunidades ribeirinhas, que possuíam em média 20 pescadores registrados na Colônia de Pescadores de Porto Velho.

A seleção dos pescadores para realizar o monitoramento comunitário da pesca na unidade familiar considerou como amostra o mínimo de 10% do número total de pescadores registrados na Colônia de Pescadores em cada comunidade, bem como a disponibilidade e o interesse de participação voluntária de cada família.

O programa iniciou em abril de 2009 com 60 famílias registradas na área à jusante da cachoeira do Teotônio. Devido à desistência e à dificuldade apresentada por alguns pescadores em realizar o próprio registro diariamente, selecionaram-se cinco comunidades (dentre as 24), considerando a qualidade dos registros durante um ciclo hidrológico, o ambiente de pesca (lacustre e/ou fluvial) e a distância de cada comunidade ao porto de desembarque pesqueiro, denominado Cai N'água, localizado na área urbana de Porto Velho (entre 50, 100 e 150 km de distância). As comunidades selecionadas foram Bom Jardim, Terra Caída, Boa Vitória, Papagaios e Cuniã (Figura 1 e Tabela 1).

Figura 1. Localização geográfica das comunidades alvo deste estudo

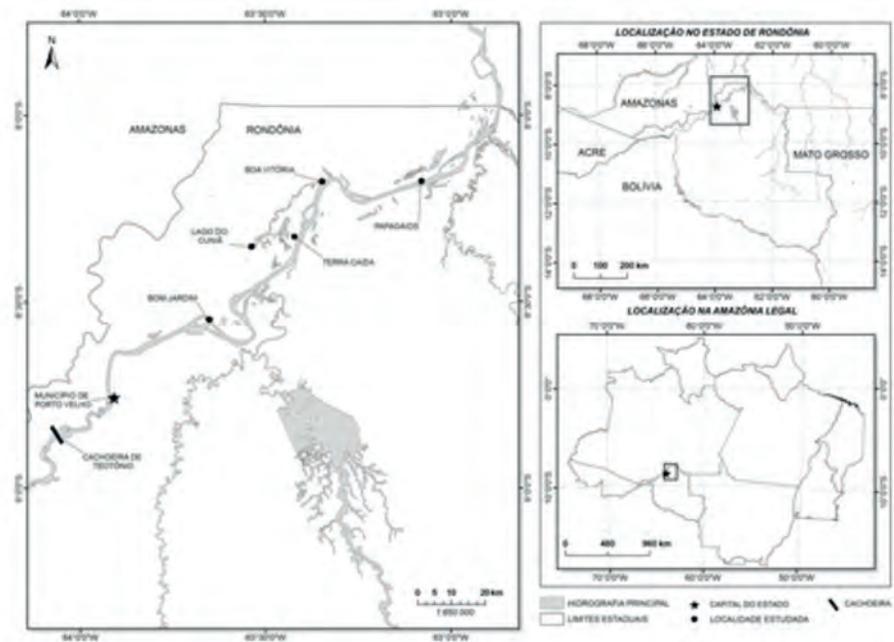


Tabela 1. Número de pescadores registrados na Colônia de Pescadores de Porto Velho nas comunidades estudadas (em 2009), número de pescadores que participaram do estudo, principal ambiente de pesca e a distância da comunidade do porto de desembarque em Porto Velho

Comunidades	Número de pescadores			
	Registrados na Colônia de Pescadores	Participantes do estudo	Ambiente de pesca	Distância do porto de desembarque (km)
Bom Jardim	10	5	fluvial	45,28
Terra Caída	33	3	fluvial, lacustre	99,55
Boa Vitória	13	4	fluvial, lacustre	120,11
Papagaios	25	3	fluvial, lacustre	150,15
Cuniã	80	8	lacustre	158,54

Estas comunidades ribeirinhas apresentam pequeno número de habitantes (Bom Jardim, Terra Caída, Boa Vitória e Papagaios tem menos que 100 habitantes e Cuniã cerca de 400 habitantes – informação oral do chefe distrital de cada localidade). Estes habitantes vivem especialmente da agricultura de subsistência e do extrativismo vegetal e animal, com destaque para a pesca. A comunidade de Bom Jardim está às margens do rio Madeira e mais próxima do centro urbano de Porto Velho (45,28 km) com acesso terrestre e fluvial. As demais comunidades também estão localizadas as margens do rio Madeira, mas estão distantes do centro urbano (≥ 100 km) e possui somente acesso fluvial à Porto Velho. Cuniã está inserida na Reserva Extativista do lago Cuniã e Terra Caída está no entorno desta (Tabela 1).

Foram selecionadas 23 famílias das cinco comunidades, que corresponderam a 59 pescadores dos 161 registrados para as localidades, representando 5,3% do total de pescadores registrados para toda a área à jusante (Tabela 1). Os pescadores e familiares receberam treinamento e material de coleta composto por: balança digital, fita métrica, lápis, borracha, caneta e fichas para os registros da captura de pescado.

O registro foi feito diariamente por um membro da família e recolhido mensalmente por um pesquisador do LIP/UNIR, no período de agosto de 2009 a julho de 2010 (anterior à construção do reservatório). Foram obtidas informações sobre as espécies capturadas e a quantidade de pescado (kg) destinado ao consumo e à comercialização.

Para a análise da importância socioeconômica da atividade pesqueira, foram aplicados questionários semiestruturados a um membro das famílias de pescadores nas comunidades estudadas, no período de abril a outubro de 2009. As famílias entrevistadas foram escolhidas de forma aleatória e as entrevistas realizadas voluntariamente, englobando outras famílias além das selecionadas para realizar o registro diário da pesca. No total foram entrevistados 132 indivíduos, dos 161 registrados nas cinco comunidades (correspondendo a 12% dos pescadores registrados na colônia para toda a área à jusante). As questões utilizadas permitiram obter as seguintes informações: número de pessoas e pescadores por família, atividades econômicas complementares desenvolvidas e rendimento médio mensal com a pesca e com outras atividades produtivas.

A identificação taxonômica do pescado registrado pelos pescadores considerou a lista de espécies comerciais identificadas para esta região da bacia do rio Madeira por Doria et al. (2012). Quando necessário e/ou quando surgia um novo registro, os exemplares eram coletados e tinham sua classificação taxonômica confirmada pela equipe de taxonomistas do LIP/UNIR, considerando Queiroz et al. (2013). Não foi possível a identificação das espécies inseridas dentro do grupo de pescado denominado de “salada”, por incluir mais de uma espécie não identificada no registro.

O consumo de pescado per capita¹.dia⁻¹ foi estimado com base nos dados registrados do total capturado (sem eviscerar) destinado ao consumo diário, levando em consideração o número de pessoas de cada uma das 23 famílias avaliadas. Considerando que 40% do pescado destinado ao consumo equivalem a vísceras, ossos, pele e escamas, que na maioria das vezes não são utilizados na alimentação (SMITH 1979; CERDEIRA; RUFFINO, ISAAC, 1997), excluiu-se este percentual para obtenção do consumo per capita eviscerado.

Os períodos hidrológicos na porção alta e média do rio Madeira foram estabelecidos da seguinte forma: novembro a janeiro (enchente), fevereiro a abril (cheia), maio a julho (vazante) e agosto a outubro (seca) (TORRENTE-VILARA et al., 2011). A relação entre os valores de produção mensal para as comunidades (agrupadas ou não) e o valor médio mensal das cotas hidrológicas (centímetros) do rio Madeira na estação de Porto Velho (ANA, 2013) foi analisada utilizando-se o método de regressão linear simples, com auxílio do software Statistica 7.1 (STATSOFT, 2005).

A estimativa da Captura por Unidade de Esforço (CPUE) foi realizada de acordo com a equação: $CPUE = \text{kg} \cdot (\text{família} \cdot \text{dia})^{-1}$, onde: kg = produção de pescado capturado por ano; família = número de famílias e dia = dias de pesca. A coleta de dados não permitiu a estratificação por aparelhos de pesca, contudo

consideramos que a maior parte das capturas na região são feitas com rede de emalhar, de acordo com Doria et al. (2015).

A diferença da CPUE entre as comunidades foi avaliada por meio de teste não paramétrico de Kruskal Wallis sobre os valores médios mensais dessa variável. A escolha deste teste foi efetuada com base no resultado de análise de normalidade e homocedasticidade dos dados, realizadas pelos testes de Shapiro-Wilk e de Levene, respectivamente. Todos os testes estatísticos foram realizados com auxílio do *software* Statistica 7.1 e o nível de significância adotado foi de $p < 0,05$. Posteriormente foi realizado o teste post hoc Nemenyi, para verificar diferenças múltiplas entre as médias das localidades, utilizando o programa estatístico R (R DEVELOPMENT CORE TEAM, 2011).

A composição de espécies capturadas entre as comunidades foi avaliada por meio da análise de dissimilaridade. A construção da matriz de dissimilaridade entre as cinco comunidades foi realizada por meio do coeficiente de Bray Curtis para os dados de produção (kg) anual das espécies para cada comunidade. Estes valores de produção foram extraídos do banco de dados on-line e organizados em planilha eletrônica e posteriormente utilizados no *software* Palaeontological Statistics (PAST) (HAMMER; HARPER; RIAN, 2001).

RESULTADOS

A análise dos questionários do perfil socioeconômico indicou que as famílias são formadas em média por 5,28 indivíduos e destes, dois são pescadores. Os pescadores se dedicaram à pesca em média 15,3 dias por mês, entretanto os valores variaram entre as famílias e entre as comunidades. Estas variações foram observadas também para a renda declarada, que foi em média R\$ 408,07 para a pesca e R\$ 485,41 para outras atividades econômicas (como agricultura, por exemplo). As comunidades de Terra Caída e Papagaios apresentaram os maiores valores de renda obtidos com a pesca e com outras atividades. Considerando as comunidades agrupadas a pesca correspondeu aproximadamente a 40% da renda familiar. Os pescadores, em sua maioria (78%), declararam que a agricultura era a principal alternativa de renda exercida em conjunto com a pesca (Tabela 2).

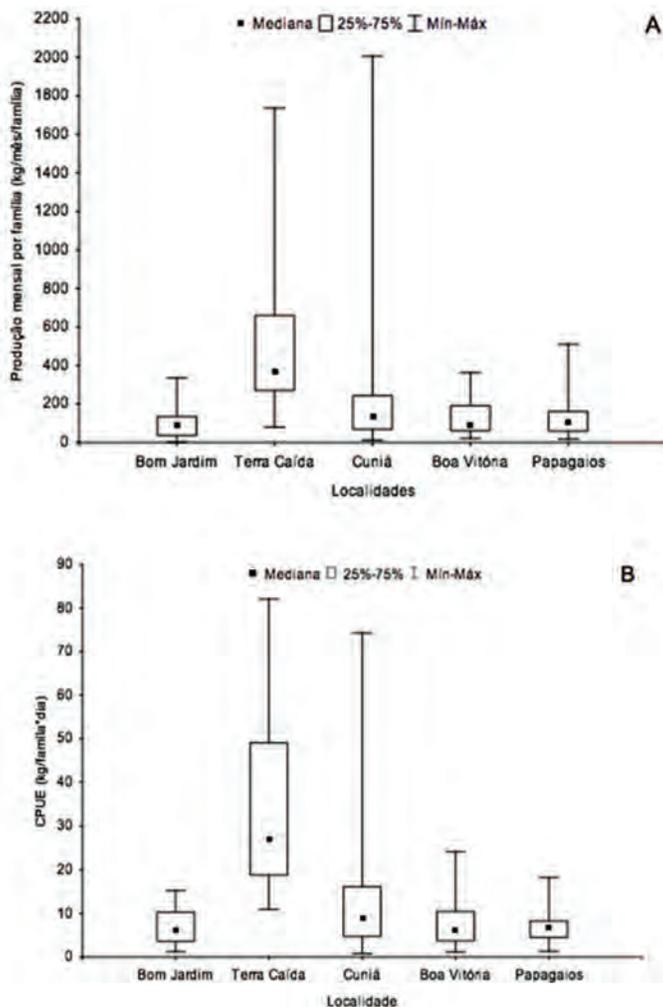
Tabela 2. Perfil da família do pescador quanto ao número de pessoas da família (número de pescadores na família), média do total de dias dedicados à pesca por família mensalmente; renda média declarada obtida com a pesca e com outras atividades e frequência (%) de entrevistados que se dedicam a agricultura

Comunidades	Entrevistados (N)	Número de pessoas da família (pescadores)	Média de dias de pesca: família ⁻¹ mês ⁻¹	Renda média declarada		Frequência (%) de entrevistados dedicados à agricultura
				Pesca (R\$)	Outras atividades (R\$)	
Bom Jardim	15	6 (2)	14,22	396,66	591,81	73
Cuniã	55	5 (2)	16,47	273,27	297,62	68
Terra Caída	24	5 (2)	14,16	720,62	783,25	83
Boa Vitória	17	5 (2)	17,35	267,64	302,81	89
Papagaios	21	5 (2)	14,22	535,75	785,90	75
Média total (D.P.)		5,28 (2)	15,3	408,70 (±212,13)	485,41 (±282,84)	78

A Produção Média Anual (PMA) das famílias amostradas no período de estudo foi de 2.403 kg. família⁻¹.ano⁻¹ (N=23 ± 2.261), com média mensal de 220 kg. família⁻¹.mês⁻¹ (N=235 ± 430 kg. família⁻¹.mês⁻¹). Entre as comunidades a PMA foi diferente com destaque para Terra caída que apresentou maiores valores (Figura 2 e Tabela 3). Terra Caída também apresentou o maior valor da CPUE 55,7 kg.família⁻¹.dia⁻¹. Entre os menores valores estão as comunidades de Papagaios e Cuniã que registraram 3,7 e 3,2 kg. família⁻¹.dia⁻¹, respectivamente (Figura 3). Os valores de mediana da CPUE entre as comunidades variaram de 6,88 a 34 kg. família⁻¹.dia⁻¹. O teste de Kruskal Wallis comprovou diferença entre as comunidades para a CPUE, com os maiores valores observados em Terra Caída (Kruskal H = 29,51; p < 0,001) (Figura 2). E de acordo com o teste post hoc Nemenyi, os valores médios tanto de produção (kg) quanto CPUE de Terra Caída (p<0,005) diferiram de todas as demais localidades. Outra diferença observada foi que Cuniã apresentou médias de produções (kg) maiores (p<0,005) que Bom Jardim.

A captura mensal para todas as comunidades variou em função do nível hidrológico e apresentou picos de produção entre os meses de agosto e outubro de 2009 e de maio a julho de 2010, correspondendo aos períodos de seca e vazante, respectivamente (R²=0,60; p<0,005) (Figura 2A).

Figura 2. Mediana, desvio padrão e mínimo e máximo da (A) produção (kg) H:63 $P < 0,001$ e (B) Captura por Unidade de Esforço (kg/família*dia) H:79 $P < 0,001$ das comunidades acompanhadas durante o período de agosto de 2009 a julho de 2010.

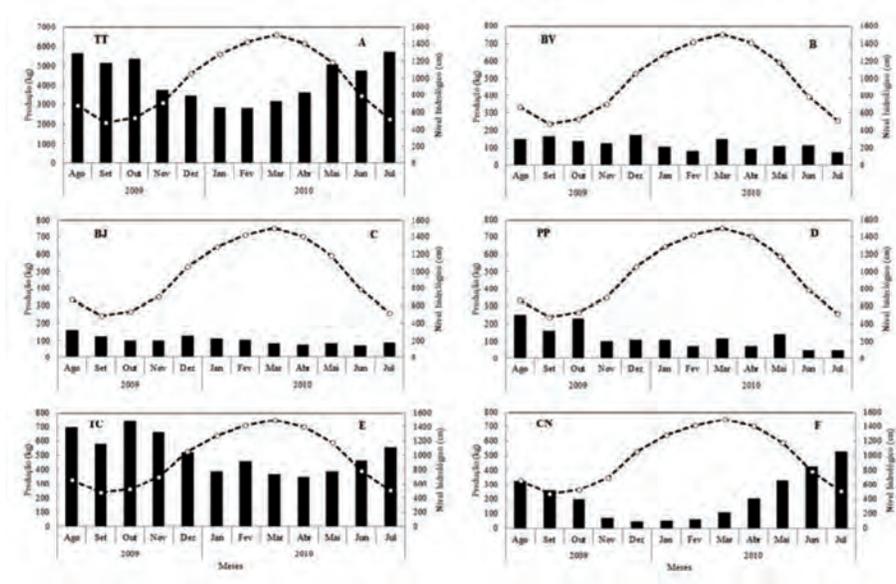


Quando as comunidades foram avaliadas separadamente, esse padrão se repete em Terra Caída, na qual a relação foi significativa ($R^2=0,65$; $p < 0,001$; Figura 2E) e para a comunidade do Cuniã, apesar de não apresentar diferença significativa ($R^2=0,20$; $p > 0,05$). Nas demais comunidades, a captura foi menor e não apresentou variações acentuadas ao longo do ano, o que pode justificar o fato da relação não ter sido significativa (Boa Vitória, $R^2=-0,03$; $p > 0,05$; Bom Jardim,

$R^2=0,02$; $p>0,05$; Papagaios $R^2=0,03$; $p>0,05$). O nível hidrológico apresentou menor cota no mês de setembro (476,5 cm) e maior valor no mês de março (1.498,0 cm) (Figura 3).

A produção média mensal das comunidades localizadas nas margens do rio Madeira, seu principal ambiente de pesca, apresentou variações sazonais semelhantes, em que os maiores volumes de captura ocorrem entre os meses de agosto a dezembro, período de transição entre vazante e enchente. Já a comunidade do Cuniã, localizada nas margens do lago Cuniã, apresentou maior valor de produção no mês de julho e menor em dezembro, períodos de vazante e enchente, respectivamente (Figura 3).

Figura 3. Produção mensal total nas cinco comunidades estudadas (TT) e produção média mensal em cada comunidade, (BJ) Bom Jardim; (TC) Terra Caída; (BV) Boa Vitória; (PP) Papagaios e (CN) Cuniã, no período de agosto de 2009 a julho de 2010



Considerando todas as comunidades, a média percentual de pescado destinado para comercialização foi 81% da captura registrada por família, e 19% foi destinado ao consumo. O consumo per capita médio foi de 440 g.dia⁻¹, mas se considerado o peso do pescado eviscerado esse valor decresce para 320 g.dia⁻¹. O que representa um consumo per capita de 83,22 kg pescado por ano. Avaliando as localidades separadamente, observou-se diferenças numéricas tanto no consumo per capita diário quanto nos percentuais destinados à subsistência e à comercialização. As localidades de Terra Caída e Papagaios apresentaram os

maiores valores de percentual da captura destinada à comercialização. Enquanto que o maior valor de consumo per capita diária foi observado na comunidade do Cuniã (Tabela 3).

Tabela 3. Percentual da captura destinada à comercialização e à subsistência, e consumo per capita diário médio (g.dia⁻¹) por localidade estudada

Variável	Localidades					
	Bom Jardim	Terra Caída	Boa Vitória	Papagaios	Cuniã	Média
Produção anual por família (kg) média	1151	5835	2266	1471	1293	2403
Percentual da captura destinado (%):						
Comercialização	60	96	76	93	80	81
Consumo	40	4	24	7	20	19
Consumo <i>per capita</i> diário médio (g.dia ⁻¹)	0,46	0,27	0,44	0,32	0,71	0,44

Nota: Os maiores valores estão em negrito

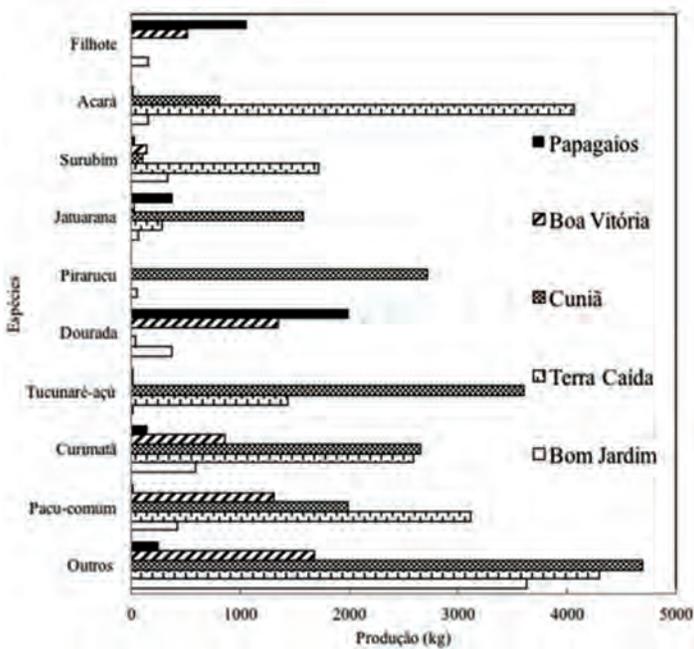
Durante o período estudado, foram citadas 43 espécies ou grupo de espécies nos registros de captura entre as comunidades acompanhadas (Apêndice 1). O número de espécies capturadas variou de acordo com a comunidade avaliada, evidenciando a especificidade das pescarias. A comunidade com maior número de espécies foi Bom Jardim, com total de 32 espécies, seguida por Boa Vitória com 29, Cuniã com 25, Terra Caída com 23 e Papagaios com 20.

A ordem dos Siluriformes foi a mais representativa nas comunidades de Bom Jardim, Boa Vitória e Papagaios representando, respectivamente, 63%, 53% e 84% da captura. Já as ordens dos Characiformes e Perciformes foram mais importantes nas comunidades com pesca em ambiente lacustre: Terra Caída e Cuniã. Na primeira, 48% e 32% da captura foram espécies de Characiformes e Perciformes, respectivamente, e no Cuniã estes grupos representaram 53% e 24% da captura.

De modo geral, nove espécies ou grupos de espécies foram responsáveis por cerca de 70% da captura total (Figura 4). Entre os Siluriformes, destacaram-se a dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*), com maiores capturas em Papagaios (1,9 t) e em Boa Vitória (1,3 t); o filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), em Papagaios (1,0 t) e em Boa Vitória (0,5 t) e o surubim (*Pseudoplatystoma faciatum*) em Terra Caída (1,7 t) e Bom Jardim (0,3 t). Dentre os Characiformes destacaram-se a curimatã (*Prochilodus nigricans*) no Cuniã e em Terra Caída, onde foram registrados 2,60 e 2,5 t da espécie, respectivamente; o pacu comum (*Mylossoma duriventre*)

em Terra Caída (2,6 t), no Cuniã (1,9) e em Boa Vitória (1,3 t). A jatuarana (*Brycon amazonicus*) foi a espécie mais capturada no Cuniã, com 1,5 t. Entre os Perciformes, destacaram-se o tucunaré-açu (*Cichla pleiozona*) em Terra Caída e no Cuniã, onde foram capturados 1,4 e 3,6 t, respectivamente; o acará (*Astronotus sp*) em Terra Caída correspondeu a 4 t e no Cuniã 0,8 t. O pirarucu (*Arapaima gigas*) foi destaque no Cuniã com captura de 2,7 t, demonstrando sua importância econômica para a comunidade.

Figura 4. Produção total (kg) das 9 espécies mais capturadas pelas famílias por comunidades, durante o período de agosto de 2009 a julho de 2010



A análise da composição específica entre as comunidades, levando em consideração os dados de produção (kg) por espécie, resultou na formação de dois grupos principais e um subgrupo. O primeiro grupo foi composto por Terra Caída e Cuniã (próximo ao nível de similaridade de 56%) e o segundo grupo foi formado por Papagaios, Boa Vitória e Bom Jardim (próximo ao nível de similaridade de 33%). Estas duas últimas comunidades formaram um subgrupo com nível de similaridade próximo de 45% (Figura 5). Os agrupamentos não refletem a distância das comunidades com o mercado consumidor, visto que comunidades mais distantes como Papagaios e Boa Vitória estão agrupadas com a comunidade mais próxima do centro urbano de Porto Velho, que é Bom Jardim (Tabela 1).

A análise sazonal da composição das capturas, considerando o grupo com maior representatividade nas capturas nas comunidades estudadas (espécies com produção >1% da captura total), mostrou que houve variações entre os períodos hidrológicos (Tabela 4). O pacu e o curimatã ocorrem e são predominantes durante o ano todo, porém a captura do pacu foi maior durante a enchente do rio, e a do curimatã durante a vazante. Outras espécies têm os maiores valores de captura limitados a alguns períodos. A dourada, por exemplo, apresentou maior valor de captura no período da enchente; o tucunaré na cheia e na vazante e o pirarucu na vazante e na seca.

Figura 5. Análise de agrupamento para valores de dissimilaridade na composição da produção específica nas comunidades de Terra Caída (TC), Cuniã (CN), Boa Vitória (BV), Bom Jardim (BJ) e Papagaios (PP). Coeficiente de correlação cofenética $r_c = 0.86$

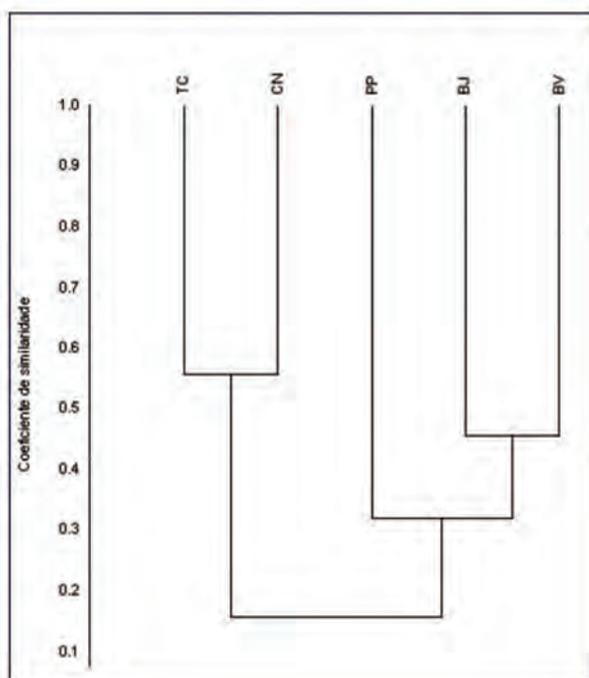


Tabela 4. Variação sazonal por período hidrológico da composição das capturas, produção específica (kg) e percentual, registrada nas comunidade estudadas

Categoria de pescado	Seca		Enchente		Cheia		Vazante	
	kg	%	kg	%	kg	%	kg	%
Pacu-comum	1464	11	1.383	20	1972	13	2025	13
Curimatã	1480	11	491	7	1893	13	2964	18
Tucunaré-açu	852	7	182	3	1426	9	2591	16
Acará	1363	10	641	9	2135	14	891	6
Dourada	919	7	1.567	23	590	4	662	4
Pirarucu	1361	10	42	1	0	-	1370	8
Jatuarana	449	3	73	1	1243	8	569	4
Surubim	364	3	111	2	895	6	935	6
Filhote	890	7	367	5	187	1	279	2
Outras	3922	30	1.980	29	4763	32	3852	24
Produção total	13064		6836		15103		16138	

Na análise da produção total (kg) e relativa (%) das categorias de pescado destinadas ao consumo e à comercialização nas comunidades estudadas, observou-se que algumas categorias são destinadas exclusivamente à comercialização especialmente as representantes do grupo dos bagres Siluriformes (*dourada-Brachyplatystoma rousseauxii*; fillhote - *Brachyplatystoma filamentosum*) e o pirarucu (*Araipama gigas*). Dentre as categorias destinadas exclusivamente ao consumo estão a piranha (*Serrasalmus* sp.) e o mandi (*Pimelodus* aff. *blochii*).

Tabela 5. Produção total (kg) e relativa (%) das categorias de pescado destinadas a subsistência e à comercialização nas comunidades estudadas

Categoria de pescado	Destino da produção (kg)			
	Subsistência	%	Comercialização	%
Acará	86	5	1763	95
Acará-açu	55	2	2156	98
Barba chata	341	32	729	68
Curimatã	1144	17	5683	83
Dourada		0	3641	100
Filhote		0	1549	100
Jatuarana	489	25	1464	75
Mandi	520	100		0
Pacu-comum	1509	23	5140	77
Piramatuba	186	44	239	56
Piranha	354	100		0
Pirarara		0	530	100
Pirarucu		0	2576	100
Surubim	26	1	1898	99
Tucunaré-açu	695	19	2905	81

DISCUSSÃO

A importância econômica e social da pesca para as famílias que vivem nas comunidades ribeirinhas do rio Madeira foi ressaltada no número de pescadores por família, número de dias dedicados mensalmente à atividade, renda gerada com a atividade e a representatividade desse valor na renda familiar. O valor médio da renda declarada obtida com a pesca (R\$408,70 ±212,13) foi semelhante ao salário mínimo oficial no país para o mesmo ano (R\$465,00) (IBGE, 2014), o que atraiu grande contingente de trabalhadores para a atividade (em 2009 haviam aproximadamente 1.500 pescadores registrados na Colônia de Pescadores de Porto Velho).

A dependência do pescado para a subsistência e a importância deste para assegurar uma boa alimentação a baixo custo são observadas nos altos valores de consumo per capita diário e anual. Esses são maiores que os recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (12 kg pescado por ano per capita) e semelhantes aos observados em outras regiões da Amazônia (CERDEIRA et al., 1997; ISAAC; ALMEIDA, 2011).

A complementação da renda familiar dos pescadores com a agricultura é comum em comunidades ribeirinhas na região do rio Madeira (LIMA; DORIA; FEITAS, 2012). Essa característica pode determinar de forma positiva a diversidade econômica e a qualidade de vida desses trabalhadores polivalentes, os quais associam outras atividades à pesca, comercializando vários produtos com o objetivo de obter uma renda mínima (FURTADO, 1993). Além disso, destaca-se a sua importância devido à acentuada sazonalidade da produção pesqueira na região Amazônica (JUNK et al., 1989).

As comunidades avaliadas no presente estudo mostraram diferenças na abundância e composição da captura destinadas ao consumo e à comercialização determinadas por diferentes fatores. A sazonalidade observada na produção total e na composição da captura refletem as variações no nível hidrológico que afetam o comportamento migratório, a disponibilidade e a densidade das populações de peixes (ISAAC et al., 2000) e demonstram a adaptação do homem amazônico as variações do meio (ISAAC et al., 2015). Esta influência era esperada visto que representa o padrão amazônico para pesca de pequena escala. Na Amazônia, é comum observar baixa produção nos meses em que os níveis dos rios estão mais altos e os peixes mais dispersos na planície alagada; e elevada produção no período em que as águas dos rios encontram-se na vazante e na seca (BATISTA; ISAAC; VIANA, 2004; CARDOSO; FREITAS, 2007; GONÇALVES; BATISTA, 2008). Nas localidades de Terra Caída e Papagaios, que têm como principal destino da

captura a comercialização do pescado, esse padrão se manteve, há uma harmonia entre a pesca e o ciclo hidrológico, com o foco na captura de espécies de maior valor comercial com os siluriformes.

Essa diminuição na captura pode estar relacionada à baixa frequência de cardumes nos rios ou ser decorrência do defeso, imposto por órgãos de regulamentação, que não permitem a captura de várias espécies em tamanho comercial (CARDOSO; FREITAS, 2007). A comunidade do Cuniã obteve maior registro de produção no período da vazante, fato que pode estar relacionado ao período de proibição da pesca determinada exclusivamente para essa comunidade nos meses do período de cheia (ICMBio, 2013).

Os ambientes de pesca lacustre e a proximidade com as áreas de proteção foram determinantes nos altos valores de rendimento pesqueiro das comunidades de Terra Caída e Cuniã, ressaltando a importância desses ambientes e a sua conservação. Os ambientes de pesca também determinaram a composição específica das capturas e a similaridade entre as comunidades do Cuniã e Terra Caída, principalmente em função do compartilhamento do lago Cuniã e da captura de espécies lacustres como o tucunaré-açu (*Cichla pleiozona*) e o acará (*Astronotus sp.*).

O destino final do pescado parece também determinar a composição das capturas. Localidades como Bom Jardim e Boa Vitória, que apresentaram os maiores valores percentuais da captura destinada ao consumo e altos valores de consumo per capita, foram agrupadas na análise de dissimilaridade e apresentaram grande diversidade de espécies capturadas e compartilhadas. Isso porque na pesca de subsistência o pescador utiliza-se de diferentes estratégias, buscando ter sempre o alimento, capturando maior número de espécies. Altos valores de consumo do pescado, como no caso do Cuniã, podem também estar associados à existência de áreas protegidas na localidade, que garantem segurança alimentar às populações e ao isolamento desta comunidade dos grandes centros (ISAAC et al., 2015).

A pesca multiespecífica observada nas pescarias das famílias estudadas é outro padrão amazônico, que se repete na região (DORIA et al., 2012). Os Siluriformes se destacam pelo maior valor econômico obtido por biomassa de pescado (em 2010, o valor de venda médio do quilograma dos siluriformes foi de R\$ 5,6 - US\$ 3,18 aproximadamente, 57% maior que o valor médio observado para Characiformes; Banco de dados LIP/UNIR), já os Characiformes se destacam pela quantidade de biomassa vendida (aproximadamente 56% maior que Siluriformes). Contudo, há preferência na captura e comercialização de espécies de alto valor comercial, especialmente dos Siluriformes (dourada -

Brachyplatystoma rousseauxii; fillhote - *Brachyplatystoma filamentosum*) e Characiformes de valor mediano (pacu comum - *Mylossoma duriventre*; curimatã - *Prochilodus nigricans* e jatuarana - *Brycon amazonicus*). Estas espécies são também consumidas em menor proporção e em conjunto com outras espécies que não são destinadas a venda. O que pode ser um indicador do bom estado de conservação do estoque, no período pré-barramento, isto porque que o consumo e a venda das mesmas espécies podem indicar alta abundância e disponibilidade desses peixes no ambiente.

A distância das comunidades pesqueiras aos grandes centros urbanos pode também influenciar a composição e a captura da pesca realizada pelas famílias ribeirinhas. Inicialmente esperava-se que as comunidades mais próximas ao centro urbano de Porto Velho apresentassem menores valores de captura e de consumo do pescado, tendo em vista a possibilidade de participarem mais sistematicamente dos mercados urbanos e com isso dependerem menos dos recursos naturais (ISAAC et al., 2015). Porém, os resultados observados não confirmaram a hipótese de que quanto mais urbano menor o consumo do pescado. Na comunidade mais próxima à Porto Velho, Bom Jardim, com acesso tanto fluvial como terrestre à área urbana do município, as famílias avaliadas apresentaram valores de consumo *per capita* semelhante às comunidades distantes, apesar de baixos valores de captura por família e renda obtida com a pesca em relação as demais atividades (agricultura). Essa proximidade do centro urbano foi aproveitada para diversificação de produtos para comercialização, associando o pescado aos produtos agriculturáveis. Já as famílias mais distantes dos centros urbanos parecem investir no aumento da sua captura mensal (e.g.: Terra Caída) e em peixes de maior valor comercial (e.g.: Papagaios), obtendo produtos com maior valor agregado por quilo, mais fácil de serem vendidos e que justifiquem o deslocamento de longas distâncias para a comercialização.

CONCLUSÃO

A rentabilidade da pesca associada à necessidade de subsistência e de geração de renda e/ou a falta de alternativas econômicas, reforçam a importância da atividade para as famílias ribeirinhas do rio Madeira. A produção pesqueira e a composição específica nessas comunidades refletem o destino final da captura, o ambiente de pesca, as variações do ciclo hidrológico, e a distância dos grandes centros. De maneira geral, as comunidades mais distantes estão em locais mais preservados, a maioria delas associadas a ambientes lacustres, e apresentam altos valores de consumo *per capita* de pescado. Estas quando tem como destino

principal a comercialização do pescado, apresentam captura fortemente sazonal, influenciada pelo ciclo hidrológico e focada em peixes de maior valor comercial. Nas comunidades mais próximas dos centros urbanos o destino do pescado é principalmente para subsistência, e a pesca está associada a outras atividades econômicas.

Estes resultados servirão como marco histórico para comparações posteriores, frente às futuras modificações que poderão ocorrer com a implantação de grandes empreendimentos na região. Além disso, mostraram que o monitoramento comunitário de variáveis simples de serem registradas como abundância, composição e destino das capturadas podem ser utilizadas como importante ferramenta para o avaliação dinâmica da atividade pesqueira e o estado de conservação dos recursos pesqueiros em comunidades remotas da Amazônia.

AGRADECIMENTOS

Aos pescadores e seus familiares que gentilmente colaboraram com esse estudo. À Santo Antônio Energia e ao IEPAGRO pelo apoio logístico e financeiro à pesquisa. A primeira autora agradece ao CNPq pela bolsa Ciências Sem Fronteiras; à CAPES, pelo apoio aos projetos nº 038/13: Rede Cooperação Internacional Pesquisa Integrativa Efeitos Socioambientais de Barragens Hidroelétricas na Amazônia Legal e projeto nº 021/2012: Pró-Amazônia: Biodiversidade e Conservação. E as últimas autoras agradecem a CAPES pela bolsa de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANA - Agência Nacional de Águas. 2013. Disponível em: www.ana.gov.br. Acesso em: 20 out. 2013.

BATISTA, V. S.; ISAAC, V. J.; VIANA, J. P. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, M. L. (Org.). A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. Manaus: IBAMA/ProVárzea, 2004. p. 63-152.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Fica instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT. Diário Oficial da União, Brasília, 08 de fevereiro 2007. Seção 1, p. 316.

CARDOSO, R. S.; FREITAS, C. E. C. Desembarque e esforço de pesca da frota pesqueira comercial de Manicoré (Médio Rio Madeira), Amazonas, Brasil. *Acta Amazonica*, Manaus, v. 37, p. 605-612, 2007.

CARDOSO, R.S.; FREITAS, C.E. The commercial fishing fleet using middle stretch of the Madeira river, Brazil. *Acta Scientiarum. Biological Sciences*, Maringá-PR, v. 3, p. 247-253, 2012.

CELLA-RIBEIRO, A.; TORRENTE-VILARA, G.; HUNGRIA, D.B.; OLIVEIRA, M. As corredeiras do Rio Madeira. In: QUEIROZ, L. J.; TORRENTE-VILARA, G.; OHARA, W. O.; PIRES, T. H.; ZUANON, J.; DORIA, C. R. C. (Org). *Peixes do Rio Madeira*. 1. ed. São Paulo: Dialeto, 2013. v. 1, p. 56-63.

CERDEIRA, R. G. P.; RUFFINO, M. L.; ISAAC, V. J. Consumo de pescado e outros alimentos pela população ribeirinha do lago Grande de Monte Alegre, PA – Brasil. *Acta Amazonica*, Manaus, v. 27, p. 213-228, 1997.

DA COSTA, T. V.; SILVA, R. R. S.; SOUZA, J. L.; BATALHA, O. S.; HOSHIBAA, M. A. Aspectos do consumo e comércio de pescado em Parintins. *Bol. Inst. Pesca*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 63-75, 2013.

DAMASIO, L. M. A.; LOPES, P. F. M.; GUARIENTO, R. D.; CARVALHO, A. R. Matching Fishers' Knowledge and Landing Data to Overcome Data Missing in Small-Scale Fisheries. 2015. *PLoS ONE*, v. 10, n. 7, : e0133122. doi:10.1371/journal.pone.0133122

DORIA, C. R. C.; RUFFINO, M. L.; HIJAZI, N. C.; CRUZ, R. L. A Pesca comercial na bacia do Rio Madeira, estado de Rondônia, Brasil. *Acta Amazonica*, Manaus, v. 42, p. 29-40, 2012.

ELETRONBRAS. Plano 2010: Relatório Geral Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010. Brasília, 1987. 269p.

FABRÉ, N. N.; ALONSO, J. C. Recursos Ícticos no Alto Amazonas: Sua importância para populações ribeirinhas. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi, Zoologia*, Belém, v.1, p. 19-55, 1998.

FURTADO, L. G. Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: CNPQ/MPEG, 1993. 486p.

GONÇALVES, C.; BATISTA, V.S. Avaliação do desembarque pesqueiro efetuado em Manacapuru, Amazônia Central. *Acta Amazonica*, Manaus, v. 38, p. 135-144, 2008.

GOULDING, R. M. Ecologia da pesca do rio Madeira. Manaus: CNPQ-INPA, 1979. 172p.

HAMMER, O.; HARPER, D. A. T.; RIAN, P. D. Past: Palaeontological statistics software package for education and data analysis. Version. 1.37. 2001. Disponível em: <http://palaeo-electronica.org/2001_1/past/issue1_01.htm>. Acesso em: 12 nov. 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 12 out. 2014.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Acordo de gestão da reserva extrativista do lago do cuniã, município de porto velho, estado de Rondônia. Portaria nº 208, de 10 de julho de 2013. Diário Oficial da União – Seção 1, nº 136, 17 de julho de 2013, p. 90-91. ISSN 1677-7042. 2013.

INOMATA, S. O.; FREITAS, C. E. C. A pesca comercial no médio rio Negro: Aspectos econômicos e estrutura operacional. Boletim do Instituto de Pesca, São Paulo, v. 41, p. 79- 87, 2015.

ISAAC, V. J.; ALMEIDA M. C. de. El consumo de pescado em la Amazonia Brasiliana. COPESCAALC/OP13, ISSN 2224-8536 FAO: ROMA. 2011. p. 54

ISAAC, V. J. ; RUFFINO, M. L.; MELLO, P. Considerações sobre o método de amostragem para a coleta de dados sobre a captura e esforço pesqueiro no médio amazonas. In: IBAMA, Coleção meio ambiente. Série estudos pesca. IBAMA: Brasília, n. 22, p. 175-199, 2000.

ISAAC, V. J.; ALMEIDA, M. C.; GIARRIZZO, T.; DEUS, C. P.; VALE, R.; KLEIN, G.; BEGOSSI, A. Food consumption as an indicator of the conservation of natural resources in riverine communities of the Brazilian Amazon. Anais da Academia Brasileira de Ciências, v. 87, n. 4, p. 2229–2242, 2015.

ISAAC, V. J.; BARTHEM, R. B. Os recursos pesqueiros da Amazônia brasileira. Boletim Museu Paraense Emilio Goeldi, Antropologia, Belém, v. 11, p. 295-339, 1995.

ISAAC, V. J.; RUFFINO, M. L. Informe estatístico do desembarque pesqueiro na cidade de Santarém, PA: 1992-1993. In: FISCHER, C. F. (Ed.). Recursos pesqueiros do Médio Amazonas: biologia e estatística pesqueira. Brasília: IBAMA/GTZ/GOPA, 2000. p. 225-280.

JUNK, W. J.; BAYLEY, P. B.; SPARKS, R. E. The flood pulse concept in river-floodplain systems. In: DODGE, D. P. (Ed.). Proceedings of the of international

Large River Symposium. Canadian Special Publication of Fisheries and Aquatic Sciences, 1989. p. 110-127.

LIMA, M. A. L.; DORIA, C. R. C.; FREITAS, C. E. C. Pescarias artesanais em comunidades ribeirinhas na Amazônia brasileira: perfil socioeconômico, conflitos e cenário da atividade. *Ambiente e Sociedade*, [online]. v. 2, p. 73-90, 2012.

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura. Boletim estatístico da pesca e aquicultura; Brasília, Brasil, p. 128. 2010.

MURRIETA, R. S. S.; BAKRI, M. S.; ADAMS, C.; OLIVEIRA, P. S. de S.; STRUMPF, R. Food intake and ecology of riverine populations in two Amazonian ecosystems: a comparative analysis. *Revista de Nutrição*, v. 21, p. 123-133, 2008.

NEVES, J. G. Ribeirinhos, desenvolvimento e a sustentabilidade possível. 2005. Disponível em: <http://www.partes.com.br/socioambiental/ribeirinhos.asp>. p.1-10. ISSN 1678-8419. Acesso em: 18 abr. 2013.

QUEIROZ, L. J.; TORRENTE-VILARA, G.; ZUANON, J.; OHARA, W.; PIRES, T.; DORIA, C. R. C. (Org.). *Peixes do rio Madeira*. 1. ed. São Paulo: Dialto, 2013. 1170p.

R CORE TEAM. R: A language and environment for statistical computing. 2014 R Foundation for Statistical Computing, Viena, Áustria. Disponível em: <<http://www.R-project.org>>. Acesso em:

RÊGO, J. F. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 62-65, 1999.

SANTOS, G. M.; FERREIRA, E. J. G. Peixes da Bacia Amazônica. In: LOWE-McCONNELL, R. H. *Estudos ecológicos de comunidades de peixes tropicais*. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1999. p. 345-373.

SANTOS, G. M.; FERREIRA, E. J. G.; ZUANON, J. A. S. Ecologia de peixes da Amazônia. In: VAL, A. L.; FIGLIUOLO, R.; FELDBERG, E. (Ed.). *Bases científicas para estratégias de preservação e desenvolvimento da Amazônia: fatos e perspectivas*. Manaus: INPA, 1991. p. 263- 280.

SANTOS, G. M. Composição do pescado e situação da pesca no estado de Rondônia. *Acta Amazonica*, Manaus, 16/17, p. 43-84, 1986/87.

SILVIA, A. L.; BEGOSSI, A. Biodiversity, food consumption and ecological niche dimension: a study case of the riverine populations from the Rio Negro, Amazonia, Brazil. *Environment Development and Sustainability* , v. 11. p. 489-507, 2009.

SMITH, N. H. 1979. A pesca no Rio Amazonas. 1. ed. Manaus/ Brasília: INPA/ CNPq, 154p.

SOUZA FILHO, P.W.M., QUADROS, M.L.E.S., SCANDOLARA, J.E., Silva, E.P. e Reis, M.R. Compartimentação morfoestrutural e neotectônica do sistema fluvial Guaporé- Mamoré - Alto Madeira, Rondônia-Brasil. Revista Brasileira de Geociências v.29, p.469-476. 1999.

STATSOFT, INC. Statistica (data analysis software system). Version 7.1. 2005. Disponível em: <www.statsoft.com>. Acesso em: 10 dez. 2012.

TORRENTE-VILARA, G.; ZUANON, J.; LEPRIEUR, F.; OBERDORFF T. E.; TEDESCO, P. Effects of natural rapids and waterfalls on fish assemblage structure in the Madeira River (Amazon Basin). Ecology of Freshwater Fish, v. 20, p. 588-597, 2011.

Texto submetido à Revista em 02.02.2015
Aceito para publicação em 23.04.2016

Apêndice 1. Lista das espécies ou grupo de espécies capturadas e a frequência de ocorrência em cada localidade estudada, Bom Jardim (BJ), Terra Caída (TC), Boa Vitória (BV), Papagaios (PP) e Cuniã (CN) no período de agosto de 2009 a julho de 2010

Ordem / Família	Nome científico	Nome comum	Produção total(kg)	Frequência (%)					
				BJ	TC	BV	PP	CN	
Osteoglossiformes									
Arapaimatidae	<i>Arapaima gigas</i>	Pirarucu	2773	2,0	0,0	0,0	0,0	98,0	
Osteoglossidae	<i>Osteoglossum bicirrhosum</i>	Aruanã	45	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	
Clupeiformes									
Pristigasteridae	<i>Pellona castelnaeana</i>	Apapá-amarelco	35	91,4	0,0	8,6	0,0	0,0	
Characiformes									
Anostomidae	<i>Leporinus</i> spp.	Piau-cabeça-gorda	85	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	
	<i>Schizodon fasciatus</i>	Piau-comum	1267	14,9	36,9	4,2	0,5	43,5	
	<i>Brycon amazonicus</i>	Jatuarana	2335	2,9	12,2	1,2	16,2	67,5	
Characidae	<i>Brycon melanopterus</i>	Matrinxã	7	58,3	0,0	0,0	41,7	0,0	
	<i>Tripottheus</i> sp.	Sardinha	391	26,8	26,3	43,8	0,0	3,0	
	<i>Mylossoma duriventre</i>	Pacu-comum	6844	6,1	45,4	19,1	0,3	29,1	
Serrasalminidae	<i>Serrasalmus spilopleura</i>	Piranha-amarela	11	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	
	<i>Pygocentrus nattereri</i>	Piranha-caju	101	0,0	42,7	0,0	0,0	57,3	
	<i>Serrasalmus</i> sp.	Piranha	1108	0,9	44,7	1,9	0,1	52,4	
	<i>Colossoma macropomum</i>	Tambaqui	216	11,6	0,0	62,4	0,0	26,0	
	<i>Piaractus brachipomus</i>	Pirapitinga	1081	5,2	25,0	0,0	0,0	69,8	
	<i>Potamorhina latior</i>	Branquinha-comum	228	13,6	46,1	22,4	0,0	17,8	
	<i>Hoplias malabaricus</i>	Traira	1349	20,9	61,0	5,0	0,0	13,0	
Erythrinidae	<i>Hoplerhynchus unitaeniatus</i>	Jeju	10	0,0	0,0	60,0	0,0	40,0	
	<i>Prochilodus nigricans</i>	Curimatã	6827	8,6	37,9	12,6	2,1	38,7	
Prochilodontidae	<i>Semaprochilodus</i> sp	Jaraqui	1163	0,0	0,0	0,6	1,5	97,9	
Siluriformes									
Callichthyidae	<i>Hoplosternum littorale</i>	Tamoatã	1239	0,0	57,8	0,2	0,0	42,1	

Doradidae	<i>Oxydoras niger</i>	Cuiu cuiu	6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
	NI	Bacu	216	84,7	0,0	15,3	0,0	0,0	0,0
Loricariidae	<i>Hypostomus</i> spp.	Bodó	563	60,6	21,1	6,6	0,0	0,0	11,7
	<i>Brachyplatystoma platynemum</i>	Babão	179	25,7	0,0	21,2	53,1	0,0	0,0
	<i>Pirirampus pirinampu</i>	Barba-chata	1380	76,4	12,6	8,6	2,0	0,0	0,4
	<i>Platynemichthys notatus</i>	Coroatá	10	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
	<i>Sorubim lima</i> ; <i>S. elongatus</i> ; <i>S. maniradii</i>	Bico-de-pato	12	66,7	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0
	<i>Brachyplatystoma rousseauxii</i>	Dourada	3738	9,9	0,8	36,1	53,2	0,0	0,0
	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>	Filhote; Piraiba	1723	9,1	0,0	29,3	61,6	0,0	0,0
	<i>Leiarius marmoratus</i>	Jandiá	180	95,8	0,0	4,2	0,0	0,0	0,0
Pimelodidae	<i>Zungaro zungaro</i>	Jai; Pacamum	185	89,2	0,0	5,4	5,4	0,0	0,0
	<i>Phractocephalus hemiliopterus</i>	Pirarara	699	14,3	2,1	82,0	1,6	0,0	0,0
	<i>Sorubimichthys planiceps</i>	Peixe-lenha; Surubim-lenha	4	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
	<i>Calophysus macropterus</i>	Pintadinho	84	4,8	95,2	0,0	0,0	0,0	0,0
	<i>Brachyplatystoma vaillantii</i>	Pirautaba	430	98,8	0,0	1,2	0,0	0,0	0,0
	<i>Pseudoplatystoma punctifer</i>	Surubim	2304	14,1	74,6	6,1	1,1	0,0	4,2
	<i>Pseudoplatystoma tigrinum</i>	Surubim-caparari	22	81,8	0,0	0,0	18,2	0,0	0,0
	<i>Hypophthalmus</i> spp.	Mapará	303	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0
	<i>Pimelodus aff. blochii</i>	Mandi	596	44,1	0,0	50,9	2,9	0,0	2,2
Perciformes									
	<i>Astronotus</i> sp.	Acará	5030	3,0	80,7	0,3	0,0	0,0	16,0
Cichlidae	<i>Crenicichla</i> sp.	Jacundá	10	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
	<i>Cichla pleiozona</i>	Tucunaré-açu	5052	0,1	28,3	0,1	0,3	0,0	71,3
Sciaenidae	<i>Plagioscion squamosissimus</i>	Pescada	180	51,7	40,0	8,3	0,0	0,0	0,0
NI	NI	Salada	1125	1,6	62,9	0,0	0,0	0,0	35,5



Preferências e tabus alimentares no consumo de pescado em Santarém, Brasil

Feeding preferences and taboos related to the fish consumption at Santarém, Brazil

Tony Marcos Porto Braga - Doutor em Ecologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/INPA. Professor no Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas da Universidade Federal do Oeste do Pará /UFOPA, Brasil. E-mail: tony.braga@gmail.com

Adrielly Alves da Silva - Graduanda em Engenharia de Pesca no Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas pela Universidade Federal do Oeste do Pará/UFOPA, Brasil. E-mail: ellyalves92@hotmail.com

George Henrique Rebêlo - Doutor em Ecologia pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-doutorado pela Universidade de Wageningen. Pesquisador titular e coordenador do Laboratório de Manejo de Fauna do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA, Brasil. E-mail: jacarebelo@gmail.com

Resumo

Foi registrado o uso de recursos pesqueiros pelos moradores da cidade de Santarém-PA, no baixo rio Amazonas, e analisados os aspectos associados à evitação ou ao incremento de seu consumo. Os dados foram coletados mensalmente nos mercados e feiras, mediante a aplicação de questionários semiestruturados junto a consumidores e comerciantes de pescado, entre agosto de 2013 e julho de 2014. Os dados foram armazenados em um banco de dados relacionais e submetidos à estatística descritiva. O peixe foi o principal produto adquirido e comercializado (80% dos entrevistados). Atualmente, preferem o tambaqui e o tucunaré – e não o acari e a pescada, que eram os preferidos antigamente. O tabu tradicional contra o consumo de peixes lisos ainda existe, mas algumas espécies que antes não eram consumidas ou pouco consumidas estão sendo aceitas e encontradas nos mercados.

Palavras-chave

Recursos pesqueiros. Preferências alimentares. Amazônia. Tabus.

Abstract

The use of fishing resources by the residents of the city of Santarém-PA in the lower Amazon was recorded and were analyzed the avoidance or the increase of consumption. Data were collected monthly in the markets and fairs, through the application of semi-structured questionnaires to consumers and fish merchants between August 2013 and July 2014. The data were stored in a relational database and submitted to descriptive statistics. The fish was the main product purchased and sold (80% of respondents). Currently tambaqui and the peacock tucunaré are the preferred fish and not the acari and the freshwater hake that were formerly preferred. The traditional taboo against the consumption of catfish still exists, but some species that were not consumed or little consumed are currently being accepted and available on the market.

Keywords

Fishing resources. Food preferences. Amazon. Taboos.

INTRODUÇÃO

O entendimento sobre como os seres humanos procuram, obtêm e escolhem o alimento é necessário para compreender valores culturais e relações sociais (BEGOSSI; PETRERE Jr., 1988). As pessoas reconhecem e classificam os alimentos, e essa classificação influencia os sistemas tradicionais de subsistência, definindo o que deve ser considerado alimento que, por sua vez, é usualmente classificado em uma escala de preferências, que pode determinar tanto a intensidade quanto a frequência com que as espécies são caçadas, pescadas ou cultivadas e consumidas (COSTA-NETO, 2000; SILVANO; BEGOSSI, 2001).

As escolhas alimentares podem ser influenciadas por preferências individuais, fatores ecológicos, econômicos, sociais e culturais, bem como por aversões (MACBETH; LAWRY, 1997). A pesca para obtenção do alimento na Amazônia ocorre em dois sistemas diferentes, considerando a sua sazonalidade e a ecologia das espécies alvo: a pesca nos lagos de várzea e a pesca nos canais dos rios (ISAAC; BARTHEM, 1995; BARTHEM; GUERRA; VALDERRAMA, 1995). Durante a enchente, a água dos lagos transborda e os pescadores permanecem nas áreas de florestas alagadas para onde a maioria das espécies de peixes se desloca em busca de alimento, refúgio e proteção de predadores (BRAGA; REBÊLO, 2014). Quando as águas começam a baixar, os peixes vão procurar abrigo nos corpos de água remanescentes e realizam migrações dispersivas, principalmente Characiformes e Siluriformes, sendo esta uma época que os pescadores capturam mais peixes e obtêm mais renda (RIBEIRO; PETRERE, 1990; ISAAC; BARTHEM, 1995; BATISTA et al., 2004).

Na região amazônica o peixe é a principal fonte de proteína das populações ribeirinhas e o consumo de pescado estimado em 500g/dia (BATISTA et al., 1998; FABRÉ; ALONSO, 1998; BRAGA; BARROS; CHAVES, 2008), que é um dos maiores valores de consumo de pescado no mundo e indicador da forte relação das populações ribeirinhas com os recursos pesqueiros (BATISTA et al., 2004). Porém, na Amazônia há restrições, não esclarecidas, ao consumo de algumas espécies de peixes. Certos peixes não são consumidos em determinados períodos, por serem considerados “reimosos” (SMITH, 1979). A reima pode ser caracterizada como um sistema classificatório amplo de oposições binárias entre alimentos perigosos (reimosos) e não perigosos (não reimosos) para pessoas em estado físico ou social de liminaridade, assim chamados os estados de representação ritual e simbólica de transição ou passagem, como enfermidades, menstruação e pós-parto (MURRIETA, 2001).

Esse sistema de classificação depende de crença, pois apesar de não haver evidências científicas indicando que o consumo de certas espécies cause problemas de saúde, a aversão ao consumo de certos peixes ainda é comum na Amazônia, como, por exemplo, os chamados peixes-lisos, principalmente Pimelodidae, Siluriformes. Talvez por este motivo o consumo desses peixes tem sido mínimo na região, e a pesca artesanal do peixe-liso nunca visou abastecer o mercado regional, mas sim vender a produção fresca para os frigoríficos situados desde o Baixo Amazonas até o Alto Solimões (GOULDING, 1979; SMITH, 1979; BITTENCOURT; COX-FERNANDES, 1990; RUFFINO; ISAAC, 1994; RUFFINO; BARTHEM, 1996; BARTHEM, 1997; FABRÉ; ALONSO, 1998).

Até o final da década de 1970 não havia exemplares pequenos de peixes nos mercados, praticamente só exemplares adultos eram comercializados, como o caso dos tambaquis, que eram comercializados geralmente acima do tamanho mínimo de 55 cm (PETRERE, 1983). Para os pescadores, eles não precisavam pescar exemplares juvenis porque havia peixes adultos para capturar. Espécies de baixo valor comercial eram evitadas ou consumidas pelos próprios pescadores, que faziam a seleção prévia pela escolha do método e da técnica de captura (BAYLEY, 1981; BATISTA; FREITAS, 2003).

Hoje é cada vez mais comum encontrar peixes de diferentes tamanhos – e de espécies que antes eram evitadas – à venda nas feiras e mercados de Santarém. Se as mudanças no comportamento dos pescadores na exploração dos estoques pesqueiros têm influência direta na dinâmica da populacional das espécies (BATISTA et al., 2004), então esta situação merece ser pesquisada e avaliada. Este estudo teve o objetivo de registrar o uso atual de recursos pesqueiros pelos moradores da cidade de Santarém, no baixo Amazonas, e analisar os aspectos associados à evitação ou ao incremento do consumo de certas espécies.

1 METODOLOGIA

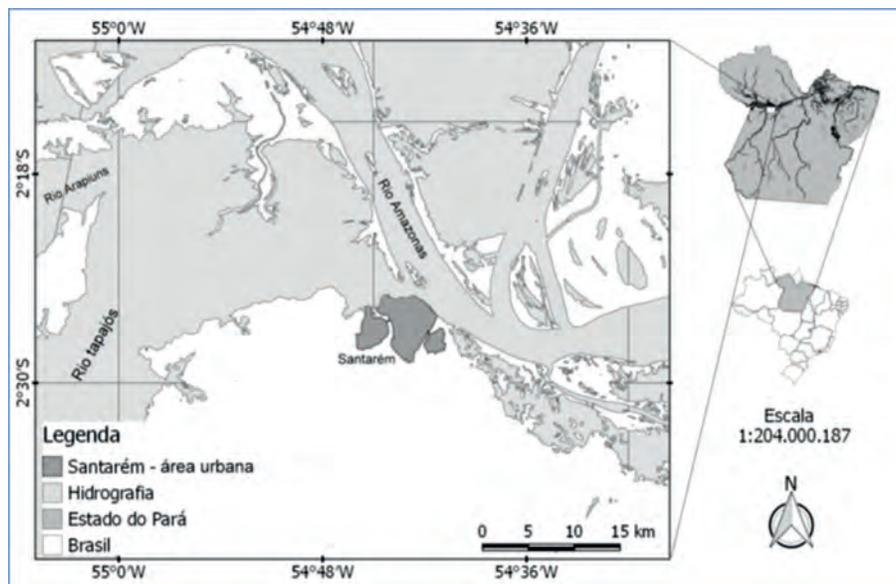
Este estudo foi realizado nos mercados e feiras da cidade de Santarém, no Pará (S2°24'52"/W54°42'36") (Figura 1). Este município possui uma população aproximada de 294.580 habitantes, dos quais 215.790 estão na área urbana (IBGE, 2010). O passo inicial foi consultar a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMAB) para identificar os mercados e feiras nas diferentes zonas existentes da cidade onde havia comercialização de pescado. Os dados foram coletados semanalmente nos mercados e feiras (Mercadão 2000, Mercado Modelo e Feira do Pescado ou “tablado”), em dias alternados, durante um ano, entre agosto de 2013 e julho de 2014, mediante a aplicação

de questionários semiestruturados junto aos consumidores e comerciantes de pescado. Foram aplicados 228 questionários, sendo 115 para comerciantes e 113 para consumidores, sendo entrevistadas, de preferência, pessoas com idade acima de 40 anos.

As informações coletadas foram: espécies preferidas para o consumo, espécies não consumidas ou pouco consumidas, motivos da escolha, outros usos para os peixes que não o consumo, historicidade da quantidade das espécies (se aumentou ou diminuiu, na visão dos entrevistados). Os dados coletados foram armazenados em banco de dados relacionais elaborado na plataforma Access, sendo em seguida submetidos à estatística descritiva, para o cálculo da média, desvio padrão (\pm) e frequência de ocorrência (%) (GONZÁLES *et al.*, 2006).

A análise qualitativa dos dados foi realizada com base na categorização do conteúdo das respostas, segundo o modelo de associação das diversas competências individuais (MARQUES, 1991), o qual consiste em considerar todas as informações fornecidas por todos os entrevistados, sem exclusão. A preferência pelas *espécies* de peixes antes e atualmente consumidas foi comparada através da razão de verossimilhança (Teste-G) (GONZÁLES *et al.*, 2006).

Figura 1. Localização do município de Santarém, Pará.

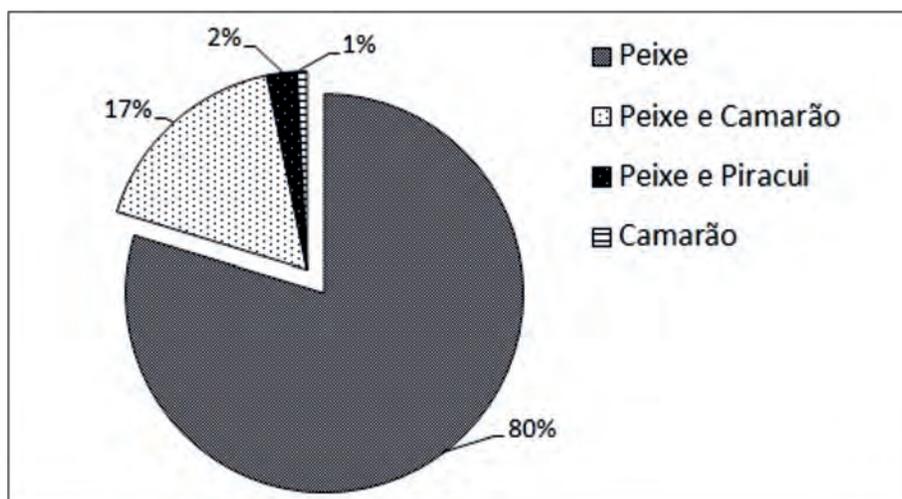


Fonte: Laboratório de Geoinformação e Análise Ambiental (ICTA/UFOPA).

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A idade média dos consumidores entrevistados foi de 57,08 ($\pm 10,97$) anos e dos comerciantes 52 ($\pm 12,90$). O peixe foi o principal produto adquirido por 80% dos consumidores entrevistados, que foram aos mercados em busca de pescado a ser utilizado apenas como alimento. Os demais entrevistados adquiriram, além do peixe, outros produtos como piracuí (farinha de peixe) e camarão (Figura 2). Os entrevistados que adquiriram camarões os diferenciavam em dois tipos – o camarão comum (*Macrobrachium amazonicum*) e o pequeno avium (*Acetes americanus*).

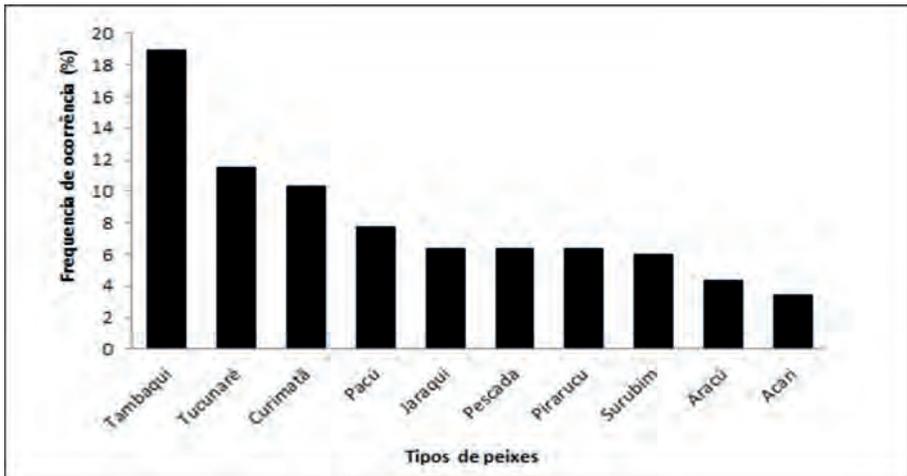
Figura 2. Pescado adquirido pelos consumidores em mercados e feiras de Santarém.



Fonte: Laboratório de Geoinformação e Análise Ambiental (ICTA/UFOPA).

Entre os 38 tipos de peixes citados para o consumo (Tabela 1), destacaram-se os denominados “peixes de escama”, como o tambaqui (*Colossoma macropomum*), tucunaré (*Cichla* spp.), curimatã (*Prochilodus nigricans*) e pacu (*Mylossoma* spp., *Metynnis* sp., *Myleus* sp.) como sendo os preferidos (Figura 3). Os comerciantes citaram justamente essas três primeiras espécies mais vendidas, como sendo as preferidas pelos consumidores e para o seu próprio consumo. Os motivos alegados para essas preferências estão relacionados principalmente ao sabor (80,5%), por serem espécies mais “saudáveis”, e por não serem consideradas “reimosas” e, portanto, não prejudiciais à saúde.

Figura 3. Dez tipos de peixes citados como preferidos para o consumo atualmente em Santarém.



Fonte: Laboratório de Geoinformação e Análise Ambiental (ICTA/UFOPA).

Tabela 1 - Lista de peixes citados para o consumo atualmente em Santarém.

Ordem / Família	Nome Científico	Nome local
Osteoglossiformes		
Osteoglossidae	<i>Osteoglossum bicirrhosum</i>	Aruanã
Arapaimatidae	<i>Arapaima gigas</i>	Pirarucu
Clupeiformes		
Pristigasteridae	<i>Pellona</i> spp	Apapá ou sarda
Characiformes		
Anostomidae	<i>Leporinus</i> spp.; <i>Schizodon</i> spp.	Aracú
Characidae	<i>Brycon melanopterus</i>	Jatuarana
	<i>Brycon amazonicus</i>	Matrinchã
	<i>Mylossoma</i> spp.; <i>Myleus</i> spp.	Pacu
	<i>Piaractus brachypomus</i>	Pirapitinga
	<i>Colossoma macropomum</i>	Tambaqui
Prochilodontidae	<i>Prochilodus nigricans</i>	Curimata
	<i>Semaprochilodus</i> spp.	Jaraqui
Hemiodontidae	<i>Hemiodos</i> spp.	Cubiu ou charuto
Siluriformes		
Doradidae		
	<i>Oxydoras niger</i>	Cujuba
Loricariidae	<i>Pterygoplichthys</i> spp.	Bodó
	<i>Rineloricaria</i> spp.	Acari-cachimbo

Pimelodidae	<i>Pseudoplatystoma tigrinum</i>	Caparari
	<i>Pseudoplatystoma punctifer</i>	Surubim
	<i>Pimelodina flavipinnis</i>	Fura-calça
	<i>Hypophthalmus</i> spp.	Mapará
	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>	Filhote ou piraíba
	<i>Brachyplatystoma rousseauxii</i>	Dourada
Auchenipteridae	<i>Parauchenipterus galeatus</i>	Cangati
	<i>Ageneiosus</i> spp	Mandubé
Callichthyidae	<i>Hoplosternum litoralle</i>	Tamoatá
Perciformes		
Cichlidae	<i>Astronotus</i> spp.	Acará-açu
	Vários Gêneros	Cará
	<i>Cichla</i> spp.	Tucunaré
	<i>Plagioscion squamosissimus</i>	Pescada
Rajiformes		
Potamotrygonidae	<i>Potamotrygon</i> spp	Arraia

Duas categorias gerais identificadas compõem o sistema de classificação local de peixes: peixes de escama e peixes lisos (ou peixes de pele ou peixes de couro). Estas são categorias supra genéricas ou intermediárias (BERLIN, 1992), anteriormente descritas e conhecidas em comunidades ribeirinhas e outras cidades amazônicas (MURRIETA, 2001; BATISTA; PETRERE Jr., 2003; COSTA et al., 2013); e em comunidades de pescadores do litoral do Nordeste (COSTA NETO, 2000) e do Sudeste brasileiros (HANAZAKI; BEGOSSI, 2006). Estas categorias são mais ou menos congruentes entre as águas interiores da Amazônia e as regiões costeiras, mas na Amazônia os principais peixes lisos (Siluriformes) são os gêneros da Família Pimelodidae, enquanto que no litoral são os bagres da Família Ariidae.

Consumidores podem descrever outros fatores como determinantes na escolha do pescado para consumo, além do sabor. Ribeirinhos do alto rio Negro usaram os critérios densidade (quantidade de gordura), cheiro, cor, aparência (presença de sangue, dentes), comportamento e ecologia do peixe (dieta) na escolha das espécies preferidas (SILVA; BEGOSSI, 2007). Pescadores do litoral baiano levaram em consideração características comportamentais, morfológicas, toxicológicas, odoríferas e alimentares para classificar os peixes prescritos como alimentos (COSTA NETO, 2000). Enquanto ribeirinhos do baixo Amazonas descreveram o comportamento, a dieta, a cor, o cheiro e a aparência do peixe como importantes critérios no processo de escolha e classificação (MURRIETA, 2001).

Devemos ressaltar que os peixes que chegam ao mercado local nem sempre são os mesmos que usualmente são utilizados e preferidos em comunidades ribeirinhas amazônicas. Um estudo sobre a pesca em área de manejo comunitário no Baixo Solimões revelou que os pescadores ribeirinhos dessa região usam um número maior de espécies para o consumo e selecionam um número menor (de espécies mais valorizadas) para atividades comerciais (BRAGA et al., 2008). No Baixo Amazonas esse comportamento foi verificado nas comunidades de várzea, nas pescarias feitas de acordo com espécies-alvo e ambiente escolhido, época do ano ou objetivo e tipo de pescaria (CERDEIRA; RUFFINO; ISAAC, 2000).

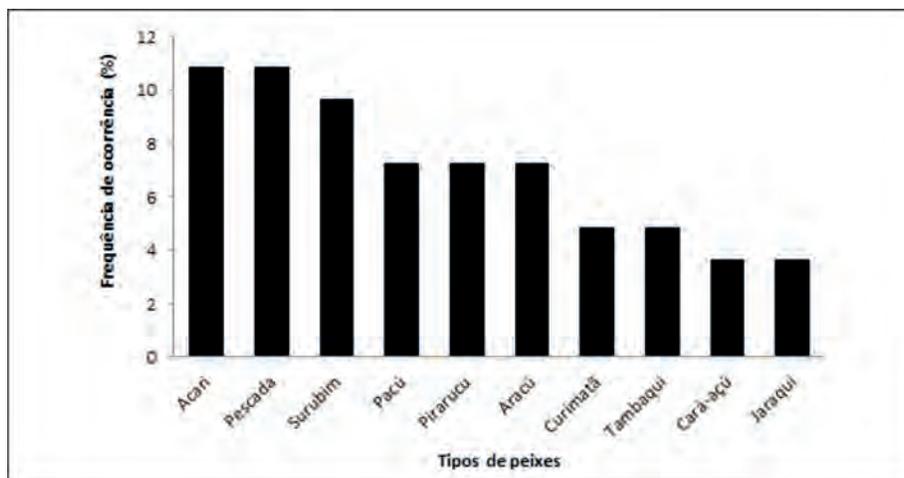
Com base nos tipos de pescarias realizadas e na forma de organização social, os pescadores do Baixo Solimões até o Baixo Amazonas foram classificados em duas categorias: pescador polivalente (ribeirinho ou lavrador) e pescador monovalente (ou comercial). Os primeiros dedicam-se a várias atividades durante o ano, habitam as áreas de várzea do rio Amazonas, pescam em família para o consumo próprio e sazonalmente para comercialização. Os segundos ocupam o seu tempo quase que exclusivamente nas atividades de pesca durante o ano todo para obter remuneração (FURTADO, 1990; BRAGA; BARROS; CHAVES, 2008; PEREIRA et al, 2007). Em Santarém, ambas as categorias de pescadores abastecem o mercado local, sendo que os pescadores polivalentes vendem a sua produção aos barcos especializados na compra de peixes nas áreas rurais (ISAAC; SILVA; RUFFINO, 2008).

A maioria dos comerciantes de Santarém (61%) afirmou que vende essas espécies utilizadas para o consumo durante o ano todo, por serem as preferidas da população e estarem “disponíveis no mercado”. Isso confirma a demanda do mercado local e a pressão que as mesmas espécies vêm sofrendo com o passar do tempo, o que é atestado pela sua presença constante em estudos de desembarque pesqueiro na Amazônia brasileira (PETRERE Jr., 1985; ISAAC; BARTHEM, 1995; BATISTA; PETRERE Jr., 2003; BATISTA et al., 2012; DORIA et al., 2012; ALCÂNTARA et al., 2015).

Os peixes preferidos antigamente, que os consumidores compravam e consumiam há pelo menos vinte anos eram o acari (*Pterygoplichthys* spp), a pescada (*Plagioscion* spp.) e os surubins (*Pseudoplatystoma* spp.) (Figura 4). É notável a mudança quanto às espécies preferenciais, confirmada pelo Teste-G, indicando que as preferências atuais pelas espécies de peixes não manteve as mesmas proporções de anos atrás (Teste-G = 66.6508; (p) = < 0.0001; G.L.=17). Entre os motivos alegados pelos consumidores e confirmados pelos vendedores para essa mudança nas preferências, dois se destacaram e chamaram a atenção: (1) a indisponibilidade do produto no mercado; (2) a maior frequência de exemplares

pequenos das espécies outrora preferenciais. Os vendedores confirmaram a preferência da população por exemplares grandes daquelas espécies, mas que quase já não os recebem para a revenda. O acari, em especial, foi um peixe cuja preferência por exemplares maiores e mais gordos foi notável. Comunitários do Baixo Amazonas revelaram preferência generalizada pela cabeça do acari, devido à concentração de carne e gordura (“tutano”) na cabeça desse peixe (MURRIETA, 2001).

Figura 4 - Dez tipos de peixes citados como os preferenciais para o consumo antigamente em Santarém.



Fonte: Laboratório de Geoinformação e Análise Ambiental (ICTA/UFOPA).

Outro resultado notável foi que o tambaqui, peixe mais citado como preferencial para o consumo atualmente, não constava nem entre os cinco principais preferenciais para o consumo antigamente. A presença de tambaquis jovens desembarcados em Santarém foi percebida em estudos populacionais entre 1992 e 1993, que demonstraram que esta espécie estava em sobrepesca na região (ISAAC; RUFFINO, 1996). Há claros indícios da sobrepesca de tambaqui em vários pontos da Amazônia (FREITAS et al., 2007), com o agravante de que o mercado de exemplares imaturos é crescente, e sua presença nos locais de comercialização tornou-se uma rotina há mais de uma década. Em Santarém, nota-se neste estudo que essa prática também é comum. Também é cada vez mais comum a presença de exemplares de tambaqui oriundos de cativeiro sendo vendidos nas feiras, principalmente vindos de outros estados, como Mato Grosso. Um tambaqui de lago da região chega a custar até R\$ 4,00 a mais por quilo (kg), em comparação com o de cativeiro (US\$1,00 = R\$ 2,26 em julho de 2014).

Parece cada vez mais necessário estimar os parâmetros populacionais de crescimento e mortalidade dessas espécies na região de Santarém, visando determinar qual a situação atual. Os acaris desembarcados em Santarém nos anos de 1992 e 1993 atingiram o tamanho máximo de 48 cm, a pescada 68 cm e o surubim (tigre) 130 cm (RUFFINO; ISAAC, 1995), tamanhos que hoje os comerciantes afirmam não receber mais. Dados sobre o comprimento de captura e o esforço de pesca do surubim tigre entre 1993 a 1996 indicavam que o estoque dessa espécie no Médio Amazonas já estava sendo explorado em seu limite de sustentabilidade (RUFFINO; ISAAC, 1999).

Quando questionamos sobre a existência de algum tipo de peixe que não consumiam e o motivo (caso houvesse), a maioria dos consumidores entrevistados (52,6%) afirmaram não consumir peixes lisos (Siluriformes) “*de jeito nenhum*”. Entre os motivos alegados para não consumirem os peixes lisos estão principalmente: ser “*reimoso, carregado, faz mal à saúde*”, “*não gosto do sabor*”, “*é feio, nojento*” e o “*preço alto*”. Mas, quase um quarto dos consumidores entrevistados (24,5%) afirmou consumir todos os tipos de peixes sem nenhum problema. Os demais relataram que não consomem apenas os pequenos peixes de escamas (Characiformes e Perciformes) por apresentarem “*muitas espinhas*”.

No litoral nordestino a quantidade de espinhas é um dos fatores que podem limitar o consumo de certos peixes, especialmente por crianças, (COSTA NETO, 2000). O baixo consumo de peixe liso em Parintins, no Amazonas, foi atribuído não apenas por serem considerados alimentos reimosos, mas também em virtude de fatores religiosos (COSTA et al., 2013). Os peixes lisos foram também os grupos mais citados pelos ribeirinhos no Alto rio Negro, como animais considerados reimosos, e que por isso devem ser evitados por pessoas que tenham feridas, erupções cutâneas, doenças inflamatórias ou ainda por mulheres nos períodos de menstruação, gravidez ou pós-parto (*resguardo*), que devem consumir somente os alimentos permitidos, como os peixes de escama, as aves domésticas (galinha e frango) ou pequenos animais que tenham a dieta à base de frutas (SILVA, 2007).

Certas espécies citadas como pouco consumidas atualmente, entre estas o acari, que tem “*vindo muito pequeno*”; e o pirarucu (*Arapaima gigas*), que embora seja uma espécie com excelente qualidade da carne e ter grande aceitação pela população para o consumo, foi citado como sendo pouco consumido devido ao preço elevado dos seus produtos (filé, peixe-seco, posta).

Não é recente a percepção pelas comunidades ribeirinhas da região da várzea de Santarém de que há tempos os acaris vêm sendo capturados muito jovens, e foi inclusive por solicitação dessas lideranças comunitárias que a

captura e comercialização desta espécie está proibida desde 2004 nas regiões do Aritapera, Tapará e Ituqui (Instrução Normativa N° 11, 13 e 19/2004) ; e em 2005 passou a ser proibida no período de defeso anual (01/12 a 30/03) em toda a Bacia Hidrográfica do rio Amazonas, no estado do Pará (Instrução Normativa N° 22/2005).

Quando questionamos os comerciantes sobre a existência de mudanças com relação às espécies que chegavam aos mercados antigamente em comparação às espécies que chegam atualmente, a maioria (80%) citou grupos que antes não eram explorados ou apresentavam baixas demandas e aceitação nos mercados e que hoje são vendidos, como é o caso de alguns peixes lisos: pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*), cujuba (*Oxydoras niger*) e bacus (Doradidae); das arraias (Potamotrygonidae) e peixes criados em cativeiro, com destaque para o tambaqui. Os motivos alegados pelos comerciantes para a comercialização destas espécies atualmente são vários, com destaque para: “*aumentou a população e a procura*”, “*são bons pra filé e pra exportação*”, “*falta outros peixes no mercado*”, “*é gostoso, quem experimenta gosta e passa a consumir*” e “*o preço baixo*”. Porém, cerca de 20% dos entrevistados afirmaram que sempre venderam os mesmos peixes.

A pesca de Siluriformes na Amazônia teve grande expansão nos últimos 40 anos, e está ligada à instalação de frigoríficos qualificados para a preparação e principalmente exportação da produção pesqueira (BARTHEM; GOULDING, 1997; BATISTA; PETRERE, 2003; SANTOS; SANTOS, 2005). Aparentemente, hoje há limitações econômicas, não ecológicas ou determinadas por órgãos ambientais atuando na pesca de peixes lisos, e que de alguma forma influenciam o comportamento do pescador a buscar um pescado com tamanho que forneça um rendimento mínimo de filé, que dê condições de repassar o custo do trabalho e das despesas associadas para os frigoríficos (BATISTA; FREITAS, 2003).

Apesar da persistência do tabu contra o consumo de Siluriformes entre os consumidores, é notório que a rejeição ao consumo está diminuindo na região e, com isso, os preços estão aumentando, conforme informado pelos consumidores. A existência ou não de exploração/uso/consumo pode ser em função da demanda de mercado e da disponibilidade das espécies-alvo, enquanto que a quebra de um tabu na sociedade representaria uma mudança cultural (aspecto antropológico), assim como a perda da “proteção” que essas etnoespécies recebem poderia resultar em um problema biológico (a sobrepesca) (BATISTA; PETRERE, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os dez tipos de peixes (etnoespécies) citados como preferidos para consumo atualmente, nove são os mesmos peixes consumidos antigamente, mas houve grandes mudanças na preferência. O consumo se concentra na Amazônia, entre 6 e 12 espécies que respondem por 80% do que é desembarcado nos principais portos (BARTHEM; FABRÉ, 2004), mas a oferta local é diversificada (Tabela 1). O tambaqui que é de longe o preferido atualmente, há anos vem dando sinais de sobrepesca (PETRERE Jr, 1983; ISAAC; RUFFINO, 1996; FREITAS *et al.*, 2007), mas subiu bastante no *ranking* da preferência. A pescada e o acari, que já foram os mais preferidos tiveram as maiores quedas no *ranking*, enquanto o acará-açu saiu do grupo dos dez mais consumidos, o tucunaré surge como a segunda espécie em preferência. Aliás, as duas espécies mais preferidas atualmente (tambaqui e tucunaré) podem incluir populações significativas de cultivo. Aparentemente o acari perdeu a preferência devido à população não gostar de consumir indivíduos jovens, ao contrário dos tambaquis pequenos e imaturos, que são bem aceitos e denominados de “ruelo”.

As espécies de peixes ameaçadas geralmente são muito apreciadas para o consumo, preferencialmente de tamanho grande; quando exploradas intensamente, as espécies com baixa taxa de crescimento devem repor lentamente o seu estoque de adultos. Esta mudança vai disparar o primeiro sinal do efeito da pesca: a diminuição do número de exemplares maiores e a captura de indivíduos cada vez mais jovens (ISAAC; BARTHEM 1995).

Preferências e aversões alimentares resultam da interação entre diversos fatores – necessidades e restrições individuais, condições socioeconômicas, sazonalidade (ciclos ecológicos dos recursos naturais), e da dinâmica sócio-político-econômica dos mercados (MURRIETA, 2001). Os tabus são regras locais que afetam as necessidades e preferências, mas estas nem sempre são obedecidas, pois o alimento proibido pode vir a ser a única opção para o consumidor que é, entretanto, consciente dos riscos associados à quebra do tabu, dependendo do contexto e do momento (SILVA, 2007). No mercado de Santarém, tabus e preços influenciam as escolhas dos consumidores de peixes.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à FAPESPA pela bolsa concedida à A. A. Silva.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, N. C.; GONÇALVES, G. S.; BRAGA, T. M. P.; SANTOS, S. M.; ARAÚJO, R. L.; PANTOJA-LIMA, J.; ARIDE, P. H. R.; OLIVEIRA, A.T. Avaliação do desembarque pesqueiro (2009-2010) no município de Juruá, Amazonas, Brasil. **Biota Amazônia**, Macapá, v. 5, n. 1, p. 37-42, 2015.
- BATISTA, V. S.; INHAMUNS, A. J.; FREITAS, C. E. C.; FREIRE-BRASIL, D. Characterization of the fishery in river communities in the low-Solimões / high-Amazon region. **Fisheries Management and Ecology**, v. 5, p. 419-435, 1998.
- BATISTA, V. S.; PETRERE JR., M. Characterization of the commercial fish production landed at Manaus, Amazonas State, Brazil. **Acta Amazonica**, v. 33, n. 1, p. 53-66, 2003.
- BATISTA, V. S.; FREITAS, V. S. O descarte de pescado na pesca com rede de cerco no Baixo Rio Solimões, Amazônia Central. **Acta Amazonica**, v. 33, n. 1, p. 123-143, 2003.
- BATISTA, V. S.; ISAAC V. J.; VIANA, J. P. A pesca na Amazônia Central. In: RUFFINO, M. L. **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004. p. 213-244.
- BATISTA, V. S.; ISAAC, V. J.; FABRÉ, N. N. Produção desembarcada por espécie e sua variação por macrorregião amazônica. In: BATISTA, V. S. ISAAC, V. J. **Peixes e pesca no Solimões-Amazônia: uma avaliação integrada**. Brasília: Ibama/Pro Várzea, 2012. p. 108-133.
- BARTHEM, R. B.; GUERRA, H.; VALDERRAMA, M. **Diagnóstico de los Recursos Hidrobiológicos de la Amazonia**. [s.l.]: Tratado de Cooperación Amazonica. Secretaria Pro Tempore, 1995. 162 p.
- BARTHEM, R.; GOULDING, M. **Os bagres balisadores: ecologia, migração e conservação de peixes amazônicos**. Tefé: Sociedade Civil Mamirauá; Brasília: CNPq, 1997. 140p.
- BARTHEM, R. B.; FABRÉ, N. N. Biologia e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, M. L. **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004. p.17-62.
- BAYLEY, P. B. Fish yield from the Amazon in Brazil: comparisons with African river yields and management possibilities. **Transactions of the American Fisheries Society**, v. 110, p. 351-359, 1981.

BRAGA, T. M. P.; BARROS, J. F.; CHAVES, M. P. S. R. Pesca e conflitos socioambientais na Amazônia Central: estudo em uma área com manejo comunitário. **Somanlu**, Manaus, v. 7, p. 107-119, 2008.

BRAGA, T. M. P.; REBÊLO, G. H. Conhecimento tradicional dos pescadores do baixo rio Juruá: aspectos relacionados aos hábitos alimentares dos peixes da região. **Interciência**, p. 659-665, 2014.

BEGOSSI, A., PETRERE Jr., M. Utilização de recursos aquáticos e tecnologia entre pescadores do Médio Tocantins (GO e MA). In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL, 2., 1988. São Paulo. **Anais...** São Paulo: IOUSP/FFORD/UICN, 1988. p. 158-169.

BERLIN, B. **Ethnobiological classification**: Principles of categorization of plants and animals in traditional societies. Princeton; New Jersey: Princeton University Press, 1992. 335p.

BITTENCOURT, M.; COX-FERNANDES, C. Pesca Comercial na Amazônia Central: uma atividade sustentada por peixes migradores. **Ciência Hoje**, v.11, n. 64, p. 20-24, 1990.

CERDEIRA, R. G. P.; RUFFINO, M. L.; ISAAC, V. J. Fish catches among riverside communities around Lago Grande de Monte Alegre, Lower Amazon, Brazil. **Fisheries Management and Ecology**, v. 7, p. 355-374, 2000.

COSTA, T. V.; SILVA, R. R. S.; SOUZA, J. L.; BATALHA, O. S.; HOSHIBA, M. A. Aspectos do consumo e comércio de pescado em Parintins. **Bol. Inst. Pesca**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 63-75, 2013.

COSTA-NETO, E. M. Restrições e Preferências Alimentares em Comunidades de Pescadores do Município de Conde, Estado da Bahia, Brasil. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 117-126, maio/ago. 2000.

DORIA, C. R. D. C.; RUFFINO, M. L.; HIJAZI, N. C.; CRUZ, R. L. D. A pesca comercial na bacia do rio Madeira no estado de Rondônia, Amazônia brasileira. **Acta Amazonica**, v. 42, n. 1, p. 29-40, 2012.

FABRÉ, N. N.; ALONSO, J. C. Recursos ícticos no Alto Amazonas: sua importância para as populações ribeirinhas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**, ser. Zool. v. 14, n. 1, p. 19-55, 1998.

FREITAS, C. E. C.; NASCIMENTO, F. A.; SOUZA, F. K. S. Levantamento do estado de exploração dos estoques de curimatã, jaraqui, surubim e tambaqui. In: **O setor pesqueiro na Amazônia**: análise da situação atual e tendências do desenvolvimento a indústria da pesca/Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2007. p. 77-100.

FURTADO, L. G. Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, sér. Antropol.** v. 6, n. 1, 1990.

GOULDING, M. **Ecologia da pesca no rio Madeira**. Manaus: CNPq/INPA, 1979. 172p.

GONZÁLES, C. G.; FELPETO, A. B.; ESTRAVIZ, I. M.; ALARCÓN, I. R.; CASTAÑO, A. R. V.; LISTE, A. V. **Tratamiento de datos**. Vigo: Universidad de Vigo, Edicione Diaz de Santos, 2006. 357p.

HANAZAKI, N; BEGOSSI, A. Catfish and mullets: the food preferences and taboos of Caiçaras (Southern Atlantic Forest Coast, Brazil). **Interciência**, v. 31, n. 2, p. 123-129, 2006.

IBGE.. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=150680&search=|santarem>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

ISAAC, V. J.; BARTHEM, R. B. Os recursos pesqueiros da Amazônia brasileira. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, sér. Antropol.**, Belém, v. 11, n. 2, p. 295-339, 1995.

ISAAC, V. J.; RUFFINO, M. L. Population dynamics of tambaqui, *Colossoma macropomum* Cuvier, in the lower Amazon, Brazil. **Fisheries Management and Ecology**, v. 3, p. 315-333, 1996.

ISAAC, V. J.; SILVA, C. O.; RUFFINO, M. L. The artisanal fishery fleet of the lower Amazon. **Fisheries Management and Ecology**, v. 15, n. 179-187, 2008.

MARQUES, J. G. W. **Aspectos Ecológicos na Etnoictiologia dos pescadores do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba, Alagoas**. 1991. 280f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1991.

MACBETH, H.; LAWRY, S. Food Preferences and Taste. In: MACBETH, H. **Food Preferences and Taste**. Oxford: Berghahn Books. 1997, p. 5-13.

MURRIETA, R. S. S. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. **Revista de Antropologia USP**, v. 44, n. 2, p. 39-88, 2001.

PETREIRE JR., M. 1983. Yield per recruit of the tambaqui, *Colossoma macropomum* Cuvier, in the Amazonas State, Brazil. **Journal of Fish Biology**, v. 22, p. 133-144, 1983.

PETREIRE JR., M. 1985. A pesca comercial no rio Solimões-Amazonas e seus afluentes: Análise dos informes do pescado desembarcado no Mercado Municipal de Manaus (1976-1978). **Ciência e Cultura**, v. 37, 1987-1999.

PEREIRA, H. S.; SOUZA, D. S. R.; RAMOS, M. M. A diversidade da pesca nas comunidades da área focal do projeto PIATAM. In: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. (Orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007. p. 171-195.

RIBEIRO, M. C. L. B.; PETRERE JR., M. Fisheries ecology and management of the jaraqui (*Semaprochilodus taeniurus*, *S. insignis*) in Central Amazônia. **Regulated Rivers: Research and Management**, v. 5, p. 195-215, 1990.

RUFFINO, M. L.; ISAAC, V. J. The fisheries of the Lower Amazon: questions of management and development. **Acta Biologica Venezuelica**, v. 15, n. 2, p. 37-46, 1994.

RUFFINO, M. L.; ISAAC, V. J. Life cycle and biological parameters of several Brazilian Amazon fish species. **Naga ICLARM Q**, v. 18, n. 4, p. 41-45, 1995.

RUFFINO, M. L.; BARTHEM, R. B. Perspectivas para el Manejo de los Bagres Migradores de la Amazonia. **Boletín Científico**, Santa Fé de Bogotá, n. 4, p.19-28, 1996.

RUFFINO, M. L.; ISAAC, V. J. Dinâmica populacional do surubim-tigre, *Pseudoplatystoma tigrinum* (Valenciennes, 1840) no Médio Amazonas (Siluriformes, Pimelodidae). **Acta Amazonica**, v. 29, p. 463-476. 1999.

SANTOS, G. M.; SANTOS, A. C. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos Avançados**, 19(54): p. 165-182, 2005.

SILVA, A. L. Comida de gente: preferências e tabus alimentares entre os ribeirinhos do Médio Rio Negro (Amazonas, Brasil). Departamento de Ecologia – Unesp. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 125-179, 2007.

SILVA, A. L.; BEGOSSI, A. Biodiversity, Food Consumption and ecological niche dimension: a study case of the riverine populations from the Rio Negro, Amazonia, Brazil. **Environment, Development and Sustainability**, v. 11, n. 3, p. 1-24, 2007.

SILVANO, R. A. M.; BEGOSSI, A. Ethnoichthyology and fish conservation in the Piracicaba river (Brasil). **Journal of Ethnobiology**, v.22. n.2, p. 285-306., 2001.

SMITH, N. H. **A pesca no Rio Amazonas**. Manaus: INPA/CNPq, 1979. 154 p.

Texto submetido à Revista em 22.01.2016
Aceito para publicação em 20.05.2016



Alta Floresta: uma colônia de Ariosto da Riva em Mato Grosso

Alta Floresta: an Ariosto da Riva's colony in Mato Grosso

Armando Wilson Tafner Junior - Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Economista pela Universidade Estadual em Maringá (UEM). Mestre e Doutor pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA. E-mail: armandowilson@hotmail.com

Fábio Carlos da Silva - Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo/USP. Professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará. E-mail: fcsilva.ufpa@gmail.com

Resumo

Ariosto da Riva, devido à fundação de diversas cidades no Oeste e no Norte do Brasil, ficou conhecido como o último bandeirante. Assim como os verdadeiros bandeirantes, Ariosto da Riva foi sempre adjetivado de forma contraditória, como símbolo de bondade para uns e de perversidade para outros. Neste trabalho, é evidenciada a forma de colonização imposta pela INDECO, empresa de propriedade de Ariosto da Riva, na cidade de Alta Floresta, na Amazônia mato-grossense, demonstrando os aspectos históricos e sociais resultantes de tal processo de colonização.

Abstract

Ariosto da Riva, because the foundation of various cities in the west and north of the Brazil, stayed known as the bandeirante ultimate. With the real bandeirantes, Ariosto da Riva was always adjective at so contradictory, as goodness symbol for some and evil for others. In this paper, it is shown how to colonization imposed by INDECO, Ariosto company of the Ariosto da Riva propriety, in the city of Alta Floresta in Mato Grosso Amazon, demonstrating the historical and social aspects resulting from this process of colonization.

Palavras-chave

Colonização. Amazônia. Conflito Social. Expansão da Fronteira Agropecuária

Keywords

Colonization; Amazon; Social Conflict; Expansion of the Agricultural Frontier.

INTRODUÇÃO

Ariosto da Riva nasceu em Agudos, interior de São Paulo, em 25 de novembro de 1915. Era filho de pais italianos, Ludovico da Riva e Vitória Furlani da Riva. Seu pai era maestro e professor de música, e sua mãe dedicava-se totalmente aos trabalhos domésticos. Viveu com os pais até os 16 anos de idade, quando saiu para tentar a vida nos garimpos de diamantes. Seu primeiro destino foi a região serrana do Espírito Santo, no município de Santa Teresa. De lá foi para Serra do Sincorá na Bahia, na Chapada Diamantina. Buscando diamantes, Ariosto foi para Diamantina, Minas Gerais.

Sempre atrás da maior gema¹ de diamante possível, foi para o rio Maú, na Amazônia, divisa entre o estado de Roraima, a Guiana e a Venezuela. Nessa região conseguiu acumular capital por meio das pedras preciosas e adquiriu uma porção de terra em Diamantina e voltou para Minas Gerais. Em Diamantina, casou-se com a professora Helena e lá nasceram seus quatro filhos: Ludovico, Vitória, Marília e Vicente. No mesmo município, continuou a garimpar diamantes, chegando a desviar o leito do rio Jequitinhonha para a sua propriedade. Após buscar diamantes em toda a sua mocidade, montou uma lapidadora de pedras preciosas e semipreciosas em Belo Horizonte.

Com os ganhos de capital melhorando e a acumulação acontecendo, Ariosto da Riva adquiriu uma pequena propriedade de 15 hectares em Marília, interior de São Paulo, que possuía cerca de mil pés de café. Esta propriedade era vizinha de uma plantação pertencente a Geremia Lunardelli, o rei do café. Ariosto passou a prestar serviços para a fazenda vizinha e acabou por conhecer pessoalmente e trabalhar para Lunardelli (FOLHA DA FLORESTA, 1989). O rei do café estava diversificando os seus negócios no Norte do Paraná, loteando uma gleba de sua fazenda, que tinha sido atingida pela geada e que foi denominada Lunardelli por Ariosto da Riva. A ideia era colonizar a região vendendo os lotes de terrenos para os trabalhadores de café. Ariosto da Riva foi seu homem de confiança para esta empreitada. A colonização teve como público alvo os trabalhadores de várias fazendas que viviam no regime de colonato. Como comandante do processo, Ariosto teve acesso aos números de assentados e as cifras que Lunardelli atingiu quando resolveu executar a colonização no Centro-Norte do Paraná.

Com Lunardelli, Ariosto aprendeu a colonizar e vislumbrou a oportunidade de ser o colonizador e fundou sua própria empresa, a Colonizadora Vera Cruz Ltda, em 1952, após o governo de Getúlio Vargas distribuir 300 mil hectares na Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Ariosto adquiriu parte dessas terras

¹ Nome popularmente conhecido entre os garimpeiros dado à pedra de um mineral lapidado.

que eram margeadas pelo Rio Amambaí, e lá começou o seu 1º empreendimento colonizador, e que mais tarde viria ser a atual cidade de Naviraí, no Mato Grosso do Sul.

A primeira atividade econômica na cidade foi madeireira, devido à abundância desse recurso natural. Já em 1953 o desmatamento acabou gerando conflitos com os silvícolas que habitavam a região. Estimava-se cerca de 44 tribos indígenas instaladas na região colonizada por Ariosto da Riva.

Os conflitos sociais acompanharam os empreendimentos de Ariosto da Riva que visavam à colonização. Este trabalho trata do processo de colonização privada no Norte de Mato Grosso e do desenvolvimento do município de Alta Floresta, implementado por Ariosto por meio da sua empresa de colonização, a Integração, Desenvolvimento e Colonização (INDECO).

1 PRIVATIZAÇÃO DA TERRA NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE

Ariosto da Riva que já havia iniciado uma colonização em Naviraí (MS), na fronteira com o estado do Paraná, por meio de sua empresa Colonizadora Vera Cruz Ltda., entre os anos de 1952 e 1963, e posteriormente destinou suas atenções ao Norte mato-grossense, adquiriu 400 mil hectares nesta região, que antes da aquisição do colonizador, seriam destinados a um projeto científico integralmente dedicado à Amazônia. O projeto Aripuanã, consistia em criar a Cidade Científica de Humboldt. Caberia a essa universidade, chamada na época de Uniselva, realizar o levantamento de capital natural na região, apontando alternativas não predatórias e o aproveitamento racional das potencialidades oferecidas pelo bioma amazônico. A pesquisa seria o instrumento para o desenvolvimento da região e a preservação de ecossistema. Até mesmo as novas infra-estruturas teriam que se enquadrar aos novos conceitos estabelecidos na região para evitar danos sociais, econômicos e a destruição inútil das reservas naturais. Ideias atuais que foram pensadas a mais de quarenta anos atrás. Ideia que não conseguiu sair do imaginário. Os 2 milhões de hectares onde seria construída a cidade científica foram “leiloados” e dentro dessa área estavam os 400 mil hectares adquiridos por Ariosto da Riva.

E o grande objetivo do projeto Aripuanã, que era o de promover a integração da Amazônia de forma científica e racional, diametralmente oposta à da Transamazônica e a filosofia de abrir estradas, parece que não terá seguimento. Tal como ocorreu com o Projeto Alto Turi, elaborado pela Sudene em 1962, Humboldt foi finalmente vencido pelos seus maiores inimigos: os interesses estrangeiros pelas jazidas minerais amazônicas, e os grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros (abençoados

pelo ex governador de Mato Grosso) [José Fragelli] interessados na industrialização da madeira e na substituição das florestas por imensas pastagens (JORNAL OPINIÃO, 1975, p. 6).

Com o poder econômico concentrado no Centro-Sul, assim como as grandes empresas, o projeto Aripuanã foi desfeito e suas terras cedidas à CODEMAT em 1973. Era o maior estoque de terras devolutas do Estado e que foi destinado a projetos de colonização, exploração agroindustrial e agropecuária, industrialização de celulose, mineração e cooperativas mistas de produção e consumo, para quatro empresas que conseguiram esse direito em um processo licitatório.

Quadro 1 – Resultado do Leilão de Aripuanã

Empresa	Área (ha)
Rendanyl S. A.	1.000.000
INDECO S. A.	400.000
Colniza S. A.	400.000
Juruema Empreendimentos S/C Ltda.	200.000

Fonte: Huertas (2009)

Em 5 de outubro de 1973 Ariosto da Riva assinou a escritura dos 400 mil hectares adquiridos e que deram origem aos municípios de Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás.

2 O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO DE ALTA FLORESTA

A expansão da fronteira agropecuária para o Mato Grosso foi resultado de política de colonização promovida pelo governo federal que pretendia explorar e absorver a mão-de-obra familiar excedente, alocando-a nas zonas de fronteira, que eram entendidas como “vazios demográficos”.

Com a intenção de evitar e amenizar conflitos pela terra em regiões onde a necessidade de mão-de-obra diminuiu, significativamente, foram criados novos espaços para onde os colonos foram direcionados, cessando os problemas fundiários e as tensões sociais na terra de origem desses migrantes.

Assim surgiu a possibilidade da colonização privada promover a formação do espaço na Amazônia. Era o início da construção do município de Alta Floresta, que posteriormente foi tratado como um modelo de colonização, e passou a fazer parte dos discursos políticos, aparecendo em diversos veículos de comunicação. Não era mais uma tentativa de ocupação da Amazônia, mas sim um projeto organizado, com todas as chances de ser um sucesso como não havia ocorrido até então.

A jornalista americana Ellen Bronfield Gelde esteve no seminário mencionado e foi a Alta Floresta fazer uma matéria e publicou no jornal O Estado de São Paulo e no New York Times, que:

[...] ela havia descoberto em meio a selva amazônica um outro Brasil em que há todos os tipos de oportunidades para quem deseja trabalhar, todos os tipos de desafios para quem tem coragem. Um Brasil que, talvez seja o melhor lugar do mundo para a juventude viver (ROSA, 1999, p. 21).

Alta Floresta tomou grandes proporções em seus primeiros anos que foram alicerçados nas políticas incentivadoras de colonização e da expansão da fronteira agropecuária para o Oeste, que buscava integrar as regiões menos ocupadas aos grandes centros urbanos. A SUDAM, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), o Banco da Amazônia (BASA) e o Banco do Brasil (BB) ficaram encarregados de organizar a ocupação. Uma de suas obras foi a BR-163 ou Cuiabá-Santarém, que para sua abertura teve duas frentes de trabalho formadas por integrantes do 9º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro (9º BEC), que estava lotado no Rio Grande do Sul, e foi reinstalado em Cuiabá. A primeira começou a abrir a estrada em direção à serra do Cachimbo. A segunda abria a estrada de Santarém em direção ao Mato Grosso. Avançavam em média 5km por dia e o encontro se deu no Sul do Pará em 1976 depois de 5 anos de trabalho (ARAÚJO, 1999).

A BR-163 ficou conhecida como a estrada dos colonos, pois foi construída para facilitar a chegada dos colonos que, em sua maioria, vinham da região Sul, mais especificamente da região Norte do Paraná. Dois grandes projetos foram instalados à margem da BR-163: Sinop e Colíder. A gleba INDECO que posteriormente viria a ser Alta Floresta, estava a 207km da BR-163. Esta gleba tinha o mesmo nome da empresa compradora da área e que foi responsável por sua ocupação. A Integração, Desenvolvimento e Colonização (INDECO), de propriedade de Ariosto da Riva, foi criada para promover a colonização no Norte de Mato Grosso. Primeiramente em Alta Floresta e posteriormente em Apiacás e Paranaíta. Foi por meio da INDECO que Ariosto começou as obras de infraestrutura de Alta Floresta, dando início ao processo de colonização da área.

Proprietário do cartório Dalla Riva, o 1º cartório de Alta Floresta, o sr. Mário César Dalla Riva era sargento do Exército e foi para Cuiabá transferido do Rio Grande do Sul, junto com o 9º BEC, que estava encarregado de construir a BR-163. E quando questionado sobre como conheceu Ariosto da Riva, respondeu:

Por motivos religiosos eu frequentei a casa do Coronel José Meirelles, que foi prefeito, cuiabano e era o comandante do 9º Batalhão. Ele frequentava minha casa, eu frequentava a casa dele [...] e quando acabei meu curso de direito ele me disse para ir para Alta Floresta trabalhar com a INDECO. Eu já tinha 20 anos de serviço e ele me falou o seguinte “Você tira sua licença de 6 meses e fica responsável pela construção da estrada [MT-208]. Se te agradar você fica trabalhando lá se não te agradar você volta” Dito e feito! Vim pra cá. Fiquei com uma função burocrática no financeiro da INDECO, cuidando da folha de pagamento e acabei ficando e dei baixa no exército. [Em que ano o Sr. deu baixa no exército?] Foi em 1975 (DALLA RIVA, 2013, não paginado).

Na fala de César Mário Dalla Riva, vê-se uma forte ligação de Ariosto da Riva com os militares. O coronel José Meirelles enviou um sargento para trabalhar na INDECO por 6 meses já aceitando a sua liberação e a saída do exército. Certamente que a construção da MT-208, estrada que liga a BR-163 a Alta Floresta, já estava nos planos da ditadura militar em 1976, pois Dalla Riva foi enviado para lá em 1975. A construção da estrada foi finalizada em 1981.

Nesse período referente à década de 1970, cada vez mais os projetos de colonização do INCRA não atingiam seus objetivos. Além da falta de condições mínimas de subsistência, a forma de ocupação era feita em relação ao cultivo de terras.

Tanto no passado como no presente, sempre foi reduzida a porcentagem das terras exploradas na Amazônia. A economia principalmente extrativista, a escassa agricultura e a pecuária rústica e extensiva, sempre ocuparam apenas uma parte pequena das terras existentes e aproveitáveis. Na década dos setenta ainda era marcante o caráter extrativista do conjunto da economia da região. A estrutura agrária da Amazônia é denominada por certas constantes histórias de extroversão, mercantilismo predatório e monopólio que marcam suas principais características. O extrativismo como forma predominante de economia deu a tônica a essa sociedade agrária reforçando ainda os condicionamentos geográficos. Essa economia de coleta e de exploração crua de recursos naturais marginalizou a agricultura gerando instabilidade generalizada da sociedade agrária amazônica e a dispersão dos núcleos de povoamento da região. Daí porque sempre foi reduzida a exploração agrícola e pecuária das terras. Muitas terras serviram no passado e continuam a servir no presente como terras de árvores, animais, aves e minerais, para a coleta, consumo ou comércio. Ao mesmo tempo persistem sítios e latifúndios ao lado de empresas agrícolas (IANNI, 1981, p. 92).

Os novos colonos traziam o conhecimento tradicional adquiridos em suas terras de origem, utilizando um sistema agrícola predatório, além de não conhecer as potencialidades de produção do bioma amazônico. O processo de cultivo

inadequado para a região e a falta de apoio e incentivos do governo federal em relação aos novos colonos decretaram o insucesso dos assentamentos públicos na Amazônia e os trabalhadores rurais que se instalaram nesses assentamentos foram esquecidos e ficaram abandonados em uma região desconhecida.

O governo federal, por meio do INCRA, concedeu à CODEMAT o direito de reorganizar a ocupação da Amazônia mato-grossense por meio de projetos de colonização da iniciativa privada. A CODEMAT que já vendia terras devolutas à empresários desde a década de 1950, passou também a organizar os projetos de colonização. A ferramenta utilizada foi novamente os incentivos fiscais.

No tocante aos projetos agropecuários, os resultados vêm sendo interpretados como um notável sucesso da política de incentivos: algumas áreas dos estados do Pará e Mato Grosso, antes inexploradas, revelaram-se próprias às atividades agropecuárias, e os investimentos têm sido aí superiores aos do setor industrial [...] De fato, desde 1970 já era evidente que a agropecuária estava se constituindo num setor econômico em processo de formação e consolidação, graças às condições econômicas e políticas sob as quais se desenvolvia. A aliança entre a empresa privada e o Estado, sob a égide do grande capital, era uma operação econômica e política que garantia a implantação dos projetos, a formação da burguesia agropecuária e o surgimento de uma “nova” burguesia na região amazônica. No que tange ao setor privado, a evolução do desenvolvimento regional em função de estímulos e incentivos fiscais, demonstra o aceite da concepção do sistema [...]. O advento dos incentivos fiscais para a Amazônia resultou no binômio “Governo-Iniciativa Privada”... Os incentivos fiscais são instrumentos de Política Econômica que se constituem na renúncia total ou parcial do governo, aos impostos devidos em favor da iniciativa privada objetivando o aceleramento do desenvolvimento espacial e setorial. Sendo imposto devido, a decisão de aumentar ou reduzir esta renúncia é ato e ação incontestes do governo. Mas o que ocorre na prática é a acumulação de capital no setor privado. Na aliança entre o Estado e a empresa privada, o que tem ocorrido é a crescente expansão do setor privado. A rigor o que ocorre é a formação e a expansão do capital privado, sob a proteção econômica e política do Estado. Mais que isso, o Estado tem sido a instância político-econômica por meio da qual uma parte do produto do trabalho coletivo (do proletariado urbano e rural) é transferido para o setor privado engajado na produção agropecuária. A vida utilizada preferencialmente para que o governo exerça influência sobre a formação de capital é a concessão de estímulos e incentivos de ordem fiscal e creditícia (IANNI, 1981, p. 227-228).

Quando o governo intensificou as vendas de terras devolutas, a política de expansão foi concretizada no Norte do Mato Grosso. Foram abertos processos de licitação onde empresas particulares adquiriram grandes porções de terras para implementar seus projetos de colonização privado. Assim foi aberta a Amazônia para a colonização denominada pelo governo de ordenada.

Mesmo com a colonização ordenada, a política de ocupação da Amazônia continuou sendo executada da mesma forma, com imigrantes que mantinham suas práticas agrícolas predatórias e que não tinham qualquer conhecimento da região. O que realmente importava para o governo era uma nova organização do movimento migratório, formando a ocupação relativa. Os empresários colonizadores, novos proprietários das terras devolutas, faziam a seleção de acordo com as suas convicções.

Os promotores do processo de colonização, dividiam suas terras em pequenos lotes e comercializavam com os novos colonos se esses estivessem dispostos a se enquadrarem no projeto de desenvolvimento local elaborado pelos colonizadores que estavam articulados com a ditadura militar.

Na verdade, não há uma interação entre controle autoritário e racionalidade. O primeiro, contando com instrumentos de poder de caráter transitório, específico, discriminatório e acomodativo de interesse, que são os Atos Institucionais, os decretos-leis, além dos Atos Complementares; quanto a racionalidade, esta revela-se no discurso do governo através de uma retórica modernizadora, em nome do desenvolvimento econômico. Nesses contextos políticos em que se define o autoritarismo, gera-se um quadro de incerteza e um clima de medo, difusos por toda a sociedade, porque ninguém sabe ao certo de quem vem e de onde vêm as resoluções que afetam decisivamente a vida das pessoas, parecendo mais que estão submetidas a forças ocultas. [...] E foi em nome do desenvolvimento econômico e do bem-estar social que o governo autoritário justificou e estimulou a colonização particular na Amazônia sob a força dos decretos-leis. O esvaziamento das tensões sociais no Sul e o aproveitamento das riquezas da Amazônia em prol do migrante, contribuindo, desta forma, para o engrandecimento da Pátria, assinalaram o conteúdo principal do discurso governamental. Os empresários e os grandes proprietários, dentro da ficção da legalidade tiveram respaldo para avançar sobre os direitos dos trabalhadores em geral (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 55-56).

A política de ocupação foi implantada por meio do decreto federal nº 59428 que exibiu em seu conteúdo, a afirmação de que o promotor da colonização dirigida, teria que ter comprovada a sua vocação para o exercício, e dessa forma, apresentou a colonização privada como um processo ordenado e seletivo, a qual tinha a segurança buscada pelos migrantes, pois seria capaz de conduzi-los à emancipação econômica.

A colonização dirigida, como parte de um referencial mais amplo, a política agrária, compreende a ocupação efetiva de áreas territoriais até então incultas e despovoadas, com o objetivo de incorporá-las produtivamente ao restante do país, ou ainda, como forma de garantir os limites de suas fronteiras. Implica na existência de terras despovoadas

ou com reduzida população, de pessoas dispostas a migrar e, ainda, de recursos financeiros indispensáveis à realização de obras de infra-estrutura básicas à instalação dos colonos [...]. A colonização diferiria do simples povoamento por ser um processo que poderia conduzir o colono, através de um trabalho orientado, à sua independência financeira. Seria, portanto, uma ação planejada com a finalidade de povoar a terra e transformá-la em área cultivável (JATENE, 1983, p. 20).

A expansão da fronteira agropecuária e a ocupação dos vazios demográficos são afirmações contraditórias, pois na região em que foram leiloados 2 milhões de hectares, onde atualmente se encontra o município de Alta Floresta, havia grupos de posseiros que se fixaram na região após o fim do ciclo da borracha amazônica e também camponeses que chegaram à região em busca de terras e estavam há décadas instalados e realizando atividades agrícolas de subsistência.

Além de posseiros e camponeses, a serra do Cachimbo era ocupada por silvícolas.

[...] quando um avião sobrevoou suas aldeias, em 1956 o inglês Richard Manson, descendo o rio Iriri, na Serra do Cachimbo, tentou contato com os índios, mas foi morto a flechadas e borsunadas. Em 1968 os levantamentos aéreos realizados na região haviam confirmado a existência de oito aldeias de Kran-Acarôres numa área aproximadamente de 300km de extensão. Calculava-se a existência de mais ou menos 1.500 índios ou até muito mais, pois cada aldeia devia agrupar pelo menos de 200 a 300 indígenas (PRETI, 1994, p. 15).

Os componentes do 9º BEC, ao abrir caminho para a implementação da BR-163, fizeram os primeiros contatos com os índios. Junto com os soldados estavam funcionários da colonizadora. Posteriormente vieram colonos, garimpeiros, todos ocupando o mesmo espaço. Problema que afetou diretamente os indígenas, que nômades, alternam de tempos em tempos o seu espaço de vivência.

Os índios acabaram por recuar, adentrando cada vez mais para o Norte. Mas a velocidade do avanço do homem branco na mesma direção era maior. A imposição do homem branco, inclusive com o uso de armas, acabou por fazer os silvícolas sucumbirem e derrotados, desestabilizados, segregados e destruídos, os Kran-Acarôre se instalaram nas beiras das estradas mendigando, pedindo alimentos e prostituindo suas mulheres. A colonizadora INDECO sempre afirmou que não existiam índios na região de Alta Floresta, porém o processo de licitação das terras que foi realizado, teve as negociações das condições tratadas à revelia dos indígenas que habitavam a região.

Para a instalação da INDECO na região, houve alguns conflitos negados por Ariosto da Riva sempre quando questionado. A existência de índio nas terras

onde hoje está Alta Floresta é certa devido a evidências até hoje encontradas, como ferramentas e instrumentos como peças que auxiliavam na alimentação e na caça indígena. Ainda há um ponto de turismo denominado Pedra do Índio, onde se encontram vestígios da existência dos silvícolas.

Quanto às populações indígenas que ocupavam essas terras em licitação, não tiveram nenhum poder de participação nessas decisões. A esse respeito, referindo-se aos indígenas que se encontravam nas terras da INDECO, um funcionário dessa colonizadora foi categórico: “Nós aqui domamos os índios e fizemos a limpeza” (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 83).

Antes da licitação, além dos índios, os posseiros estavam nos arredores da área. A não implementação do Projeto Humboldt fez com que famílias se aproximassem das terras devolutas. Expedições organizadas pela INDECO com objetivo de conhecer as terras ocorriam com frequência mesmo antes do processo de licitação.

Houve tentativas de invasão e o governo militar providenciou algumas medidas para impedir a invasão. Promoveu uma barreira instalando o 16º BEC em Colíder (ponto de intersecção entre a BR-163 e a MT-208) que tinha por objetivo cercar o direito de ir e vir de possíveis posseiros. Mas estes não se intimidaram e permaneceram lutando pela terra na região.

Para evitar conflitos, frente as resistências dos posseiros, o governo militar criou um projeto de assentamento na região para atender as famílias de posseiros por meio do sistema cooperativista e afastá-los de onde seria construído o município de Alta Floresta. Os dois principais PAC deram origem aos municípios de Terra Nova do Norte e Guarantã do Norte.

Com as possíveis tensões controladas, o reconhecimento das terras continuava. Quando era feito por avião, Ariosto da Riva afirmou ao veículo de comunicação Folha de Londrina que:

Para vir de avião até esta área, era fazer o sobrevoo e voltar, pois não havia gasolina o suficiente. Então eu comecei a fazer o sobrevoo via Barra do Garça. Pousava na Suiá² e descia na estrada, reabastecia com gasolina que levava no próprio avião (FOLHA DE LONDRINA, 1986, p. 3).

Algumas outras expedições foram feitas de barco. Ariosto continua a contar os seus feitos como se fora um bandeirante.

No barco além dos homens, alimentação, remédio, gerador de força era levado o combustível. E foi na margem do Teles Pires [rio que corta Alta Floresta] que se construiu no muque uma pista de pouso. Mas para

² Para saber mais sobre a associação de Ariosto da Riva com a família Ometto no empreendimento Agropecuária Suiá-Missú S.A., licalizada no Norte de Mato Grosso, ver Tafner e Silva (2014).

chegar até a pista, outra aventura foi necessário enfrentar a travessia da cachoeira Sete Quedas, foi preciso abrir uma picada e transportar por seis quilômetros, o barco, motores e alimentos. Levamos quarenta dias. Nessa pista fizemos análise do solo. Plantamos dendê, café, cacau. Começamos a fazer algumas experiências agrícolas (FOLHA DE LONDRINA, 1986, p. 3-4).

O solo era a maior propaganda que a INDECO poderia fazer para atrair os novos colonos. Para um empreendimento agrícola era primordial que a qualidade do solo fosse comprovada e para isso, a colonizadora buscou algumas organizações para avaliar as condições ideais para iniciar as plantações.

O colonizador foi procurar respaldo na tecnologia moderna para provar que o projeto de colonização se localizava em uma “mancha de terra fértil”. Assim, de acordo com o seu depoimento, tratou imediatamente de realizar vários testes com amostras de terras encontrando cobertura para essas pesquisas no Instituto Agrônomo de Campinas e junto a professores do Rio de Janeiro e Piracicaba. Além disso, contou também com o apoio do Projeto RADAM – Projeto Radar da Amazônia – que rastreava a região amazônica, indicando suas potencialidades agrícolas, apontando, inclusive, as áreas de castanhais nativos, dentre as quais Alta Floresta era uma delas. O resultado não poderia ser outro. O projeto de colonização de Ariosto da Riva obtinha, através da pesquisa científica, uma legitimidade que o autorizava a afirmar categoricamente: “Estamos em uma região privilegiada da Amazônia!” (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 99).

Enquanto as pesquisas eram realizadas o governo do estado do Mato Grosso, por meio da CODEMAT, colocou as terras a venda por meio do edital nº 03/73 de 25 de março de 1973. Eram os 2 milhões de hectares que seriam destinados a construção do Projeto Humboldt. Oficialmente, a área passou a pertencer a colonizadora INDECO. O processo de colonização privada de Alta Floresta iniciava-se sob o comando de Ariosto da Riva e a tutela do governador José Fragelli.

A primeira obra de infraestrutura foi a estrada MT-208 que ia do quilômetro 643 da BR-163 até onde seria a sede do município de Alta Floresta. A INDECO financiou esta abertura durante dois anos (1974-1976), construindo pontes e uma balsa para atravessar o rio Teles Pires.

Os funcionários chegaram a trabalhar 24 horas na abertura da estrada. Eram noventa funcionários divididos em dois turnos (ROSA, 1999). A INDECO queria começar a implementar o seu projeto o mais rápido possível.

Chegaram onde se instalaria a sede do município em 19 de maio de 1976. É nessa data que é comemorado o aniversário de Alta Floresta. Quando alcançaram

o local desejado, instalaram um acampamento para pouso e recebimento e fornecimento de alimentos. Os primeiros visitantes e compradores foram recebidos nesse acampamento.

As obras de infraestrutura começaram a ser construídas ao mesmo tempo, impressionando quem fosse para Alta Floresta.

Para colonizar, principalmente com o pequeno e com o médio você tem sucesso se tiver uma terra muito boa, e que dê uma boa resposta. Agora independente da qualidade da terra, que é vital, você precisa de infraestrutura para poder dar apoio para o pessoal que vem para cá. Então tendo a terra boa, nós procuramos desde o início dar esse apoio. Fizemos logo na cidade hospital, colégio, escola, armazém, procurando dotar a região de certa infra-estrutura para inspirar confiança no colono que aqui chegasse (FOLHA DA FLORESTA, apud RIVA, 1989, p. 2).

Mas a INDECO não se limitou a esperar os visitantes na sede do município. Conforme as construções de infraestrutura foram avançando, as demarcações dos lotes rurais e urbanos foram sendo executadas, assim como a abertura das estradas vicinais dentro do município. No Sul do país, mais precisamente no Norte do Paraná, foram sendo instalados escritórios para vender as terras do Norte de Mato Grosso.

A especulação espalhou-se pela região. Caravanas eram articuladas pelos corretores para visitarem as novas terras que foram elevadas à salvação econômica para quem não tinha alcançado a independência financeira.

Torne-se um rico agricultor em Alta Floresta. Esse suplemento foi idealizado especialmente para aquelas pessoas, que, com vontade de progredir e mesmo sendo trabalhadoras, não tem conseguido campo ou chance para desenvolver-se e assim propiciar melhores condições de vida para seus familiares. O Norte de Mato Grosso com suas terras férteis, isentas de geadas ou inundações, temperatura média anual de 24 e 26 graus, regime de chuva em torno de mil milímetros anuais e bem distribuídas é uma das raríssimas oportunidades que o Brasil de hoje está lhe oferecendo. Alta Floresta é mais do que isso, é uma certeza de êxito, sobram terras e falta mão-de-obra para tudo (INDECO, 1980, p. 1).

A propaganda não se restringia somente às cidades que tinham um escritório da INDECO. Corretores em outras cidades apresentavam as novas terras nos municípios que não tinham ponto específico de vendas. Nessas cidades eram feitas reuniões na residência de alguns moradores, que chamavam os amigos para participarem, e durante as reuniões eram exibidas fotos do projeto da INDECO.

A imagem convencia, persuadia, e quem não estava vivendo em boas condições econômicas, acabava por visitar o projeto. A própria INDECO

organizava as caravanas. Chegando na sede de Alta Floresta as terras eram oferecidas. Quem adquiria um lote não pagava a viagem, quem não comprasse nada teria que pagar as despesas. Quando retornavam de uma viagem longa, como era o caso de ir do Norte do Paraná para Alta Floresta, todos contavam aos amigos o que haviam visto. É comum no interior, a curiosidade sobre viagens de pessoas próximas, sendo normal que surjam indagações, principalmente sobre o que então era desconhecido no Sul do país.

Nessas conversas surgiam perguntas sobre a infraestrutura, qualidade de solo, clima e legalidade das posses das terras. Quando voltavam a sua cidade de origem, os colonos que não adquiriam as terras na viagem eram constantemente procurados por corretores que lhes passavam a informação de como estava o andamento do projeto.

Foi formada, no Norte do Paraná, uma longa rede de propaganda que se estendeu por toda a região. Mudar para um lugar que teria terras com solo fértil, e com o clima ideal apresentando as condições necessárias para o cultivo agrícola, significava a possibilidade concreta da emancipação econômica. Alta Floresta se apresentava como o lugar ideal.

Tudo era muito comum. Imagens das aberturas e da manutenção de estradas, construções da cidade, o crescimento das primeiras lavouras e as estatísticas que Alta Floresta apresentava.

No segundo ano de existência Alta Floresta já possui 12 milhões de pés de café plantados, 3,5 milhões de pés de cacau, sendo o único polo cacauzeiro do Estado. Sobre a SAÚDE: temos 3 médicos residentes, 48 leitos, sala de operações, Raio X, Encubadeira – 800m². EDUCAÇÃO – da 1ª a 8ª série – com uma escola na zona urbana de 1.500m², e escolas rurais num total de 2.048m² distribuídas no projeto a 4Km de distância de cada lote rural ocupado. ESTRADAS – construção e conservação do Principal e Vicinais – 736Km. As terras do projeto de colonização em sua totalidade são originárias do governo do Estado. A INDECO S/A está apta a outorgar escrituras definitivas dos lotes quitados. O projeto conta ainda com o Banco do Brasil, Banco Financeiro e CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (INDECO, 1978, p. 4).

Muitos compravam as terras sem ir conhecer e ver o que estavam adquirindo. Apenas números e imagens já bastavam para alguns se tornarem novos colonos de Alta Floresta.

Os pioneiros estavam, após a instalação e a primeira colheita, embriagados com o gosto da prosperidade e de terem vencido as dificuldades iniciais do projeto. Já não lembravam mais de suas renúncias e esse esquecimento das dificuldades que foi substituído pelo prazer de vitória dava sustentação à existência do

projeto. Esse paradoxo se tornou condição para a realização de um processo de colonização privada na Amazônia.

O crescimento de Alta Floresta foi rápido. Um ano após o início da implementação do projeto, a área foi elevada a distrito de Aripuanã. Em 18 de setembro de 1979, menos de três anos após o início das obras, foi elevado à categoria de município pelo decreto-lei nº 4.157. Alta Floresta ainda estava em fase de estruturação e até 31 de janeiro de 1981 a INDECO respondeu pelos problemas municipais. Na data mencionada, Wanderlei Alves Pereira tomou posse como o primeiro prefeito de Alta Floresta.

O prefeito administrou a cidade em parceria com a INDECO. O lema de seu mandato foi: nada resiste ao trabalho, frase repetida por Ariosto da Riva diversas vezes ao longo do processo de colonização. O poder público municipal atuou em parceria com a INDECO até o ano 2.000, quando Vicente da Riva, filho de Ariosto da Riva, não conseguiu a reeleição.

Nesse período a imagem de Alta Floresta continuava sendo vendida como exemplo de um resultado positivo da iniciativa privada no processo de colonização.

Em apenas dez anos, Alta Floresta já era um sucesso. Os números da sua empreitada eram impressionantes. Sem um centavo do governo, ele distribuiu terra para mais de 150 mil pessoas. Sulistas, principalmente paranaenses, chagavam as levas com seus cabelos loiros e seus olhos azuis. Eles contrastavam com uma minoria de nordestinos, todos fugindo da seca. Como a maioria dos migrantes tinha vocação agrícola, cerca de 70% da população de Alta Floresta acabou se assentando no campo. Assim, durante quase dez anos, foram colhidas safras recordes, com consciência ecológica presente no cultivo de espécies nativas como a castanha, o guaraná e o cacau (REVISTA TERRA, 1999, p. 47).

20 anos após a emancipação de Alta Floresta, era assim vendida a sua imagem. Com informações que não correspondem com a verdade, a matéria faz uma propaganda do irreal, levantando suspeitas de que a matéria seja encomendada. Afirmar que não houve um centavo do governo é surreal, pois foi o poder público que construiu as estradas dentro do município. Muitos colonos foram financiados pelo Banco do Brasil. Funcionários do banco viajavam com helicópteros da FAB para Alta Floresta nos fins de semana para receber os colonos, avaliá-los e voltavam no começo da semana para Cuiabá para aprovarem os financiamentos. Além dessa operacionalização, lembremos que as terras onde hoje está localizada a cidade de Alta Floresta foram adquiridas por meio do governo estadual por meio de uma licitação que não envolveu empenhos monetários, apenas apresentação de projetos. Outra inverdade é a distribuição de terras para 150 mil pessoas. As terras

não foram distribuídas, mas sim vendidas e não se atingiu o número de 150 mil pessoas. De acordo com o censo de 2.000 e 2.010, Alta Floresta tinha a população, nos respectivos anos, de 46.982 e 49.164. A INDECO continua vendendo lotes em Alta Floresta. Ainda há a afirmação de contraste entre sulistas e nordestinos, que colocando os primeiros em uma situação de superioridade apresenta o preconceito da matéria. Por fim a afirmação de consciência ecológica na produção agrícola apenas por produzirem espécies nativas não garante a sustentabilidade, além do que a maioria dos produtores plantavam café, como foi citado em um suplemento da INDECO e já no de 1999, a pecuária já apresentava a maior produtividade do município. Produzir espécies nativas não faz com que os produtores em si, adquira a consciência ecológica.

Algumas questões abordadas nessa matéria, como a ausência de incentivos fiscais e dinheiro público e a afirmação de concessão de terras, é que abriam espaços para diversas interpretações para as suas ações. Haja visto na execução de projeto, onde quem comprava as terras era protegido e ovacionado, e quem apenas visitasse Alta Floresta voltava tendo que pagar as despesas.

E essa condição era uma diferença básica para o que ele afirmou ser um sucesso do seu projeto de colonização. A principal diferença entre colonização privada e pública é a seleção de colonos. A primeira, escolhe as pessoas que têm condições de comprar uma porção de terra, e a segunda é destinada para aqueles que justamente não têm como adquiri-la.

3 A CHEGADA DO GARIMPO EM ALTA FLORESTA

O preço do ouro aumentou significativamente. Em 1978, a onça³ (oz) valia US\$403,98 e já no ano de 1980, a mesma medida era comercializada por US\$892,83 (MIRANDA, 1997). O rápido aumento do preço do ouro, que já era alto, chamou a atenção do poder público que passou a incentivar e investir em pesquisas, buscando aumentar a extração do ouro na Amazônia. O ouro no Norte mato-grossense, foi descoberto no rio Juruena em 1978. A jazida era distante da sede de Alta Floresta, mas a busca pelo ouro atraiu uma grande quantidade de garimpeiros que necessitavam, conforme ia aumentando o contingente, de maior espaço físico para trabalharem e se alojarem. A quantidade de colonos que chagava ao município também aumentava e Alta Floresta também ia se expandindo. O conflito de interesses entre agricultores e garimpeiros tornou-se inevitável. A ideologia do colono estava em perigo e Ariosto da Riva, monopolizador do pensamento da cidade, condenou o garimpo.

³ Unidade de medida de ouro equivalente a 31,1034786 gramas (MIRANDA, 1997).

[...] chegou a haver oito, dez mil garimpeiros que quiseram dominar a cidade, implantar bordel, cabaré, no meio das famílias. O pessoal queria ir embora. Queria todo momento voltar [...] o paranaense que veio pra cá – eu vou falar paranaense, mas é o paranaense, o paulista, o gaúcho –, é todo este povo que passou pela escola agrícola do Paraná, veio pra cá pensando no amanhã. Aqui todo mundo só pensa em trabalho, trabalho e trabalho (ARIOSTO DA RIVA, apud REVISTA CONTATO, 1986, p. 10).

Os garimpeiros, que não eram sulistas, foram condenados por Ariosto da Riva. Eles eram os invasores de sonhos e traziam para a sociedade valores antagônicos aos da família, como a violência e a promiscuidade. Quando os garimpeiros, atraídos pela notícia de que havia ouro no entorno de Alta Floresta, estes chegaram aos milhares e o desprezo, o preconceito e a violência contra os garimpeiros. Por ter uma formação/identidade cultural diferente do colono, o garimpeiro aparece como uma ameaça à propriedade privada e à família.

[...] O agricultor preza a terra, a família, e quer erguer uma igreja a cada esquina. O garimpeiro despreza a terra – dela só quer explorar o lucro imediato do ouro –, anda desgarrado da família e prefere um bordel a cada esquina (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1981, p. 18).

Conforme os garimpeiros foram chegando, Alta Floresta foi se transformando. Mestiços, negros, caboclos e mulatos, sempre identificados como “nordestinos”, chegavam aos milhares. Ariosto da Riva reconhece que chegou a expulsar alguns trabalhadores, mais pobres, que se dirigiam ao município.

Eu cheguei a proibir isso. Exatamente porque do Pará vinham estes garimpeiros. Não sei se você conhece Itaituba? Itaituba tem uma casa de família, um cabaré, um vendedor de maconha e depois uma casa de família de novo. É uma degradação. Se há um lugar onde se deveria jogar uma bomba atômica, este lugar é Itaituba. É um pecado. E eles queriam fazer disto aqui uma Itaituba (RIVA apud REVISTA CONTATO, 1986, p. 11).

A colonizadora INDECO, para que não houvesse uma mudança na estratégia de ocupação da região, criou, por meio da violência, uma luta de gêneros que visava os interesses da empresa, ou seja, garantir a integridade do projeto de colonização. A INDECO controlou por mais de dois anos a entrada e saída de migrantes em Alta Floresta. A ferramenta utilizada para fazer a triagem era a balsa, de propriedade da colonizadora, que era necessária para fazer a travessia do rio Teles Pires. O primeiro direito constitucional, o de ir e vir, não funcionava em Alta Floresta para os “nordestinos”.

Construída uma identidade para os garimpeiros, esta foi relatada aos colonos, e estes últimos, assimilando o discurso e a posição da INDECO, organizaram-se para tentar expulsar os garimpeiros que chegavam à Alta Floresta. O conceito de que os garimpeiros eram um ameaça à ordem municipal, pois seus hábitos e costumes eram impróprios perante a sociedade local foi assimilado pelos colonos, que se mobilizaram.

Em setembro de 1979, os agricultores expulsaram alguns garimpeiros de Alta Floresta. Esse dia até hoje é conhecido como a “vitória dos colonos”.

[...] em Alta Floresta muita gente ainda cita o dia 11 de setembro de 1979 como o dia da vitória. Nesta data os colonos, usando facões e enxadas expulsaram centenas de garimpeiros e algumas prostitutas. Apesar desta vitória o garimpo se manteve inarredável (REVISTA ISTO É, 1981, não paginado).

A reação violenta dos colonos de Alta Floresta, demonstra que, para eles, os garimpeiros eram vistos como uma praga agrícola que deveria ser combatida. Mas, ainda que “centenas” de garimpeiros tenham sido expulsos, como afirma a reportagem, a notícia da descoberta de áreas de mineração na região de Alta Floresta se espalhava por todos os garimpos do Brasil, atraindo milhares de garimpeiros. A atividade mineradora atraía os trabalhadores das colonizações públicas, comandadas pelo INCRA, que fracassaram. Foi a alternativa para alguns grupos que não foram contemplados com um “futuro melhor” por meio da colonização e buscaram esse futuro no garimpo.

A colonização de Alta Floresta, não atraiu somente os colonos selecionados pelos escritórios da INDECO no Norte do Paraná. Houve um fluxo de trabalhadores que buscavam se alocar no mercado de trabalho. Para os que não conseguiam uma colocação a saída também era o garimpo.

Os locais de garimpo se proliferavam nas proximidades das áreas agrícolas pertencentes a INDECO. Não havia estradas que levassem às áreas de garimpos. O único meio de transporte era o avião. Alguns investidores, antigos garimpeiros de outras regiões do Brasil, abriram estradas em meio a mata, construindo uma pista de pouso de aviões que traziam elevavam o ouro e os garimpeiros. Ao lado destas pistas nasciam vilas que recebiam infraestrutura como farmácias, armazéns e as cabanas dos garimpeiros.

Um desses homens que abriram uma pista de pouso em meio a mata às margens do rio Paranaíta, foi o cearense Eliézio Lopes de Carvalho, conhecido em Alta Floresta como “Cabeça”. A “pista” do Cabeça, tinha 500 metros de

extensão e 40 metros de largura. Foi a principal pista de Alta Floresta, construída em 4 dias, sendo inaugurada no dia 2 de dezembro de 1981. Na pista do Cabeça, além da infraestrutura já mencionada, havia um hospital e uma escola que comportava 30 crianças. Mas também havia os cabarés. Parte dos lucros de todos os estabelecimentos, a cobrança de pousos e decolagens e uma porcentagem da venda de ouro iam para as mãos do proprietário da pista. De 1981 a 1985, período de funcionamento das atividades mineradoras na pista do Cabeça, cerca de 10 mil garimpeiros trabalharam no local. Cabeça também sabia como aumentar a sua arrecadação, estimulando os garimpeiros a gastarem o ouro que conseguiam. Cabeça promoveu shows artísticos em sua pista; Amado Batista, Waldick lá se apresentaram. Soriano, José Augusto, e Cláudia Barroso, por ç O avião de transporte dos garimpeiros sempre estaria a disposição, custando 6 gramas de ouro cada passagem. A viagem de Alta Floresta até a pista do Cabeça durava 15 minutos (REVISTA ALTA FLORESTA 26 ANOS, 2002).

Em 1988, o Sindicato dos Garimpeiros de Mato Grosso apontou a existência de 57 pistas como a do Cabeça em Alta Floresta (MIRANDA, 1997). Esse ambiente era formado por trabalhadores vindos de todas as partes do Brasil. Muitos largaram suas famílias e estavam em busca do ouro para alcançar a independência financeira. Andavam pela Amazônia procurando o Eldorado. Eram garimpeiros que se deslocavam constantemente, e que não se submetiam as regras de controle de produção e comercialização de seus resultados e não eram atingidos por qualquer instituição externa.

Era como se fosse uma terra sem governo. Cada um tinha o direito de, pela força, ou pela inteligência vir a ditar sua própria norma [...]

As barracas de moradia eram provisórias, assim como a morada de seus donos: uma lona, alguns troncos para amarrá-la e eis a casa. A comida feita ao relento e, no meio da mata uma mesa de troncos, vasilhas espalhadas sobre ela [...] em meio a tudo, uma balança para pesar o ouro (RIBEIRO, 2001, p. 64).

O colonizador teria que criar novas maneiras de lidar com o “novo”, com o “outro”. Para manter os garimpeiros longe do espaço da colonização, a INDECO agiu cedendo à racionalidade dos garimpeiros. Quando o ouro foi descoberto a margem do rio Teles Pires, já dentro de terras pertencentes aos colonos,

Ariosto da Riva chamou Benedito Vieira da Silva e delegou a ele a responsabilidade de cuidar dos garimpos. Homem de confiança de Ariosto, Benedito Vieira apressou-se em construir a infraestrutura e organizar os garimpos. [...] Depois de tudo providenciado, o colonizador anunciou

aos garimpeiros recém-chegados que abriria mão de qualquer lucro no garimpo desde que eles não se metessem em terras de colonos (RIBEIRO, 2001, p. 65-66).

Benedito Vieira montou uma “pista” assim como tantas outras que havia no município, e esta era uma espécie de filial da INDECO. As ações da colonizadora acabaram melhorando as condições de trabalho dos garimpeiros. A não taxação do ouro, ao invés de manter o garimpeiro a uma certa distância da colonização fez por acontecer exatamente o contrário, o cenário passou a ser convidativo aos garimpeiros.

Com todos esses atrativos para exercer a garimpagem, cerca de 15 mil trabalhadores, originários de Itaituba (até a década de 1970 foi conhecida como a capital do ouro) no Pará, invadiram as terras dos colonos em Alta Floresta (MIRANDA, 1997). A organização do garimpo proposta por Ariosto da Riva, que visava manter os garimpeiros longe de Alta Floresta teve que recorrer à força. A polícia que atuava na região colaborou com o colonizador.

O então deputado estadual Paulo Nogueira, na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, relatou os maus tratos sofridos pelos garimpeiros em Alta Floresta.

Foi designada uma comissão parlamentar para averiguar os fatos. Foram para Alta Floresta cinco deputados estaduais: Osvaldo Sobrinho, Ubiratan Spinelli, Candido Borges, Estevão Torquato e Hitler Sansão. Todos representantes da situação. Foram recebidos por Ariosto da Riva, que se auto encarregou de relatar os feitos que foram prontamente acatados pelos parlamentares. Após a visita a decisão dos parlamentares foi aumentar o policiamento no município.

[...] a polícia continua a agir na região de garimpos em Alta Floresta, onde espancam os garimpeiros que estão se retirando do local e confiscam todo o ouro por eles encontrado, além de promover a queima de todos os documentos que são encontrados em posse dos garimpeiros (DIÁRIO DE CUIABÁ, 1981, p. 7).

O secretário de Segurança Pública, o coronel Paulo Santa Rita Athaíde, afirmou que a sua secretaria atenderia os interesses da colonizadora

Figura 1 – Notícia publicada no veículo Fatos Populares



Fonte: Fatos Populares, 21 de setembro de 1981

[...] [A Secretaria] estava inteirada do problema, e que agilizaria recursos para proteger os trabalhadores. Lembrando que o governo tem o máximo interesse no progresso da região – que só se efetivará com a atuação dos agricultores – o Coronel disse que já foi nomeado outro delegado para Alta Floresta, que deve ser empossado nos próximos dias. Também o efetivo policial será ampliado visando manter a ordem naqueles distritos (DIÁRIO DE CUIABÁ, 1981, p. 7).

O espaço sem lei foi criado pela própria INDECO que tentava afastar os garimpeiros, e estes chegavam cada vez mais em maior número ao município. Os garimpeiros, homens simples e pobres, que possuíam somente sua força de trabalho, estavam buscando condições para escapar da miséria e, conforme o cenário que foi apresentado a eles, Alta Floresta era o local ideal para que isso acontecesse, pois era uma região de farta riqueza. Essa identidade única dos garimpeiros, sem apegos, contrastava com os colonos, apesar de chegarem a Alta Floresta com o mesmo objetivo: escapar da miséria. Era uma sociedade construída para os agricultores, onde os garimpeiros não tinham espaço de vivência, ao contrário, se tornaram uma ameaça ao crescimento da cidade.

Muitos arrendaram suas terras para os garimpeiros. Toda a cidade passou a estar em função do garimpo. Até mesmo as terras destinadas a agricultura passaram a ser reviradas em busca de ouro. E com a atividade garimpeira se tornando a mais produtiva da região, movimentado o comércio local a prostituição também aumentou. Em Alta Floresta instalou-se o maior prostíbulo da América Latina, chamado Saramandaia, que abrigava cerca de 600 mulheres.

[...] se arrancava um pé de café e saía “fagulhas” de ouro no meio da raiz. [No prostíbulo] tinha briga para ver quem limpava o salão no outro dia [Por quê?]. Porque a moeda era o ouro. Na cidade até as [prostitutas] se pagava com o ouro e os garimpeiros levavam as pepitas nos bolsos, e com aquela farra toda, aquela bebedeira, sempre caía alguma no chão e os garçons queriam limpar no outro dia pra procurar algum ouro. [...] os garimpeiros chegavam [no prostíbulo] tudo sujo e as [prostitutas] raspavam o corpo dos garimpeiros por que o ouro podia ficar grudado no corpo deles né [...] elas garimpavam o garimpeiro (Dalla Riva, informação verbal, 2013).

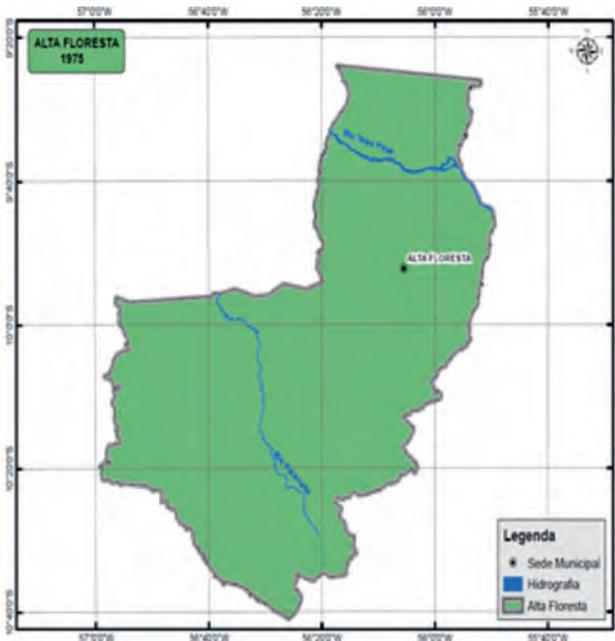
A era do garimpo em Alta floresta, iniciada em 1979, se estendeu até 1990. Pelo menos 200 empresas de compra de ouro se instalaram no município. Em 2002 havia apenas cinco empresas (REVISTA ALTA FLORESTA, 2002). Atualmente só há uma, a empresa Ourominas, que compra metal extraído basicamente do garimpo paraense de Novo Progresso.

4 A CONJUNTURA DE ALTA FLORESTA

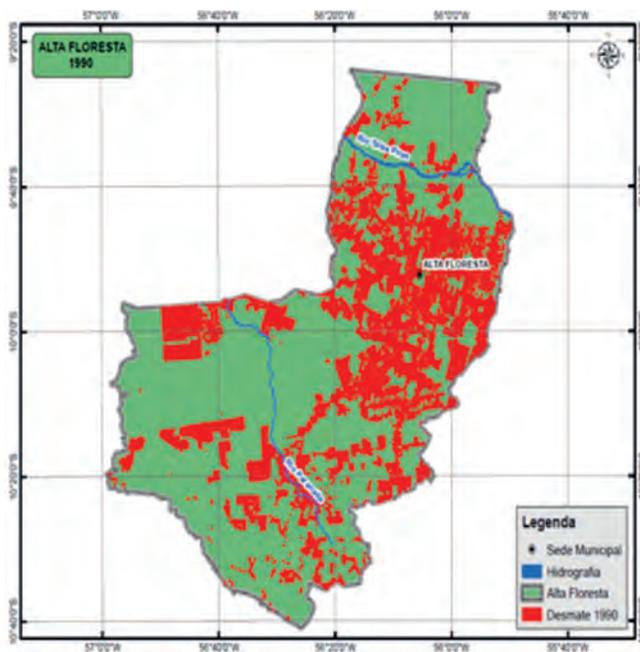
Com o fim do garimpo, as atividades agrícolas tendiam a ser a principal atividade econômica de Alta Floresta, mas a produtividade da terra, cultivada aos moldes sulistas e deteriorada/contaminada pelo garimpo, foi diminuindo. Com a baixa potencialidade do solo, as áreas que seriam destinadas à agricultura, foram gradativamente substituídas por pastos e a pecuária de corte foi se estabelecendo, tornando-se atualmente a maior atividade econômica do município.

O número de cabeças de gado de corte em Alta Floresta é de 838.711, sendo 2050 proprietários. Embora haja uma grande quantidade de gado de corte, há também um alto número de criadores, o que sugere uma maior distribuição das riquezas geradas pela atividade entre os pecuaristas. O índice de Gini em Alta Floresta é de 0,34, com uma incidência de pobreza de 18,29% (IBGE, 2013). A população de Alta Floresta é de 46.164 habitantes (IBGE, 2010). Apesar da pecuária ser o maior propulsor econômico de Alta Floresta, as externalidades negativas ocasionadas por essa atividade afetam a população florestense, sendo o desmatamento nas áreas de criação de gado bovino, a externalidade negativa de maior incidência.

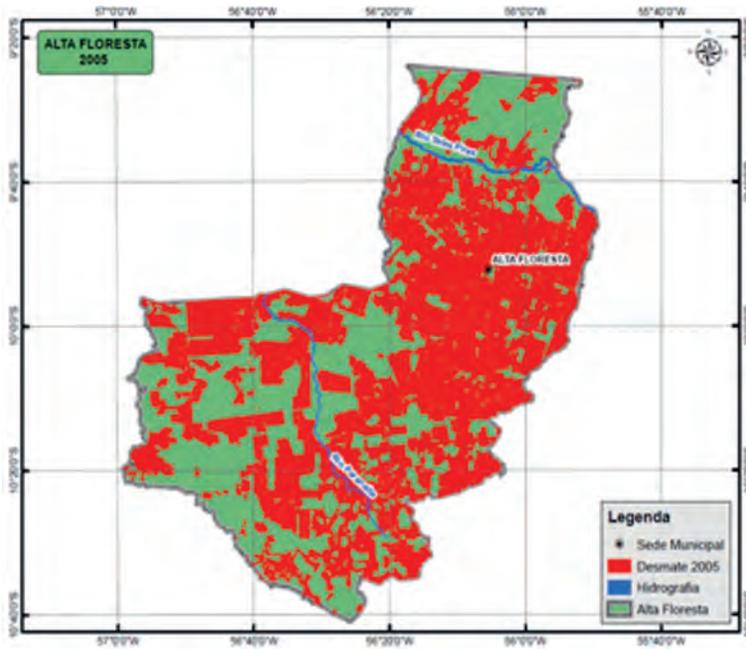
Figuras 3, 4, 5 – Evolução do desmatamento em Alta Floresta



Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior, de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE; ICV (2008).



Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior, de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE; ICV (2008).



Fonte: Elaborado por Helton Luiz da Silva Campos e Armando Wilson Tafner Junior, de acordo com a base cartográfica política e administrativa do IBGE; ICV (2008)

Vê-se um aumento significativo no desmatamento de Alta Floresta ao longo do tempo, o que afeta outra atividade econômica importante do município, o ecoturismo. O município é um dos maiores polos turísticos de Mato Grosso e da Amazônia, e gradativamente, com o avanço da pecuária, vai perdendo espaço físico para desenvolver suas atividades.

CONCLUSÃO

A atividade produtiva que predomina na conjuntura econômica de Alta Floresta provoca uma transformação paisagística dentro do município. A pecuária de corte tomou conta de grande parte das terras produtivas. Essa atividade promove a concentração de terra, e o direito de propriedade acaba por inibir a chegada de novos migrantes. Nem agricultores familiar, nem garimpeiros. A atividade produtiva predominante não vai de encontro com os interesses de nenhuma atividade que outrora tentou se estabelecer em Alta Floresta. Seja por meio da INDECO, empresa de Ariosto da Riva, seja pelos garimpeiros que viriam extraia os minérios da região.

Ariosto conseguiu implementar uma colônia, construiu aos seus moldes, em conjunto com governo militar ditatorial, influenciou os pequenos agricultores, fez uma guerra ideológica entre duas classes distintas, com isso ganhou apoio de grande parte dos migrantes que compraram suas terras. Carismático, fez com que tudo funcionasse ao seu redor desde o início da colonização até a sua falta. Muitas vezes não conseguiu, mas com mão-de-ferro sempre resistiu e nunca desistiu.

Promoveu uma busca à expulsão dos garimpeiros, e por fim, atualmente, pouco se planta em Alta Floresta, e muito se cria. A concentração fundiária está ocorrendo, e Ariosto da Riva não é mais o herói dos pequenos agricultores, pois passou a ser herói nos discursos dos pecuaristas, que estão dominando o território do pequeno agricultor que antes o exaltava. Para os garimpeiros Ariosto sempre será um déspota, agressivo e meticuloso em suas ações.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. Movimento boa nova. Belo Horizonte: O instrutor, 1999.

DALLA RIVA, C. M. Proprietário do 1º cartório de Alta Floresta. Entrevista concedida ao autor em 09 de fevereiro de 2013.

FOLHA DA FLORESTA. Abril de 1989. Entrevista concedida por Ariosto da Riva ao veículo de comunicação impresso do município de Alta Floresta, 1989.

FOLHA DE LONDRINA. Fevereiro de 1986. Entrevista concedida por Ariosto da Riva ao veículo de comunicação do município de Londrina, 1986.

GUIMARÃES NETO, R. B. A Lenda do ouro verde. Cuiabá: UNICEN Publicações, 1986.

HUERTAS, D. Da fachada atlântica à imensidão Amazônica: fronteira agrícola e integração territorial. São Paulo: Annablume, 2009.

IANNI, O. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra em uma área da Amazônia. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981.

IBGE. Cidades 2013. Rio de Janeiro, 2013.

_____. Censo 2010. Rio de Janeiro, 2010.

ICV- Instituto Centro de Vida. Iniciativas de projetos de pecuária. Alta Floresta, 2008.

INDECO - Integração, Desenvolvimento e Colonização. Alta floresta ano II. Cuiabá: [s.n.], 1980.

_____. O construtor de cidades. Cuiabá, 1978.

JATENE, H. Reabertura da fronteira agrícola sob controle: a colonização particular dirigida de Alta Floresta. Campinas-SP: Unicamp, 1983.

JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ. Degolaram cidadão em Alta Floresta. 16 de setembro de 1981.

JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ. Tensão e conflito em Alta Floresta. 20 de setembro de 1981.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. Uma história de ouro e sangue. São Paulo, 1 de abril de 1981.

JORNAL OPINIÃO. A verdadeira história de Humboldt. Rio de Janeiro, 19 set. 1975.

MIRANDA, J. A. A produção do ouro no Estado de Mato Grosso. Campinas-SP: Unicamp, 1997.

PRETI, O. A colonização oficial em Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 1994.

REVISTA ALTA FLORESTA 26 ANOS. Cabeça, ex-rei do garimpo. Alta Floresta, 2002.

REVISTA CONTATO. Ariosto da Riva: O Imperador do Nortão. Cuiabá, maio de 1986.

REVISTA ISTO É. A última aventura. São Paulo, 24 de abril de 1981.

REVISTA TERRA. Uma aventura na selvagem Alta Floresta. Ed. Abril. São Paulo, 1999.

RIBEIRO, J. Terra e garimpo. Cuiabá: UFMT, 2001.

ROSA, R. A Constituição da escola com um espaço de formação do colono junto aos projetos de colonização do Norte mato-grossense: Alta Floresta, 1976 a 1996. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

implantado o escritório do Projeto INDECO, propriedade do todo poderoso Ariosto da Riva, está ultrapassando em larga margem, as violentas atividades nas caatingas do Nordeste, na época do famigerado e carniceiro Antônio Virgolino Ferreira, o sanguinário “Lampião”, conhecido como o “Rei do Crime” no Brasil.

DEGOLARAM CIDADÃO EM ALTA FLORESTA

Sem resultados concretos a respeito do crime, o deputado Paulo Nogueira mostrou ontem, na sessão plenária da Assembléia Legislativa, a fotografia de dois homens segurando uma cabeça humana. Conforme comentários generalizados, o crime teria sido perpetrado pelos dois homens da foto, na região de Alta Floresta, e que estes foram presos posteriormente, quando transportavam a cabeça, para mostrar ao mandante que tinham executado o “serviço”.

Ainda no campo da especulação – pois não há nenhuma prova do ato digno da época do cangaço – os dois assassinos estariam impossibilitados de darem qualquer depoimento sobre o macabro acontecimento, pois teriam sido sumariamente executados a mando de César Comte, delegado de Polícia de Sinop, depois que foram apanhados em flagrante transportando a cabeça dentro de uma caixa de isopor.

Traduzindo o terror que assalta a população de Alta Floresta e Sinop, devido aos inúmeros crimes sem solução acontecidos na região, o deputado Paulo Nogueira pediu em Plenário, que a Polícia Militar realize investigações rigorosas para punir os responsáveis. Ainda ontem, por determinação do deputado Osvaldo Sobrinho, eleito pela região de Sinop, estaria sendo montada uma comissão de deputados para se direcionar aquele distrito e avaliar o caso.

Texto submetido à Revista em 07.05.2015
Aceito para publicação em 23.09.2016



Neodesenvolvimentismo e conflitos sociais: o caso da Hidrelétrica de Belo Monte

Neo-developmentism and social conflicts: the case of Belo Monte Dam

Sérgio Roberto Moraes Corrêa - Professor da Universidade do Estado do Pará, vinculado ao Departamento de Filosofia e Ciências Sociais. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS-UFCG). E-mail: sergiorcm2001@yahoo.com.br

Resumo

O texto trata da temática do neodesenvolvimentismo no Brasil na atualidade, com foco na particularidade amazônica à luz dos conflitos sociais. Para isso, toma como objeto de estudo as lutas de resistência do Movimento Xingu Vivo Para Sempre frente à Hidrelétrica de Belo Monte. Esse texto é parte da tese de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG. Nessa pesquisa, foi possível identificar que Belo Monte é a expressão, por meio do PAC, da expansão da *fronteira hidrelétrica* como movimento de territorialização da dinâmica de acumulação do capital sobre a Amazônia sob forte influência do Estado, em parceria com grandes grupos privados. Esse padrão de desenvolvimento é marcado, contudo, por fortes contradições e conflitos, sendo as lutas e resistências de movimentos sociais reveladoras de outras dinâmicas sociais, que, nos termos de Boaventura Santos, ajudam a revelar outras representações e experiências da Amazônia e do Brasil.

Palavras-chave

Neodesenvolvimentismo. Amazônia. Hidrelétrica de Belo Monte. Conflitos Sociais. Movimento Xingu Vivo Para Sempre.

Abstract

The text deals with the neo-developmentism the theme in Brazil today, focusing on Amazon particularity in the light of social conflicts. To do this, take as object of study the resistance struggles of the Xingu Vivo Movement Forever front of the Belo Monte Hydroelectric Plant. This text is part of the doctoral thesis carried out at the Graduate in Social Sciences UFCG Program. In this research, it was possible to identify that Belo Monte is the expression, through the CAP, the expansion of hydroelectric border and territorial movement of the dynamics of capital accumulation on Amazon under the strong influence of the state in partnership with private groups. This pattern of development is marked, however, by strong contradictions and conflicts, and the struggles and resistance of revealing social movements of other social dynamics, which, in terms of Boaventura Santos, help reveal other representations and experiences of the Amazon and Brazil.

Keywords

Neo-developmentism. Amazon. Hydroelectric Belo Monte. Social conflicts. Xingu Alive Forever Movement.

INTRODUÇÃO

O governo federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), retomou uma série de Grandes Projetos na Amazônia, que visam ampliar e alargar a infraestrutura do país para levar a cabo seu processo de integração e desenvolvimento com crescimento econômico interno, assim como fortalecer sua inserção internacional, em especial a integração Sul-Americana, como parte desse processo de globalização de mercados.

Entre os diversos projetos em curso para região, sobressai-se o megaempreendimento de “Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte”, no sudoeste do Estado do Pará. Esse empreendimento, contudo, tem sido alvo de diversas polêmicas (contra e a favor) e gerado bastante tensões e conflitos socioambientais. Esse quadro sugere levantar as seguintes questões: as matrizes prático-discursivas oficiais inscrevem que concepção de desenvolvimento na Amazônia por meio dos grandes empreendimentos hidrelétricos do PAC, como Belo Monte? O que os povos e movimentos sociais que lutam contra esse empreendimento têm a revelar sobre esse modelo de desenvolvimento para a região? Se ajustarmos a lente para realçar as dimensões dos conflitos sociais, a partir dessas lutas e resistências desses segmentos sociais, o que isso pode suscitar de elementos para interpretar e debater o tema do desenvolvimento na região e no país? O presente texto está estruturado em três tópicos, além desta introdução e da conclusão.

1 O NEODESENVOLVIMENTISMO EM DEBATE

Identificamos um revigoramento do tema do desenvolvimento, em particular do *neodesenvolvimentismo*, e desse debate na agenda de pesquisa das Ciências Sociais/Humanas, de formuladores de Políticas Públicas e de diversos agentes sociais da sociedade civil, exprimindo profundas tensões e conflitos em torno de concepções e projetos em disputa na sociedade. Isso sugere e exige uma análise desse processo em curso, considerando aqui as dinâmicas e configurações particulares do Brasil, em especial da Amazônia, relacionadas à dinâmica mais ampla e complexa Regional e Global, dominada pela dinâmica capitalista. Apresentamos resumidamente algumas ideias acerca desse tema.

Uma dessas abordagens é o *Novo Desenvolvimentismo*. Para defensores dessa perspectiva, como o economista Bresser-Pereira (2003, 2006), o Brasil precisa de um novo caminho, com vistas a construir de forma redefinida uma *estratégia nacional de desenvolvimento*, visto seu contexto atual diferente, uma nova realidade, que aponta

e enfrenta novos desafios. Para esse autor, essa perspectiva se apresenta como um contraponto ao “antigo desenvolvimentismo” e à “ortodoxia convencional” ou agenda neoliberal que entraram em crise (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Sob esse ângulo, o *novo desenvolvimentismo* é entendido como um “terceiro discurso” e o “conjunto de diagnósticos e ideias”, que servem de base e orientação para a formulação da estratégia nacional de desenvolvimento de cada Estado-Nação, reassumindo este, junto com o mercado, lugar protagônico nesse processo. Nesse sentido, ele se expressa como “um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos”. Ademais, defende a permanência das políticas públicas e flexibilização das relações de trabalho (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 12-19).

Ao polemizar essa retomada do debate desenvolvimentista e suas variações, Fiori (2011) assume uma posição crítica em relação ao chamado “novo desenvolvimentismo”, identificando-o como uma tentativa de “terceira via”. O referido autor sustenta que os defensores desse neodesenvolvimentismo incorrem nos mesmos erros teóricos do passado e propõem “um conjunto de medidas ainda mais vagas e gelatinosas do que já havia sido a ideologia nacional-desenvolvimentista dos anos 50”. Para ele, “trata-se de um pastiche de propostas macroeconômicas absolutamente ecléticas”. Ao problematizar o papel do Estado abordado por eles, identifica que “a questão central do poder e dos interesses contraditórios das classes e das nações” é deixada de lado, demonstrando sua fragilidade analítica com consequência política (FIORI, 2011, p. 2). Em outros dois artigos seus, Fiori (2012) desfere fortes críticas às correntes mais à esquerda desse debate, em especial à chamada Escola Campineira. No primeiro artigo, ele acusa essa corrente de esquerda de um estreitamento de seu “horizonte utópico”, transformando-se numa “ideologia tecnocrática, sem mais nenhuma capacidade de mobilização social” (FIORI, 2012, p. 2).

Contrapondo as críticas de Fiori, Carneiro (2012) rebate sustentando a existência de pelo menos duas vertentes nesse debate atual. Uma delas é o já citado *novo desenvolvimentismo*, cujo centro estaria na Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), que “privilegia as dimensões macro das políticas econômicas e subordina a elas as políticas de desenvolvimento dando maior peso ao papel do mercado (CARNEIRO, 2012, p. 3). No outro lado desse campo, situa-se o *social-desenvolvimentismo*, com origem na Unicamp e na UFRJ, assumindo o *social* como eixo estruturante de desenvolvimento e isto se daria pela centralidade do mercado interno por meio da ampliação do consumo de bens públicos e privados – pelas massas. Para essa vertente, propõe-se “a subordinação das

políticas macroeconômicas às de desenvolvimento e o maior peso do Estado. O desenvolvimento das forças produtivas seria, nesse caso, um meio para atingir o objetivo almejado” (CARNEIRO, 2012, p. 3).

Em sua abordagem, Cepêda (2012), ao diferenciar o *novo-desenvolvimentismo do velho*, identifica uma mudança na *questão nuclear*, que a aproxima desse campo do “social-desenvolvimentismo”. Para ela, o “novo-desenvolvimentismo, ao contrário, apoia-se no processo de inclusão social, colocando redistribuição e equidade em posição prioritária”, acrescentando que a “questão nacional que cimenta o novo-desenvolvimentismo, presente nas políticas públicas federais da última década e em seu projeto de sustentação (PAC I e PAC II), apoia-se no diagnóstico da exclusão social como eixo do problema atual” (CEPÊDA, 2012, p. 84). Cercando a problemática por esse ângulo, a autora reconhece a combinação de “políticas de crescimento com políticas de distribuição” no novodesenvolvimentismo apresentado por Sicsú et al. (2007), mas destaca o lugar que a segunda vem ganhando na agenda do governo, o que possibilita ajustar o foco para o protagonismo do Estado e da dimensão social (CEPÊDA, 2012, p. 84). Nessa perspectiva, o Estado é reposicionado como protagonista da ação política nessa agenda, mas de maneira redefinida, assumindo a *dimensão social* – a política distributiva – lugar de destaque no processo de democratização, por meio de políticas públicas sociais com forte papel do Estado. Ao colocar nesses termos, a autora difere sua abordagem, sobretudo, da de Bresser-Pereira, centrado mais na macroeconomia e no mercado.

Ao refletir sobre esse “retorno” ou a “reencarnação” do desenvolvimentismo na atualidade, em particular considerando o “campo da esquerda”, Ridenti (2009-2010; 2009) destaca a necessidade de um “estranhamento” quanto a tal retorno. Entende que este não é uma volta a este (embora considere relevante esse debate anterior), mas um retorno modificado com renovações de pensamento e de ação política no campo de esquerda. Uma primeira aproximação de resposta às suas questões se expressaria nas crises do modelo neoliberal e do pensamento das esquerdas: “com as dificuldades de organização dos despossuídos trazem de novo propostas (diferenciadas) na atuação do Estado para a retomada do desenvolvimento nos marcos do capitalismo” (RIDENTI, 2009, p. 7).

Esse autor chama a atenção para o cuidado de não se esquecer de um debate clássico de (auto) crítica e de crítica ao desenvolvimentismo, questionando: *a quem serve o desenvolvimento? A que grupos e classes sociais?*; e das dimensões emergentes que passam a ocupar lugar de destaque na agenda acadêmica e política da sociedade, como as questões *ambiental* e da *sustentabilidade* do desenvolvimento (RIDENTI, 2009, p. 7).

Se a crise de hegemonia da agenda neoliberal e a crise de alternativas à esquerda, por um lado, como bem destacou Ridenti, constituem-se como fatores relevantes para a retomada desse debate “desenvolvimentista” sob outras variantes na atualidade; por outro lado, isso não implica afirmar que a agenda neodesenvolvimentista tenha produzido uma ruptura drástica com o receituário anterior (neoliberal), implantando algo genuinamente novo. O neodesenvolvimentismo está caracterizado por marcantes continuidades com a política econômica anterior, dada a acentuação que o *mercado* (macroeconomia) vem assumindo em algumas abordagens e o esvaziamento da relação de poder, mesmo que o Estado seja colocado em suposto “equilíbrio” com ele e o crescimento se combine com “equidade social”.

É possível, contudo, também, identificar sinais de inflexão, que inscrevem o reposicionamento do *Estado* e maior ênfase na dimensão *social*, demarcando a política como relevante no combate à exclusão social e à desigualdade nos marcos do desenvolvimento do capitalismo dependente, reforçando a dinâmica hegemônica deste e sua variabilidade, em particular no continente latino-americano. Nesses termos, o neodesenvolvimentismo vem se constituindo num *campo* de debate em processo de formação, marcado por perspectivas e ângulos diferentes e conflitantes. Nesse quadro traçado do neodesenvolvimentismo, o lugar das relações de poder entre as classes e grupos sociais dominantes e subalternos é subsumida, assim como a questão ambiental não ocupa lugar de destaque nessa agenda.

2 O PAC COMO SÍMBOLO DA AGENDA NEODESENVOLVIMENTISTA: que lugar é reservado à Amazônia?

Um exemplo dessa reposição do Estado brasileiro se expressa no *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC I 2007 a 2010) - lançado pelo governo federal em janeiro de 2007. Esse Programa prioriza investimentos em infraestrutura e medidas institucionais, objetivando alavancar o crescimento econômico do país, por meio de investimento público e do estímulo ao investimento privado (BRASIL, 2007). Nesse documento oficial, concebe-se e defende-se o PAC como um *Programa de Desenvolvimento* (BRASIL, 2007, p. 2).

Ao informar seus “fundamentos econômicos”, ele diz estar calçado num tripé: “estabilidade monetária”, “responsabilidade fiscal” e “baixa vulnerabilidade externa”. As suas “medidas” estão organizadas em “cinco blocos”: 1) *Investimento em Infra-Estrutura*; 2) *Estímulo ao Crédito e ao Financiamento*; 3) *Melhora do Ambiente de Investimento*; 4) *Desoneração e Aperfeiçoamento do Sistema Tributário* e 5) *Medidas*

Fiscais de Longo Prazo (BRASIL, 2007, p. 4). No *Bloco I*, o governo objetivou aumentar o investimento em infraestrutura para “eliminar os principais gargalos que podem restringir o crescimento da economia; reduzir custos e aumentar a produtividade das empresas; estimular o aumento do investimento privado; e reduzir as desigualdades regionais” (BRASIL, 2007, p. 6). De um total de mais de 500,3 bilhões de Reais para essa área, só o investimento em energia foi de 274,8 bilhões de Reais, mais de 50%, ao passo que em “infraestrutura social” foi de 170,8 bilhões. Ao defender a *Melhora do Ambiente do Investimento*, o governo federal entende que “o aumento do investimento também depende de um ambiente regulatório e de negócios adequados” (BRASIL, 2007, p. 18).

Quando considerada a distribuição dos recursos do PAC entre as regiões brasileiras, tem-se o seguinte desenho distributivo: A Região Sudeste concentra a maior parcela dos investimentos, R\$ 243,6 bilhões, 48,34% dos recursos; a Região Nordeste vem em segundo com R\$ 115,6 bilhões, 22,94%; a Região Norte totaliza R\$ 62,9 bilhões, 12,48%; as regiões Sul e Centro-Oeste totalizam conjuntamente 16,24% dos investimentos. Se considerada a *Amazônia Legal*, percebe-se que esse investimento se eleva para R\$ 83,6 bilhões, distribuídos assim: Acre R\$ 1,3 bilhão (1,56%); Amapá R\$ 3,2 bilhões (2,83%); Amazonas R\$ 8,7 bilhões (10,41%); Maranhão R\$ 9,1 bilhões (10,89%); Mato Grosso R\$ 11,6 bilhões (13,88%); Pará R\$ 12,7 bilhões (15,19%); Rondônia R\$ 17,9 bilhões (21,41%); Roraima R\$ 0,6 bilhões (0,72%); Tocantins R\$ 18,5 bilhões (22,13%). Esse valor totaliza pouco mais de um terço dos investimentos que foram destinados ao Sudeste.

A prioridade de investimento, como estratégia de desenvolvimento para a região, se concentrou na infraestrutura energética, que recebeu 58,66% dos recursos. As áreas de logística e infraestrutura social e urbana ficaram, respectivamente, com 25,93% e 15,41% dos recursos. Contudo, é importante considerar que essa projeção de investimentos se alterou. No caso do Estado do Pará, esse valor foi elevado em 2009 e chegou a 20,3 bilhões. Foram distribuídos 15,18 bilhões (entre os anos de 2007 e 2010) nos eixos de infra-estrutura e R\$ 5,74 bilhões (para o período pós-2010), concentrado no setor energético.

No *Balanco do PAC 2007-2010*, foi apresentado um conjunto de resultados, focando sobretudo na taxa de crescimento do PIB, que alcançou uma média de 5%. Ademais, esse documento enfatiza o resultado oriundo do investimento em infraestrutura no país e na geração de emprego e melhoria da renda: ampliação e aumento de consumo no mercado interno associada à “expansão acentuada do crédito” e ao reposicionamento do BNDES; aumento expressivo das reservas internacionais e queda da dívida externa líquida. Isso tudo conforme a garantia da estabilidade econômica e da política fiscal (BRASIL, 2010b).

Com o *slogan* *O Brasil vai continuar crescendo*, o PAC II (2011-2014) inicia fazendo alusão ao “legado do PAC I”, enfatizando que “o país cresceu em 2007, 2008 e crescerá em 2010 mais do que a meta de 5% prevista no PAC I”. Ao informar sobre o *aumento do emprego em infra-estrutura* no período de dezembro de 2006 a dezembro de 2009, esse documento enfatiza: em rodovias e ferrovias, o crescimento foi de 76%, seis vezes mais do que a média; em saneamento foi de 64%, cinco vezes mais do que a média; em construção de edifícios foi de 41%, três vezes mais do que a média. Além disso, enfatiza a “maior parceria com Estados e municípios” e a “ampliação das parcerias entre o setor público e o investidor privado” (BRASIL, 2012a). Nesse sentido, argumenta: “Assim como na primeira etapa do Programa, o principal objetivo é aumentar o ritmo da economia, combinando esse aumento com geração de empregos, distribuição de renda e inclusão social” (BRASIL, 2012b, p. 1-2).

Do montante de investimento do PAC II, dois terços se dirigem ao *PAC Energia*, ampliando bastante o investimento em relação ao PAC I.

Tabela 1 - PAC II- investimento em energia (em R\$ bilhões)

EIXOS	2011-2014	PÓS 2014	TOTAL
GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	113,7	22,9	136,6
TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	26,6	10,8	37,4
PETRÓLEO E GÁS NATURAL	285,8	593,4	879,2
MARINHA MERCANTE	36,7	-	36,7
COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS	1,0	-	1,0
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	1,1	-	1,1
PESQUISA MINERAL	0,6	-	0,6
TOTAL	465,5	627,1	1.092, 6

Fonte: MPI, 2010

Em relação ao Estado do Pará, conforme o documento oficial do 7.º *Balanço do PAC II* (de Janeiro a Abril 2013), o investimento total previsto nesse estado é de R\$ 98, 74 bilhões, sendo: R\$ 45,94 bilhões entre 2011-2014 e R\$ 52,80 bilhões pós-2014. Quando comparado com o volume do PAC I, percebe-se um aumento significativo de investimento, sobretudo em infraestrutura, em especial na área de energia.

Em seu Relatório, 8.º *Balanço do PAC II*, o governo federal destaca que, até agosto de 2013, foram investidos R\$ 665 bilhões em ações de infraestrutura, logística, além de projetos sociais e urbanos – 67,2% do valor previsto até 2014.

Segundo o governo, o montante supera o aplicado durante a primeira fase do programa entre 2007 e 2010 PAC I (BRASIL, 2013) e sustenta “a retomada do planejamento no Brasil”, assumindo o PAC a expressão de “programa estruturante do desenvolvimento do País” (BRASIL, 2013, p. 1).

Nesse resumido quadro panorâmico e esquemático do PAC I e II, é possível identificar um reposicionamento do Estado brasileiro na agenda e na dinâmica de desenvolvimento do país, por meio da orquestração desses grandes projetos, com foco prioritário em infraestrutura, em especial em energia. Nesse cenário e programa, a região amazônica é posta como dimensão territorial estratégica de ocupação e controle.

2.1 APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO DE BELO MONTE COMO EXPRESSÃO DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA HIDRELÉTRICA NA AMAZÔNIA

Entre os vários megaprojetos e empreendimentos de infraestrutura do PAC destinados para a região amazônica, o Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte ganha destaque e é apresentado pelo Governo Federal como um dos principais símbolos da nova era de “aceleração do crescimento” e de “desenvolvimento” do Brasil na atualidade, em particular da Amazônia. Esse megaempreendimento está situado no sudoeste do Estado do Pará, na Bacia do rio Xingu, em Vitória do Xingu, previsto para ser a terceira maior hidrelétrica do mundo (e a primeira totalmente nacional) com mais de 11.000 MW de potência e com o maior investimento público do PAC. A previsão de iniciar o funcionamento e geração parcial de energia é em 2015, com sua motorização total prevista para janeiro de 2019 (EPE/MME, 2011). Tal empreendimento (como outros), contudo, tem sido alvo de diversas polêmicas (contra e a favor), gerando bastante tensões e conflitos. Essa polêmica tem tomado dimensão, além de local, regional e nacional, também internacional.

Ao fazer alusão ao Plano Decenal de Expansão de Energia-2021 da política energética do Estado Brasileiro, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) afirma:

O país contará com um acréscimo de 31,7 mil MW de geração hidrelétrica. A região Norte é onde ocorrerá a maior expansão hidrelétrica, devido à entrada em operação de grandes empreendimentos, com destaque para a usina hidrelétrica de Belo Monte, cuja motorização se dará em três anos com a entrada em operação de seis máquinas de 611,1 MW por ano (EPE/MME, 2012, p. 3)¹.

¹ Em 2008, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou a Resolução N.º 06 de 03 de julho de 2008, determinando que o governo federal não construa barragens adicionais a montante de Belo Monte na bacia hidrográfica do Xingu.

A Empresa de Pesquisa Energética aponta, entre os grandes problemas do projeto anterior (do Complexo Hidrelétrico do Xingu da época do regime militar), a criação de um imenso reservatório e suas implicações sociais e ambientais para os povos e comunidades amazônicas do rio Xingu, como as indígenas da área da Volta Grande do Xingu e Paquiçamba. Além disso, assinala as fragilidades de viabilidade econômica e técnica (EPE/MME, 2011). Ao se referir à “evolução do atual projeto”, a EPE destaca sua maior “eficiência e a proteção social e ambiental”, através de medidas que “incluem uma redução da área alagada do reservatório de 1.225 km² para 516 km²” (EPE/MME, 2011, p. 2). Nesse sentido, a EPE concebe a reformulação do AHE Belo Monte como uma “abordagem inovadora” (EPE/MME, 2011, p. 3).

Salienta, ainda, que para assegurar as “condições de segurança, um vertedouro complementar será construído no sítio Bela Vista. Esse arranjo é complementado por um conjunto de diques para fechamento lateral de pontos baixos no reservatório dos canais” (EPE/MME, 2011, p. 3). No documento oficial, essa empresa, ao se reportar ao Projeto de AHE Belo Monte, enuncia os “Principais Fatos” que o marcam: “Projeto Nacional”, “Parceira Público-Privada”, “Desenvolvimento Sustentável”; e “Energia Limpa” (EPE/MME, 2011, p. 1). Em relação à compreensão de Belo Monte como “projeto nacional”, a Amazônia, em particular a Bacia do Xingu, é recolocada na política do Estado brasileiro como “projeto do planejamento energético”, isto é, visando repor e reforçar o lugar da região como potencial hidrelétrico a ser explorado para prover a dinâmica de crescimento econômico e de desenvolvimento do país. No tocante à “parceira público-privada”, o governo destaca a parceria com o Consórcio Norte Energia. No que se refere ao entendimento de Belo Monte, ele é sustentado como um projeto de “desenvolvimento sustentável” (EPE/MME, 2011, p. 1).

Ao se referir ao projeto de Belo Monte como exemplo de “energia limpa e renovável”, o documento argumenta que “a hidrelétrica de Belo Monte ajudará a manter a posição atual do Brasil como uma das matrizes energéticas mais limpas de todos os países industrializados, com 46% da energia proveniente de fontes renováveis (EPE/MME, 2011, p. 1). O Presidente da EPE, Maurício Tolmasquim (2010), destaca a diferença do atual projeto em relação ao anterior, argumentando que a nova versão não vai afetar “diretamente terras indígenas” e “reduz a área alagada”. Sustenta, ainda, a viabilidade e garantia de geração de energia elétrica com “preservação ambiental” sem que seja necessário construir as outras cinco hidrelétricas no rio Xingu (TOLMASQUIM, 2010, p. 1).

Em um contraponto a essa matriz discursiva hegemônica, pesquisadores (as) de diversas instituições acadêmicas e científicas, membros do Ministério

Público Federal, movimentos e organizações da sociedade civil, instituições não governamentais nacionais e internacionais passaram a contestar fortemente tal concepção, demarcando um campo de posição crítica ao referido projeto e ao modelo de desenvolvimento que ele encarna, inscrevendo, assim, uma *arena* de tensões e conflitos, que têm muito a revelar sobre os padrões de desenvolvimento em disputa na sociedade, em particular na Amazônia.

Conforme o *Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*², organizado pelos pesquisadores Sônia Magalhães, Francisco del Moral Hernández, Edna Castro, Nirvia Ravena e Rosa Acevedo (2009), o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) sobre Belo Monte apresentam problemas de diversas ordens. Sobre *os estudos*, esse Painel identifica:

Inconsistência metodológica; ausência de referencial bibliográfico adequado e consistente; Ausência e falhas nos dados; Coleta e classificação assistemáticas de espécies, com riscos para o conhecimento e a preservação da biodiversidade local; Correlações que induzem ao erro e/ou a interpretações duvidosas; Utilização de retórica para ocultamento de impactos (MAGALHÃES et al., 2009, p. 11)

Sobre *os impactos*, ele verifica:

Subdimensionamento da área diretamente afetada; Subdimensionamento da população atingida; Subdimensionamento da perda de biodiversidade; Subdimensionamento do deslocamento compulsório da população rural e urbana; Negação de impactos à jusante da barragem principal e da casa de força; Negligência na avaliação dos riscos à saúde; Negligência na avaliação dos riscos à segurança hídrica; Superdimensionamento da geração de energia; Subdimensionamento do custo social, ambiental e econômico da obra (MAGALHÃES et al., 2009, p. 11).

E enfatiza:

O *Painel de Especialistas*, sobretudo, chama atenção para a retórica sobre os impactos na Volta Grande, chamado —Trecho de Vazão Reduzida, que oculta, dentre outros, o fato de que Terras Indígenas – Juruna do Paquiçamba e Arara da Volta Grande – são “diretamente afetadas” pela obra. E, ademais, grupos Juruna, Arara, Xipaya, Kuruaya e Kayapó, que, imemorial e/ou tradicionalmente, habitam as margens deste trecho do Rio (MAGALHÃES et al., 2009, p. 11).

² Esse Painel de Especialistas, segundo esse próprio documento, versa sobre “estudo crítico realizado por um *Painel de Especialistas* (pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa), com o objetivo de evidenciar para a sociedade as falhas, omissões e lacunas destes estudos e subsidiar um processo de decisão, que se espera seja pautado pelo debate público - sério e democrático” (MAGALHÃES et al., 2009, p. 10). Esse estudo partiu de uma demanda de movimentos e organizações da sociedade civil, que protagonizam e lutam contra esses grandes empreendimentos, como Belo Monte e o modelo de desenvolvimento que ele representa.

O Painel de Especialistas, ao tratar da “Área Diretamente Afetada”, identifica que um conjunto de agricultores sofrerá com os impactos, tendo “suas terras parcialmente engolidas pela obra”. No entanto, esse grupo social não foi considerado e reconhecido pelo EIA como inserido na área diretamente afetada, desconsiderando, assim, sua condição de “atingido” diretamente. “Conforme o EIA, foi deixado para avaliação posterior” (MAGALHÃES et al., 2009, p. 32). Nesse estudo, identifica-se, também, a “Ausência do detalhamento de programas e projetos de mitigação” (MAGALHÃES et al., 2009, p. 33).

Sevá Filho (2009, p. 3), que integra o Painel de Especialistas, identifica “uma manobra geográfica e jurídica”. Ao colocar nesses termos, Sevá Filho se contrapõe ao argumento oficial de que somente Belo Monte será construída nessa Bacia do Xingu, assim como questiona a viabilidade do empreendimento, além dos problemas socioambientais que implica. Ao contrapor-se, também, ao discurso da “necessidade de se produzir energia a partir de hidrelétricas, consideradas – erroneamente, aliás – como fontes limpas e renováveis”, ele (2009, p. 4) verifica que “permanece em pleno vigor a ideia única de ‘aproveitamento integral do potencial hidráulico’ do rio Xingu” como “dogma central” do “fundamentalismo barrageiro”. Ele, ainda, defende que a “área alagada não é de 400 e poucos km quadrados, pode ser 516 ou 605 km quadrados” (SEVÁ FILHO, 2009, p. 4).

Uma das principais polêmicas que cercam Belo Monte diz respeito à sua *ineficiência energética*, pois sua energia firme (média anual da energia a ser produzida) será inferior a 40% de sua potência, o que torna Belo Monte um dos empreendimentos hidrelétricos de menor eficiência energética do Brasil. No tocante a isso, Pinto (2011, p. 7), ao analisar o projeto anterior e comparar com as mudanças no projeto atual, adverte para o risco do funcionamento e da sua viabilidade econômica e energética.

Diante desse quadro, a decisão normativa do governo federal, através do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) de não construir outras hidrelétricas rio acima, revela-se ainda mais frágil e tende à construção de outras hidrelétricas como aponta Sevá Filho (2009) no “novo” inventário do desenho do Complexo Hidrelétrico do Xingu com quatro “eixos” hidrelétricos. Considerando, portanto, essa baixa vazão do rio Xingu durante quatro ou mais meses do ano, que tende a deixar ociosas as turbinas da casa de força principal, é grande a probabilidade em favor da construção dessas “novas” hidrelétricas, depois que Belo Monte se tornar um fato consumado. A construção de “novas hidrelétricas” rio acima, conforme alertam esses estudiosos, vai provocar elevados impactos e riscos sociais e ambientais, destacando-se conflitos com povos indígenas e comunidades tradicionais e camponesas e um aumento acentuado nas emissões de gases de efeito estufa.

Tratando desse processo do ponto de vista jurídico, o Procurador da República no Estado do Pará, Felício Pontes Junior, identifica violações de direitos, em particular dos povos indígenas, posto desconsiderar-se a Constituição Federal e os Tratados Internacionais.

Tão grave quanto a falta da oitiva³ dos indígenas pelo Congresso é o argumento do governo exposto ao contestar uma das ações promovidas pelo Ministério Público Federal. Diz que não é necessária a oitiva porque nenhuma terra indígena será inundada. É verdade. Na Volta Grande do Xingu não haverá inundação. Haverá quase seca, já que a maior parte do rio vai ser desviado, levando ao desaparecimento de 273 espécies de peixes nos 100 quilômetros que passam em frente às Terras Indígenas Paquichamba e Arara do Maia (PONTES JÚNIOR, 2011, p. 1).

Ao analisarem as mudanças recentes no Projeto de AHE Belo Monte, Hurwitz et al. (2011, p. 22) argumentam que “após a realização do leilão em abril de 2010, o Consórcio Norte Energia, com a finalidade de baratear custos de construção, alterou o projeto de engenharia de Belo Monte, o que resultou na manutenção de apenas um canal de derivação com 300 a 700m de largura e a retirada do vertedouro complementar”. Hurwitz et al. (2011, p. 23) destacam que “não foram realizados estudos complementares sobre as conseqüências e os riscos sociais e ambientais associados a essa alteração do projeto de engenharia”⁴.

Esse modo de conceber o projeto de AHE Belo Monte evidencia e reforça o lugar reservado à região amazônica, em particular à Bacia do Xingu, como *fronteira hidrelétrica* (MAGALHÃES; HERNÁNDEZ, 2011) e como periferia da semiperiferia, haja vista sua inserção como potencial hidrelétrico a ser explorado e como exportadora de energia elétrica para prover “segurança energética”, crescimento econômico e desenvolvimento capitalista ao país, sob uma perspectiva, marcadamente, neodesenvolvimentista. Isso revela um processo contraditório de territorialização da dinâmica hegemônica capitalista e

³ Explica o Procurador: “As audiências de licenciamento ambiental nada têm a ver com o instituto da oitiva das comunidades indígenas afetadas. Aquelas decorrem de qualquer processo de licenciamento ambiental de obras potencialmente poluidoras. Esta decorre do aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas. Aquelas são realizadas pelo órgão ambiental nos municípios afetados por uma obra. Esta, a oitiva, somente pelo Congresso Nacional (art. 231, §3.º, da Constituição). Até hoje o Congresso Nacional jamais promoveu a oitiva das comunidades indígenas do Xingu. O processo legislativo para esse fim tramitou em 2005. Sua duração foi de menos de 15 dias na Câmara e no Senado. Um dos projetos mais rápidos de nossa recente história republicana. No dia de sua aprovação final, uns senadores, em sessão, o qualificaram de “projeto-bala” e “the flash”. E nenhum indígena foi sequer ouvido. Ou seja, o Congresso simplesmente ignorou a legislação nacional e internacional e inventou um processo sem ouvir os indígenas” (PONTES JÚNIOR, 2011, p. 1).

⁴ É importante ressaltar que já existe estudo e solicitação de licenciamento para exploração de minério na região da Volta Grande do Xingu, em especial na área conhecida como de *vazão reduzida*, pela empresa canadense *Belo Sun Mining Corp.*

colonialista, que reforça, nos termos de Santos (2006), um padrão de uma *lógica de saber e de produção monocultural*, colocando em cheque e invisibilizando outros saberes e experiências sociais de sociabilidade, que possam emergir desses povos e grupos sociais subalternos.

3 AS LUTAS E RESISTÊNCIAS SOCIAIS DO MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE FRENTE AO PROJETO BELO MONTE

Essa expansão da *fronteira hidrelétrica* no Brasil, em particular na região amazônica, através desses empreendimentos hidrelétricos, não vem se dando sem contradições e conflitos, sem lutas e resistências a esse modelo. Seguindo esses sinais e as pistas, é possível, também, capturar dinâmicas subterrâneas, não hegemônicas, a partir das resistências e lutas de movimentos e organizações sociais, que se dão nesse *Brasil profundo* e que ajudam a exprimir outras racionalidades e experiências sociais da Amazônia e do Brasil, que passam ao largo da interpretação hegemônica, visto que por esta são invisibilizadas e deslegitimadas numa correlação de poder estruturalmente assimétrica (SANTOS, 2006; ZHOURI, 2011; CASTRO, 2012).

Em decorrência de um conjunto de impactos socioambientais, provocado por esses empreendimentos hidrelétricos, produzem-se perdas materiais e simbólico-culturais. Essas são marcas e sinais da desterritorialização sofrida por povos e comunidades tradicionais e camponesas e por classes empobrecidas de cidades, que expressam a violação aos direitos humanos e aos ecossistemas. Como consequência, emergem lutas e resistências sociais plurais, em contextos históricos diferentes no país e na região, protagonizadas por ações coletivas e grupos sociais subalternos, que contestam esses empreendimentos e seu modelo de desenvolvimento e denunciam os graves problemas por eles vividos e enfrentados, inscrevendo, assim, dinâmicas múltiplas nesse campo de conflito socioambiental.

Em face desse quadro de risco de “desperdício de experiências e perspectivas” de representar o mundo e de construí-lo sob outros referenciais não hegemônicos (SANTOS, 2001; 2006), o que as lutas e resistências do Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) têm a revelar? Que pistas e sinais apontam? Na *terceira fase* dessa “batalha”⁵ contra o Projeto de Aproveitamento

⁵ No tocante às lutas e resistências sociais contra o referido empreendimento, é importante considerá-lo em perspectiva histórica. Um primeiro grande momento dessa “batalha” pode ser expresso em 1989 com o *1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu*, em Altamira, Estado do Pará, que resultou na suspensão e paralisação do Projeto Hidrelétrico Kararaô. Um outro grande momento foi em 2001, quando o projeto já reformulado, novamente, teve sua suspensão e

Hidrelétrico Belo Monte um componente novo se impõe, o que vai provocar um forte “racha” e abalo no *campo de resistência*, que vinha se constituindo nessa região do Xingu e da Transamazônica e favorece, decididamente, a aprovação e implementação de Belo Monte⁶. Anteriormente, o projeto Kararaô e sua nova versão reformulada não estavam na agenda programática nem do PT nem do governo Lula, no início de seu mandato. No tocante à posição tomada pelo PT antes de assumir a presidência da República em 2003, uma liderança religiosa da região do Xingu e da Transamazônica, entrevistada por nós, destaca, em seu relato, que o referido partido e sua liderança nacional, Lula, se colocavam contra o projeto, compondo com os movimentos e organizações sociais da região um forte campo de resistência. Mas, com a chegada de Lula ao poder, o referido entrevistado realça a mudança de posição, gerando, para ele, “a primeira frustração sem tamanho!” (informação verbal)⁷.

Antônia Melo, liderança do Movimento de Mulheres e do MXVPS na região, relata o sentimento de “esperança de mudança” com a ascensão do PT e de Lula à presidência, mas, também, de decepção com a posição assumida em desengavetar o projeto de Belo Monte. Ela denuncia a retomada de grandes projetos para a região amazônica, em especial para o Xingu, associada e balizada por outras frentes econômicas de expansão da fronteira, expressas nos interesses de grandes empreendimentos minerometalúrgicos do capital internacional. Ademais, salienta a aliança com políticos e grupos de empreiteiras (grupo do PMDB, comandado

paralisação, por meio de uma Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público Federal, que foi acionado por movimentos e organizações sociais da região do Xingu e da Transamazônica CASTRO, 2012). Cabe destacar o papel protagonista aqui do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), que veio a se transformar em Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu (MDTX). Um terceiro momento se dá em julho de 2005 com a aprovação do Decreto Legislativo, autorizando os estudos para a implantação do projeto de AHE Belo Monte, sem ouvir os povos indígenas, o que foi visto como um “duro golpe” à Constituição e à Convenção 169 da OIT, e conseqüentemente, aos direitos desses povos pelos movimentos e organizações sociais.

⁶ Vale ressaltar que, desde a década de 70 até meados da década de 80, a igreja católica, através das CEBS, se apresentava como a principal agência de mediação na mobilização e organização dos movimentos sociais e sindicais nessa região do Xingu e Transamazônica, a fim de lutar contra a ditadura, as classes e grupos dominantes e de levantar uma bandeira por direitos e justiça social. As CEBS, por meio da *Teologia da Libertação*, contribuíram para construção de um forte campo de resistência nessa região. No final da década de 80 e início de 90, essa dinâmica, mobilização e articulação da sociedade civil passa a ser reconfigurada, sofrendo mudanças, ganhando maior amplitude, complexidade e diversidade com a emergência de novos setores e atores ou agentes sociais e temas, como as universidades públicas, por meio de seus cientistas/intelectuais públicos ou “orgânicos”; ONGs (nacionais e internacionais) em defesa dos direitos indígenas e socioambientais, partidos políticos de esquerda, refazendo e estabelecendo, no processo democrático, uma nova relação de poder com o Estado, conformando novas configurações de forças sociais e políticas em apoio à luta e resistência de povos e comunidades tradicionais e de movimentos sociais do campo e da cidade. O PT assume papel importante como “intelectual coletivo” para levar a cabo tais demandas sociais e políticas.

⁷ JCXT. Entrevista. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

por Sarney, no controle do Ministério de Minas e Energia), que passam a compor um forte, heterogêneo e conflitante bloco hegemônico em defesa de uma política energética e de um modelo de desenvolvimento, com a retomada do papel do Estado em parceria com o capital privado nacional e transnacional, para a reprodução de acumulação capitalista e de elites políticas, com forte papel de setores e partidos do espectro da esquerda (MELO, 2005, p. 57).

Em Janeiro de 2007, o Governo Federal lança o PAC I, que passa a se constituir como um “divisor de águas” na agenda política estruturante do desenvolvimento do país, em particular para Amazônia, assumindo o AHE Belo Monte seu trunfo estratégico para aumento de sua capacidade de geração de energia e busca da continuidade de seu crescimento econômico. O “fogo” veio da “frente amiga” e a batalha ganha novos contornos e sentidos. Isso revela o “transformismo”, nos termos de Gramsci (2011), pelo qual o PT tem passado. Isso ajuda a compreender tanto o “racha”, que veio a ocorrer no seio desse campo de lutas coletivas, como o enfraquecimento da resistência a Belo Monte e, por consequência, do esboço de projeto contra-hegemônico em construção, expondo uma *fragmentação* e forte fratura nesse campo de resistência.

Diante desse quadro de avanço do projeto, um novo ato de resistência e luta contra Belo Monte foi marcado pelo *II Encontro dos Povos Indígenas e dos Movimentos Sociais*, em 2008, denominado *Xingu Vivo*. Sobre esse encontro, uma liderança do MXVPS diz em que situação concreta e que condições levaram a sua realização:

Os indígenas, vendo que o governo avançava, que o governo Lula avançava, para implantar Belo Monte no Xingu, os indígenas convidaram, no início de 2008, os movimentos sociais da região, convidaram os agricultores, ribeirinhos, pescadores e os indígenas daqui do médio Xingu, para um grande encontro no modelo do encontro de 89. Eles queriam discutir o que era esse projeto Belo Monte, eles queriam saber porque o governo já estava implantando, e eles não tinham sido ouvidos, não tenham sido consultados, conforme diz a lei, e quanto mais os movimentos sociais! E aí nós trabalhamos articuladamente pra acontecer esse encontro em 2008 (informação verbal)⁸.

Um ativista do Comitê Metropolitano Xingu Vivo (CMXV), ao falar sobre a realização do II encontro e o surgimento desse Movimento Xingu Vivo Para Sempre, destaca seu objetivo e os *adversários*, que demarcam as correlações de poder.

⁸ DCMXV. Entrevista. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

O objetivo final seria: a partir da somatória de forças, ter resultados melhores, visto que a luta contra a construção de Belo Monte é uma luta contra interesses que vêm de governo federal, governo estadual e governos municipais, empresas mineradoras e empreiteiras, políticos poderosos. Então, é uma luta contra poderes muito grandes! Um amigo diz assim: “essa luta contra belo monte é uma luta simplesmente contra o capital”. Então, essa luta contra o capital é uma luta que requer muita luta e unidade, inclusive. Essa é uma concepção que faz com que essas organizações se juntem naquele momento (informação verbal)⁹.

Em relação ao MXVPS, ele é concebido como um “fórum de discussão e ação”, que congrega mais de 250 organizações, segundo Monteiro (2012), uma de suas lideranças. Diferente do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 1989, em que o próprio título evidencia o protagonismo eminentemente indígena, contando com o apoio dos movimentos e organizações da região, o II Encontro alarga e combina uma articulação entre *Povos Indígenas e Movimentos Sociais*, sendo possível verificar um *protagonismo plural*, que reflete uma *aliança socioambiental e intercultural* em construção e, também, uma rede de solidariedade nacional e internacional de apoio. Isso sugere perceber, nos termos de Boaventura Santos (2006), um movimento socioambiental e intercultural de resistência ativa emergindo do *Sul* e protagonizado pelos *sujeitos do Sul* com a sua própria gramática amazônica expressa na defesa do “Xingu Vivo”, como contraponto à sua morte, simbolizada por Belo Monte (ou “Belo Monstro”, palavra de ordem cunhada pelo MXVPS)¹⁰, e ao modelo de desenvolvimento que ele expressa.

Ao falar sobre “as formas de atuação” do MXVPS, uma liderança do MXVPS, entrevistada por nós, destaca as suas “frentes de ação”: a *Frente jurídica* atua identificando as ilegalidades da obra, assumindo importante papel a Sociedade em Defesa dos Direitos Humanos no Pará. Além dessa entidade, essa frente conta com a parceria do Ministério Público Federal e outras entidades internacionais em defesa dos direitos humanos; a *Frente científica* atua analisando tecnicamente o projeto (EIA-RIMA) de Belo Monte e tem como principal parceiro o “Painel de Especialistas”; a *Frente de comunicação* atua divulgando o que ocorre em relação a Belo Monte, por meio do *site* do MXVPS, do *blog* do CMXV, das redes sociais e de seus jornalistas; e a *Frente política* faz o trabalho de base, ajudando na mobilização e organização da luta contra Belo Monte. Esse mesmo ativista argumenta que tais frentes se articulam em uma agenda comum (informação verbal)¹¹. Conforme essas informações, é apresentado um quadro da composição, estrutura e organização do MXVPS.

⁹ Idem.

¹⁰ Entre as várias palavras de ordem cunhadas pelo MXVPS a esse empreendimento, está “Belo Monte de Violência”.

¹¹ DCMXV. Entrevista. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

Nesses termos, com a apresentação das *frentes* do MXVPS, é possível se identificar uma ação de *resistência ativa*, que combina e articula tanto diferentes agentes e agências sociais quanto diferentes dimensões e escalas da sociedade, revelando uma *práxis* política contra-hegemônica, que desenrola sua trama em diversas arenas ou campos de disputa em torno de Belo Monte, para problematizar o presente modelo de desenvolvimento e de sociedade. Nesse processo, o diálogo entre o MXVPS e a rede de agentes tem dado sinais de uma maior visibilização e reconfiguração do conflito, abarcando novos atores e territórios, reescrevendo a relação entre poder e saber, a luta política e a luta epistemológica, com vistas a manifestar e potencializar o debate público e a participação coletiva nos rumos da agenda da região e do Brasil. Essa dinâmica, todavia, tem se deparado e se confrontado com um forte contramovimento de esvaziamento do espaço público e diluição do dissenso, dificultando, assim, um debate aberto e participativo desses diversos atores nas questões centrais do país.

Um dos “golpes” considerados centrais para promover o “racha” e o conseqüente enfraquecimento da resistência contra Belo Monte foi a “cooptação” de lideranças indígenas da região da Volta Grande do Xingu, segundo vários depoimentos, através de repasse de dinheiro e outras coisas mais, como cestas básicas, carros, voadeiras etc. No tocante a isso, uma liderança religiosa da região, em entrevista a nós, diz que esse processo vem se dando em razão de, historicamente, esses povos estarem à margem do Estado, vivendo em condições precárias sociais e econômicas. Além disso, ele argumenta que dadas etnias já perderam, em grande medida, suas tradições e costumes, favorecendo ainda mais o convencimento e a cooptação para a aceitação de dinheiro e outras benesses, com o fim de passarem a defender o empreendimento de Belo Monte. Ele identifica a reintrodução do processo de “auricídio” com Belo Monte (informação verbal)¹². Essa liderança religiosa cita algumas etnias dessa região que cederam ao empreendimento e um protesto dos Juruna que foi, rapidamente, acabado e desmontado com o repasse de dinheiro, “compra”, pela Norte Energia (informação verbal)²⁶.

Ele identifica uma “diferença” grande entre esses povos indígenas da Volta Grande do Xingu e os Kayapó (do Alto Xingu) e os Munduruku (da bacia do rio Tapajós). Em relação aos primeiros, ele argumenta que a sua tradição já se perdeu bastante e sua pauta prioritária é econômica (relação de troca); para os outros dois povos (Kayapó e Munduruku), a pauta é política, é a defesa de seus direitos, territórios, tradições e costumes, da conservação do meio ambiente (informação verbal)¹³.

¹² JCXT. Entrevista. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

¹³ Idem. Aqui, é importante ressaltar que cada etnia indígena da Volta Grande do Xingu não

Outro ponto é que o processo de “cooptação” desses povos indígenas desloca-os para outro campo de disputas, que são as *condicionantes*, a disputa pelos recursos. Esse foi um instrumento de cooptação e enfraquecimento do campo de resistência fundamental, pois deslocou o conflito, em grande medida, para o terreno das *compensações* e do imediatismo, sedimentando ainda mais a tensão entre os diversos grupos indígenas e não indígenas que disputam esses recursos, arrefecendo a luta contra Belo Monte e, conseqüentemente, enfraquecendo o MXVPS, que insiste na defesa contra o empreendimento. Nesse caso, com a retirada de cena de grande parte desses povos indígenas da Volta Grande, a ocupação dos canteiros de Belo Monte passa a ser protagonizada, em grande medida, pelos Munduruku, do território do Tapajós¹⁴. Esse é outro sinal importante da fratura e fragilização dessa resistência contra Belo Monte, mas, também, indica uma possibilidade de recomposição de forças com os povos do rio Tapajós, que estão defendendo o “Tapajós Vivo”, como exemplo de aprendizado com o Xingu Vivo e o “Madeira Vivo”.

Nesse campo de resistência, o que se identifica é que estão demarcadas posições e concepções diferentes e conflitantes quanto à organização e atuação diante do problema em pauta e da construção de alternativas, pondo como desafio a construção de um diálogo e unidade na diferença e no conflito, através de uma “rede de inteligibilidade”, para reconstruir uma agenda coletiva e reposicionar esse campo de resistência contra-hegemônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível verificar um “campo de batalhas” que cerca esse projeto/empreendimento de Belo Monte, um conjunto amplo e complexo de concepções, posições e polêmicas, que exprimem profundas tensões e conflitos. Belo Monte, como parte inerente do padrão de desenvolvimento hegemônico, recompõe um viés histórico desenvolvimentista, mas demonstra forte nexos com o mercado (nacional e transnacional), que avança sobre os recursos naturais, terras e territórios de povos e comunidades tradicionais e camponesas,

apresenta um posicionamento homogêneo em relação a Belo Monte, ainda que grandes grupos e caciques desses povos defendam o empreendimento. Por exemplo, a Jilma Xipáia, liderança de um pequeno grupo indígena Xipáia não é a favor de Belo Monte, mas a índia Maria Augusta, que representa grande parte dessa etnia defende o empreendimento. Outro exemplo é a liderança Sheila Juruna, que não defende o empreendimento, mas grande parte de seu povo defende. Portanto, é importante, também, considerar que há posicionamentos contrários e conflitantes entre esses grupos da Volta Grande.

¹⁴ Vale lembrar a onda de ocupações nos canteiros de Belo Monte em abril e maio de 2013. Assim como no começo de 2014. É importante destacar a ocupação do canteiro Belo Monte pelo Movimento Xingu Vivo, em 2012, durante o “Encontro Xingu + 23”.

com a forte presença e anuência do Estado brasileiro, injetando vultosos investimentos públicos e recodificando os marcos regulatórios, por meio de um processo de “flexibilização”. Isso tem sido denunciado como exemplo de violações aos marcos legais e aos direitos humanos, para levar à frente esse padrão neodesenvolvimentista, que visa impulsionar seu crescimento à “luz” da reprimarização com as *commodities*, (re)introduzindo a Amazônia como uma *fronteira* em expansão, reproduzindo, assim, seu *status* de periferia da semiperiferia do capitalismo e do centro dominante capitalista e colonialista.

Diante dessas contradições concretas e simbólicas, essa expansão da fronteira hidrelétrica, tendo como símbolo o AHE Belo Monte, não vem, todavia, se processando sem lutas e resistências a esse empreendimento e ao modelo de desenvolvimento que ele encarna. É essa pista que procuramos seguir para demarcar que esse modelo neodesenvolvimentista é a expressão da (des-re) territorialização hegemônica, mas que as lutas e resistências a esse paradigma podem expressar experiências contra-hegemônicas de *novas territorialidades* (PORTO-GONÇALVES, 2001), isto é, de outras formas de sociabilidade, produzidas *por baixo* e por múltiplos sujeitos, trazendo à tona novas experiências sociais de resistência e de saberes (SANTOS, 2006).

Seguindo os sinais e as pistas das contradições e conflitos que esses empreendimentos e seu modelo neodesenvolvimentista produzem e expressam, é possível, também, capturar outras dinâmicas subterrâneas, não hegemônicas, a partir das resistências e lutas de movimentos e organizações sociais (SANTOS, 2006). Sob a perspectiva de Boaventura Santos (2001; 2006), essa problematização e desmistificação do discurso e do modelo hegemônicos ajudam a identificar experiências e perspectivas sociais invisibilizadas pela racionalidade “indolente” e pelo padrão capitalista e colonialista, a fim de vizibilizar novos saberes e representações sociais sobre essas questões energéticas e de desenvolvimento, demarcando a oportunidade de descolonizar a ciência a partir da periferia, da epistemologia do Sul. Nesse processo, é possível perceber uma renovação e complexificação da *cartografia dos conflitos sociais*.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Balanco do PAC II** (Maio/Agosto 2013). Brasília: Ministério do Planejamento, 2014. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/c10686f8e8b91f0143eb5e80afea7985.pdf>http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/PAC2/131017_PAC_8_web.pdf. Acesso em: 15 mai. 2014.

_____. **Balço Regional do PAC II** (Estado do Pará – Janeiro/Abril 2013). Brasília: Ministério do Planejamento, 2013. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/c10686f8e8b91f0143eb5e80afea7985.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2014.

_____. **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II: 2011-2014)**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2012a. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/>. Acesso em: 27 jun. 2011.

_____. **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II: 2011-2014)**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2012b. Disponível em: file:///C:/Users/Sergio/Downloads/PAC_2_-_Relat%C3%B3rio_do_lan%C3%A7amento_-_mar%C3%A7o_2010_-__.pdf. Acesso em: 15 mai. 2014.

_____. **Lançamento da 2ª Fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PACII)**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2010. Disponível em: [file:///C:/Users/Sergio/Downloads/PAC_2_-_Relat%C3%B3rio_do_lan%C3%A7amento_-_mar%C3%A7o_2010_-__\(2\).pdf](file:///C:/Users/Sergio/Downloads/PAC_2_-_Relat%C3%B3rio_do_lan%C3%A7amento_-_mar%C3%A7o_2010_-__(2).pdf). Acesso em: 27 jun. 2011.

_____. **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): balanço 4 anos (2007-2010)**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2010a. Disponível: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/Pac_1_4.pdf. Acesso em: 15 mai. 2014.

_____. **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): balanço 4 anos (2007-2010)**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2010b. Disponível: <http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/nacionais/11o-balanco-4-anos/parte-1/view>. Acesso em: 27 jun. 2011.

_____. **8.º Balço Regional do PAC II** (Estado do Pará – (Maio/Agosto, 2009). Brasília: Ministério do Planejamento. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/babb30857acbd6a656e8225fdbd716d7.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2014.

_____. **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I: 2007-2010)**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2007. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/nacionais/11o-balanco-4-anos/parte-1/view>. Acesso em: 27 jun. 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: SEADE. v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

_____. Retomada da revolução nacional e novo desenvolvimentismo. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula**. 5 ed. rev. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARNEIRO, R. **Um Intelectual em seu labirinto. Carta Maior**. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaImprimir.cfm?coluna_id=5537. Acesso em: 03 abr. 2012.

CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de Infraestrutura e integração sul-americana. Dossiê Amazônia. **Caderno CRH**, v. 25, n. 64, Salvador: Ed. UFBA, jan./abr. 2012.

CEPÊDA, V. Inclusão, democracia e novo desenvolvimentismo: um balanço histórico. **Revista de Estudos Avançados IEA- USP**, n. 75. São Paulo: USP, 2012.

EMPRESA DE PESQUISA Energética (EPE). **Plano Decenal de Expansão de Energia 2020 / Ministério de Minas e Energia**. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME/EPE, 2011. Disponível em: http://www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/noticias/2011/RELATxRIO_PDE_2020.pdf. Acesso em: 16 mai. 2014.

_____. **Projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**. Fatos e dados. Ministério de Minas e Energia/ Empresa de Pesquisa Energética. Fevereiro – 2011. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/leiloes/Documents/Leil%C3%A3o%20Belo%20Monte/Belo%20Monte%20-%20Fatos%20e%20Dados%20-%20POR.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2014.

FIORI, J. L. **O “desenvolvimentismo de esquerda”**. Carta Maior: Debate Aberto. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5495&boletim_id=1140&componente_id=18221. Acesso em: 3 mar. 2012.

_____. **“A miséria do ‘novo desenvolvimentismo’**. Carta Maior: Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaImprimir.cfm?coluna_id=5334. Acesso em: 30 nov. 2011.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, v.3: Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HURWITZ, Z. et al. **Mega-Projeto, Mega-Riscos**. São Paulo: Amigos da Terra/ Amazônia Brasileira/ International Rivers, 2011.

MAGALHÃES, S.; HERNÁNDEZ, F. Ciência, Cientistas, Democracia Desfigurada e Licenciamento Ambiental sob Constrangimento. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

_____. **Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**, 2009.

MELO, A. O assédio da Eletronorte sobre o povo e as entidades na região de Altamira. In: SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. (Org.). **Tenotã-Mô: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: IRN (International Rivers Network), 2005.

MONTEIRO, D. (Entrevista). **Opinião Socialista**. Disponível em: <http://somostodosedmilson.blogspot.com.br/2011/04/opiniao-dion-monteiro-belo-monte-e.html>. Acesso em: 9 jun. 2012.

PINTO, L. F. **Belo Monte confirma a energia da colônia**. **Jornal Pessoal: A agenda amazônica de Lúcio Flávio Pinto**. Ano XXIV. Nº491. 2ª quinzena de Junho, 2011.

PONTES JÚNIOR, F. Belo Monte e o último ritual indígena. Movimento Xingu Vivo para Sempre. Altamira, 19/04/2011. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2011/04/19/belo-monte-e-o-ultimo-ritual-indigena/>

PORTO-GONÇALVES, C. W. – **Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**. CLACSO, 2001. Disponível em: bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf

RIDENTI, M. Vinte anos após a queda do muro: a reencarnação do desenvolvimentismo no Brasil. **REVISTA USP**. n.84. São Paulo: dezembro/fevereiro 2009-2010.

_____. Desenvolvimentismo: o retorno. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 92, janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/092/92ridenti.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2014.

SANTOS, B. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **A crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2001.

SEVÁ FILHO, A. O. **BELO MONTE de mentiras: Trinta anos de manobras estranhas, omissão de informações cruciais e algumas mentiras grossas**. Disponível no site do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, 2009.

SICSÚ, J. et al. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**. v. 4, n. 27, 2007.

TOLMASQUIM, M. **Belo Monte não sairia do papel sem governo**. Reuters/Brasil Online. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/07/27/tolmasquim-belo-monte-nao-sairia-do-papel-sem-governo-917252267.asp>. Acesso em: 13 mai. 2014.

ZHOURI, A. **Introdução. As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. In: ZHOURI, Andréa (Org.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

Texto submetido à Revista em 15.03.2016
Aceito para publicação em 11.08.2016



RESENHA

A Razão que (des)Humaniza e o Desafio de Ser Humano no Mundo Neoliberal

Resenha Crítica: DARDOT, P.; LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402 p.

Marcela Vecchione Gonçalves - PhD em Ciência Política/Relações Internacionais pela McMaster University. E-mail: marcela.vecchione@gmail.com

Entender como funciona a engrenagem do sistema social que nos cerca e as relações sobre as quais se assenta é algo que na era das redes sociais deixou de ser papel exclusivo de especialistas. Apesar de ser o dilema que inquieta profundamente todas as disciplinas das Ciências Sociais, a facilidade dos meios para expressar as interpretações sobre as relações sociais, fazer análises de conjuntura e trazer a vida cotidiana para o centro das discussões sobre as dimensões estruturantes do sistema capitalista, tem virado atividade recorrente para muitos. Mas se ao fazer isso, levássemos em consideração aqueles autores ou pensamentos que desde há muito tempo estruturam não simplesmente nossa forma de saber e compreender, - sem nem nos darmos conta - mas as relações práticas e institucionais do dia a dia, entre as quais figuram os valores impostos às nossas relações de troca?

Laval e Dardot com sua extensa e profunda revisão dos debates e confrontos entre pensadores e doutrinas liberais que foram ganhando lugar e importância dadas contingências históricas, respondem a esta pergunta mostrando como nos ciclos de crise, a forma de mediação que ganhou terreno e se consolidou não foi exatamente a propriedade, embora esta tenha sido o resultado concreto das formas de relacionamento social. A mediação e a base das relações sociais informando as economias locais e globais que, sim, acumulavam propriedade, enquanto espoliavam (Harvey, 2013) é fundada na concorrência. Só

a concorrência tornaria possível a propriedade. Longe da harmonia de interesses como árbitro dos excessos e, ao mesmo tempo, mote da concorrência, o Estado, forte e regulador pelas e, não, das liberdades comerciais, é o árbitro e garantidor da individualidade e da sociedade do tipo competitiva que o precede.

A novidade e a profundidade da análise dos autores está na explicação de que tudo isso só poderia ocorrer mediante transformações profundas na própria subjetividade, guiando as ações dos sujeitos modernos, ou seja, na racionalidade que moldava sua conduta individual, no governo de si mesmos. Seguindo Foucault, os autores chamam atenção para o fato de que a sociedade liberal, ainda no século XIX, era dotada de uma racionalidade governamental, que levava ao governo de si e das ações em conjunto com uma *governamentalidade*, ou seja, uma forma de governar que se dirigia ao próprio indivíduo para, em soma, refletir-se na ação coletiva e social (Dardot e Laval, 2016: 33-34).

Entender a sociedade da competição e a ascensão do neoliberalismo, como algo distinto do liberalismo clássico, e as relações individualizantes e individualizadas que o alimentam, é essencial para Dardot e Laval. Apenas dessa forma seria possível entender as crises e o *modus operandi* que afetam profundamente a condição humana refletida em nossa capacidade e na forma sob a qual nos reconhecemos como humanidade. Uma atividade que para eles é, e sempre foi extremamente contingencial.

Dardot e Laval nos sugerem que tal esforço exige que olhemos a ordem das coisas (Foucault, 1996) que teorias e políticas propõem e impõem, sem necessariamente sermos acadêmicos, mas partindo do rigor acadêmico para entendermos e conhecermos em detalhes as bases sobre as quais se assentam o neoliberalismo que criticamos. Para os autores, o sucesso de ações e pensamentos específicos prescritos pelos vários tipos de liberalismo que perpassaram o século XIX, entrando em choque na primeira metade do século XX, levaram a ascensão de algo completamente distinto, que foi o neoliberalismo. O sucesso do mesmo neoliberalismo dependeu tanto das condições e materialidade históricas, como do tipo de pensamento e associação e identificação coletivas que provocaram em cada indivíduo, seja na forma geral de sociedade, construída em torno da identificação pela concorrência, seja na esfera do pensamento social que corrobora este tipo de sociedade, mas que também justifica sua necessidade prática; um duplo circuito (Foucault, 2008) que dá origem e consolida o Estado Neoliberal.

Sendo assim, há sutilezas que estão fora do entendimento de uma economia infraestrutural totalizante e que não podem ser explicadas por uma economia que precede a sociedade como encontrado na explicação marxiana. Uma economia neoliberal é resultado de uma sociedade neoliberal baseada em

uma racionalidade neoliberal; tanto no governo de nós mesmos, como no manejo das teorias que a justificam e a corroboram. Esta dimensão capilarizada é incerta sobre as múltiplas formas de exercício de poder e controle que o neoliberalismo no macro e no micro nível pode tomar e combinar. Isso é justamente o que dificulta nossas análises e nossa própria resistência. Não há então como fugir daquilo que muitos de nós, analistas e cientistas sociais, temos fugido faz muito tempo: uma avaliação sistêmica e detida, erudita e, ao mesmo tempo, popular, situada no contexto e no cotidiano social. Laval e Dardot parecem nos indicar que essa análise deve ser uma em que a demanda conjuntural não nos faça perder de vista a dimensão estrutural (que se repete e se acumula) das pressões da mesma conjuntura. Aprender a racionalidade da repetição e suas diversas formas de combinação é o primeiro passo para constituir outras racionalidades de resistência apesar e a despeito do sistema.

A DIVERSIDADE LIBERAL: A VITÓRIA DAS PREFERÊNCIAS PARA A CONCORRÊNCIA

A obra de Dardot e Laval é resultado de anos de pesquisa e, especialmente, de trabalho colaborativo nos seminários `Question Marx` (Questione Marx), pelo qual um grupo de pesquisa pensou continuamente sobre as dimensões da opressão e pauperização da condição humana resultado de uma economia política essencialmente capitalista financeira e, especialmente, do neoliberalismo.

Este neoliberalismo diminuía em valor as relações coletivas, favorecendo as ações de instituições que legitimavam ou que promoviam a acumulação, mas que ao mesmo tempo eram vistas como primeira de via de tomada de poder pelas classes trabalhadoras para a superação das desigualdades, como é a situação do Estado, para o socialismo científico, por exemplo. Como resultado dos seminários, então, fizeram questionamentos profundos sobre a teoria marxiana, principalmente no que diz respeito à dificuldade de reagir a mesma superação do Estado com outras propostas a fim de fazer frente a uma ação estatal hoje diluída e, talvez, também modificada pelas ações e mudanças pelas quais passou a classe trabalhadora.

No entanto, a forma como os marxistas mais ortodoxos liam suas obras não forneciam alternativas à emergência e ao fortalecimento do sistema econômico neoliberal como forma de governo e como política de gestão da experiência de trabalho e de vida cotidianas, inclusive influenciando diretamente a identidade da classe trabalhadora.

O sujeito empreendedor (de si) e o Estado empresarial, conceitos cravados pelos autores em a *Nova Razão do Mundo* (2016) são chave neste processo de

destrinchar o neoliberalismo, no sentido de tira-lo de uma trincheira mesmo, e entendê-lo para poder fornecer uma alternativa possível. O que parece ser bastante importante neste processo é saber que o trabalho dos autores implica em uma sequência e uma continuidade de estudos coletivos que levaram a uma avaliação profunda da passagem do sistema liberal ao neoliberal. A forma coletiva, profunda e sistêmica de fazê-lo já é uma resposta à estrutura dividida, empresarial e empreendedora da gestão e da pesquisa que acaba por nos fazer reiterar o cientista-sujeito-empresendedor na universidade cada vez mais empresarial.

Interessante notar também que ao destrinchar o neoliberalismo de ataques superficiais, não se limitam a dizer que o primeiro é uma repetição do liberalismo clássico com algumas distinções e aprofundamentos no conteúdo institucional regulatório, especialmente para o mercado financeiro. Defendem, sim, que há um conteúdo sistêmico de inserção deste processo, inclusive no nível individual, afetando o modo de agir, a conduta sobre as condutas (Foucault, 2008).

A razão neoliberal nascida e reproduzida do debate entre várias correntes do liberalismo, desde uma mais interventora nos termos da planificação, até a mais interventora na direção da garantia das preferências individuais em um regime de concorrência, como motor para as escolhas públicas, é o invólucro deste sistema. As formas como esta racionalidade foi nascendo e se reproduzindo, de círculo de estudiosos, como o Círculo de Viena, a Sociedade Mont Pellerin ou a Escola Public Choice (Universidade de Virginia), aos grupos que exerciam (e exercem) a gestão pública e a influenciavam na forma dos *Think Tanks* (Tanques de Pensamento), advieram de um debate, de escolhas políticas e da capacidade de criar uma identidade de ação por entre os indivíduos comuns, que seriam geridos pelas principais ideologias que informam a racionalidade neoliberal. Estas ideologias repousam em ideias motrizes, como a competição e o progresso social associado à evolução pessoal, que guiam a conduta (a razão no sentido da racionalidade pela qual se age).

Definir a fortaleza de um sistema por uma racionalidade que o transforma, ao fim e ao cabo, em sociedade pode parecer confinar o pensamento e a ação acadêmica a um beco sem saída. Entretanto, a maneira como Dardot e Laval fazem isso nos inspira a perceber que refletir sobre ideologia e racionalidade, que fazem parte das razões que movem o mundo por meio de interesses e relações de poder identificáveis e reproduzíveis, foi assumidamente uma forma de fazer ciência e construir o pensamento social durante muitos anos.

Alguns liberais clássicos e utilitaristas como Bentham, por exemplo, nunca negaram seu lugar de fala, para usar uma expressão atual, ao defender suas posições políticas pela ciência que produziam. Havia um engajamento na

produção científica na teoria política e na economia para se chegar ao tipo de sociedade que se almejava. Esta forma de racionalizar as coisas e o mundo por princípios de solidariedade, sejam às vítimas do progresso social na forma dos riscos econômicos eminentes da economia liberal, sejam aos próprios produtores de conhecimentos (aos nossos pares) reconhecendo a contribuição de suas ideias para o que construímos, foi diminuída com a ascensão da sociedade neoliberal. A mesma sociedade, embora negado pelos seus principais artífices, foi fundada em conhecimento e reflexões acadêmicas dirigida por ideologias, muitas delas fruto do embate entre várias correntes dentro do pensamento liberal, como nos mostram Dardot e Laval de forma prolixa na primeira parte do livro, chamada de *A Refundação Intelectual*.

A falsa ideia de desideologização vem de um dos seus pilares, ou a segunda ideologia da sociedade neoliberal segundo os autores, que reside no argumento de que o Estado de bem estar social e as ideias que a este se coligavam desmoralizam os indivíduos (Dardot e Laval, 2016: 209). Isso porque pensar fins e objetivos sociais não garantem o progresso social, advindo só e somente de ações e esforços individuais, tal como colocava Hayek. Para o último autor, era da escolha individual geral (preferência) sempre prosperar, e o Estado deveria ser por este motivo, não um interventor para garantir o objetivo da igualdade e de justiça social, mas um interventor no sentido de garantir os meios possíveis para se obter este progresso individualmente.

Somente numa ordem de mercado garantida pelo Estado, pela manutenção da concorrência e na não intervenção na dinâmica social para dirimir desigualdades, é que a livre concorrência seria possível. Ao captar esta forma de racionalidade que inspirou e baseou as formas de governo e produção e reprodução do capital humano referentes à financeirização da vida, Dardot e Laval desvendam a centralidade das preferências no pensamento e na sociedade neoliberal, assim como na competição que engendram. A criação do valor na sociedade por um mercado, que tinha na concorrência e, não nas trocas, seu símbolo de agência principal, recentralizou o foco do trabalho e das relações sociais diárias. Quando isso acontece, transformam-se as finanças e o mercado que as troca e media na forma de ativos e derivativos, estes com seu valor já fruto da concorrência, no agente disciplinador¹, nos termos de Foucault (2008). A crise dos anos 1920 e, mais tarde e mais profundamente, a crise do petróleo

¹ O agente disciplinador para Foucault e aquele ou a instituição que reproduz as várias dimensões de controle sobre os indivíduos, seja por regras, seja por repressão, seja pela normatização via estruturas de construção de subjetividade dos indivíduos, refletindo na sociedade, como e o caso das instituições de saúde e educação. O mesmo pode agir de maneira capilar ou por técnicas diretas de governo e controle.

em 1973, afetou de maneira central as formas de construção de subjetividade e, conseqüentemente, de solidariedade:

[...] A deflação salarial traduziu em um poder maior dos detentores dos capitais, o que lhes permitiu atrair um acréscimo importante de valor, impondo seus critérios de rendimento financeiro à toda esfera produtiva e fazendo as forças de trabalho competirem em escala mundial. (Dardot e Laval, 2016: 201).

O mesmo se repetiu no nível individual e na batalha pela sobrevivência atribuída à responsabilidade de cada indivíduo. Por esse modelo, a racionalidade neoliberal sugere, ao mesmo tempo em que impõe, uma dinâmica em que “cada sujeito começa a se comportar como um capital que deveria valorizar.” (Idem: 201)

Assim, é importante dizer que a resposta dos autores à *Nova Razão do Mundo* foi a obra *Commus: Essai sur la Révolution au XXI^e siècle*, ainda sem tradução no Brasil. Neste livro, originalmente publicado em 2014, por meio de uma interpretação original de Marx sob fortes influência da teoria foucaultiana sobre a formação das subjetividades no liberalismo, propõem o contra-ataque ao neoliberalismo por uma comunização do saber e das práticas, entendendo os comuns, não como bens de produção ou da natureza ou como serviços, mas como relações.

Mediante esse entendimento, é que a dimensão da acumulação, em consonância com a individualização, provenientes da sociedade neoliberal poderia ser superada, em um movimento que poderia ultrapassar essa mesma sociedade se houvesse a mudança de racionalidade. Para isso, as relações deveriam ser vistas em precedência às coisas, que são seus resultados, porque foram relações tomando como preferência o acesso à determinadas coisas por meio de determinados métodos que sustentaram a racionalidade e a relacionalidade neoliberal – como forma de se relacionar em um conjunto de relações entre os indivíduos e grupos –, integrando a sociedade neoliberal.

Em outras palavras, o neoliberalismo é ideológico e possui racionalidade própria. Por isso, apenas outra razão para conduzir a vida e as relações baseadas em ideologias opostas à da concorrência e condizentes com a comunização poderiam combatê-lo.

As ideologias do capitalismo livre e do Estado de Bem Estar combatido e ineficiente foram o que permitiu o avanço das políticas neoliberais em um Estado neoliberal legitimador de uma sociedade e de uma economia de mercado neoliberal. A separação entre as instâncias aqui deve ser também combatida, pois as divisões entre elas também foram fruto da racionalidade neoliberal e da

racionalidade governamental da gestão presentes no neoliberalismo. Fruto das ideias da a) descentralização para melhor gerir e do Estado forte para ser árbitro dos mecanismos de gestão locais para que estes não se tornassem coletivos demais e sem concorrência; e b) da super especialização, que provocava divisão de conhecimento e irregularidade e desigualdade no acesso à informação, pode-se interpretar pelo livro de Dardot e Laval que a separação dos campos do saber como vetor na eficiência na produção do conhecimento também é essencial para a razão neoliberal. Isso porque concentra nas elites o controle da concorrência, enquanto acirra entre a massa a competição pelo acesso à informação, fazendo delas assim mais facilmente controláveis pelas vias e desafios que se interpõem para acessar o conhecimento. A coordenação da distribuição de informações pelo Estado e suas instituições, tal como defendida pelo neoliberalismo político e econômico (Keohane, 1986), e mais um mecanismo para manter a competição como principal forma de controle social.

Não por acaso a proposta dos Comuns como alternativa política provoca uma releitura original de Marx, a partir não da infraestrutura econômica do capital e das relações de trabalho dela advindas, mas nas relações sociais e interpessoais que, em geral, foram permeadas pela condição capitalista que contribuiu para o surgimento de subjetividades que respondiam e se constituíram a partir desta mesma condição.

Como seria vivenciada e praticada esta alternativa? Justamente pela vivência crítica, por práticas que desafiam a divisão do trabalho e a desvalorização das trocas simbólicas entre os vários grupos estabelecidas pela proximidade com o que se produz materialmente e pela ligação intrínseca entre o material e o imaterial. Especialmente, a forma como os autores constroem sua exegese e debatem o campo² de ação liberal mostra que não devemos compartimentalizar o saber por preferências, não somente em áreas, mas, também, por uma separação entre o que seja ideologia e o que seja ciência. Este é um ensinamento que vem da própria forma que os autores discorrem sobre o liberalismo e suas fases e embates para destrinchar o neoliberalismo a fim de delinear como deste confronto e da complementaridade de ideias neste, especialmente as cientificamente defendidas, surge uma nova razão para a conduta individual e para a conduta do Estado, enquanto regulador e produtor de cidadãos-consumidores.

² Campo aqui e usado no sentido trabalhado por Pierre Bourdieu onde relações de poder se desenrolam em sistemas de troca simbólica sobre um determinado assunto ou instituição que acabam se refletindo em posições que indivíduos ou grupos tomam nestas mesmas situações e lugares, que seriam o próprio campo.

A RACIONALIDADE DO PODER: ESTADO MÍNIMO PARA QUEM?

A segunda parte da *Nova Razão do Mundo* irá narrar a grande virada que permite que a razão neoliberal finalmente ascenda a forma per se de mover o mundo e de criar mundos internos e específicos a sua reprodução. Alegando que não se separa intervencionismo de sociedade concorrencial pelos debates entre os liberais e a forma como a doutrina neoliberal, enquanto sociedade de mercado e movimento político, foi se embrenhando no cotidiano de sujeitos políticos que foram se transformando em sujeitos políticos neoliberais, Dardot e Laval continuam a se voltar para o Estado e suas transformações para detectar as formas de consolidação da razão neoliberal como forma de governar e de organizar o poder.

Pensando a economia como parte do sistema normativo e político do neoliberalismo, os autores descontrolam a tese da retirada do Estado (Strange, 2002) pelo fortalecimento e empoderamento do mercado e dos atores financeiros e colocam que este mesmo fortalecimento foi possível devido ao retorno do Estado e reordenamento de seu sistema normativo para garantir o funcionamento do mercado. Lembrando a primeira parte do livro, a política de ordenamento do Estado é uma intervenção necessária para a criação de um quadro jurídico e político que permita a concorrência. Acrescenta-se ao momento de retorno do Estado na ascensão neoliberal o fato de que no sistema concorrencial, o Estado deve garantir possibilidade de adaptação aos atores que ordena, permitindo, assim, maior desenvolvimento de capacidades e criação de situação de competição e impedindo a desintegração das comunidades locais em relação ao próprio esquema governamental do Estado.

Para exemplificar, Dardot e Laval vão descrever o que chamam de a mudança radical do exercício de poder governamental relacionada à globalização e à financeirização do capitalismo. Para eles uma grande virada e ascensão de uma nova racionalidade mediante à implantação de uma nova ordem normativa que necessita de coerência global para que seja uma razão abrangente. Neste caso, de uma nova razão de Estado abrangente, que pudesse ser transmitida e reproduzida a todos aqueles em “crise” a fim de manter o corporativismo dos Estados entre as elites (divisão do trabalho e do conhecimento) e garantir o governo dos adaptados em mecanismos de gestão adequados e aplicáveis a várias realidades. Ressaltam que um bom monitoramento e avaliação são essenciais a competição. Acrescento como elemento a essa “razão”, o fator comparação, tão necessário as políticas de ajuste estrutural e de desenvolvimento dirigidas à América Latina e

aos seus grotões mais distantes como a Amazônia, para a garantia da promoção do direito ao desenvolvimento.

A coerência global precisaria então de um empurrão conjuntural para se desdobrar nos territórios nacionais e locais, mas também careceria de dispositivos - mecanismos e técnicas de poder dispersas e capilares interpostas, embora individuais. Tais dispositivos seriam a luta ideológica para destruir o Estado de Bem Estar Social, a legitimação de uma nova ordem mundial nos ambientes domésticos pelas mudanças de códigos legislativos, a mudança de comportamento individual e coletivo pelo disciplinamento estimulado pelo governo de si mesmo sob pressão da competição e a codificação institucional desta conduta e disciplinamento, pela instauração de uma racionalidade geral (Dardot e Laval, 2016: 198-201).

Conjuntamente, contribuíram para legitimação e para operação dos dispositivos para esta coerência global a desindexação do cambio do dólar ao padrão ouro, em 1973, em resposta a queda das reservas estadunidenses com a crise do petróleo, provocando a flutuação das moedas e a crise do endividamento na América Latina, como mencionado na seção anterior. No primeiro caso, argumentam Dardot e Laval, permitiu-se a quebra da solidariedade entre lucro e salário gerando quebra no ciclo da produção, antes baseado no equilíbrio entre renda e demanda, que, depois, solidificou-se unicamente no lucro. Ou seja, mesmo com a queda da demanda, a produção continua como fator gerador de divisas para os Estados e supostamente de empregos, permitindo maior controle das empresas sobre as cadeias de produção. No segundo caso, podemos interpretar de acordo com os desdobramentos observados na região, que se imprimiu mais controle sobre as economias e a política dos países latino-americanos, inclusive sobre seus regimes de governo (condutas), afetando a democracia.

Tal desdobramento abriu campo para que as empresas fortalecidas pelo maior domínio na cadeia de produção pudessem agir com mais facilidade nos Estados endividados, que deveriam ajustar sua política fiscal, partindo para regime de subvenções e benefícios, por exemplo, e criar mecanismos de geração de renda a partir de suas próprias dividas, socializadas com os cidadãos pela redução das políticas sociais, e fator de enriquecimento e fortalecimento das empresas pela garantia de mais lucro com a necessidade de baixo investimento.

Nesta época, chegam os empréstimos casados a intervenção do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Enquanto o primeiro se ocupava da política monetária e de suas ligações com o equilíbrio orçamentário, o segundo iria se ocupar do quadro normativo e político para que o Estado se desenvolvesse sob a identidade concorrencial, estando aptos a regular suas ações para os atores

dispostos a investir, e tornando-os mais aptos a lidar com a globalização dos mercados (Dardot e Laval: 2016:198), criando os mesmos quando necessário, e conciliando com sua função de provedor do direito público cada vez mais reduzido a forma contratual do direito privado.

O neoliberalismo militante dos anos 1980, na forma do Thatcherismo e do Reaganismo, vai se refletir na suposta maior ostensividade destas instituições na década de 1980 com seus “clientes”. Tais instituições, após criarem o quadro de ordenamento necessário e as situações ideais para o desenvolvimento dos mercados concorrenciais nestes países, partirão para uma forma de atuação mais incentivadora da *governança*, das ações de governar situações de forma compartilhada, envolvendo as partes interessadas e dirimindo os conflitos antes criados por unidades de gestão mais centralizadas, que não eram dotadas do aparato, dos recursos humanos, do capital social e do ordenamento jurídico necessário para a implantação de determinadas políticas de desenvolvimento destinadas a reduzir a pobreza.

Os debates sobre desigualdades e o papel sistêmico da reprodução destas pelas próprias políticas institucionais destas instituições foi diluído pela redução do cidadão e dos seus direitos à categoria do lucro, transposta no nível individual à produtividade de cada um enquanto recurso humano com a posterior transformação disso em poder de compra por meio do consumo. A desideologização provocada pela situação constante de concorrência e de precarização da vida do neoliberalismo (Ibidem: 200) remete à mutação do Estado em uma forma empresarial que subverte radicalmente os fundamentos da democracia liberal moderna, pois o reconhecimento de direitos sociais ligados ao status de cidadão são convertidos em direitos privados e contratuais por exigência do consumidor (Ibidem: 273). O Estado passa então por um processo de hibridação da ação pública, em que a prerrogativa de pensar o bem público e as funções políticas para proteger os comuns deixam de ser uma prerrogativa do direito público, para passar a arena do direito privado, relativizando a soberania popular da pior maneira possível.

A princípio a compatibilização de esquemas soberanos e o seu compartilhamento para a promoção de mecanismos mais justos de governo não seria ruim. Mas, se pensarmos no que ocorreu com o tipo de hibridação de governança no processo de privatizações no Brasil, ou com a entrada das terras da reforma agrária em políticas de crédito de inserção em grandes mercados, além da própria gestão ambiental, temos exemplos claros de como tal relativização baixou o perfil democrático na condução dos processos. Já na década de 1990, a missão renovada pelos contratos de ajuda ao desenvolvimento ligado ao ajuste estrutural

(reordenamento de política fiscal, livre cambio, diminuição do funcionalismo público, privatização, inserção de mecanismos de gestão, monitoramento e avaliação na administração pública e mudança de ordenamento constitucional para favorecimento do direito concorrencial), reforçou a ideologia de criar concorrência ela não existe e, como racionalidade, “introduziu dispositivos de mercado e estímulos mercantis, ou quase mercantis, onde eles não existem para conseguir que indivíduos se tornem ativos e empreendedores.” (Ibidem 236)³

Esta lógica do empreendedorismo e da governança e da desregulamentação chega ao nível mais atomístico da governança quando se instaura nos indivíduos e nas comunidades onde habita e se relaciona. Se olharmos para comunidades ribeirinhas ou povos indígenas completamente inseguros com a perda de seus direitos territoriais ou completamente pauperizados pela falta de políticas sociais que deveriam lhes ser destinadas, a oferta ao acesso aos conhecimentos tradicionais e produtos e itens associados ao uso deste conhecimento tradicional se torna progressivamente objeto de contratos entre comunidades e empresas ou de leis que reforçam e protegem as relações mercantis e as rendas provenientes de supostas inovações relacionadas a suas descobertas e exploração por atores externos.

A proteção pelo Estado por meio da garantia de direitos fundamentais, instrumento claro de equilíbrio do direito de interesse público em geral já garantido constitucionalmente, é substituído por uma lei (Lei 13123 de Proteção da Biodiversidade), que exacerba e introduz relações mercantis para que estes sujeitos políticos, se tornem sujeitos empreendedores e negociadores de direitos de posse sobre seus conhecimentos que já eram seus e garantidos por sua própria estrutura coletiva, a despeito do interesse comercial e da troca de base concorrencial que se instituirá por meio das empresas interessadas.

Inverte-se, assim, a lógica do direito público e a função do próprio Estado que passa a ser indutor e agenciador do capital humano e social presente em seu território, a fim de atrair mais investimentos, inclusive para a realização de políticas públicas que deveriam ser de sua responsabilidade. A competição dessa forma leva a uma governança híbrida até do que antes era responsabilidade constitucional do Estado. A escolha pela mesma, leva a escolha política por

³ No Brasil, o fortalecimento do Conselho Administrativo de Direito Econômico (CADE) em concomitância a abertura aos mercados externos e fortalecimento legal da ação dos oligopólios no Brasil e clara neste sentido. Ao mesmo tempo em isso ocorreu, fortaleceu-se também os mecanismos de acionamento dos direitos do consumidor e atuação do PROCON e dos Juizados de Pequenas Causas, ainda que no campo do ordenamento, as atividades de desregulação da economia tenham avançado, levando a crer que as negociações caso a caso e a primazia dos contratos para a resolução de disputas e garantia de direitos leva vantagem sobre o corpo de direito publico para a garantia ampla e coletiva de direitos.

apoiar as mudanças legislativas para sustentar o *modus operandi* governamental que vai afetar diretamente os que estão na base do controle como se fossem recursos, como é o caso dos povos indígenas e povos tradicionais, que por essa visão não devem ver o mercado como incompatível à realização dos direitos e, muito menos, como um impasse a seus processos de formação comunitária, desde que, a mesma não interfira no funcionamento do mercado. A lógica do último e uma de “formação de si” (Dardot e Laval, 2016:150) e, em ambiente de concorrência por projetos e de depredação dos direitos, muitas vezes pode funcionar como estratégia de sobrevivência⁴.

Um outro ponto relevante da reconfiguração do Estado e o “recentramento da intervenção do Estado nos fatores de produção” (Ibidem: 278-279), investindo em infraestrutura e em mecanismos para a redução do custo de investimento privado, como redução e isenção de impostos. Este e outro ponto que podemos ligar facilmente ao que ocorre no Brasil a partir dos anos 2000, que não ilustra, em absoluto, a redução do tamanho do Estado. A redução ocorre obviamente para os que são deslocados e, novamente, violados em direitos constitucionais já garantidos, que veem a responsabilidade pelo seu respeito voltar-se para as empresas empreendedoras que designam outras empresas para a execução de condicionantes e planos de compensação, que transformam os violados em receptores de dinheiro, por suas violações e sujeitos de sua própria reconstrução, sobre cuja anterior destruição não tiveram nenhuma escolha. Esta relação custo-benefício que se trava entre o custo da violação - e da reparação - e os lucros gerados pelo empreendimento, ainda que gerando também enormes custos de subvenção para o Estado, fazem parte das decisões tomadas para atrair investimentos para o território administrado por este, em um processo de criação de “bens comuns do capital” (Ibidem: 278), que configurariam o processo de construção de “condições ótimas de valorização do capital” (Ibidem: 278).

O Estado forte dos neoliberais, assim levava a uma reconsideração do que se entende por democracia e, mais, particularmente por “soberania do povo”, transferindo o campo de decisão e ação coletiva para uma técnica de governo que e uma estrutura de governança híbrida, onde se responde a autoridade e responsabilidade tanto do próprio Estado, como dos próprios atores privados que ele designa para o desempenho do que seriam suas obrigações.

⁴ As consequências disso mereceriam, todavia, uma outra reflexão que não cabe aqui. Para uma reflexão intensa e extensa dos efeitos da governamentalidade neoliberal em projetos de desenvolvimento local e do avanço do capitalismo em fronteiras indígenas, ver Li, Tania M (2014) *Land's End*.

CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NEOLIBERAL E A RESPOSTA DOS COMUNS

Como apontado, todos estes mecanismos de retorno e modificação da ação do Estado, de incorporação das medidas neoliberais como técnicas de governo, que não teriam ligação com uma racionalidade e ideologia específica, com a ameaça à democracia pelo próprio desprezo a suas ferramentas de monitoramento e avaliação alegadamente ineficientes, não teriam a amplitude e o nível de incorporação que tiveram, se não tivessem se traduzido a uma técnica de governo dos sujeitos com relação a si próprios. Os mecanismos de adaptação à globalização, de resiliência em ambientes de concorrência por instrumentos do empreendedorismo, do governo e da garantia de direitos por contratos e da vitória da governança híbrida sobre a democracia para o controle dos excessos e manutenção dos direitos, só tiveram o sucesso que tiveram porque atuaram de maneira decisiva no tipo de planejamento e avaliação que as pessoas começaram a fazer sobre suas próprias vidas. Buscando a relação com a realidade brasileira e, mais particularmente, com a amazônica, as estratégias de governança e de conformação de subjetividades conectadas a um mercado mediado pela concorrência, e não pelo simbolismo da troca social, onde os valores não são medidos por flutuações financeiras, mas por afetividades, raiva, parentesco, uso, entre outras coisas, cada vez mais modificam as relações entre os pessoas e os grupos, introduzindo elementos mercantis em suas vidas, quando não as mercantizando.

Como apontado por Dardot e Laval, os neoliberais defendem o fim do Estado de Bem Estar Social como Estado de Direito, pois a “a proteção social destrói valores sem os quais o capitalismo não poderia funcionar.” (Ibidem, 211). Isso é verdade e se dá pela retirada do estado de bem-estar social, que é o ponto de análise dessa afirmação, mas também ocorre pelo esgarçamento das relações sociais e de troca que se tem em comunidades e em grupos sociais com a retirada e ameaça a seus direitos, que permite que projetos de indução mercantil penetrem e finalmente alarguem as fronteiras do capitalismo via tecnologia de governo neoliberal, onde antes o sistema não chegava. Tais projetos, como é o caso de muitos relacionados a cooperativas ou a implementação de gestão territorial e ambiental, facilmente fortalecem o discurso da valorização da comunidade pela valorização da liderança e não do coletivo. Isso facilita a entrada da linguagem do capital social das comunidades, onde o emprego do tempo, a forma de fazer e as relações sociais são aspectos que deverão entrar no cálculo das decisões políticas e econômicas a serem tomadas pelo indivíduo, que passa a se comportar como um empresa (Ibidem, 385-387).

As implicações disso em comunidades, demandariam uma discussão a parte, mas o que se pretende chamar atenção com este exemplo é que as tecnologias de governo neoliberal, sua lógica de governamentalidade, age sobre indivíduos já parte de uma economia de mercado neoliberal e, portanto, da sociedade neoliberal, mas se transporta de forma acelerada onde residem os comuns em boa parte do território brasileiro. A inserção da lógica de um consumidor-eleitor ou de uma comunidade empreendedora onde ainda vinga, aos trancos e barrancos, a primazia dos direitos territoriais de posse e uso coletivo seja como realidade ou como horizonte de luta traz uma ameaça grande às formas de construção e de advocacia por uma democracia profunda e resistente na Pan-Amazônia. Ao mesmo tempo, esta ameaça nos chama atenção para o que nos alerta Dardot e Laval de que o sujeito e a construção do sujeito neoliberal e a primeira e última fronteira de reprodução do disciplinamento neoliberal, conforme seja a situação que se encontra o indivíduo, “com o objetivo de governar e estruturar o campo de ação eventual dos outros.” (Ibidem: 216)

Justamente por este motivo que guia, governa e estrutura a ação dos sujeitos e, por extensão, das comunidades em que se inserem, como empreendedores e que devemos estar atentos para o retorno do Estado nestas áreas como aquele que retira direitos constitucionais, mas garante oportunidades por políticas públicas e parcerias para a inserção dos indivíduos e das comunidades. Como ressaltam Dardot e Laval:

[...] Reconhecer que a extensão dos direitos individuais caminha de mãos dadas com a elaboração das regras do direito privado e fazer destas regras o modelo ao qual o próprio poder legislativo deve conformar-se em sua atividade, portanto, pode impor-lhe de antemão limites intransponíveis.” (Dardot e Laval: 2106: 175).

Assim, a observação do avanço do autogoverno em seu modelo empreendedor sobre as comunidades, em oposição a um modelo de autogoverno baseada na resistência das relações comuns e da comunização do poder, é um passo importante para lutar e sublinhar as novas razões do mundo, resistentes e permanentes já em curso na região amazônica e em outras regiões é um esforço coletivo e intelectual ao qual deveríamos nos debruçar.

Uma razão de mundo para se opor a nova razão de mundo neoliberal deve, antes de tudo, e em nome de uma racionalização plural e resistente olhar para os outros mundos em curso e defende-los como quem defende a vida como uma experiência coletiva de comunização e, não, como “meio facilitador da busca de uma grande diversidade de intenções individuais” (Ibidem: 398).

A razão do comum indo de encontro a razão do neoliberalismo deve trazer “como outra forma de relação de governo de si mesmo e da relação com os outros” (Ibidem: 401) as contingências históricas e globais dos comuns já em curso, a fim de globalizar as resistências e os diálogos entre elas.

Um convite interessante seria ler a obra de Dardot e Laval em conjunto e em reflexão com o belo *A Queda do Céu*, escrito colaborativamente por David Kopenawa Yanomami e Bruce Albert (2015), durante seus grupos de pesquisa em curso durante mais de 40 anos de colaboração no campo da resistência por existir fora dos governos, dos Estados e das governanças que retornavam ao terra-floresta Yanomami. Um convite lançado a comunização e a relacionalidade de saberes, bem como a uma tentativa de descolonizar a própria resistência, acadêmica e cotidiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *Commun. Essai sur la Révolution au XXI^e siècle*. Paris: La Découverte, 2014.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Editora, 2008.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Editora Abril, 1984.

GRAEBER, D. **Dívida: os Primeiros 5.000 Anos**. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2016.

HAYEK, F. A. **The pure theory of capital**. Chicago: University of Chicago Press, 1941.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

KEOHANE, R. **Neorealism and Its Critics**. New York: Columbia University Press, 1986.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**. Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LI, T. M. **Land's end**. Capitalism relations on an Indigenous Frontier. Durham: Duke University Press, 2014.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RANCIERE, J. **Política, policía, democracia**. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

STRANGE, S. **La retirada del Estado**. Quién gobierna el mundo en el capitalismo global? Barcelona: Icaria Editorial, 2002.

VON MISES, L. **The Theory of money and credit**. Indianapolis: Liberty Press, 1981.

Texto submetido à Revista em 06.06.2015
Aceito para publicação em 17.08.2015



RESENHA

Livro: RAVENA, Nírvia. *Os caminhos da regulação da Água no Brasil: Demiurgia Institucional ou Criação Burocrática?*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2012. v. 1. 350p.

Gabriel Hiromite Yoshino – Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido PPDSTU/NAEA/UFPA. E-mail: gabrielyoshino@yahoo.com.br

Lidiane de Souza Silva – Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido PPDSTU/NAEA/UFPA. E-mail: lidiagro@hotmail.com

O livro com o título *Os caminhos da regulação da Água no Brasil: Demiurgia Institucional ou Criação Burocrática?* trata sobre os contornos da regulação ambiental no Brasil, em específico a regulação da água, oriunda das externalidades, na interdependência que caracteriza os recursos naturais e na saliência das políticas nela originadas. O livro destaca como o processo legislativo que criou a Agência Nacional das Águas impediu que o caráter descentralizador da Lei das Águas se consolidasse apontando como a gestão dos recursos hídricos no Brasil carece, até hoje, após 20 anos da promulgação da Lei das Águas, de efetivação. É retratado também o desenho institucional sobre o Código de Águas de 1934, primeira regulação de recursos hídricos no Brasil, que era centralizadora e nacionalista, para a atual Lei das Águas de 1997 que possui um modelo descentralizado e participativo, tendo o uso múltiplo da água como princípio norteador dessa regulação. É destacado no livro também, o conflito institucional marcado pela coexistência de processos legislativos paralelos: o de regulamentação da Lei das Águas e o da criação da Agência Nacional de Águas (ANA), pois a estrutura desenhada para esta Agência acabou se tornando um refluxo centralizador das

decisões sobre os recursos hídricos, em âmbito federal contrariando a natureza descentralizadora da Lei das Águas.

No primeiro capítulo, com o título “A Recente arena regulatória: o meio ambiente”, a autora realizou o estado da arte do termo “regulação”, dando ênfase a *rationale* da arena ambiental, onde mostra o cenário em que surgiu esta arena, seus objetivos, suas estratégias, bem como ocorreu o seu desenvolvimento. Demonstrou que a regulação ambiental é recente¹ tanto no Brasil quanto no mundo, e que ela foi possível devido a uma maior consciência das questões ambientais e avanços das ferramentas de controle das externalidades da ação do homem sobre o meio ambiente. Assim, a regulação ambiental trata de problemas cuja análise precisa de áreas de conhecimentos distintos e complementares.

A autora demonstra que além das externalidades, a interdependência e a saliência foram os outros dois elementos fundamentais para a que a regulação ambiental se constituísse, pois os problemas ambientais são interpretados como problemas de ação coletiva de dimensões globais, onde um problema local pode afetar o global, por exemplo, uma atividade que libera gás carbônico e metano na atmosfera em um determinado local, contribui para o agravamento do efeito estufa.

Somado-se a isto, existe a complexidade da estrutura política ambiental e sua saliência acaba promovendo a busca por ferramentas que possam diminuir os custos de transação, esta saliência da regulação ambiental se apresenta conectada a produção científica tornando substantivas as questões relacionadas às externalidades e promove a materialização da interdependência.

Neste mesmo capítulo é demonstrado o conjunto de interpretações do comportamento burocrático e da lógica corporativista que possibilita a compreensão da regulação da água no Brasil, onde em um primeiro momento, o Código das Águas, era uma regulação centralizadora tendo a maior parte das políticas relacionadas a esse recurso, tomados pelo setor elétrico. Já em um segundo momento, a lei 9.433/97 veio com um desenho que pressupõe a fragmentação e a descentralização das políticas, tendo uma perspectiva de múltiplos usos.

Em, segundo capítulo, cujo o título é “Desenhando a regulação da água: quando o domínio público era um pressuposto inovador”, a autora refere-se aos contornos inovadores do código de água de 1934, onde trata o recurso hídrico de domínio público e de utilidade para “as primeiras necessidades da vida”. Este ponto é fundamental uma vez que é sobre um presumido caráter arcaico do Código de Águas que a Lei das Águas adentra a esfera legislativa. O livro demonstra que

¹ Recente se refere a uma perspectiva temporal, ou seja, quando as questões relativas à conservação e à preservação do meio ambiente foram adquirindo relevância a ponto de constituírem-se em arenas regulatórias.

existe no código o estabelecimento de uma ordenação do uso da água enquanto um Commons², além disto, essa regulamentação teve a capacidade de antecipar os efeitos resultantes dos usos múltiplos da água. Porém, sua implantação exigiu uma complexidade institucional inexistente no período em que foi erigido, o que provocou a não institucionalização de seus pressupostos.

A autora ressalta que ocorreu a reconstrução do caminho institucional a partir do código de águas, demonstrando os conflitos entre o governo e as empresas estrangeiras para a produção de energia no Brasil. O código de águas foi fundamental para que o governo desempenhasse as funções de fiscalizar, regular e empreender no setor elétrico, o que desagradava as empresas estrangeiras, pois a regulação era marcada pela dominialidade pública da água e pela intervenção no ambiente contábil das empresas por parte do governo. Desta forma, o governo adotou como modelo de gestão, no que se refere à produção de energia, as empresas de economia mista, ficando a transmissão e distribuição a empresas privadas.

No livro é demonstrado que a atual arena regulatória foi construída pela memória técnica dos órgãos que regulavam a água até sua inserção na arena ambiental, pois o descaso do uso múltiplo, a questão das externalidades e interdependência no acesso e uso dos recursos hídricos pelas instituições responsáveis pela regulamentação do código de águas, ocasionou no fracionamento da gestão dos recursos hídricos. Porém, o retorno de uma perspectiva integrada e descentralizada na gestão de recursos hídricos, somente foi possível com a retomada da constitucionalidade democrática, o que criou um ambiente propício à constituição de uma planificação e de uma coordenação de políticas ambientais em que a água é uma questão relevante, e das informações sobre os recursos hídricos que os técnicos ligados a energia elétrica detinham.

No capítulo, “Retomando o uso múltiplo: a versão democrática de regulação da água”, a autora buscou evidenciar como se constituiu a lógica da ação coletiva empreendida na construção da arena regulatória da água no Brasil. Ou seja, que o marco regulatório dos recursos hídricos no ambiente doméstico resultou da ação coletiva orientada pela “*rationalé*” corporativa dos indivíduos nela presentes e da contenda resultante desses atores com a burocracia.

A argumentação anterior parte do pressuposto que as duas leis que tratam a regulação da água são resultado da contenda pertencente à tipologia peculiar da representação da ação coletiva. As ferramentas de análise desenvolvidas pelo campo do conhecimento próprio das áreas das ciências exatas e naturais

² A água pode ser interpretada como um Global Commons e o acesso e o uso de recursos comuns têm raízes em antigos arranjos institucionais. Ver a importante contribuição de Richerson, Boyd e Paciotti (2002).

constituíam os instrumentos de legitimação da ação corporativa que influenciaria o desenho do arcabouço institucional que regularia a utilização da água.

As instituições que trabalhavam na regulação da água tinham o setor elétrico como norte técnico, onde sua história possuía uma trajetória dependente tanto do ponto de vista da técnica, que informava a ação regulatória, quanto do ponto de vista político.

Somente com a retomada do uso múltiplo da água como princípio norteador da regulação é que possibilitou uma mudança substancial na perspectiva de que a regulação deveria ser efetivada. A autora nesta etapa do trabalho buscou demonstrar este movimento de retirada da água de uma regulação majoritariamente marcada pela trajetória dependente do setor elétrico em direção a uma regulação em que o uso múltiplo fosse o princípio norteador.

Nesta seção fica claro o envolvimento inicial da comunidade técnica da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH) e a contenda destes atores com a burocracia ministerial. Também foi demonstrado que a formulação da lei, surge em um ambiente aberto à inclusão de outros atores na arena de regulação. Neste contexto, a autora apontou para a dinâmica de constatação dos possíveis conflitos existentes entre os entes federativos, o que parece ter sido os movimentos iniciais dos usuários dos recursos e da comunidade científica a fim de efetivar algum tipo de regulação para o setor.

Outra questão apontada pela autora foi a busca pela ampliação das bases participativas, a qual colocou os comitês de bacias como organismos fundantes da *rationale* descentralizadora da proposta na norma. Uma perda apontada durante a etapa de negociações para a efetivação da regulação da água foi a não garantia de equidade entre a sociedade e o poder público.

Dificuldades como a apontada acima, acabaram por suprimir a possibilidade de que os atores localizados na bacia hidrográfica, pudessem ter os custos de participação diminuídos em função do desenho da norma jurídica. Em síntese, a análise da autora permitiu afirmar que a construção da Agência Nacional das Águas não promoveu os efeitos esperados.

Denominado de “O Refluxo centralizador: a criação da Agência Nacional de Águas como alocação de uma burocracia”, o quarto e último capítulo, avança na demonstração da ANA como corpo burocrático que impede a descentralização proposta pela Lei das Águas. A autora demonstra que a ANA não promoveu os efeitos esperados por impedir que as bacias hidrográficas tivessem autonomia executiva na regulação da água. Assim, a autora iniciou esta última etapa de sua obra afirmando que a criação da ANA se constituiu em um refluxo da descentralização proposta inicialmente pela Lei das Águas e que a inserção dessa

agência no sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos promoveu uma inversão na política desse setor, que passou a seguir uma dinâmica baseada na centralização decisória.

Para a autora a incapacidade do executivo federal em potencializar ações para viabilizar arranjos institucionais nos níveis locais, associada à captura da arena regulatória dos recursos hídricos, imprimiu a regulação desse setor um caráter disforme.

A análise de tramitação do projeto de lei 1.617/99 que origina a lei 9.984/00, que criou a ANA possibilitou identificar de que forma interesses pautados no discurso da competência técnica foram utilizados como meio para capturar a arena regulatória da água.

A questão crucial apontada pela autora foi a introdução no arranjo da Lei das Águas de dispositivos de captura da arena regulatória dos recursos hídricos, retomando assim, um desenho ancorado na ampliação de competências regulatórias e executivas na esfera da União. Desta forma, este capítulo teve por objetivo demonstrar como a dinâmica corporativa da ABRH foi utilizada como um instrumento legitimador das aspirações burocráticas de atores que estabeleciam interfaces com esses grupos.

Como consequência a maioria dos integrantes da ABRH compreendeu a constituição da ANA como organização que viabilizaria a implementação da descentralização do processo decisório relativo aos usos da água, o que representou um equívoco. Sendo que a decisão final sobre as competências da ANA evidenciou a disputa pelo desenho da nova regulação.

O resultado da tramitação e da imposição da ANA como agência reguladora da água sem as instâncias locais para efetivar a descentralização dessa política demonstrou a inadequação no desenho da ANA. A assimetria de informações foi o elemento que banalizou a estratégia dos atores responsáveis pela configuração do projeto de lei que resultou na criação desta agência.

Neste contexto, é pertinente ressaltar que a reforma do Estado empreendida no Brasil em meados da década de 1990, tinha a regulação como arranjo político institucional eficiente e eficaz do aparelho do Estado em sua interação com a sociedade. Ora o modelo regulatório sequer havia sido implementado.

Todavia, o ideário de regulação por meio de agências era bastante apropriado para aquele momento, pois camuflava a majoração do tamanho do Estado e imprimia a gestão dos recursos hídricos uma modernidade administrativa. Por outro lado, também se tinha o temor de que com a estrutura de uma agência regulatória alocada no nível da União, a descentralização fosse preterida.

A racionalidade na utilização da água no Brasil estava amplamente contemplada no desenho regulatório que resultou na lei das águas. Esta racionalidade inscrita nesta lei baseava-se na capacidade de consolidar nos níveis de bacias hidrográficas estruturas institucionais que abrigassem níveis satisfatórios de capital técnico para que o acesso e o uso da água se dessem de forma racional.

Porém, alguns dos atores envolvidos contavam com conhecimento e informações privilegiadas sobre a desigualdade regional e a dificuldade que existia na alocação de quadros técnicos nessas instituições que fizeram da reforma do Estado um recurso argumentativo extremamente eficaz no momento de criação da ANA, pois assim se podia desempenhar as atividades pensadas para o nível nacional de forma centralizada e alocar recursos para o setor sem deslocar para as regiões corpo técnico.

Baseado nesta, e em outras questões assinaladas em sua obra, a autora pode assim concluir que não havia uma estrutura institucional consolidada para a regulação, por agência de um recurso natural como a água. Logo, foi possível aduzir que o movimento de constituição da ANA na perspectiva de sua criação tinha como prioridade compor uma burocracia para o setor e em segundo plano, implementar a Lei das Águas. Porém, no plano discursivo a *rationalité* desse movimento era apresentada de outra forma.

Na prática, não se tinha um consenso quanto ao papel da agência, a afirmativa anterior pode ser constatada em dois momentos: primeiro, a discussão com os integrantes da comissão e, o outro pela análise das emendas de parlamentares quando da tramitação do projeto na câmara dos deputados. Esta ausência de consenso demonstrou que a tramitação do projeto de lei 1.617/99 promoveu modificações pontuais, mas indispensáveis ao que estava sendo proposto como agência reguladora. Também demonstrou que grande parte do que havia sido disposto na descentralização e na participação prescritas na Lei das Águas não se consolidou. Contudo, não impediu que a criação da ANA empreendesse uma ação para retomar pressupostos centralizadores em outras bases institucionais.

Passados vinte anos da implantação da lei 9.433/97, pouco avanço foi verificado na regulação da água brasileira, além disso, houve uma contradição da lei ao se estruturar o desenho institucional da ANA, tornando as decisões sobre a política de recursos hídricos centralizada a nível federal, como era no Código de Água.

Texto submetido à Revista em 06.06.2015
Aceito para publicação em 17.08.2015



RESENHA

Livro: CASTRO, Edna. CAMPOS, Índio (Orgs.). Formação socioeconômica da Amazônia. Belém: NAEA, 2015. 640 p.

Larissa Carreira da Cunha - Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido PPDSTU/NAEA/UFPA. Bolsista CNPq. E-mail: larissacarreirac@gmail.com

Fabricio Borges Santa Brígida - Doutorando em comunicação, linguagens e Cultura pelo programa de pós-graduação comunicação, linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia. PPCLC/UNAMA. E-mail: fabricio.pedagogico@gmail.com

Tienay Picanço da Costa Silva - Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido PPDSTU/NAEA/UFPA. Bolsista CNPq. E-mail: tienay.costa@gmail.com

O livro formação socioeconômica da Amazônia é integrante da coletânea Formação Regional da Amazônia que congrega mais três volumes: 1. Formação institucional da Amazônia; 2. Formação socioambiental da Amazônia; 3. Sustentabilidade dos municípios Amazônicos. O trabalho foi resultante da pesquisa desenvolvida no projeto “Fortalecimento institucional para a conservação e o desenvolvimento sustentável da Amazônia”, sob responsabilidade da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia (IPPA). As seções do livro recomendam, enquanto público leitor, pesquisadores, professores, discentes de graduação e pós-graduação interessados pela temática da formação socioeconômica da Amazônia.

Neste volume, são discutidas as questões sobre a formação socioeconômica dos estados da Amazônia legal, no qual são destacadas as similitudes entre cada território, bem como as diferenças. A obra destaca o avanço nos territórios de domínio indígena durante a expansão colonial, bem como os conflitos recentes, a partir da segunda metade do século XX, resultando em novas dinâmicas de mercado no contexto da implementação de grandes obras de infraestrutura, sob a política desenvolvimentista, e ainda com processo de migração e incentivo aos setores econômicos capazes de aumentar a exploração de recursos naturais.

O livro está composto pelos seguintes capítulos: 1. Formação socioeconômica da Amazônia; 2. Formação socioeconômica do Estado do Acre; 3. Formação socioeconômica do Estado do Amapá; 4. Formação socioeconômica do Estado do Amazonas; 5. Formação socioeconômica do Estado do Maranhão; 6. Formação socioeconômica do Estado do Mato Grosso; 7. Formação socioeconômica do Estado do Pará; 8. Formação socioeconômica do Estado de Rondônia; 9. Formação socioeconômica do Estado de Roraima; 10. Formação socioeconômica do Estado do Tocantins.

As relações entre portugueses e grupos indígenas que ocupavam a costa atlântica da província do Grão-Pará, Maranhão e as áreas interiores foram marcadas por confrontos sangrentos. Os documentos pesquisados sobre o período colonial mostram o extermínio de um imenso número de aldeias e deslocamento forçado para territórios distantes, considerados mais seguros, assim como evidenciam a narrativa sobre as dificuldades encontradas pelos colonizadores em sua “saga da conquista”. Os relatos de missionários, viajantes e naturalistas constituem um conjunto importante da literatura sobre a Amazônia colonial.

Algumas regiões que hoje correspondem a determinados estados da Amazônia legal possuíram presença mais forte de mocambos de índios e de pretos, observando-se cinco grandes concentrações de empreendimentos econômicos e a presença de escravos que se localizam nas seguintes regiões: 1. Marajó e ilhas do estuário, vale do baixo Tocantins, Belém e áreas do entorno, Acará, Moju, Bujaru, Igarapé-Miri, Capim, Barcarena, Beja e Conde; 2. Região Bragantina, Santa Isabel, Colares, Vigia, Igarapé-Açu, Guatipuru, Vizeu; 3. Região do médio Amazonas, tendo como epicentro a cidade de Santarém e se estendendo para o norte (Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná).

A escravidão e a organização colonial da produção conformam as estruturas que permitiram a consolidação e expansão da fronteira colonial, com destaque para a produção do cacau que representou ganhos substanciais para a coroa. Barata (1973, p. 320) embora considere que a agricultura sucumbiu “debaixo da influência nociva dessa deslumbrante e áurea miragem do lucro rápido e fácil,

mas efêmero”. Os interesses que moviam a revolução industrial, financiavam a busca de novos materiais, a descoberta de processos e de métodos essenciais aos circuitos econômicos e às dinâmicas do capitalismo industrial na conquista de territórios e mercados.

O período de 1616 a 1750 foi marcado pela instalação de postos coloniais que, ao redor de fortes e missões religiosas, deram origem as primeiras vilas e cidades da Amazônia. De modo convergente, a ocupação dos territórios regionais se deu com base na exploração da mão-de-obra de indígenas e caboclos, na expropriação de terras, bem como nos processos de destribalização e aculturação dos sujeitos. O projeto colonial de dominação dos grupos indígenas amazônicos esteve sob a responsabilidade e sistematização da “companhia de Jesus”, jesuítas, cujos os objetivos giravam em torno do monopólio do comércio colonial; a presença e dominação econômica dos religiosos esteve presente até o início do período pombalino (1750), quando a sonegação de impostos ao governo português (consequentemente acompanhada do empobrecimento local) se tornou insustentável à corte lusitana.

Os movimentos de expansão colonial também foram marcados pela estereotipação regional; relatos de viajantes, naturalistas e missionários tratavam as florestas como exuberante, rica em rios, lagos, igapós, várzeas, baías, uma vasta riqueza natural. Considerando as relações entre “saber” e “poder”, é alarmante reconhecer que a produção de conhecimento sobre Amazônia segue envolta de discursos mistificados. Mais alarmante ainda, é constatar os efeitos negativos que o desdobramento do campo epistemológico para o político imprime sobre a realidade de uma região tão marcada por pressões sociais, ambientais, econômicas e por movimentos contraditórios envolvendo exploração, desenvolvimentismo e sustentabilidade.

Os 400 anos de exploração da fronteira amazônica nunca estiveram deslocados da economia extrativista. As províncias do Grão Pará e Maranhão, eram incentivadas pela coroa portuguesa, de modo que a circulação de riquezas alicerçava a relação entre a colônia e a metrópole. O Pará foi pioneiro na expansão de café, assim como outros extrativos; é válido ressaltar que este desenvolvimento comercial aumentou significativamente o tráfico negreiro e a precariedade social na região, já quase todos os produtos inseridos nas atividades econômicas coloniais demandavam força de trabalho escravo.

A constituição dos estados amazônicos reflete uma dinâmica socioeconômica excludente, seja do ponto de vista local, regional ou global; o desenho institucional configurado ao longo da história não correspondeu às expectativas de um desenvolvimento capaz de alterar a realidade segregacionista

na qual a trajetória amazônica está firmada. Como exemplo, destaca-se a criação da Província do Amazonas no contexto do Brasil independente, cujo o projeto fez emergir a falsa ideia de que a gradativa transformação das capitânicas em províncias e o estabelecimento de governos locais autônomos poderiam amenizar a precariedade imposta àquele território. Contrariamente, o novo formato administrativo não contribuiu para o desenvolvimento local, como esperado, e a Província do Amazonas permaneceu econômica e politicamente dependente do Pará e do poder central até que a sua economia fosse alterada pelo ciclo da borracha.

É válido ressaltar que a demanda internacional por látex alterou sobremaneira os processos culturais, sociais e econômicos da Amazônia. O estado do Amazonas e do Pará ganharam relevância na economia nacional, em contrapartida, o auge da economia gomífera desarticulava a produção local de alimentos, aumentando o custo de vida e provocando a escassez de trabalhadores nos centros urbanos. O grande volume de exportação da borracha resultou na abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira e, conseqüentemente, na dinamização da comunicação e dos fluxos migratórios da região.

Assim sendo, o ciclo da borracha (1850-1920), acompanhado das políticas governamentais de ocupação, fortaleceram as dicotomias regionais: estrangeiros e brasileiros coabitavam os centros urbanos, ao passo que milhares de imigrantes, em sua maioria nordestinos, eram direcionados a trabalhar em distantes seringais; e embora os vínculos comerciais e culturais das províncias do Pará e do Amazonas fossem estabelecidos com a França e Inglaterra, o cenário local era completado por caboclos e tapuias que permaneciam ocupando as margens dos rios.

Infere-se portanto, que a constituição demográfica dos estados da Amazônia corresponde diretamente às interações econômicas do espaço. Nesse sentido, Trovão (2008) destaca o quão interdependente estavam as correntes migratórias que povoaram a província do Maranhão e Piauí das dinâmicas extrativistas locais: a “corrente do litoral” (século XVII), a “corrente da pecuária” (século XVIII) e a “corrente de migrantes da seca” (século XIX) se deram em favor da produção de arroz, algodão e cana-de-açúcar (século XIX); bem como da criação de gado e do acesso a recursos florestais e áreas agriculturáveis, respectivamente.

Os processos migratórios estimulados pelas políticas governamentais e a nova composição demográfica regional gerou epidemias e o aumento da mortalidade em território amazônico, sobretudo da população indígena remanescente. A ocupação de terras indígenas e os projetos integracionistas na região foram responsáveis, ainda, pela imposição de novos padrões culturais e pelo agravamento de conflitos sociais, perpetrados no decorrer das décadas seguintes.

No final do século XVIII, a crise colonial coincide com o surgimento do ciclo algodoeiro no Maranhão (boom do algodão) e com o boom da borracha no Pará e Amazonas. Este último, tornar-se-ia insustentável em 1920, após a perda de mercado para os produtores asiáticos. Assim como a ligação da Amazônia com o capital internacional foi (e tem sido) determinante para as condições do desenvolvimento regional, o seu rompimento também o era. Dito isso, após o declínio da economia da borracha retornou-se ao extrativismo e à agricultura de subsistência; nem mesmo o retorno da demanda por borracha durante a Segunda Guerra Mundial pôde evitar o crescimento dos índices de pobreza na região.

No estado do Mato Grosso, ainda no século XVIII, o sistema extrativista embasado no ouro também chegara ao declínio. A decadência das minas afetou a capitania de Mato Grosso ao ponto de a tornar isolada dos demais centros coloniais, uma vez, pois, que Vila Bela e Cuiabá haviam perdido suas funções orgânicas diante das relações capitalistas luso-brasileiras. O isolamento e a instabilidade produtiva são transversais à história da formação econômica e social não apenas do Mato Grosso, mas dos outros estados amazônicos, de modo geral. A manutenção de um sistema produtivo eficiente e rentável, pelo menos para as elites, sempre constituiu um relevante desafio regional, não mais árduo do que aquele condizente ao estabelecimento de sistemas capazes de gerar integração sociocultural e qualidade de vida às populações amazônicas.

A crise da borracha, o Estado Novo (1937-1945) e o agravamento dos conflitos derivados do funcionamento econômico foram responsáveis pela recriação de institucionalidades vigentes, no Brasil, e particularmente na Amazônia. Deste modo, diante das decorrências críticas conjunturais (e estruturais), instituiu-se o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, direcionado à geração de infraestrutura regional. Os investimentos seriam direcionados aos sistemas de transportes, comunicações, energia e saúde; posteriormente, a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPEVEA) deu lugar à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

A década de 1950 demarca, portanto, o início do processo de implantação dos grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia; foi nessa conjuntura que em 1957, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi criada a Zona Franca de Manaus (ZFM). Hobsbawn (1994) e Silva (1997) destacam que o estabelecimento de Zonas Francas corresponde a um mecanismo de dinamização econômica instituído enquanto contraponto ao processo de descentralização industrial desenvolvido após o fim da Segunda Guerra Mundial. Deve-se, portanto, considerar a importância da ZFM diante da necessidade de desterritorialização técnica e social da produção capitalista.

Analisando a ZFM e seus respectivos impactos sobre a formação socioeconômica do estado do Amazonas, destacam-se os processos de urbanização e industrialização, acompanhados de estratégias de contorno ao protecionismo, estabelecidas a partir da articulação dos interesses local, nacional e internacional. No plano social, o estado do Amazonas (se comparado ao período da extração da borracha) passou a apresentar um mercado de trabalho mais regular, e consideravelmente mais distante das condições servis do sistema de aviação vigorado no século anterior. Apesar disso, embora o objetivo central do Governo fosse acelerar a produtividade industrial no país e escapar da estagnação econômica, a ZFM implantada tornou-se basicamente exportadora, uma vez que a população regional permanecia com baixo poder aquisitivo, inviabilizando o desenvolvimento do consumo local.

É possível assinalar diversos pontos em comum entre a intervenção desenvolvimentista do Governo Federal da segunda metade do século XX e as políticas de ocupação implementadas na Amazônia desde o século XVII: ambos os contextos históricos refletem colonialidade, dominação e exploração de recursos materiais e imateriais. O caminho do progresso tem custos irreparáveis aos que lhe são impostos; Empreendimentos como o “Projeto Carajás”, a “hidrelétrica de Tucuruí”, ou o mais recente projeto “Belo Monte” estão diretamente articulados com a degradação de florestas, a expropriação e apropriação de terras indígenas, bem como à constante expulsão direta e indireta de trabalhadores de suas terras em busca de trabalho na construção de projetos hidrelétricos, mineradores ou de transportes são apenas alguns, dentre os inúmeros desdobramentos acoplados aos processos de desestatização, de privatização e de “reestruturação produtiva” que seguem agravando as condições de pobreza dos estados amazônicos.

As intervenções do governo federal também se deram no âmbito fiscal; desde o ano de 1994 iniciou-se no um ciclo de reformas que foram marcadas por um processo de ajustes econômicos, fortemente restritivo. Em 1997, a dívida do estado do Pará foi renegociada, alcançando assim, um relativo equilíbrio monetário; os incentivos fiscais, que tinham até 15 anos para sua realização e para serem habilitados, foram importantes nesse processo, promovendo retomada dos caminhos da industrialização. Todavia, os projetos de incentivo fiscal destinados à Amazônia, de modo geral, têm se mostrado incapazes de alterar a lógica de desenvolvimento econômico baseada no modelo primário de exportação.

Vale ressaltar que a ideologia desenvolvimentista tem impactado não apenas na (trans)formação socioeconômica dos estados amazônicos, mas ainda, nos caminhos políticos por estes trilhados. As mudanças entre 1960 e 1990 culminaram em profundas alterações na dinâmica espacial do território

amazônico. No Tocantins, a ocupação populacional da cidade de Palmas se deu de forma desorganizada e invasões de terras eram freqüentes. Já em relação ao Maranhão, observa-se que, desde o período militar, o estado teve seu poder político centralizado nas mãos de grupos locais, administrados por núcleos familiares, tradicionais ou emergentes. Fortalecem-se, assim (e não só no Maranhão), as políticas oligárquicas, invariavelmente associadas à grilagem e a conflitos agrários.

Se a recente reconfiguração econômica da Amazônia tem girado em torno da abertura a novos mercados e de projetos agropecuários e minerometalúrgicos, resta aos setores público e privado equilibrarem seus respectivos interesses em prol da diminuição das externalidades advindas do contexto neoliberal. Assim sendo, diante da histórica dependência do capital externo, bem como das tecnologias estrangeiras, o desafio amazônico (e por que não brasileiro) consiste em formar cidadãos que não sigam alienados aos processos decisórios que, embora possam acontecer a nível transnacional, seguem impactando nas condições de vida locais.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Edna. CAMPOS, Índio (Orgs.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. 640 p.

BARATA, M. Formação Histórica do Pará. Belém: UFPA, 1973. P.319-320. Coleção Amazônica

HOBBSAWN, E. **A era dos Extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**. 2ed. São Paulo: companhia das letras, 1994.

SILVA, M. C.da. Metamorfoses da Amazônia. 1997. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

TROVÃO, J.R. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008. (cadernos IMESC, 5)

Artigos

Aportes conceituais de referência ao planejamento metropolitano no Brasil contemporâneo

Conceptual contributions reference to the Metropolitan planning in contemporary Brazil

Ghissia Hauser, Heleniza Campos

Ciudades amazónicas intermedias, pesca y fronteras

Cidades médias amazônicas, pesca e fronteiras

Yohana Pantevis, Germán Palacio

Micros, pequenas e médias empresas: atores importantes no espaço regional do Mercosul?

Micro, small and medium enterprises: key players in the consolidation of the Mercosur regional space?

Jacqueline A. Haffner, Leandro Teixeira dos Santos, Nadia B. Menezes

Ciudadanía imaginada y presupuesto participativo en los pueblos indígenas de la Selva Central del Perú

Imagined citizenship participative budget in the indigenous peoples of the Central Jungle of Peru

Luis Calcina Romero, William Santos de Assis

Transporte urbano e informal: quadros da Associação Nacional de Transportes Públicos

Urban transport and informal: frameworks of the Associação Nacional de Transportes Públicos

Hernán Armando Mamani

Perfil, formação profissional e noção de política sindical de metalúrgicos de Criciúma e Sul Catarinense

Profile, vocational training and policy concept of trade union of Criciúma metals and South Catarinense

Gilvan Felipe Teixeira de França, João Henrique Zanelatto

A moralidade em uma cidade tropical: Belém no século XIX em Viagem do naturalista Henry Walter Bates

The morality issue in a tropical city: Belém circa XIX century of English naturalist Henry Walter Bates's travel

Marcelo Werner da Silva

Subjetividade na cidade: uma análise da modernidade na obra poética de Mário Quintana

Subjetividade na cidade: uma análise da modernidade na obra poética de Mário Quintana

Priscila Viana Alves, Elis de Araújo Miranda

Mulheres, papéis sociais e processos criativos entre artesãos de brinquedos de miriti

Women, social roles and creative processes among artisans of miriti toys

Amarildo Ferreira Júnior, Larissa Tuane Lima do Nascimento, Silvio Lima Figueiredo

A pesca em comunidades ribeirinhas na região do médio rio Madeira em Rondônia

Fishery in riverine communities of the middle Madeira river in Rondônia

Carolina Rodrigues da Costa Doria, Luiz Fontes Machado Neto, Suelen Taciane Brasil de Souza

Preferências e tabus alimentares no consumo de pescado em Santarém, Brasil

Feeding preferences and taboos related to the fish consumption at Santarém, Brazil

Tony Marcos Porto Braga, Adrielly Alves da Silva, George Henrique Rebêlo

Alta Floresta: uma colônia de Ariosto da Riva em Mato Grosso

Alta Floresta: an Ariosto da Riva's colony in Mato Grosso

Armando Wilson Tafner Junior, Fábio Carlos da Silva

Neodesenvolvimentismo e conflitos sociais: o caso da Hidrelétrica de Belo Monte

Neo-developmentism and social conflicts: the case of Belo Monte Dam

Sérgio Roberto Moraes Corrêa

Resenhas

Livro: A Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal

Marcela Vecchione Gonçalves

Livro: Os caminhos da regulação da Água no Brasil: Demiurgia Institucional ou Criação Burocrática?

Gabriel Hiromite Yoshino, Lidiane de Souza Silva

Livro: Formação socioeconômica da Amazônia

